

**Universidade de São Paulo  
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”  
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Estudo de caso sobre um empreendimento imobiliário no interior paulista:  
pesquisa histórica, análise crítica e escrita literária para uma narrativa  
contra-hegemônica**

**Fábio Portugal Sorrentino**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre  
em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

**Piracicaba  
2023**

**Fábio Portugal Sorrentino**  
**Bacharel em Gestão Ambiental**

**Estudo de caso sobre um empreendimento imobiliário no interior paulista: pesquisa histórica, análise crítica e escrita literária para uma narrativa contra-hegemônica**

versão revisada de acordo com a Resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> **LAURA ALVES MARTIRANI**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

**Piracicaba**  
**2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP**

Sorrentino, Fábio Portugal

Estudo de caso sobre um empreendimento imobiliário no interior paulista: pesquisa histórica, análise crítica e escrita literária para uma narrativa contra-hegemônica / Fábio Portugal Sorrentino. - - versão revisada de acordo com a Resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2023.

247 p.

Dissertação (Mestrado) - - USP / Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Hegemonia e contra-hegemonia 2. Reserva Jequitibá 3. Santa Rosa 4. Produção dos espaços urbanos 5. Escrita literária I. Título

## **DEDICATÓRIA**

Dedicamos essa pesquisa e esta dissertação para as incontáveis pessoas, incontáveis por falta de registros, falta de registros por falta de considerá-las pessoas, que trabalharam e fizeram dessa terra fazenda, loteamento, bairro, cidade.

E para as incontáveis pessoas e seres que aqui viviam, antes de roubarem a terra e chamá-la propriedade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a sociedade brasileira pelo investimento em minha formação como pesquisador, através da Capes. Pelo investimento nas ciências e educação públicas, comprometidas com nosso desenvolvimento como sociedade humana.

Agradeço as companheiras, companheiros e companheiras que lutaram para eleger o governo Lula e acabar com o governo da desgraça. Agradeço o governo Lula, pelo compromisso mostrado nestes primeiros meses com nossa soberania, com a valorização das pesquisadoras e pesquisadores, das ciências e educação públicas. Com um Brasil que não esteja acima de tudo, mas que seja de todos que por aqui vivem.

Agradeço meus pais, Si e Ma, pelo carinho, cuidado e amor de sempre. Pelas conversas e pelo apoio. Agradeço a Si que lê, critica e revisa meus textos desde que me lembro. Te agradeço por me ensinar a escrever.

Meus irmãos, Pe, Gabri, Lucas e Lua, por serem os primeiros a me ensinar as delícias, os choros e os desafios que é conviver. Ao Pe, pelas explicações sobre conceitos do urbanismo sempre que eu precisava de ajuda. Minha família, vó, tias, tios, primas, primos, por continuarem tendo amor por mim, apesar das distâncias. Agradeço ao Rafa, pelo companheirismo e amor, por me ensinar até hoje e pelos abraços que ainda me dá em meus sonhos.

Minha orientadora, Laura, por ter aceito um projeto de pesquisa que nem ela e nem eu entendíamos direito. Agradeço por me ajudar a encontrar a pesquisa, pelas conversas e orientações, pela compreensão com minhas escolhas e teimosias.

Agradeço ao programa de Ecologia Aplicada por ter acolhido nossa pesquisa e ajudado a fazê-la acontecer. Agradeço Mara pela disponibilidade em ajudar sempre que precisei.

A Susana e Estevam que acompanharam nossa pesquisa desde o princípio, pelas conversas e leituras. A eles, Rodrigo, Maria Elisa, Eliane e Mirian, que toparam participar da banca.

Agradeço Anna Fridha pelo tempo que compartilhamos, pelo companheirismo e amor, pelas conversas e por ouvir. Em nome da Maraca, agradeço meus amigos, os que consideram e os que não se consideram maracangalhos. Agradeço por estarem ao meu lado, mas também por todo resto, que se falar vou repetir. Agradeço a Thi pela ajuda com as imagens de satélite.

Em nome da APG agradeço minhas companheiras e companheiros de militância na pós-graduação da ESALQ, por fazerem da luta uma felicidade. Pela confiança mútua, que não deixa a luta se tornar sacrifício. E por empreenderem comigo na luta por politizar a pós-

graduação e a ESALQ, uma politização radicalmente democrática. É assim que construímos a universidade que sonhamos.

E agradeço aos sonhos, que nos fizeram companhia nesses anos de pesadelo.

Sonhamos porque não nos resignamos, e não nos resignamos porque temos esperança.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1.1 Justificativa</b> .....	19
<b>1.2 Objetivos</b> .....	20
<b>1.2.1 Objetivo geral</b> .....	20
<b>1.2.2 Objetivos específicos</b> .....	20
<b>2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	23
<b>2.1 A vinda da Hyundai para Piracicaba</b> .....	24
<b>2.2 Guerra fiscal</b> .....	25
<b>2.3 Um empreendimento imobiliário</b> .....	28
<b>2.4 Valorização e localização</b> .....	31
<b>2.5 Estado, luta de classes e patrimonialismo</b> .....	34
<b>2.6 Hegemonia, ideologia e discurso</b> .....	38
<b>2.7 Contra-hegemonia</b> .....	44
<b>2.8 Ciência, divulgação científica, universidade e ética</b> .....	45
<b>2.9 Diálogo de saberes e contra-hegemonia</b> .....	50
<b>2.10 Escrita literária e escrita engajada</b> .....	53
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	57
<b>3.1 Pesquisa bibliográfica</b> .....	58
<b>3.2 Pesquisa investigativa e documental</b> .....	60
<b>3.3 O método “bola de neve” e as entrevistas semiestruturadas</b> .....	64
<b>3.4 Visitas de campo</b> .....	70
<b>3.5 Como analisamos os resultados</b> .....	72
<b>3.6 Escrita científica e escrita literária</b> .....	74
3.6.1 A escrita da dissertação .....	74
3.6.2 A escrita literária .....	76
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	79
<b>4.1 Santa Rosa</b> .....	84
4.1.1 A Fazenda Santa Rosa .....	85
4.1.2 O Bairro Santa Rosa .....	94
4.1.3 Especulação imobiliária no Santa Rosa .....	99
4.1.4 Gentrificação no Santa Rosa, silêncios e diferenciações .....	111
<b>4.2 Reserva Jequitibá</b> .....	117
4.2.1 A vinda da Hyundai e o programa InvestSP.....	118
4.2.2 A Área institucional da Prefeitura e o Parque Tecnológico.....	122

4.2.3 A Fatec e o Instituto Federal .....	134
4.2.4 Os condomínios fechados do Reserva Jequitibá .....	137
4.2.5 Parque Jequitibá .....	143
4.2.6 A Lagoa do Santa Rosa .....	145
<b>4.3 Hegemonia e contra-hegemonias .....</b>	<b>159</b>
4.3.1 Mercado de moradias e moradias sem mercado, IPPLAP, Plano Diretor e vida na cidade	160
4.3.2 Desigualdades.....	167
4.3.3 A questão ambiental .....	170
4.3.4 Políticas, sonhos e caminhos para mudar a realidade.....	173
<b>4.4 Laboratório autoral: a escrita literária como processo de interiorização e apreensão sensível da pesquisa.....</b>	<b>178</b>
4.4.1 Primeiro conto do autor .....	179
4.4.2 Literatura e racionalidade científica.....	183
4.4.3 Breves críticas sobre literatura engajada .....	184
4.4.4 Breves divagações sobre literatura e modernidade .....	186
4.4.5 Segundo conto do autor.....	187
4.4.6 Laboratório de utopias.....	190
4.4.7 Terceiro texto literário do autor.....	193
4.4.8 Análise e comentários do terceiro texto literário do autor .....	213
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>217</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>223</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>237</b>
Anexo A – Roteiro das entrevistas.....	237
Anexo B – Laços familiares da família Silva Gordo.....	245
Anexo C – Matéria de jornal sobre a Lagoa do Santa Rosa.....	246



## RESUMO

### **Estudo de caso sobre um empreendimento imobiliário no interior paulista: pesquisa histórica, análise crítica e escrita literária para uma narrativa contra-hegemônica**

No ano de 2011, um ramo imobiliário da empresa Cosan anunciou um empreendimento imobiliário no bairro Santa Rosa, na cidade de Piracicaba, interior do Estado de São Paulo. O empreendimento, denominado Reserva Jequitibá, pretende ser o primeiro bairro autossustentável do município. Esta pesquisa pretendeu construir, por meio de um estudo de caso, uma narrativa contra-hegemônica sobre o empreendimento e seu bairro a partir de abordagem interdisciplinar com pesquisa histórica, análise crítica e a prática de escritas literárias. Para essa abordagem, foram feitas visitas de campo, pesquisas investigativa, documental e bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com pessoas envolvidas direta e indiretamente com o empreendimento imobiliário. O Reserva Jequitibá parece uma alegoria das cidades no Brasil, das relações entre as classes sociais e o Estado e de suas capacidades de influir na produção do espaço urbano. Para viabilizar o empreendimento, a Cosan contou com a sujeição do poder público ao capital internacional. Para sua valorização, ela usou e dependeu do Estado. Na pesquisa, também percebemos diversas irregularidades praticadas por grupos da classe dominante piracicabana para enriquecer ainda mais. Ao final, fazemos diálogos entre as interpretações de mundo e os saberes das pessoas entrevistadas, os saberes científicos interdisciplinares, as histórias de vida, os dados levantados pelas pesquisas investigativa e documental, entre a compreensão racional da realidade e sua apreensão sensível pela escrita literária, para compor nossa narrativa contra-hegemônica sobre o empreendimento.

Palavras-chave: Hegemonia e contra-hegemonia, Reserva Jequitibá, Santa Rosa, Produção dos espaços urbanos, Escrita literária

## ABSTRACT

### **Case study on a real state development in São Paulo countryside: historical research, critical analysis and literary writing for a counter-hegemonic narrative**

In 2011, a real estate branch of the company Cosan announced a real estate development in the Santa Rosa neighborhood, in the city of Piracicaba, in the countryside of the State of São Paulo. The real estate development, called Reserva Jequitibá, intends to be the first self-sustainable neighborhood in the municipality. This research intends to build, through a case study, a counter-hegemonic narrative about the enterprise and its neighborhood from an interdisciplinary approach with historical research, critical analysis and the practice of literary writings. For this approach, field visits, investigative, documentary and bibliographical research and semi-structured interviews with people directly and indirectly involved with the real estate development were carried out. Reserva Jequitibá seems to be an allegory of cities in Brazil, of the relations between social classes and the State and of their capacities to influence the production of urban space. To make the enterprise viable, Cosan relied on the submission of public power to international capital. For its valorization, it used and depended on the State. In the research, we also noticed several irregularities practiced by groups of the Piracicaban ruling class to enrich themselves even more. In the end, we make dialogues between the interpretations of the world and the knowledge of the people interviewed, the interdisciplinary scientific knowledge, the life stories, the data collected by the investigative and documentary research, between the rational understanding of reality and its sensitive apprehension through literary writing, to compose our counter-hegemonic narrative about the real estate development.

**Keywords:** Hegemony and counter-hegemony, Reserva Jequitibá, Santa Rosa, Production of urban spaces, Literary writing

## APRESENTAÇÃO

Sei há algum tempo da existência de uma corrente de pesquisadoras e pesquisadores que considera importante começar uma dissertação pela apresentação não só da pesquisa, mas também de quem a fez.

Foi só recentemente, entretanto, lendo um artigo do sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, que também percebi a importância disso. A leitura do artigo catalisou alguns encontros entre saberes e experiências que construí desde criança nas conversas com meus pais e irmãos, com amigas e amigos, e os que conheci e construí nestes anos de mestrado, principalmente em uma disciplina com minha orientadora Laura, chamada “Ciência, Cultura e Ética”.

Grosfoguel (2016), secundando os estudos do filósofo argentino/mexicano Enrique Dussel, diz que a epistemologia científica nasceu da suposição de que as mentes das pessoas, ou ao menos dos homens europeus brancos, estavam dissociadas de seus corpos, e portanto não submetidas às particularidades de suas vidas, das sensações do corpo. Assim, eles poderiam ascender em conhecimentos universais como os de Deus, livres de qualquer contexto.

Como latino-americanos, julgo que temos a obrigação de discordar de um argumento que justificou o extermínio dos povos de nossa terra e de suas epistemologias. A ciência não é um conhecimento universal. Ela é feita por pessoas, que vivem em um local e um tempo.

Nossa pesquisa não caiu do céu e nem subiu do inferno. Ela não foi pensada, trabalhada e escrita por pessoas alheias a essa terra, por mentes descoladas das sensações e sentimentos de seus corpos, nem nos veio por uma inspiração divina de conhecimento e desinteresse universal.

Por isso, me junto agora àquela corrente de pesquisadores.

### **O começo**

Nasci em Curitiba, capital do Estado do Paraná, aos oito de agosto de 1995, na maternidade de um hospital-escola.

Minha mãe Simone e meu pai Marcos são educadores. Nasci e cresci em uma família de classe média, com os privilégios invisíveis da classe média de que fala Souza (2017).

Via meus pais e meus irmãos lerem livros e jornais todos os dias e por isso aprendi a ler cedo, com cinco ou seis anos de idade, e logo quis ler os livros mais grossos que meus irmãos liam. Aos seis ou sete anos, comecei a ler Harry Potter e a Pedra Filosofal, mesmo sem

entender muito do que lia. Ficou em minha memória uma das primeiras passagens do livro, tia Petúnia olhando o vizinho com seu nariz grande e empinado por cima do arbusto. Não sei se a passagem existe e se é mesmo assim.

Quando seus filhos nasceram, minha mãe se afastou dos trabalhos fora de casa para criá-los. Foi um privilégio para nós. Crescemos com atenção, carinho e brincadeiras, conduzidas por uma educadora apaixonada pelo ensino infantil. Somos cinco irmãos. Os dois mais velhos, Lucas e Luana, não moraram conosco. Cresci com o Pedro e o Gabriel, eu sou o caçula.

Parte da infância moramos na área rural de Embu das Artes, município da Grande São Paulo, subindo em árvores, vendo cobras e macacos, dando nomes para as galinhas e o galo que um saruê, em uma noite de chuva, matou. Cresci os outros anos em Piracicaba e em Brasília.

Além de educadores, meus pais são libertários. Meu pai é anarquista, minha mãe acredita na liberdade, na gentileza, no amor e no diálogo com o outro. Colocaram os filhos em escolas públicas por convicção, do jardim de infância à universidade e isso foi essencial em nossa formação. Desde criança convivemos com pessoas com histórias de vida, ideias, sociabilidades e classes sociais diferentes.

Na família, a maioria das decisões eram tomadas democraticamente. Lembro dos cinco no carro decidindo aonde almoçar no fim de semana. E desde cedo eu dizia que tanto fazia para mim um lugar ou outro, pois não gostava de decidir.

Conversávamos bastante e nos ouvíamos. Enquanto escrevo, olho para uma foto de meu pai conversando com meu irmão. Pedro devia ter quatro ou cinco anos, nosso pai segura suas pequenas mãos enquanto fala e eles olham nos olhos um do outro.

Com quinze anos, li meu primeiro livro teórico sobre anarquismo, com um dicionário ao lado. Foi uma leitura dolorida, mas depois comecei a discutir com quem falava de anarquia como bagunça.

Dos quinze aos dezoito anos, enquanto esperava os sonhos, meus pensamentos passeavam por coisas que eu considerava muito sérias, como capitalismo, cristianismo, igrejas, sociedades e toda noite eu parecia ter alguma epifania. Depois dormia.

No ensino médio, comecei a me organizar politicamente com colegas e amigos na escola. Fazíamos reuniões, intervenções artísticas, passávamos nas outras salas clandestinamente agitando os estudantes a se revoltarem contra a direção. Fizemos um protesto, um estatuto para o grêmio da escola, alianças e inimigos.

Quando entrei na universidade, em 2014, rompi com o que chamam de movimento estudantil, movido por uma admiração não admitida por meu irmão mais velho que dizia que isso tudo era bobagem, e por tentativas minhas de encontrar argumentos que justificassem que isso tudo era bobagem.

Fiz Gestão Ambiental na ESALQ (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”), unidade da USP (Universidade de São Paulo) em Piracicaba. Passei a graduação dando muito mais atenção para a república em que eu morava e vivia do que para as aulas.

Na Maracangalha, nos organizávamos em autogestão, uma democracia direta em que todos tinham o mesmo poder de decisão, horizontal. Fazíamos reuniões toda semana e vivíamos uma pequena utopia em oito, doze ou 17 maracangalhos, a depender da época. Dividíamos e rotacionávamos as funções de limpeza, compras da casa, fazer as contas, passear com as cachorras, cuidar do quintal. Dividíamos quarto em até cinco pessoas, brigávamos, conversávamos, bebíamos e fumávamos, e nos amamos.

No mestrado, voltei ao movimento estudantil na APG (Associação dos Pós-Graduandos) da ESALQ, uma espécie de sindicato dos pós-graduandos, um movimento de organização política de nossa categoria. São anos de reuniões, conversas e lutas com companheiras e companheiros. Para superar minhas desavenças com o movimento estudantil, empreendi com a APG, desde 2020, na democratização radical da organização política dos pós-graduandos, buscando uma democracia direta como a que tínhamos na Maracangalha, mas com mil pós-graduandos. Não aprendemos a fazer, como sociedade ocidental capitalista, uma organização assim, e por isso são tentativas, erros e acertos, aprendizados e frustrações. Não desistimos e continuamos, certos que conseguiremos um dia colocar os mil pós-graduandos da ESALQ para conversar e decidir juntos quais os melhores caminhos e lutas para a categoria, para construirmos a universidade pública que sonhamos.

Apesar de querer sair de Piracicaba desde o fim da graduação, fiz o mestrado também na ESALQ. O programa tinha nota capes 7, todos seus pós-graduandos tinham bolsa de estudos e pesquisa (nosso salário), enquanto o outro programa que passei, de jornalismo científico na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), tinha nota 5, e quase nenhuma bolsa. O governo federal estava nas mãos de Jair Bolsonaro, que tinha um projeto de destruição da ciência e educação públicas, parte do projeto de destruição de um Brasil soberano, mais justo, com vidas diversas e não marcadas para morrer. As bolsas de pós-graduação sofriam cortes sucessivos.

Conheci a Laura, minha orientadora, quando fazia o Trabalho de Conclusão de Curso da Gestão Ambiental. Queria que ela participasse de minha banca, mas ela não pôde. Foi a

primeira pessoa que procurei para me orientar no mestrado e, apesar de dizer que não entendia muito bem minha pesquisa, ela topou me orientar. Foram muitas reuniões, textos, conversas e reflexões até nós dois entendermos a pesquisa. Laura sempre apoiou minhas decisões e vontades, e me orientou nesses anos de pesquisa e aventuras sem me pressionar a fazer as escolhas que ela julgava melhor.

O começo de minha pesquisa coincidiu com o começo da pandemia de COVID-19 no Brasil, entre os meses de fevereiro e março de 2020, o que a impactou completamente. No segundo semestre de 2020, a pesquisa foi aprovada na Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos na ESALQ/USP. Pouco depois, fiz minha primeira entrevista, pela plataforma virtual Google Meets.

Digo que a pandemia impactou completamente a pesquisa pela dificuldade de listar todos seus impactos e pela impossibilidade de pensar a pesquisa sem pensar na pandemia. Desde as aulas, todas feitas de forma remota (palavra que usamos muito nessa época), até não poder emprestar livros das bibliotecas (porque fecharam) ou encontrar e entrevistar os participantes da pesquisa presencialmente.

Pelo lado positivo, passei boa parte do tempo de pandemia lendo, pensando e escrevendo, e consegui fazer disciplinas de universidades e faculdades distantes.

No meio de 2022, fui chamado para assumir uma vaga temporária de Coordenador Censitário de Subárea no Censo Demográfico feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Nem lembrava que tinha feito esse concurso, antes de entrar no mestrado. Aceitei e entrei na boca do furacão, mas trabalhei com pessoas gentis. Coordenava uma equipe de quase cem pessoas, entre recenseadores, supervisores e “Agentes Censitários Municipais”, que cuidavam dos postos de coleta. No segundo mês de trabalho entrei em greve com parte da equipe. Os salários estavam atrasados e as condições de trabalho precárias. O governo Bolsonaro, através de sucessivos ataques, conseguiu fazer o que os funcionários mais velhos do IBGE chamavam de “pior censo da história”. São problemas demais que não cabem aqui. A greve foi vitoriosa, mas meses depois pedi demissão, não aceitando mais fazer parte daquilo tudo. Considero irresponsável, apesar de compreender os motivos, que os funcionários efetivos do IBGE tenham aceitado fazer o Censo naquelas condições, à custa da exploração deles e, muito pior, dos trabalhadores temporários, a grande maioria recebendo misérias.

Depois de me demitir, poderia voltar a me dedicar exclusivamente a terminar o mestrado, mas faltavam apenas algumas semanas para o primeiro turno das eleições presidenciais de

2022. Acabei me dedicando quase exclusivamente às campanhas de Lula e Haddad, o que foi importante para elas em Piracicaba.

Após a vitória de Lula, voltei com a cabeça e o tempo, quase inteiros (pois continuava nos trabalhos de militância), para terminar essa dissertação.

Entrego ela pouco mais de três anos após ter começado o mestrado. Passei cinco meses no IBGE e fazendo campanha, então quase três anos dedicado exclusivamente à pesquisa. Atualmente, a USP faz mais uma investida produtivista contra a formação de seus pesquisadores com o Novo Modelo de Pós-Graduação, que diminui o tempo de duração do mestrado para um ano e vincula ele ao doutorado. Seu objetivo é formar mais doutores e mais rápido. Ficamos com a dúvida que não queremos ver respondida se essa rapidez será à custa da exploração desses pesquisadores, que já trabalham mais de 40 horas semanais<sup>1</sup>, da qualidade de sua formação, de sua saúde física e mental ou da qualidade das pesquisas.

Provavelmente de tudo.

---

<sup>1</sup> Na APG, fazemos pesquisas anuais sobre a saúde mental dos pós-graduandos da ESALQ, saúde que no geral não é boa. Entre as perguntas, estão quantas horas eles trabalham, seja na pesquisa ou em outras demandas de laboratório e da pós-graduação. A imensa maioria trabalha 40 horas ou mais.

## 1. INTRODUÇÃO

No interior do Estado de São Paulo, na borda norte da cidade de Piracicaba, fica o bairro Santa Rosa.

O Santa Rosa é um bairro periférico, historicamente de classe trabalhadora. Em 1978, a família Silva Gordo loteou parte de sua Fazenda Santa Rosa e o poder público incorporou o loteamento ao perímetro urbano do município. Os lotes do Loteamento Santa Rosa foram vendidos pela Imobiliária Monte Alegre, também da família Silva Gordo, que prometeu aos compradores fazer um clube ao redor de uma lagoa que ficava próxima. A Lagoa do Santa Rosa. A Imobiliária prometeu que a Lagoa e o clube seriam dos moradores do Santa Rosa e registrou isso em cartório.

O loteamento se tornou um bairro consolidado em Piracicaba, com relativa boa infraestrutura e estrutura urbana. Apesar disso, até 2008 apenas uma parte do Santa Rosa estava loteada e a maior parte continuava plantada com cana de açúcar. A Lagoa estava nessa parte e, mesmo sem ter sido feito o clube ao redor dela, moradores do bairro e de fora do bairro frequentavam o lugar, nadando, pescando, curtindo.

Em 2008, foi anunciada a construção de uma fábrica da multinacional sul-coreana Hyundai Motor Company em Piracicaba.

Ela seria construída em um terreno de 1.390.000 m<sup>2</sup>, doado a ela pela prefeitura do município, em um bairro vizinho ao Santa Rosa chamado Água Santa, até então um bairro rural. Ficava na fronteira do Água Santa com o Santa Rosa, e aproximadamente dois quilômetros de cana de açúcar separavam a fábrica da parte urbanizada do Santa Rosa.

Nos anos seguintes, a Prefeitura de Piracicaba e o Governo do Estado investiram milhões de reais na região da Água Santa e do Santa Rosa, cumprindo promessas feitas nas negociações para trazer a multinacional.

A Cosan, proprietária de boa parte daquelas terras plantadas com cana no Santa Rosa, enfim decidiu loteá-las, e as transformou em um empreendimento imobiliário chamado Reserva Jequitibá.

Conheci o Reserva Jequitibá investigando a vinda da Hyundai para Piracicaba. Fiquei fascinado com a quantidade de interesses, vidas e recursos que se ligavam no empreendimento. Achei que reproduzia muito do que existia na cidade e que eu queria problematizar, por isso fizemos essa pesquisa de mestrado sobre ele.



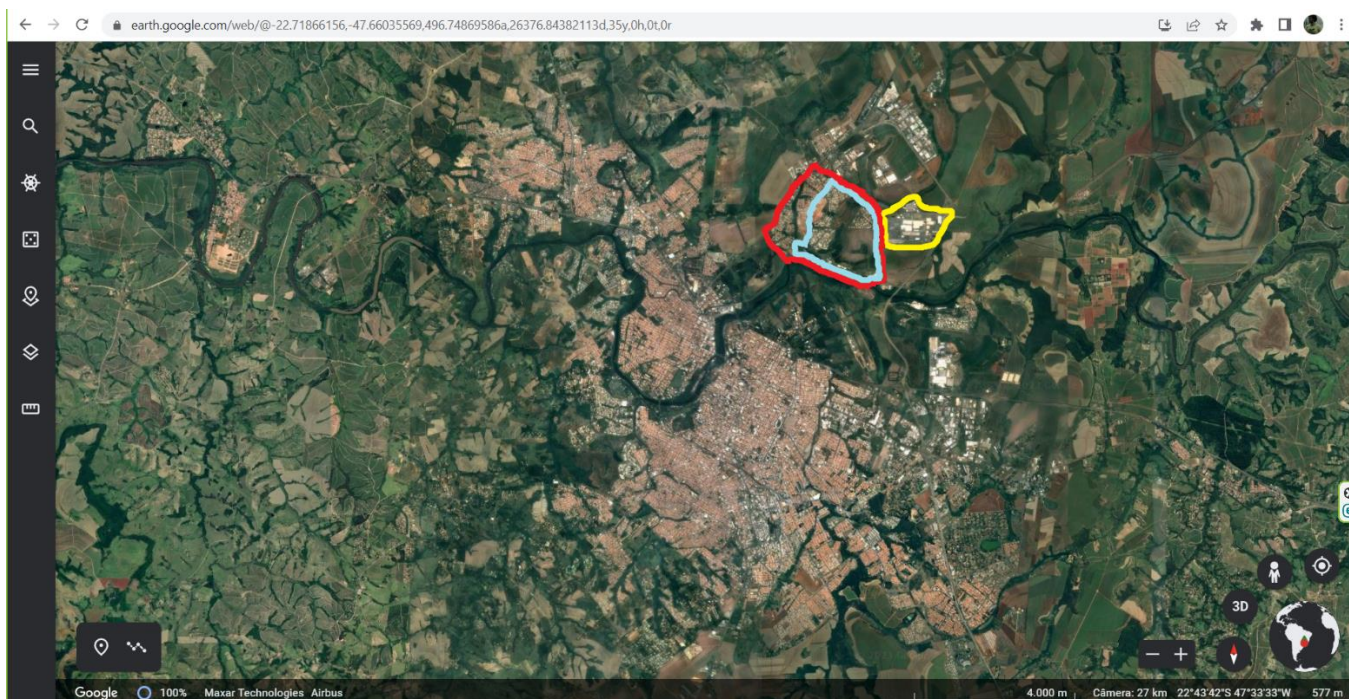


Figura 1- Imagem de satélite da mancha urbana do Município de Piracicaba. Em vermelho, o bairro Santa Rosa. Em azul claro, o empreendimento Reserva Jequitibá (segundo o próprio empreendimento). Em amarelo, a Hyundai (marcações feitas pelo autor).  
Fonte: Google Earth<sup>2</sup>

O Reserva Jequitibá se anunciou como um bairro planejado de uso misto, onde as pessoas poderiam morar, trabalhar e ter diversos tipos de lazer. Dentro dele, estariam três condomínios fechados, um parque (o Parque Jequitibá), uma Faculdade de Tecnologia (Fatec), um Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e o Parque Tecnológico de Piracicaba. Neste último, além da sede da multinacional Raízen, de incubadoras de pequenas empresas voltadas ao agronegócio e de escritórios de empresas variadas, estão um colégio CLQ, dos mais caros de Piracicaba, e um centro comercial com restaurantes, academia, bar e salão de beleza.

Apesar dos anúncios feitos não só pela Aguassanta Desenvolvidores Imobiliários (D. I.), ramo imobiliário da Cosan encarregado do empreendimento, mas por empreendimentos públicos como o Parque Tecnológico e pelas placas de sinalização do poder público municipal, o Reserva Jequitibá não é um bairro. A Fatec, o IFSP, o Parque Jequitibá e o Parque Tecnológico, todos empreendimentos públicos, além do próprio Reserva Jequitibá, fazem parte do Santa Rosa, ele sim um bairro.

<sup>2</sup> GOOGLE EARTH. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-22.7190235,-47.65842543,500.96281895a,30199.20598893d,35y,0h,0t,0r>>. Acesso em: 24 abr. 2023.



Figura 2 - Placa de sinalização na rotatória de entrada do Reserva Jequitibá, apontando de um lado o Santa Rosa, do outro o Reserva Jequitibá.

Fonte: Foto do autor, 07 maio 2023

Entre os três condomínios fechados, no coração do Reserva Jequitibá, ficou a Lagoa do Santa Rosa. Pouco antes de isso tudo começar, ela foi cercada e os moradores do Santa Rosa proibidos de frequentá-la.

A narrativa hegemônica sobre o Reserva Jequitibá diz que o empreendimento valorizou a região, ajudou a cidade a crescer e emprega milhares de pessoas. Essa narrativa, contada pela mídia tradicional e sustentada pelo poder público municipal, reproduz a hegemonia do capital,

e mesmo sendo contrária aos interesses objetivos da maioria da população, ela ecoa nas interpretações dessa maioria sobre o empreendimento.

Usamos narrativa como Bahule (2018), no prefácio de um romance de Paulina Chiziane: à pergunta de por que Roland Barthes afirmou que a narrativa “existe como a própria vida”, seu personagem responde “porque nela encontra-se o lugar de significação do homem; porque nela constrói-se a visão do mundo – aqueles elementos que nos ajudam a representar e a dar sentido a nossa realidade” (p. 5).

Nosso objetivo com esta pesquisa é construir uma narrativa contra-hegemônica sobre o Reserva Jequitibá, desvelando relações, interesses e dinâmicas na produção e destruição do espaço no sistema capitalista, que beneficiam apenas uma pequena parcela da população.

Para contar essa história, entrevistamos pessoas envolvidas direta e indiretamente com o empreendimento, fizemos visitas de campo, pesquisas investigativa, documental e bibliográfica.

No princípio da pesquisa, nossa intenção era escrever um romance, juntando os saberes científicos com os saberes das pessoas envolvidas no empreendimento, suas vidas e nossas observações, de uma forma que a escrita científica nunca poderia. Era um jeito de juntar dois interesses meus, as ciências humanas e a escrita literária, e um palpite de que uma narrativa assim seria mais difundida entre as pessoas, potencializando problematizações sobre o que é naturalizado pela hegemonia. Também escreveria contos, que mostraríamos às pessoas entrevistadas para investigar se alteravam a forma como elas interpretavam o empreendimento e a cidade.

Ao final, escrevi alguns contos e apenas uma parte do romance, mas não desenvolvemos a hipótese sobre seus impactos nas interpretações das pessoas.

Ao invés disso, para contar uma história contra-hegemônica sobre o Reserva Jequitibá, nos empreendemos em três esforços.

O primeiro é da pesquisa histórica, para entendermos a história do Santa Rosa e do Reserva Jequitibá até os dias de hoje. Nele, fizemos pesquisas bibliográfica e documental, conversas e entrevistas.

O segundo é a análise crítica sobre o empreendimento e o bairro. A fundamentação teórica dessa análise veio pela pesquisa bibliográfica interdisciplinar, mas a análise é feita em diálogo com os saberes e as interpretações de mundo das pessoas que entrevistamos na pesquisa, suas histórias de vida e as observações de campo.

O terceiro é a escrita literária, um processo de internalização da pesquisa, de apreensão sensível do empreendimento, do bairro, dos seres que vivem e passeiam por ali.

Os esforços não foram feitos de forma separada, a separação é feita em nossa teorização sobre a prática. Tudo se influencia, e na pesquisa histórica também nos valem de apreensões sensíveis, na escrita literária das pesquisas bibliográficas, na análise crítica dos documentos.

Com esses esforços, compreendemos como o Reserva Jequitibá se valorizou e valoriza, e os impactos disso. Captamos as pequenas contra-hegemonias nas vidas e nos saberes de pessoas e ciências, percebemos as sutilezas e subjetividades que passeiam e vivem no bairro, e as relações e confusões entre público e privado. Compreendemos os interesses conflituosos das pessoas, empresas e classes envolvidas no empreendimento, com capacidades desiguais de influir na realidade.

Esta dissertação é uma história sobre como a terra foi roubada, continua sendo roubada e trabalhada por tantas pessoas escravizadas ou exploradas, para enriquecer umas poucas pessoas da classe hegemônica em nosso país.

### **1.1 Justificativa**

Para nós, a importância desta pesquisa está na urgência de construirmos narrativas contra-hegemônicas sobre a cidade e a vida urbana, que sensibilizem as pessoas.

A compreensão do mundo pela narrativa hegemônica interessa à classe que tem hegemonia na sociedade e, portanto, à manutenção das atuais estruturas sociais, à manutenção dessa sociedade. As crises social, ambiental e humana que vivemos são causa e consequência desse modelo de sociedade. Mantê-la seria continuar e aprofundar essas crises, rumando para sociedades de barbárie generalizada e esperanças arrasadas.

Precisamos construir futuros com outros modos de vivermos em sociedade e no mundo se quisermos enfrentar e superar essas crises.

Nossa narrativa contra-hegemônica é comprometida com esses futuros. É uma compreensão crítica da realidade que desnaturaliza o que a hegemonia torna natural, problematizando as construções sociais e históricas que produzem e reproduzem as crises. Essa dissertação pretende contar o que foi silenciado, esquecido, ignorado e distorcido pela narrativa hegemônica sobre o Reserva Jequitibá.

Compreendemos que uma narrativa precisa sensibilizar as pessoas para ser compartilhada, precisa fazer sentido para as pessoas. Para sensibilizar, construímos nossa narrativa com as vozes de pessoas envolvidas no empreendimento e usamos, e somos usados, pela escrita literária.

Usamos a literatura para mostrar outros mundos possíveis, fazer comunicações entre saberes e encontros entre seres que não costumam se encontrar. Para falar o que não podemos falar pela ciência. Somos usados pela literatura porque as palavras também nos dominam e o processo de escrita nos leva a lugares, sentimentos e reflexões novos e imprevisíveis.

Essa pesquisa também contribui para tornar a ciência “patrimônio das massas”, como defendia Gramsci.

Para ele, a população compreender o presente real de forma coerente e unitária era um evento filosófico muito mais importante que qualquer descoberta individual que ficasse exclusiva aos conhecimentos de um pequeno grupo de intelectuais. Essa compreensão seria fruto da socialização das verdades já descobertas pela ciência (GRUPPI, 1978).

Ao reconhecermos a diversidade de epistemologias no mundo, que a busca da verdade não é exclusividade da ciência (WALLERSTEIN, 2002) e a importância do diálogo entre saberes e culturas (BAUMAN, 2003; SANTOS, 1987) para encontrarmos caminhos de enfrentamento e superação daquelas crises, buscamos a popularização da ciência, torná-la patrimônio das massas, mas no sentido dado por Germano e Kulesza (2007), sintetizando o trabalho de outros teóricos, movimentos sociais e educadores populares, de popularização como um processo dialógico, em que a ciência é colocada à serviço da população, dos povos oprimidos, respeitando seus diferentes saberes e formas de conhecer.

Portanto, tentamos com essa pesquisa não apenas socializar parte do saber científico, mas fazer diálogos entre a ciência e outras formas de apreensão e compreensão<sup>3</sup> do mundo.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Construir uma narrativa contra-hegemônica sobre o empreendimento imobiliário Reserva Jequitibá, no bairro Santa Rosa, na cidade de Piracicaba, a partir de uma pesquisa histórica, análise crítica e escrita literária sobre empreendimento e bairro.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Investigar e compreender a história do empreendimento imobiliário Reserva Jequitibá e do bairro Santa Rosa;

---

<sup>3</sup> Usamos apreensão como algo sensível e compreensão como algo racional.

- Conhecer as histórias de vida, os sonhos e as interpretações sobre o empreendimento Reserva Jequitibá e o bairro Santa Rosa, de pessoas com diferentes relações com o empreendimento;
- Analisar criticamente o empreendimento imobiliário Reserva Jequitibá a partir de temas interdisciplinares levantados pelas pesquisas bibliográfica, investigativa e documental, pelas entrevistas e observações de campo;
- Construir e incentivar diálogos entre saberes e disciplinas científicas sobre as problemáticas compreendidas no caso;
- Desenvolver narrativas literárias como um processo de interiorização da pesquisa e de apreensão sensível do caso.



## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2019, p. 11).

O que nos aparece como o mundo é apenas um entre tantos invisíveis e mudos aos pensamentos que nascem e morrem nas fronteiras da ideologia capitalista.

Tentaremos não universalizar as experiências e os saberes desta pesquisa. Para isso, começamos a revisão bibliográfica na realidade concreta de nosso caso, seu contexto, um bairro em uma cidade de um município do interior paulista do Brasil.

Começamos no aqui e no quase agora, em um evento no ano de 2008 que desencadeou as configurações sociais, espaciais, ambientais e políticas desse bairro hoje.

Do local e específico partimos na busca do total, de descobrir o que é compartilhado com outros locais e o que é específico. Invertemos, assim, o processo de investigação científica que opera pelo afunilamento, indo de uma grande área para uma especialidade. Nos apoiamos, de certa forma, não necessariamente a certa, em Santos (2008) e em Freire (1983), para quem a capacitação para mudar a realidade está na superação da experiência imediata, do aqui e do agora, para se descobrir em uma totalidade.

Por esta ser uma pesquisa interdisciplinar, não pretendemos esgotar as leituras existentes sobre os temas da pesquisa, isso não seria possível com alguns anos de leitura, mas que a revisão bibliográfica sirva para compreendermos o contexto. Para isso, neste capítulo vamos e voltamos, do concreto para o teórico, do início ao fim.

A análise do contexto e sua decodificação em busca da totalidade estão dentro de um recorte da realidade, que segue um objetivo. O recorte não é um antolho<sup>4</sup>, mas a compreensão de que o tamanho e a complexidade da realidade fazem preciso escolher objetivamente como vamos encará-la. Fazer um recorte crítico é compreender que nossas escolhas derivam de concepções de mundo, portanto não existe recorte e pesquisa neutros — como Freire (1983) nos alertou décadas atrás de que nenhuma conscientização é neutra e “quem fala de neutralidade são precisamente os que temem perder o direito de usar de sua ineutralidade em seu favor” (p. 77).

---

<sup>4</sup> Ferramenta colocada ao lado dos olhos de alguns animais para impedir sua visão lateral.



Compreender a não neutralidade dos recortes e das pesquisas é escolher conscientemente que realidades queremos estudar, criticar e ajudar a construir ou destruir com a nossa pesquisa.

## **2.1 A vinda da Hyundai para Piracicaba**

No dia 18 de setembro de 2008, o governador do Estado de São Paulo, José Serra, e a subsidiária brasileira da multinacional automobilística Hyundai Motor Company, Hyundai Motor Manufacturing Brasil, assinaram um protocolo de intenções para a instalação de uma fábrica da multinacional em Piracicaba, um município de tamanho médio no interior do estado. Em seus agradecimentos iniciais, o governador saudou antes o presidente da multinacional, depois o prefeito do município (SÃO PAULO, 2008).

A fábrica foi construída em uma plantação de cana de açúcar na área rural do município, próxima à borda nordeste da cidade. Para tal, a Prefeitura de Piracicaba passou e aprovou na Câmara de Vereadores a Lei Complementar 222/08, que ampliava o perímetro urbano na região. Ela também comprou as terras onde seria construída a fábrica, as terraplanou e doou para a Hyundai.

O município de Piracicaba e o Estado de São Paulo competiram contra muitas cidades, estados e países para conseguir trazer a fábrica da multinacional. Nesse tipo de competição, ganha quem oferecer o lugar mais lucrativo para a empresa.

Para cumprir as promessas feitas à Hyundai, a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou a Lei Ordinária N° 6336/2008, que garantia a doação do terreno já terraplanado para a multinacional; isenções fiscais de diversos impostos para ela e as empresas satélites que a acompanharam (fornecedoras de peças); provisão de infraestrutura urbana (pavimentação de ruas, implantação de rede de energia elétrica e iluminação pública, construção de redes de água e esgoto etc.); modernização da Escola Técnica Estadual (ETEC) e construção de uma outra, de uma faculdade e um Instituto Federal; ampliação de uma subestação de energia elétrica para fornecer a energia necessária às fábricas; e construção de um anel viário para escoar a produção (SORRENTINO, 2019).

Além disso, segundo questionário aplicado por Takami (2017), a Hyundai disse ter sido particularmente atrativo os sindicatos dos trabalhadores e dos patrões da cidade negociarem localmente as convenções de trabalho.

O município competiu, oferecendo também suas condições sócio espaciais (proximidade de grandes centros urbanos, uma boa malha viária para escoar a produção, escolas bilíngues para as filhas e os filhos dos sul-coreanos que viessem, entre outras) e ganhou.

Essa competição entre localidades para atrair investimentos internacionais, oferecendo benefícios como isenção de impostos e doação de terrenos, é chamada guerra fiscal.

## 2.2 Guerra fiscal

A guerra fiscal que trouxe uma fábrica da Hyundai para Piracicaba faz parte do processo das empresas multinacionais transbordarem de seus países sede e distribuírem suas fábricas pelo mundo. Esse processo é movido, obviamente, pelo lucro. Por formas de lucrar mais (TAKAMI, 2017).

Os motivos são variados. No país sede, por exemplo, as legislações ambientais podem estar mais fortes que a empresa gostaria, forçando gastos produtivos para adequar sua matriz energética ou destinar corretamente seus resíduos. A empresa, então, migra parte de seu processo produtivo, ou todo ele, para países com uma legislação ambiental mais fraca. Esse caso é muito bem ilustrado pelo “Memorando Summers” (ACSELRAD, 2013).

Em 12 de dezembro de 1991, às vésperas da Rio 92, o economista-chefe do Banco Mundial, Lawrence Summers, enviou um memorando interno aos seus colegas dizendo “Cá entre nós, o Banco Mundial não deveria estar incentivando mais a migração de indústrias poluentes para os países menos desenvolvidos?”, e citou três motivos para isso: 1) as mortes nos países pobres têm custo menor que nos países ricos, pois seus habitantes recebem salários menores, lógica econômica para ele “perfeita”; 2) os países menos desenvolvidos são subpoluídos, ele diz sempre ter pensado que a qualidade do ar dos países da África é vasta e ineficientemente poluída; e 3) o meio ambiente é uma preocupação estética e de saúde de pessoas com boas vidas, além dos pobres não viverem tempo suficiente para sentirem os efeitos da poluição. O documento foi vazado, amplamente criticado e Summers e seus amigos disseram que era apenas uma brincadeira entre economistas, meramente técnica<sup>5</sup>.

A migração das empresas, ou de parte de seus processos produtivos, pode ocorrer também pelos custos de mão de obra. Em países com regulações trabalhistas fortes, os custos são maiores que em países desregulados, que deixam os trabalhadores à mercê das negociações locais com o patrão, com uma massa de desempregados e o terror da miséria atrás deles — como na negociação local das convenções trabalhistas citada pela Hyundai. “A globalização do capital ocorre simultaneamente com a localização do operariado”, disse Santos (1997, p.147).

---

<sup>5</sup> Após o Banco Mundial, Summers foi secretário do tesouro dos Estados Unidos da América no governo de Bill Clinton, presidente da Universidade de Harvard e diretor do Conselho Econômico Nacional no governo de Barack Obama.

Outro motivo, citado por Ferreira (2007), é buscar em cada localidade o que ela pode oferecer de melhor. Esse é um dos porquês de a migração ser também um desmembramento, possibilitado pelos avanços tecnológicos, dispersando suas etapas produtivas por todo globo, subcontratando empresas terceiras e mantendo consigo apenas as funções mais estratégicas (TAKAMI, 2017). No caso da Hyundai em nosso município, a fábrica instalada é uma montadora de automóveis, em um momento em que o consumo de automóveis no Brasil aumentava, devido a políticas nacionais de incentivo<sup>6</sup> ao setor automobilístico e ao aumento do consumo da população, consequência da diminuição das taxas de desemprego, do aumento real do salário mínimo e da abertura de linhas de crédito para pessoas físicas.

As multinacionais se espalham pelo mundo e os lugares guerreiam com as armas que têm e que interessam ao capital internacional para receber seus investimentos (aqui na forma de indústrias): isenções fiscais e atuação do poder público para modelar o espaço em acordo às suas necessidades (TAKAMI E MENDES, 2017). É a “pulverização do espaço público e sua saturação por conflitos intercomunitários”, a “desordem local” que a ordem global precisa para se manter sem preocupação, “desengajando” quando quer (BAUMAN, 2003, p. 96) — o enraizamento das multinacionais nas localidades é frágil e ela desengaja assim que outro lugar passa a ser mais vantajoso.

A guerra fiscal entre as localidades do mundo capitalista, como causa e consequência, pode ser analisada de alguns jeitos. Para Harvey (2005), ela é consequência do abandono dos municípios pelos países que, sem dinheiro e ajuda, recorrem ao “empreendedorismo urbano” como forma de trazer para si o ônus da geração de receitas e empregos. Castells parece observar o início desse processo na Espanha do fim do franquismo, entre as décadas de 70 e 80, quando fala da tendência à centralização do Estado e uma “asfixia financeira das administrações locais” (CASTELLS, 1980, p. 171).

A guerra fiscal pode ser analisada como consequência do enfraquecimento dos Estados-nações: o poder, “enquanto incorporado na circulação mundial do capital e da informação, torna-se extraterritorial, enquanto as instituições políticas existentes permanecem, como antes, locais” (BAUMAN, 2003, p. 89). O poder é globalizado, as instituições políticas que o regulam continuam locais. O Estado-nação enfraquece, sem recursos para suas políticas e

---

<sup>6</sup> Um dos principais incentivos foi a redução do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), a partir de 2008, que barateou o preço dos automóveis para os consumidores e foi considerada uma das medidas que “blindou” o país da crise financeira de 2008. EL PAÍS BRASIL. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/03/politica/1404390657\\_790031.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/03/politica/1404390657_790031.html)>. Acesso em: 04 nov. 2021; DIÁRIO DO TRANSPORTE. Disponível em: < <https://diariodotransporte.com.br/2013/07/07/dobradinha-luladilma-deu-mais-incentivos-a-carros-que-a-transportes-publicos-e-programas-sociais/>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

segue a desregulamentação imposta pelo poder financeiro para circular nele. Faz guerra contra outros países para atrair os investimentos desse poder.

Mesmo ganhando, os investimentos já não são aqueles sonhados antigamente. Com a robotização e automação dos processos produtivos, os novos regimes de acumulação flexível que vieram com a revolução toyotista, flexibilizando as etapas produtivas, administrativas e de distribuição, essas fábricas empregam menos trabalhadores (TAKAMI, 2017). Potencializadas no Brasil ainda pela reforma trabalhista aprovada no governo de Michel Temer, após o golpe em Dilma Rousseff em 2016, esses trabalhadores recebem menores salários e têm maiores cargas horárias.

Além disso, o poder internacional paga menos ou nenhum imposto, pois as localidades ofereceram isenções de todos impostos possíveis para ganhar a competição por ele. E os Estados tendem a continuar com recursos relativamente escassos.

O capital internacional vai às localidades que trazem mais benefícios e se reproduz nessas localidades gerando lucro. A partir do momento em que o lugar deixar de ser competitivo, ou seja, começar a querer cobrar impostos, dar mais direitos aos trabalhadores, aprovar uma legislação ambiental mais forte, o capital se “deslocaliza” — sai daquele local e vai para um mais vantajoso.

É essa a fragilidade do enraizamento do capital nas localidades: apesar de fincar suas raízes profundamente, podendo gerar milhares de empregos à cidade e dar um respiro à sua miséria, ele não tem nenhum vínculo com o lugar que o impeça de sair assim que outro fizer uma proposta melhor. A cidade não pode sair, nem seus trabalhadores com a mesma facilidade, ficando lá, abandonados. Nesse contexto, o capital internacional tem um poder óbvio sobre as localidades. É o que Acselrad (2013) chama “chantagem locacional”. Os locais à mercê da chantagem do capital global.

Esse processo é causa e consequência do mundo atual. Pela miséria e desempregos generalizados, as localidades competem, fazem uma guerra de todos contra todos, em que o único vencedor é o capital internacional. Milton Santos (2000) via isso como o fim da solidariedade, de forma semelhante com o fim da solidariedade e das relações outrora revolucionárias entre os trabalhadores que Bauman (2005), anos depois, viu com a flexibilização das relações trabalhistas e o aumento do desemprego<sup>7</sup> na Inglaterra, e que Harvey (2013) viu com a “ética neoliberal de individualismo”.

---

<sup>7</sup> O empreendedorismo urbano é como o empreendedorismo individual: competição contra tudo e contra todos. Fim dos sindicatos fortes e das relações de confiança e ajuda, de solidariedade com o outro.

### 2.3 Um empreendimento imobiliário

A vinda da Hyundai e dos investimentos públicos oferecidos para trazê-la, valorizaram as terras onde ela seria construída, no nordeste do município de Piracicaba. Ao lado da multinacional, eram 2 quilômetros de plantação de cana de açúcar até chegar na malha urbana, em um bairro popular.

Essas terras de cana entre a multinacional e o bairro, agora valorizadas pelos investimentos milionários na região, pertenciam à Cosan, uma empresa que nasceu no município e é hoje a maior produtora de açúcar e álcool do país. Seu dono, o bilionário Rubens Ometto, é um membro importante da burguesia local e brasileira.

No ano seguinte ao anúncio da vinda da Hyundai, a Cosan criou uma incorporadora imobiliária chamada Aguassanta Desenvolvidores Imobiliários (D.I.). No mesmo ano, a Aguassanta D. I. começou seu primeiro empreendimento imobiliário, um condomínio de luxo da marca Alphaville, nessas terras de cana agora valorizadas entre a multinacional e o bairro popular.

A parcela mais rica da classe média local foi arrebatada pela marca do condomínio e formou fila para pegar senhas em seu estande de vendas. Para poupar os clientes ricos do absurdo de ficar 12 horas no sol esperando uma senha, as imobiliárias locais pagaram quarenta reais para quem ficasse no lugar deles, com uma procuração individual para cada cliente<sup>8</sup>. No dia seguinte, os 344 lotes do condomínio foram vendidos em 3 horas e 13 minutos<sup>9</sup>, dando algo em torno de 80 milhões de reais à Cosan<sup>10</sup>.

Dois anos depois, em parceria com uma imobiliária tradicional da cidade, a Aguassanta D. I. anunciou um grande empreendimento imobiliário de luxo, que abarcaria o Alphaville e o resto de suas terras na região. Era o dia 11 de novembro de 2011 e uma matéria na página treze de um jornal local anunciava em letras garrafais “Um novo conceito: Bairro planejado de uso misto está associado à ideia de sustentabilidade”. No texto da matéria, um dos empresários destaca a “localização privilegiada” do lugar, “já que a região se transformou no principal vetor de desenvolvimento” do município (RODRIGUES, 2011).

Um grande empreendimento com vários empreendimentos dentro, interligados, contendo “uma opção completa para quem pretende viver, trabalhar, desfrutar do lazer e esporte” (Ibidem): três condomínios fechados de alto padrão (o Alphaville é um deles), hotel de luxo, “garden mall”, torres corporativas, colégio particular, universidade pública. Segundo a

---

<sup>8</sup> JORNAL DE PIRACICABA. *Lote de grife gera fila no Santa Rosa*. 19 de novembro de 2009, p. B1.

<sup>9</sup> No ano seguinte, matérias do mesmo jornal relembram o ocorrido, mas falam que os lotes foram vendidos em 2 horas. Ver JORNAL DE PIRACICABA. *Terrenos no Santa Rosa valorizam até 70%*. 23 de abril de 2010, p. A5.

<sup>10</sup> JORNAL DE PIRACICABA. *Alphaville movimenta R\$ 80 mi em 3h*. 20 de novembro de 2009, p. B1.

matéria, “um dos mais modernos e inovadores projetos imobiliários sustentáveis do Brasil” fica localizado “em região próxima à Hyundai, Parque Tecnológico e Raízen” (Ibidem).

Para localizarem a região, poderiam dizer que ficava naquele bairro popular, o Santa Rosa, mas nenhuma menção a ele é feita na matéria, provavelmente pela confusão que criaria um bairro planejado estar dentro de um bairro.

E, de fato, indo até lá acreditamos estar indo até um bairro. As placas na rodovia, o acesso mais fácil saindo do centro da cidade, apontam a entrada para o bairro e para o empreendimento, a mesma entrada, os dois nomes nas placas. Depois, já no bairro, uma rotatória dá a saída para o empreendimento e, na entrada da saída, uma placa diferente das outras, mais moderna e perto do chão, nos avisa que estamos entrando no Reserva Jequitibá.

Sutil e abruptamente, tudo parece mudar. Se estivermos atentos, perceberemos o asfalto liso e sem buracos, as ruas das duas mãos largas, o canteiro do meio largo, a grama bem cortada, as árvores aparentemente saudáveis. Depois vemos os carros de luxo, a entrada vasta e vastamente policiada do Alphaville.

Apesar dos esforços da Cosan e da prefeitura, o empreendimento ainda faz parte do bairro. Ele é anunciado como um bairro planejado “único e exclusivo” (JEQUITIBÁ, 2022) para se desvincular do seu real bairro, historicamente popular<sup>11</sup>. Não ignoramos seus esforços, e nessa pesquisa nos referimos ao empreendimento e ao bairro, frequentemente, como lugares distintos.

Para Otero (2016), esse empreendimento faz parte da migração das elites piracicabanas nas primeiras décadas do século XXI, abandonando seu espaço histórico, o centro, e se mudando para loteamentos fechados de alto padrão — inclusive em áreas periféricas. O principal fator de localidade não é mais a centralidade, mas ter uma boa malha viária, para acessarem com facilidade a cidade e outros municípios em seus automóveis individuais de luxo.

Essa migração foi tardia em relação às elites de outros municípios brasileiros. Para Lage, Maia e Leonelli (2018), as elites piracicabanas demoraram a migrar para os loteamentos fechados, pois os primeiros loteamentos na cidade não eram servidos de infraestrutura e equipamentos públicos e eram próximos a favelas. Segundo Maia (2015), o mercado imobiliário piracicabano tentou lançar o produto do condomínio fechado (imitando a metrópole) na década de 90, mas fracassou.

---

<sup>11</sup> Nas diversas matérias da imprensa local, além dos anúncios do empreendimento, o Reserva é sempre definido como bairro planejado, bairro autossustentável, melhor bairro planejado, bairro mais sustentável e adjetivos afins, nunca fazendo menção ao Santa Rosa.

Nas primeiras décadas do milênio 2000, os loteamentos fechados se consolidam nos vetores de expansão da cidade, acompanhando os investimentos públicos nas regiões. É o caso, na região norte, dos condomínios fechados do Reserva Jequitibá e os investimentos públicos no Parque Tecnológico e no Parque Automotivo (onde está a Hyundai).

O movimento da elite local dos centros históricos aos condomínios fechados e superprotegidos, apesar de tardio, acompanha o movimento das elites nacionais e internacionais. Esse processo, em sua versão europeia, é analisado por Bauman (2003) como parte das relações e do mundo modernos — que ele chamou de “líquidos”. A segurança que as elites buscam é um muro alto e policiado que as separe dos outros, dos diferentes, salvando-as da dificuldade que é conhecer e construir relações com uma pessoa diferente. Um homem rico branco quer a segurança de viver em uma comunidade com pessoas espelhos dele, homens ricos brancos. Essa é uma pequena segurança existencial que sua carteira gorda pode comprar. Para Bauman, as classes médias, com os mesmos problemas existenciais, torram seus escassos recursos em versões mais acessíveis dos condomínios de luxo.

Em sua dissertação de mestrado sobre a presença ou ausência de pessoas negras nos condomínios horizontais fechados de alto padrão de Piracicaba, Miguel (2008) constatou que no total de 2.129 lotes desses condomínios viviam apenas sete famílias negras. A pesquisa é anterior aos condomínios do Reserva Jequitibá. Para ela, a ausência de população negra nos condomínios fechados de alto padrão é não só uma questão econômica, mas de não identificação do indivíduo negro com esse espaço.

Na modernidade líquida de Bauman (2003), as comunidades refletem um mundo marcado pelas inseguranças existenciais e das relações. O pertencimento à comunidade é líquido, incerto — a qualquer momento podemos ser expulsos pela alta do aluguel ou pela oferta de emprego em outro lugar. É o fim dos bairros familiares, seguros, que todos se conhecem e as crianças brincam nas ruas.

É como Christian, curador de um museu de arte contemporânea em Estocolmo, personagem principal do filme *The Square*, de 2017, contando aos filhos sobre sua infância no século passado, quando pais confiavam seus filhos aos cuidados de toda comunidade e ele brincava livre pelas ruas, sem medo.

Pouco depois, Christian empurra da escada de seu prédio de classe média-alta uma criança moradora de um conjunto habitacional periférico, que foi tirar satisfações por uma carta em que Christian ameaçava todos os moradores do conjunto por supostamente estarem envolvidas no roubo de seu smartphone (THE, 2017).

Os condomínios fechados de alto padrão do nosso empreendimento têm muitas semelhanças com os condomínios fechados de alto padrão europeus, analisados por Bauman. Condomínios marcados pelo medo do que espreita do outro lado de muros altos, cercados e vigiados por câmeras sem ponto cego, patrulhados todas as horas do dia por guardas armados.

## 2.4 Valorização e localização

Segundo Otero (2017), as terras no Reserva Jequitibá eram as mais baratas da cidade no começo deste século. Entre 2001 e 2015, último ano de suas medições (já com os empreendimentos do Reserva), elas valorizaram 2500%. Foram as terras que mais valorizaram na cidade.

Elas valorizaram com a vinda de investimentos públicos e privados milionários na região, como a construção da fábrica da Hyundai, a construção de um anel viário a poucos quilômetros dali — muito anunciado nas propagandas do Reserva Jequitibá<sup>12</sup> e parte das negociações para trazer a Hyundai —, de um Instituto Federal de São Paulo (IFSP), uma Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatec), do Parque Tecnológico, e pela transformação de uma área pública em um parque público, o Parque Jequitibá, que foi “adotado” e “reformado” pela Aguassanta D. I..

Em 2010, um jornal local anunciava, repetidamente, como a vinda da multinacional e de “outras empresas” valorizaram 70% os imóveis do bairro, tornando ele o “vetor de crescimento” da cidade<sup>13</sup>.

As terras valorizaram por sua localização se tornar mais competitiva, oferecendo mais atrativos e se destacando em relação a outros lugares.

Segundo Ferreira (2013), *localização* é o principal conceito para entender o espaço urbano no capitalismo. As mercadorias de uma cidade, como as casas, têm seu valor definido não apenas pelo trabalho necessário para construí-las, ou pela regra de oferta e demanda, pois a própria cidade é um espaço construído pelo trabalho social. A casa não existe sem o encanamento que traz água limpa e leva água suja, sem os fios e postes que trazem energia elétrica, as ruas e calçadas asfaltadas para dar acesso à casa e da casa à cidade, a iluminação pública dessas ruas e calçadas e, no geral, a cidade da qual ela faz parte. Portanto, a valorização de um pedaço de terra na cidade se dá por sua localização, uma conjugação de

---

<sup>12</sup> “Conectado ao novo anel viário” é uma das quatro informações principais anunciadas na localização do empreendimento em seu sítio eletrônico, ao lado de “Fácil acesso pelo Rod. SP-147”, “2 km do shopping” e “Ao lado de grandes empresas”. RESERVA JEQUITIBÁ. Disponível em: <<http://www.reservajequitiba.com.br/#localizacao>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

<sup>13</sup> JORNAL DE PIRACICABA. *Vetor de crescimento*. 23 de abril de 2010, p. A2.



quatro fatores: a infraestrutura urbana, ou “o trabalho social necessário para tornar o solo edificável”; as construções que existem ali; sua acessibilidade; e a demanda (FERREIRA, 2005, p. 9).

Como Rolnik (1995) explica, a diferença do preço da terra entre os bairros “nobres” e a periferia esquecida pelo Estado é “antes de mais nada o superequipamento de um e a falta de infra-estrutura do outro”. A infraestrutura urbana é levada pelo Estado, portanto esse esquecimento não é acidental. O poder público se lembra, ou talvez seja lembrado, de levar infraestrutura e equipamentos públicos para lugares de interesse do capital imobiliário. Lugares que enquanto não valorizam ficam abandonados, vazios, sem qualquer função social.

[...] alguns terrenos vazios e algumas localizações são retidas pelos proprietários, na expectativa de valorizações futuras, que se dão através da captura do investimento em infra-estrutura, equipamentos ou grandes obras na região ou nas vizinhanças. Isto provoca a extensão cada vez maior da cidade, gerando os chamados “vazios urbanos”, terrenos de engorda, objeto de especulação (ROLNIK, 1995, p. 64).

O combate à especulação imobiliária e aos vazios urbanos feitos por ela são objetivos do Plano Diretor de nosso município, apesar de na última revisão eles aparecerem nos capítulos dos objetivos das zonas e macrozonas e não mais nos objetivos gerais do plano<sup>14</sup>.

O Plano Diretor é a principal legislação municipal de regulação urbana, tornado obrigatório para cidades com mais de vinte mil pessoas pela Constituição de 1988 e instrumentalizado pelo Estatuto da Cidade, lei federal de 2001, que estabeleceu princípios e instrumentos para o planejamento e regulação urbano, orientado por cidades mais democráticas, justas e sustentáveis.

Como veremos nessa pesquisa, e como também foi mostrado por Goulart, Terci e Otero (2013 a), o Plano Diretor de Piracicaba de 2006 estabeleceria o congelamento do perímetro urbano da cidade. Ela ficaria impedida de crescer horizontalmente, na conversão de terras rurais em urbanas, sendo obrigada a ocupar seus vazios para suprir as novas demandas de habitações, muitos desses vazios inclusive habitações já construídas em partes da cidade com boa infraestrutura. Em 2006, ano em que o Plano foi aprovado e o perímetro seria congelado, 50% da cidade eram vazios urbanos. Mas, por uma troca no governo do município, essa

---

<sup>14</sup> PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA. Disponível em: <<http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/Lei-Complementar-186-2006-atualizada-a-LC367-2016.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2021; <[http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/LC-405-19\\_Plano\\_Diretor-consolidado.pdf](http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/LC-405-19_Plano_Diretor-consolidado.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2021.

proposta foi alterada e o perímetro não foi congelado. Doze anos depois, os vazios chegaram a 54%<sup>15</sup>.

Os vazios cresceram porque o perímetro urbano cresceu. Pois o processo que envolve a conversão e mercantilização de terras rurais em urbanas, o crescimento horizontal da cidade, é muito lucrativo para os capitais envolvidos.

Esses capitais, que ditam a produção dos espaços urbanos — conversão de terra rural em urbana; construção de habitações; abandono de habitações já construídas e terrenos já incorporados à malha urbana para especulação imobiliária; desapropriação, destruição e remodelamento do espaço para formas mais lucrativas — são os capitais que Maricato separa entre:

1) incorporação imobiliária (um tipo de capital comercial inicialmente estudado por Christian Topalov em 1974); 2) capital de construção de edificações; 3) capital de construção pesada ou de infraestrutura; e 4) capital financeiro imobiliário. Harvey localiza nesse grupo também os proprietários de terra que podem constituir obstáculos ao processo de reprodução desses capitais ou se associar a eles (MARICATO, 2015, p. 22).

Esses capitais pressionam o poder público para alterar a legislação e viabilizar seus empreendimentos. Assim, desde a aprovação do Plano Diretor em 2006, foram feitas e aprovadas diversas Leis Complementares (L.C.) que aumentavam pontualmente o perímetro urbano, nos lugares que viabilizariam empreendimentos do mercado imobiliário (GOULART, TERCI & OTERO, 2013), ou em lugares de parceria do poder público com o privado, como na vinda da Hyundai.

Segundo Ferreira (2005), os poderes públicos municipais no Brasil atuam, historicamente, pelos interesses das elites. Segundo Villaça (1999), nos momentos históricos em que a hegemonia da burguesia está bem assegurada, seu plano para a cidade é divulgado e levado a cabo abertamente pelo poder público, como nas políticas de expulsão do povo pobre dos centros das cidades e de melhoramentos nos bairros “nobres” dessa burguesia. Nos momentos em que sua hegemonia está enfraquecida, o poder público atua às escondidas por ela, ocultando as reais causas dos problemas urbanos (a hegemonia burguesa) e sua omissão com discursos que naturalizam os problemas das cidades.

Para Ferreira (2005), a atuação do poder público no espaço urbano está em produzir “recorrentemente a diferenciação espacial desejada pelas elites” (p. 11). Diferenciação de localização, seja flexibilizando a legislação para viabilizar seus empreendimentos, seja

---

<sup>15</sup> GAZETA DE PIRACICABA. Disponível em: <[http://www.gazetadepiracicaba.com.br/\\_conteudo/2018/06/home/565698-projeto-especifico-para-o-centro-no-pdd.html](http://www.gazetadepiracicaba.com.br/_conteudo/2018/06/home/565698-projeto-especifico-para-o-centro-no-pdd.html)>. Acesso em: 07 ago. 2020.

levando infraestrutura urbana e equipamentos públicos para bairros nobres ou regiões aparentemente abandonadas, que não estão abandonadas mas esperando a valorização que o trabalho social feito pelo Estado trará a elas, para serem mercantilizadas em formas mais lucrativas — como um Reserva Jequitibá.

## 2.5 Estado, luta de classes e patrimonialismo

A atuação do Estado ajudou a valorizar o Reserva Jequitibá, seja nos equipamentos públicos que fez ali e nos arredores; na parceria público-privada para transformar uma área pública ali dentro (mas que não é realmente dentro) em um parque<sup>16</sup>, deixando a manutenção do parque ao Estado; ou nos esforços para dissociar o empreendimento do bairro, como nas placas de indicação nas ruas, avenidas e rodovia. Essa atuação, junto aos discursos de empreendedor e prefeitura — fazendo parecer, por vezes, que são todos empreendedores<sup>17</sup> — mostram uma relação de intimidade entre a burguesia e seus representantes, e o Estado e seus representantes.

No Brasil, o poder público municipal tem a função de regular as cidades. Como expressão local do Estado, nele acontecem as mesmas disputas de poder, disputas que intelectuais marxistas chamam de “luta de classes”.

Segundo Castells (1980), o Estado representa os interesses sociais que o constituem, mas a relação desses interesses é de tensão e negociação. Ele é a “*crystalização histórica da luta de classes*” (p. 28), reflexo da composição de poderes na sociedade, fruta da luta entre as classes. A classe hegemônica na sociedade é a classe hegemônica no Estado. No capitalismo, essa classe é a burguesa, mas a hegemonia não é total e permanente: outra classe pode se tornar hegemônica (revolução) ou ganhar forças e mudar a correlação de poder sem ganhar hegemonia, mas tensionando as negociações para seu lado.

No Brasil, segundo Ferreira (2005), os poderes públicos municipais estão historicamente ao serviço da elite, mostrando que os burgueses e os latifundiários, historicamente a elite nas cidades brasileiras, foram hegemônicos na sociedade e no Estado.

---

<sup>16</sup> Segundo matéria no sítio eletrônico da imobiliária parceira da Aguassanta, o parque acaba por “agregar ainda mais valor a um entorno já bastante valorizado, que se transforma em vetor de crescimento e de desenvolvimento”. FRIAS NETO CONSULTORIAS DE IMÓVEIS. Disponível em: <<https://blog.friasneto.com.br/parque-jequitiba-sera-inaugurado-com-corrida-e-caminhada/>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

<sup>17</sup> A matéria sobre a inauguração do parque no sítio eletrônico da prefeitura consegue fazer mais propaganda do empreendimento que a da própria imobiliária, se referindo ao parque como “o maior e mais moderno” da cidade. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA. Disponível em: <<http://www.piracicaba.sp.gov.br/imprimir/parque+publico+da+cidade+sera+inaugurado+domingo.aspx>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

Uso aqui, por vezes, a segmentação de classes sociais e suas definições no contexto brasileiro feitas por Souza (2017). Elite, classe média, classe trabalhadora e o que ele chama com ironia de “ralé dos novos escravos”, uma classe descendente das pessoas negras escravizadas, que depois de libertas foram marginalizadas e excluídas das dinâmicas capitalistas clássicas, ficando com subempregos. A classe trabalhadora é descendente dos imigrantes brancos trazidos para substituir a mão de obra escravizada no campo e para construir a mão de obra urbana, frutas da ideia eugenista das elites brasileiras de embranquecimento da população. Já a classe média brasileira atua como exército da elite, bajuladores e imitadores, reproduzindo sua ideologia e defendendo seus interesses como próprios. A hegemonia da elite é assegurada pelo apoio da classe média.

Na análise dos resultados, parte 4.2.4, Os condomínios fechados do Reserva Jequitibá, trazemos uma definição mais ampla para a elite piracicabana, que julgamos contextualiza-la melhor, diferenciando ali burguesia de elite.

Para muitos intelectuais brasileiros, a formação e as relações em nosso Estado têm uma história e um caráter únicos, como os de nossa nação, conjurando relações pré-capitalistas com técnicas capitalistas e se inserindo no sistema global em uma relação de dependência e exploração. O uso da teoria de Castells, um sociólogo espanhol, sobre a representação das classes sociais no Estado, deve ser contextualizado para nosso Estado — e, se necessário, contestado por nosso Estado para seu uso aqui.

Para Schwarcz (2019), as vindas de parte do Estado e administração pública portuguesa, quando éramos colônia de Portugal, e depois da própria corte portuguesa, em 1808, trouxeram as formas de se relacionar na administração pública feitas lá, onde o Estado pertencia ao rei. O público ser tratado como propriedade de alguém é o que ela chama de patrimonialismo, o “resultado da relação viciada que se estabelece entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente [...] trata-se do entendimento, equivocado, de que o Estado é bem pessoal, “patrimônio” de quem detém o poder” (SCHWARCZ, 2019, p. 65).

Segundo Leonídio (2020), o Estado brasileiro é construído pelas elites rurais, que o fazem à semelhança de seus latifúndios, ignorando a frieza burocrática burguesa em uma confusão de Estado e família, público e privado. Para ele, essas relações indiscriminadas entre público e privado são típicas do Antigo Regime europeu, quando não existia separação entre ambas, e as relações pessoais e sociais eram o que garantia o sucesso da classe aristocrata. Se o Estado é do rei, os títulos e a distribuição de terras e riquezas dependia dele. As formas de acessá-las, portanto, estavam nas relações pessoais, em último caso, com o rei.

Uma diferença importante do Antigo Regime para o capitalismo é a suposta separação do público e do privado. No capitalismo, as relações na administração pública passam a ser feitas através da burocracia, forma moderna e racional, compatível com os ideais burgueses de igualdade universal contra os direitos divinos do Antigo Regime (Ibidem). Compatível também com a modernidade, definida por Santos (1997) como a racionalização da vida individual e coletiva, da vida social, prática e cotidiana.

A burocracia separaria os interesses privados dos interesses públicos. Mas, no Brasil, o patrimonialismo se expressa no Estado em relações de favor (SCHWARZ, 1992) incompatíveis com a racionalidade burocrática do capitalismo moderno (FAORO, 2001). O rei de Portugal chegou aqui, em 1808, fugindo dos arautos do Estado burocrático. E fazemos aqui um capitalismo diferente, chamado por muitos de atrasado.

O conceito de patrimonialismo é refutado por Souza (2017), que o compreende como uma ferramenta criada em favor dos interesses da elite brasileira para desmoralizar as instituições públicas, facilitando sua cooptação pela iniciativa privada (privatização). O argumento de Souza de que o conceito foi criado em universidades por intelectuais de classe média que acabaram por fazer a vontade das elites, pode encontrar ressonância em Chauí (2008), quando diz que muitos intelectuais bem-intencionados desenvolvem teorias que ocultam a realidade pois eles próprios são formados na ideologia burguesa — essas ressonâncias são encontradas por nós, não por estes autores.

O debate em torno do patrimonialismo e das críticas de Souza (2017) é grande e animado. Não nos sentimos competentes nem temos convicções suficientes para tomar um lado nessa briga, e portanto apenas fazemos conversas entre eles, conversas que não aconteceriam fora daqui.

Nosso atraso, historicamente, é a face ocultada no avanço das nações que nos exploraram e ainda exploram. No Brasil, as condições sub-humanas de trabalho de tantas e tantos brasileiros, o desemprego e a fome generalizados, têm sua função no capitalismo globalizado, por exemplo, no fornecimento de mão de obra barata para o capital internacional.

Para existirem as relações avançadas do “primeiro mundo”, precisam existir as relações atrasadas do nosso mundo. Para Sampaio Junior (2012), a acumulação capitalista no Brasil é alicerçada na articulação entre dependência externa e segregação social, responsável pela selvageria do capitalismo por aqui.

Isso nos trás outro aspecto de nossas dissonâncias: a contra-revolução permanente burguesa.

Sampaio Junior (2001), agora em um texto sobre a burguesia brasileira no trabalho intelectual de Florestan Fernandes, situa nossa revolução burguesa, entre as das outras nações capitalistas, como atrasada: ela se dá em um mundo em que a organização proletária já é forte suficiente para polarizar com a burguesia, e sua revolução socialista ser uma realidade que aterroriza a da burguesa. Em um país que se desenvolve dependente dos países capitalistas hegemônicos.

Portanto, nossa burguesia não se junta às “massas populares” para revolucionar o sistema e construir um capitalismo nacional, com reformas agrárias, urbanas e no Estado, mas ao imperialismo para contra-revolucionar permanentemente o sistema, impedindo qualquer ameaça da classe trabalhadora e mantendo a ordem de um país subdesenvolvido com latifúndios no campo e um Estado patrimonialista. A contra-revolução permanente das burguesias, aliadas após a segunda guerra mundial ao imperialismo estadunidense, usa do Estado para impedir qualquer revolução ou reforma, dando golpes quando preciso. Se caracteriza como uma burguesia ultra-conservadora, antinacional, antissocial e antidemocrática. Prefere um país miserável a ver gente pobre em aeroporto.

A hegemonia quase absoluta das elites no Estado brasileiro, portanto (contextualizando a fórmula de Castells), não refletiria necessariamente a correlação de forças das classes sociais na sociedade, mas o poder da burguesia de não deixar essa luta de classes se cristalizar no Estado.

Mas, sem se cristalizar no Estado, pode nossa classe trabalhadora ou a classe dos excluídos ser hegemônica na sociedade? E, invertendo, se elas conseguissem hegemonia na sociedade, não conseguiriam também no Estado? A contra-revolução permanente, portanto, é uma forma de nossas elites garantirem sua hegemonia, reprimindo com veemência as lutas da classe trabalhadora e das pessoas excluídas e marginalizadas, e impedindo qualquer ressonância ou cristalização dessas lutas no Estado.

Antes de enfim definirmos o termo “hegemonia”, volto rapidamente ao patrimonialismo, para considerar algo: nossa sociedade e Estado seriam patrimonialistas pela confusão entre público e privado, pelas relações pessoais contaminarem as relações públicas, que deveriam ser regidas pela impessoalidade burocrática. Entretanto, a cristalização histórica da luta de classes no Estado moderno, definindo nele uma classe hegemônica análoga à da sociedade, não é o contrário de um Estado frio e impessoal, imparcial? Se o seu funcionamento deve reproduzir as relações de poder entre as classes, mantendo a classe hegemônica, hegemônica, o Estado moderno não é, inerentemente, parcial?

E o patrimonialismo seria então a face oculta da burocracia no Estado capitalista<sup>18</sup>.

## 2.6 Hegemonia, ideologia e discurso

O conceito de hegemonia é importante para nossa pesquisa por explicar como a ideologia de uma classe dominante é reproduzida pela maioria da população. Como um empreendimento imobiliário de luxo é defendido por pessoas da classe trabalhadora, que vivem vidas contrastantes e têm interesses opostos aos da elite branca do Alphaville.

O Moderno Dicionário da Língua Portuguesa define hegemonia como “1 Supremacia de um povo nas federações da antiga Grécia. 2 Preponderância de uma cidade ou povo entre outros povos ou cidades. 3 Preponderância, supremacia” (MICHAELIS, 1998, p. 1073).

Uma nota de rodapé na primeira página do livro “O conceito de hegemonia em Gramsci” diz que a palavra hegemonia é grega, que tem alguns significados, derivações com outros significados e são todos similares, “conduzir”, “ser guia”, “ser líder”, “preceder”, “estar à frente”, “comandar”, “ser o senhor”. Era um termo militar que designava a direção do exército, o comandante, o chefe militar. E também a cidade que liderava as outras cidades (GRUPPI, 1978, p. 1).

Lênin, teórico e líder revolucionário russo, usava hegemonia para se referir à liderança da classe operária em uma aliança estratégica com a classe burguesa, para levar a revolução democrático-burguesa na Rússia do início do século vinte às últimas consequências. Com hegemonia, Lênin falava sobre a “função dirigente” (GRUPPI, 1978).

Mas, quando falamos em hegemonia, nos referimos principalmente ao conceito desenvolvido por Gramsci. Em Gramsci, hegemonia é não só uma estratégia para a luta de classes, mas uma ferramenta teórica para entender o Estado moderno nos países capitalistas com sociedade civil forte e desenvolvida (SOUZA, 2014).

Para Liguori e Voza (2017), organizadores do “Dicionário Gramsciano”, um gigantesco livro que se propõe a apresentar e explicar as teorias, os termos e conceitos de Gramsci em seus anos no cárcere fascista italiano, hegemonia é a “categoria mais original e difícil do pensamento político gramsciano” (p. 335).

Isso nos parece ocorrer por Gramsci não ter escrito diretamente sobre hegemonia, conceituando o termo em definitivo. Ele usa do conceito de hegemonia para falar sobre temas diversos e o usa com finalidades diversas, o que dificulta sua compreensão. Ele fala em

---

<sup>18</sup> O questionamento sobre a “universalidade” do patrimonialismo nos Estados capitalistas me surgiu a partir de apontamentos do professor Estevam Vanale Otero em minha banca de qualificação, sobre um comentário do geógrafo David Harvey ao chegar ao Brasil, dizendo que o que alguns brasileiros viam como patrimonialismo, ele via como capitalismo.

“hegemonia exercida por uma língua nacional sobre as outras” (GRAMSCI, 1999, p. 146), usando hegemonia no sentido de dominação; fala que as classes cultas européias tem hegemonia mundial, fazendo com que suas concepções sejam aceitas em todo lugar (p. 137); fala da hegemonia como uma fase no desenvolvimento do Estado, uma fase de “consenso ativo” (p. 198); da “Hegemonia da cultura ocidental sobre toda a cultura mundial” (p. 263), no sentido de unificação e direção; sobre como “tornar um grupo social independente da hegemonia de um outro grupo” (p. 368), mostrando o sentido ideológico da hegemonia e que existem hegemonias alternativas; das “tentativas de determinados grupos ou grupelhos para assumir a hegemonia no interior do agrupamento dirigente” (p. 239), sentido também de direção, liderança; da França napoleônica buscando “constituir uma hegemonia francesa permanente com a tendência a formar um império universal” e das “insurreições nacionais contra a hegemonia francesa” (p. 426), no sentido de dominação. Chega a falar, em uma mesma frase, em dois tipos de hegemonia: “Em outras palavras, pode-se dizer que toda cultura tem o seu momento especulativo ou religioso, que coincide com o período de completa hegemonia do grupo social do qual é expressão, e talvez coincida precisamente com o momento no qual a hegemonia real se desagrega na base, molecularmente” (p. 198), no qual a primeira hegemonia seria a ideológica, cultural, enquanto a segunda seria a da estrutura, da base econômica, das relações entre as classes sociais, daquilo que ele chamava de “bloco histórico”.

Segundo Gruppi (1978), intelectual comunista italiano e estudioso de Gramsci, hegemonia é usada por Gramsci por vezes para se referir à “capacidade dirigente” e por outras para dizer simultaneamente da direção e da dominação, diferenciando da conceituação de Lênin.

Para entendermos a hegemonia em Gramsci, este subcapítulo vai falar dela como ondas em uma praia, indo e voltando, trazendo aos poucos sua complexidade. Também falamos de outros conceitos que julgamos essenciais para entender o de hegemonia, como os conceitos marxistas de estrutura e superestrutura.

Estrutura é a formação econômico-social da sociedade, uma relação entre as forças produtivas (trabalhadores, máquinas, matérias primas) e as relações de produção (relação de propriedade, a quem pertencem as máquinas, a terra, as matérias primas). É a forma que uma sociedade se organiza para produzir suas condições existenciais (alimentos, roupas, cinema, transporte). A estrutura econômica determina superestruturas análogas, como a ideologia, a política, a cultura, o Estado. Ela determina as relações entre indivíduo e mundo, os tipos de sociabilidade, as leis e instituições públicas.



Gruppi (1978) diz que Gramsci levou o conceito de hegemonia à toda sua amplitude, pois o compreendeu como algo que opera na estrutura e na superestrutura da sociedade. A relação estrutura-superestrutura para Gramsci tem um caráter gnosiológico, indicando o processo pelo qual as pessoas compreendem o mundo. Ao compreender a hegemonia como algo que opera na estrutura e na superestrutura, a compreende como tendo um alcance também gnosiológico.

Segundo Gramsci (por Ilitch ele se refere a Lênin):

Disto decorre que o princípio teórico-prático da hegemonia possui também um alcance gnosiológico; e, portanto, é nesse campo que se deve buscar a contribuição teórica máxima de Ilitch à filosofia da práxis. Ilitch teria feito progredir efetivamente a filosofia como filosofia na medida em que fez progredir a doutrina e a prática política. A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico (GRAMSCI, 1999, p. 320).

Portanto, a ideologia da classe hegemônica em uma sociedade, hegemônica no plano econômico e no plano político (estrutura e superestrutura), determina o processo pelo qual a maioria da população compreende o mundo. Mais abaixo, explicamos porque a maioria, e não a totalidade.

Hegemonia é dirigir por consenso e dominação. Para fazer consenso, a classe hegemônica difunde sua ideologia para toda sociedade, para o “bloco histórico”, definido por Gramsci como “sistema de classes sociais, de forças políticas e culturais, e como relação entre estrutura e superestrutura. Um conjunto certamente contraditório, mas que se conserva unido graças à ideologia da classe dominante, graças à sua hegemonia” (GRUPPI, 1978, p. 143).

A construção e difusão da ideologia hegemônica é feita com ajuda dos intelectuais, os “quadros do aparato hegemônico”. Eles exercem a função de difundir a ideologia aos estratos mais profundos da sociedade, de construir consenso em torno dela, persuadindo e educando as massas. O intelectual é o padre, o professor, o advogado —posteriormente, Gramsci irá dizer que todas as pessoas são intelectuais (LIGUORI & VOZA, 2017).

Assim fala Gramsci do papel dos intelectuais na hegemonia, ao refletir sobre um caso concreto:

Coloca-se o problema de quem representa mais adequadamente a sociedade italiana contemporânea, do ponto de vista teórico e moral: o papa, Croce, Gentile; isto é: 1) quem tenha mais importância do ponto de vista da hegemonia, como ordenador da ideologia que empresta o cimento mais íntimo à sociedade civil e, portanto, ao Estado (GRAMSCI, 1999, p. 374, grifos nossos).

As classes dominadas compreendem o mundo pela ideologia da classe dominante, uma ideologia que representa os interesses e a função histórica da classe dominante e que são conflituosos com os interesses da classe dominada.

Na noção de “bloco histórico”, a sociedade se mantém como uma, sem se despedaçar em conflitos internos, apesar das forças sociais e políticas diferentes, pois a classe hegemônica dirige por consenso, mas também por dominação. A maioria das pessoas compartilha da visão de mundo da classe hegemônica (consenso), mas a reprodução dessa ideologia não é total e irreversível: existem outras ideologias, outras concepções de mundo tentando conquistar hegemonia e usando de seus meios para tal, e existe a realidade, a prática, que contradiz a ideologia hegemônica, mostrando que os interesses objetivos das classes são conflituosos.

Por isso, a classe burguesa se mantém como hegemônica também através da dominação, da repressão da parte do bloco histórico que não compartilha de sua concepção de mundo e tenta conquistar hegemonia com sua própria concepção de mundo, que pressupõe outra estrutura e superestruturas.

Essa relação de consenso e dominação, entretanto, não é estática.

Os dois elementos da estrutura econômico-social, as forças produtivas e as relações de produção, entram em conflito na medida em que se desenvolvem, e o conflito pode expor a contradição entre a prática — a vida cotidiana das massas — e a teoria — a ideologia da classe dominante. É inevitável que a prática na hegemonia burguesa entre em conflito com a teoria, sua ideologia hegemônica, pois a teoria oculta as relações reais entre as classes.

Esses conflitos geram ações espontâneas, protestos, abalos na estrutura e na superestrutura, que podem ser organizados e direcionados pela “consciência crítica” do movimento, que Gramsci e Lênin consideravam ser o partido revolucionário<sup>19</sup>. Fazendo alianças com a maioria da população contra o capitalismo (hegemonia como alianças e capacidade dirigente) e oferecendo uma ideologia consciente e crítica, uma compreensão de mundo que não seja contraditória com a prática (unidade ou coerência entre teoria e prática), a classe operária, através do partido revolucionário, faz avançar sua hegemonia até a revolução, quando ela conquista hegemonia na sociedade.

Citando Gramsci, assim Gruppi também define hegemonia:

---

<sup>19</sup> “[...] a opressão capitalista determina uma série de reações, de rebeliões e de oposições, não todas certamente na mesma direção; algumas podem ser reacionárias, corporativistas. Mas, objetivamente, porque nascem de uma situação de opressão provocada pelo capitalismo, essas reivindicações são anticapitalistas, ainda que os seus promotores não tenham consciência de tal caráter. Cabe portanto ao proletariado unificar esse processo, conquistar-lhe a direção, levar as massas à consciência do conteúdo real, anticapitalista, de suas próprias reivindicações” (GRUPPI, 1978, p. 43).

“A tarefa de toda concepção dominante [...] consiste em conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que é cimentado e unificado precisamente por aquela determinada ideologia”. A hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder (GRUPPI, 1978, p. 69).

Como vemos, hegemonia tem muitas faces. No capítulo anterior, desenvolvemos a face das relações de poder entre as classes, tanto na sociedade como no Estado.

Em nossa pesquisa, a face que mais nos importa é a ideológica. Ela surge da provocação feita por Santos (2016), para quem um discurso é hegemônico quando reproduzido pela maioria da população, mesmo ao ir diretamente contra seus interesses. Com isso, ele explica como a direita, com discursos meritocráticos que naturalizam as desigualdades entre as classes, é eleita pelos votos de uma maioria de pessoas que sofre com essas desigualdades. Pessoas compartilhando discursos que vão contra seus interesses objetivos. O papel da esquerda, para ele, seria conquistar hegemonia com discursos que dão respostas coerentes aos problemas cotidianos das vidas da maioria das pessoas (unidade entre teoria e prática).

Usamos discurso para designar tanto um texto impresso quanto um discurso falado, quanto uma conversa cotidiana quanto uma matéria de jornal. Orlandi (1999) define discurso como “palavra em movimento, prática de linguagem”, mediação entre humano e “realidade natural e social” (p. 15). Discurso é “efeito de sentidos entre locutores” (p. 21), sendo que “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (p. 42). Discurso, portanto, não são apenas as palavras que alguém fala (ou escreve), mas o sentido que essas palavras possuem (ou os sentidos que possuem as palavras) no momento histórico em que foram faladas (produzidas), por quem, para quem e em que situação elas foram faladas, e quais ideologias estão sendo ali acionadas para determinar o sentido que elas têm para quem as disse e para quem as ouviu.

Para Orlandi (1996) e a Análise de Discurso<sup>20</sup>, a ideologia constitui o sujeito, dando significados para as práticas sociais. É pela ideologia que o sujeito “sabe” o que é família, futebol, como cumprimentar alguém. A ideologia se apaga nesse processo, fazendo com que os sentidos pareçam evidentes para o sujeito e que a linguagem pareça se originar nele.

---

<sup>20</sup> Campo de conhecimento da linguística.

Para Chauí (2008), seguindo um entendimento marxista, entretanto, ideologia é o ocultamento do real — das relações reais de produção, da luta de classes e da dominação de uma classe sobre a outra — pelas ideias e representações dessa classe dominante. Essas ideias e representações são uma inversão das relações sociais reais, tomando a consequência como causa, separando e substituindo o real pela ideia e legitimando as relações reais de dominação, fazendo com que elas pareçam verdadeiras e justas. Para isso, elas são difundidas pela classe dominante e compartilhadas pela classe dominada. Talvez a principal diferença entre os dois conceitos é que para Orlandi (1996), ideologia não é falta de consciência, não é necessariamente algo produzido pela classe dominante, não é ocultação, mas uma “necessidade da relação do sujeito com os sentidos, ou do mundo com a linguagem” (p. 29).

Gramsci também usa ideologia neste sentido amplo<sup>21</sup>. Ele fala da “filosofia da práxis”, por exemplo, também como uma ideologia, que deveria revelar as outras ideologias como ilusões feitas pelos dominadores, fatores de domínio, “instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas” (GRAMSCI, 1999, p. 388).

Para a filosofia da práxis, as ideologias não são de modo algum arbitrarias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade, etc., mas precisamente por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da subversão da práxis (GRAMSCI, 1999, p. 387).

De aqui em diante, quando falamos em “ideologia hegemônica” estamos em muitas formas dizendo o mesmo que Chauí (2008) diz com “ideologia”. A ideologia da classe dominante compartilhada por toda sociedade. Usamos “ideologia”, entretanto, no sentido usado por Orlandi (1996) e Gramsci (1999), por entendê-la como um processo de significação do mundo cotidiano, necessário para nós como seres sociais. Esse processo pode ser alienado, tomando as significações como verdades e esquecendo do processo em si, ou pode ser crítico, compreendendo que as significações também são construções sociais e, portanto, fazem parte das relações de poder da sociedade. A ideologia pode naturalizar a realidade cotidiana ou pode questioná-la.

Nessa pesquisa, usamos a hegemonia principalmente em sua face de discurso e de ideologia. Como compreendemos o mundo cotidianamente, reagindo e respondendo aos problemas que nos surgem.

---

<sup>21</sup> Segundo Liguori e Voza (2017), Gramsci não conhecia o livro “A ideologia alemã”, no qual Marx fala de ideologia como consciência invertida, e talvez por isso seu uso de ideologia seja diferente.

## 2.7 Contra-hegemonia

O empreendimento de nossa pesquisa aparece nas mídias locais pelos discursos hegemônicos. A maioria das pessoas da cidade, educadas pelos intelectuais locais (os quadros do aparato hegemônico), pelas mídias e escolas (aparatos privados de hegemonia), pessoas que cresceram e foram socializadas em uma sociedade sob a hegemonia burguesa, compartilham do discurso hegemônico sobre o empreendimento e sobre empreendimentos imobiliários similares.

Ou melhor, interpretam esse empreendimento imobiliário, assim como interpretam o mundo, pela ideologia hegemônica, pela concepção de mundo hegemônica.

E, entretanto, essa maioria de pessoas não é beneficiada por esse tipo de empreendimento. Seus interesses objetivos são, na realidade, antagônicos a eles. Enquanto sofrem com a precariedade de infraestrutura urbana e equipamentos públicos; as horas de vida roubadas diariamente pelo deslocamento de casa ao trabalho e vice versa, ou de casa aos lugares de lazer; a falta de áreas verdes; pela gentrificação — a valorização de um local, atraindo novos moradores com maior poder aquisitivo e expulsando os moradores antigos com menor poder; os problemas ambientais decorrentes da expansão da mancha urbana, desmatando e impermeabilizando o solo; enquanto sofrem com os problemas cotidianos dos mortais, o empreendimento atrai as construções de nova infraestrutura urbana e equipamentos públicos de qualidade para o benefício de uma minoria; aumenta a mancha urbana, aumentando o tamanho da cidade; expulsa os moradores antigos do bairro valorizado por ele, os forçando a procurar novos lares em lugares mais distantes, mais baratos, perdendo mais horas de vida para se deslocar aos trabalhos e lugares de lazer ou comércio e os expulsando de uma comunidade em que construíram relações de afeto, solidariedade, segurança, uma comunidade cheia de lembranças e significados para eles, de pertencimento.

O discurso hegemônico, que a maioria das pessoas reproduz, é que esse empreendimento valoriza a cidade, faz ela crescer e isso é muito bom para todo mundo. É um discurso incoerente com a prática — a vida dessa maioria de pessoas.

Essa pesquisa pretende construir discursos sobre esse empreendimento que sejam coerentes com a prática e críticos. Chamamos esses discursos de contra-hegemônicos, mas é importante ficar explícito que Gramsci nunca falou em contra-hegemonia.

Souza (2014), em sua dissertação de mestrado, analisou se o conceito de contra-hegemonia é realmente de Gramsci, após essa relação ter se popularizado nas últimas décadas, inclusive em trabalhos científicos. Revisando os escritos do italiano antes e durante o aprisionamento no cárcere fascista — onde escreveu boa parte de seus textos — não

encontrou nenhuma menção ao termo. E descobriu que seu criador foi o intelectual galês Raymond Williams, no livro “Marxismo e Literatura”, de 1978.

Williams sugere os conceitos de “contra-hegemonia” e de “hegemonia alternativa”, julgando-os necessários para preencher lacunas teóricas deixadas por Gramsci e sua hegemonia. Contra-hegemonias seriam as resistências contínuas que a hegemonia encontra em certos grupos sociais e precisa lidar, cooptando pontos estratégicos, coagindo ou transformando-as (SOUZA, 2014).

Entretanto, esse processo dialético da hegemonia já está em Gramsci. As definições posteriores de contra-hegemonia são quase todas de resistência e construção de outra hegemonia, e erroneamente atribuídas a Gramsci (SOUZA, 2014). Gramsci nunca falou em contra-hegemonia, mas essas definições estavam em suas explicações sobre hegemonia e são todas explicadas por ela.

Então por que usamos contra-hegemonia e não hegemonia? Principalmente, por considerar que a amplitude de usos e faces da hegemonia em Gramsci dificulta sua compreensão. Mesmo usando contra-hegemonia com o mesmo objetivo com que Gramsci também usa hegemonia, resistência à hegemonia do capital e construção de outra hegemonia, consideramos mais fácil de apontar os lados falando de hegemonia para o que é hegemônico, e de contra-hegemonia para o que resiste à atual hegemonia, a hegemonia burguesa, e busca conquistar hegemonia, mas uma outra hegemonia, popular, de poder partilhado entre todas e todos.

Segundamente, para ter mais liberdade: nossa intenção não é de aplicar fielmente o conceito de Gramsci à realidade, mas de usá-lo como ferramenta, mantendo liberdade para desenvolvê-la, aplicá-la ou conversar com ela em termos que Gramsci talvez não o tenha feito.

Construiremos, portanto, discursos contra-hegemônicos sobre um empreendimento imobiliário de luxo em uma cidade média do interior paulista. Os discursos serão construídos pelo diálogo entre o saber científico e os saberes e as vidas das pessoas que vivem ou viveram esse empreendimento de diferentes formas.

## **2.8 Ciência, divulgação científica, universidade e ética**

A ciência é um saber de uma cultura. Usamos a compreensão de cultura desenvolvida por Linton (1970), que é como vive e se reproduz uma sociedade. Toda sociedade tem cultura e toda cultura tem saberes, formas de compreender o mundo, mais racionais ou mais sensíveis (ALMEIDA, 2010).

Inspirado em Carvalho et al. (2000), definimos a ciência como a racionalização da compreensão de um mundo previsível, mecânico, cognoscível (que pode ser conhecido) feita por um ser cognoscente (que pode conhecer) — aqui está a separação entre sujeito e objeto —, embasada em métodos empíricos (de experiência e observação), controlados e continuamente mais precisos, que descubram a ordem imutável por trás de fenômenos que se repetem.

Para Wallerstein (2002), a ciência nasce para cumprir o papel dado por ela a ela mesma, e monopolizado por ela, de buscar a verdade. Segundo Carvalho et al. (2000), a ciência é constituída com a modernidade, no século XVII, quando separa da filosofia (que fica com a busca da virtude). Para Santos (1997), a modernidade, como projeto de racionalização da vida individual e coletiva, inicia um século antes, na época das grandes navegações e colonização das Américas.

Portanto, a ciência se constitui nas culturas europeias quando elas começam o longo processo de dominação, extermínio e colonização de outras culturas.

Podemos considerar a história da hegemonização do saber científico como a história do imperialismo dessas culturas, impondo seu saber como única forma racional de conhecer o mundo e apagando os saberes das culturas colonizadas. A história da ciência é a história da hegemonização de um saber através da supressão violenta (com diversos tipos de violência) dos outros saberes, através de epistemicídios, assassinatos de saberes (SANTOS, 2010; GROSGOUEL, 2016).

Monopolizando a busca da verdade, o verdadeiro e o falso só podem existir dentro da ciência, a polícia discursiva da cultura moderna. Segundo Foucault, é “sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (2009, p. 35).

A pretensão universal da ciência reflete uma postura colonizadora e eurocêntrica dos europeus brancos de considerar suas realidades as do mundo, seus pensamentos esclarecedores para toda humanidade, seus valores os corretos para todas as culturas, seus modos de viver os civilizados. O próprio Gramsci compartilha dessa concepção eurocêntrica ao falar, por exemplo, que as outras culturas só possuem valor “universal na medida em que se tornaram elementos constitutivos da cultura européia, a única histórica ou concretamente universal” (GRAMSCI, 1999, p. 263).

Na resposta de um xamã Yanomami:

Hoje, os brancos acham que deveríamos imitá-los em tudo. Mas não é o que queremos. Eu aprendi a conhecer seus costumes desde a minha infância e falo um pouco a sua língua. Mas não quero de modo algum ser um deles. A meu ver, só poderemos nos tornar brancos no dia em que eles mesmos se transformarem em Yanomami. Sei também que se formos viver em suas cidades, seremos infelizes. Então, eles acabarão com a floresta e nunca mais deixarão nenhum lugar onde possamos viver longe deles. Não poderemos mais caçar, nem plantar nada. Nossos filhos vão passar fome. Quando penso em tudo isso, fico tomado de tristeza e de raiva (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 75).

Encontramos essa concepção e prática de ciência na divulgação científica feita como extensão, como ato de levar o conhecimento científico aos ignorantes. Compreendemos que esse tipo de divulgação científica é ineficaz, limitado e arrogante, e por isso não trabalhamos com ela em nossa pesquisa.

Ineficaz, pois mostra, fala e alardeia o conhecimento científico, ancorados na expectativa de que daí em diante é com os outros, com os receptáculos da divulgação, que só precisam ouvir, aprender e encher suas cabeças vazias com as verdades da ciência.

Limitado por ser um meio apenas para a ciência chegar ao público. Ela não constrói os conhecimentos que divulga, nem os coloca à prova, ao crivo das inteligências de fora da academia.

Arrogante, pois esse tipo de divulgação pressupõe que a ciência nada tem a ouvir das pessoas que precisam ouvi-la. Que o conhecimento que falam a elas não é discutível — ao menos não por elas. É um conhecimento acabado como a verdade. Os conhecimentos são construídos na academia e é a ciência que consegue construí-los. Nas palavras de Saramago (2017), sobre um livro antigo:

[...] sem esquecer o Dicionário de Raridades, Inverossimilhanças e Curiosidades, onde, admirável coincidência que vem a matar neste aventuroso relato, se dá como exemplo de erro a afirmação do sábio Aristóteles de que a mosca doméstica comum tem quatro patas, redução aritmética que os autores seguintes vieram repetindo por séculos e séculos, quando já as crianças sabiam, por crueldade e experimentação, que são seis as patas da mosca, pois desde Aristóteles as vinham arrancando, voluptuosamente contando, uma, duas, três, quatro, cinco, seis, mas essas mesmas crianças, quando cresciam e iam ler o sábio grego, diziam umas para as outras, A mosca tem quatro patas, tanto pode a autoridade magistral, tanto sofre a verdade com a lição dela que sempre nos vão dando (p. 28).

Este tipo de divulgação científica parte do princípio de que a ignorância está sempre no outro. A ignorância é cultivada para lá das grades policiadas da universidade, por pessoas que, se não fosse pela ciência, ainda tratariam doenças com plantas, entenderiam o mundo pela



magia e morreriam cedo e desdentadas por um arranhão na perna. Nas palavras de Freire (1983), sobre extensão:

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. Daí que, em seu “campo associativo”, o termo extensão se encontra em relação significativa com *transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação*, etc. E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, como veremos, a formação e a constituição do conhecimento autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações (p. 22).

Os sujeitos extensionistas, divulgadores, levam suas palavras (as palavras da ciência) aos que precisam ouvi-las. “O primeiro atua, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra; os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro” (FREIRE, 1983, p. 41).

É similar ao que Orlandi (1999) diz, que todo discurso é interpretação e todos interpretamos, mas existem formas de controle das interpretações. Aqueles que são considerados especialistas em determinada questão têm o poder oficial de interpretá-la, de modo que nem todos têm voz em nossa organização social e tampouco podem interpretar em acordo à sua vontade.

Quando a ciência monopoliza a busca da verdade, ninguém pode “estar no verdadeiro” fora dela (FOUCAULT, 2009), e somente os especialistas podem interpretar à vontade, mas sobre temas de sua especialidade. São só aqueles de dentro da ciência na disciplina de urbanismo que podem dizer a falsidade ou a verdade sobre um empreendimento urbano. Os outros ficam proibidos de dizer suas palavras.

Por que, considerando isso, desenvolvemos a pesquisa em uma universidade pública e construímos os discursos contra-hegemônicos com a ajuda da ciência?

Porque a universidade é um lugar de disputa. Ela não está fadada ao conservadorismo e a manter o que foi, ela pode se tornar um espaço em que todos possam dizer suas palavras. Não o santuário da ciência, sede da polícia discursiva, mas “um ponto privilegiado de encontro entre saberes” (SANTOS, 1997, p. 224).

Escolhemos fazer ciência na universidade, pois acreditamos na indissociabilidade entre ciência e educação. Escolhemos fazer em universidade pública, pois acreditamos no bem comum, na comunhão dos diferentes, inevitavelmente conflituosa, mas não opressora, coercitiva e padronizadora — e sim dialética.

Acreditamos que a universidade pode ser o lugar do pensamento crítico sobre a realidade, que seja “talvez a única instituição nas sociedades contemporâneas que pode pensar até às raízes as razões por que não pode agir em conformidade com o seu pensamento” (SANTOS, 1997, p. 224), e que uma compreensão ampla da realidade é necessária para sonharmos e lutarmos por utopias possíveis. Se por ser utopia não chegaremos, se não for possível não tentaremos. Em outras palavras, “uma compreensão profunda da realidade é assim essencial ao exercício da utopia, condição para que a radicalidade da imaginação não colida com o seu realismo” (SANTOS, 1997, p. 323).

É por essa universidade que nossa pesquisa trabalha.

E usamos do saber científico para construir discursos contra-hegemônicos, não só porque é o saber construído hoje em nossa universidade, mas porque é um saber crítico, questionador por excelência, que pode questionar o que parece normal só porque existe. Ela não é o único saber crítico, mas o que nos é acessível, imersos em nossa cultura. É o saber que nos foi ensinado, onde crescemos e pelo qual compreendemos o mundo.

Ela pode ser contra-hegemônica na medida em que questiona a falsidade da compreensão do mundo da ideologia hegemônica. Nossa ciência contra-hegemônica é a que está ao lado do povo, ajudando em sua compreensão crítica da realidade. Não é a que está com as grandes corporações, buscando técnicas mais sofisticadas para aumentar os ganhos de produtividade, a que se direciona à tecnocracia (GARAUDY, 1981), ao desenvolver por desenvolver, sem qualquer relação com o bem comum e os interesses coletivos.

A ciência pode assumir esse papel contra-hegemônico ao se responsabilizar pelos mundos que ela ajuda a construir. Ela pode fazer isso se reconectando com a ética.

Ética é reflexão sobre o comportamento humano, como nos relacionamos entre nós e com o mundo. Com a separação entre filosofia e ciência (WALLERSTEIN, 2002) a ética ficou com a filosofia e a busca da virtude, enquanto a busca da verdade ficou com a ciência.

Compreendemos a ética como as reflexões sobre os comportamentos humanos individuais e coletivos reproduzidos pela cultura de cada sociedade. Suas reflexões, portanto, são contextualizadas (para cada cultura). Mas, como na ciência, os contextos são esquecidos e a ética é imposta como uma e universal ao resto do mundo.

Para Wallerstein (2002), a ciência deve reconectar a busca da verdade com a da virtude para, além de tentar decifrar a realidade, compreendê-la como realidade construída, e pensar, propor e construir realidades mais racionais.

Conversando com a ética, a ciência pode reconectar essas buscas, assumindo responsabilidade pela compreensão e construção das realidades, se orientando por uma ética

de compromisso, cuidado, solidariedade e amor — Vázquez (2011) cita o emotivismo ético, pelo qual a ética é orientada não por argumentos e razões, mas pela intuição — com os seres humanos e não humanos.

## **2.9 Diálogo de saberes e contra-hegemonia**

Em nossa pesquisa, não pretendemos fazer uma divulgação científica extensionista como forma de levar nossos discursos contra-hegemônicos aos entrevistados. Construimos nossos discursos contra-hegemônicos pelo diálogo entre ciência e pessoas “de fora dela”, e assim também fazemos ciência, uma ciência ética.

Como disse Santos, sobre os métodos do conhecimento pós-moderno, “cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta” (1987, p. 48), o diálogo com os saberes não científicos também é um método, que compreende que um conhecimento mais total do mundo não está em um ou outro saber, mas na conjugação deles. É um método e uma responsabilidade.

Pois limitar o horizonte de possibilidades ao da experiência científica, da racionalidade científica, é perder boa parte da bagagem acumulada pela humanidade nesses milhares de anos de aventura pela Terra. A postura de diálogo com os outros saberes, para uma ciência movida também pela busca da virtude, objetiva formas de viver melhor no planeta para todos os seres. Formas de vivermos juntos em um planeta que é de ninguém e nem por isso não é de todos.

É o que Bauman falou com a “solidariedade dos exploradores”: “enquanto nós todos, isolada ou coletivamente, embarcamos na busca da melhor forma de humanidade, pois todos desejaríamos eventualmente valer-nos dela, cada um de nós explora um caminho diferente e traz de suas expedições descobertas um tanto diferentes” (2003, p.122). O que Santos (1997) falou com a igualdade na partida, mas não necessariamente na chegada. Igualdade entre os saberes sem relativiza-los, sem o que Bauman chama de “multiculturalismo”, quando “cada diferença existente é digna de ser perpetuada justamente por ser uma diferença” (2003, p.123).

Respeitamos e dialogamos com os outros saberes, não para concordar com tudo o que digam, pois aí estaria implícita uma atitude de superioridade, nem tampouco para que concordem com tudo o que diremos, pois aí estaria explícita uma atitude autoritária, mas para juntos, com as descobertas mais e menos válidas de cada saber, traçarmos os melhores caminhos para cada situação.

O diálogo que fazemos é no sentido dado por Freire (1983) à comunicação, em oposição à extensão. A comunicação implica “numa reciprocidade que não pode ser rompida [...] Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar *se comunicam* seu conteúdo” (p. 67). Pessoas que se debruçam sobre o objeto problematizado para, conversando, se comunicando, dialogando, entende-lo melhor. Um processo dialético, ao contrário de um individualista — uma pessoa e seu intelecto compreendendo sozinhas o objeto. Dialogando, elas podem ir além dos próprios intelectos, das próprias compreensões, tanto por ouvirem as do outro quanto por terem as suas ouvidas e questionadas.

Em nossa pesquisa, o diálogo vai além dos conhecimentos científicos do pesquisador, de falar com palavras fáceis os saberes da ciência, e vai além dos conhecimentos dos participantes da pesquisa. O diálogo vai além da soma das compreensões individuais, pois não é duas pessoas divulgando o que sabem. São duas pessoas falando e ouvindo, pensando o que não pensariam sem os questionamentos do outro, vendo o que não viam. Um processo revolucionário que vai além das partes, construindo sínteses a partir de embates. Segundo Leff, diálogo é também a interiorização do outro em um, introjetando “outredades sem renunciar ao seu ser individual e coletivo” (2009, p. 19).

Nos abrindo ao outro, em diálogo, percebemos que podemos ver o outro não só nas pessoas, mas no que considerávamos objetos, que assim deixam de ser. Ao estabelecer relações de diálogo, quebramos a disjunção humano-natureza, que embasou tanto pensamento científico — na separação de sujeito cognoscente e objeto cognoscível — quanto produtivismo capitalista — na exploração do objeto natureza pelo sujeito humano (SANTOS, 1997). Nos percebemos como parte da natureza, não no sentido de fragmentação (uma parte, duas partes), mas de pertencimento. Ouvindo os saberes de outras epistemologias, percebemos o erro que foi a cultura ocidental branca nos separar do resto da natureza (KRENAK, 2019).

A comunicação crítica, educadora, pode levar as pessoas à compreensão da totalidade da realidade na qual estão inseridas, saindo de uma visão fragmentada em que aparecem como reféns dela (FREIRE, 1983), com o potencial emancipador de transformá-la. Pode sair, igualmente, da fragmentação das áreas de saber científico, separadas e classificadas (MORIN, 2000a) e cegas do todo; religar a teoria à prática, o racional ao sensível (ANTÔNIO, 2009); transpor as linhas abissais que excluem conhecimentos tradicionais, sabedorias populares, epistemologias não-científicas (SANTOS, 2010).

Sem ir além dos conceitos abstratos, não haverá conhecimento significativo. Para ir além da abstração, é preciso religar o conhecimento à história vivida, à existência cotidiana.

[...] diante do que não pode ser dito, ou nos calamos, ou nos abrimos à experiência poética. Ela nos transporta para além do dizível (ANTÔNIO, 2009, p. 25).

Ouvindo e dialogando com outros saberes, mais sensíveis (ALMEIDA, 2010), práticos ou igualmente racionais (SANTOS, 1987), buscamos caminhos dentro de cada contexto, que racionalizem nossas escolhas pelas realidades que queremos, mostrando a que vivemos construída também por escolhas, mas que sejam sensíveis para a apreensão não racional do mundo, para as artes e as “possibilidades de simbolização que dão ancoragem à existência” (STORT, 1993, p. 78), sem as quais ficamos em um mundo cinza e sem propósito.

Pois se o absurdo mundo em que vivemos foi possível, mundos melhores também são.

Em nossa pesquisa, o diálogo constrói discursos contra-hegemônicos sobre um empreendimento imobiliário, o contexto, buscando caminhos que nos levem a realidades melhores, pois não somos reféns da que vivemos — temos responsabilidade por ela e podemos transformá-la. O diálogo é com pessoas de dentro e fora da ciência, pois reconhecemos a vida inteligente no outro, tenha ele mais ou menos ou nenhum saber científico acumulado. Ao reconhecer que todas as pessoas são seres racionais, percebemos que elas não reproduzem mecanicamente um ou outro discurso (ANTÔNIO, 2009), mas os reproduzem e produzem, pois fazem sentido para elas. Se queremos construir ou contribuir para a construção de discursos que sejam contra-hegemônicos — oposição à hegemonia que existe e luta para conquistar hegemonia — nossos discursos devem também fazer sentido para as pessoas.

Com a pesquisa, construímos diálogos e histórias com escritas literárias. Elas nos servem não como uma forma lúdica ou mastigada de apresentar o saber científico, mas um espaço ela própria de comunicação entre saberes e vidas, realidades e sonhos. De comunicação e contemplação entre o racional e o sensível.

um poema  
que não se entende  
é digno de nota  
a dignidade suprema  
de um navio  
perdendo a rota  
(LEMINSKI, 2013, p. 71).

As culturas não são estáticas, elas mudam para adaptar suas sociedades aos problemas que surgem. Seus saberes, entre eles ciência e ética, podem nos ajudar a construir culturas mais

racionais e sensíveis, para sociedades mais racionais e sensíveis, que se sustentem no espaço e no tempo.

Pois a sustentação (a sustentabilidade) não é só a racionalidade dos recursos se renovarem, dos seres vivos terem os insumos necessários para viverem e reproduzirem. É também a sensibilidade de não deixar de se encantar com a vida, de ter propósitos, rir e chorar. Aceitar as incertezas do conhecimento para desencanar de controlar todos os detalhes do mundo e passar a contemplá-lo (SANTOS, 1987), sem sofrer por estar perdido.

## **2.10 Escrita literária e escrita engajada**

[...] a obra de arte, vista de qualquer ângulo, é um ato de confiança na liberdade dos homens (SARTRE, 2019, p. 63).

Contamos uma história contra-hegemônica sobre o empreendimento imobiliário com a escrita literária. Essa escrita é em contos e, inicialmente, também seria em um romance, onde ela juntaria as pequenas histórias, saberes e vidas em uma narrativa maior e coerente — ao final, só consegui escrever parte deste romance e por isso apresentamos apenas sua introdução junto a esta dissertação, nas análises dos resultados.

Eagleton (2003) apresentou diferentes definições de literatura para mostrar a dificuldade que é definir o que é literatura. Acaba definindo, com ressalvas, que literatura é um tipo de escrita altamente valorizada, sendo essa atribuição de valor subjetiva, ideológica e mutável.

Quando fala da definição dos formalistas russos, entretanto, ele dá um motivo interessante para escolhermos a escrita literária como forma de construir nossa narrativa contra-hegemônica sobre o empreendimento. Ao trabalhar a linguagem de forma não usual, ao deformá-la de várias formas, transformando-a em algo não familiar, também se transforma em algo não familiar todo o mundo cotidiano. Ao transformar as palavras que usamos mecanicamente para falar o mundo, “o mundo que essa linguagem encerra é renovado de forma intensa” (EAGLETON, 2003, p. 5).

A literatura, portanto, ao problematizar a linguagem, problematiza também o mundo.

Escrevemos, problematizando o empreendimento imobiliário e o mundo que há nele, a partir das observações de campo, das entrevistas, conversas e diferentes leituras.

Para Deleuze (2011), a função do escritor não é escrever sobre sua vida ou imaginação, mas sobre os povos e seres oprimidos. É ser outros seres, para não conter o livro em sua própria existência. A função do escritor é fazer devires, se tornar outros. A saúde do escritor é estar sempre aberto à vida que passa através dele para a escrita.

A questão da função do escritor é ligada à questão da função da escrita. E essas se ligam à nossa escolha da escrita literária não para tornar palatável a divulgação da pesquisa, mas por potencialidades próprias.

Kundera (1988), analisando a forma literária do romance, diz que ele é uma expressão europeia (ele é europeu) que deve explorar tudo que é esquecido pela ciência e pela modernidade. O romance nasce junto com a modernidade e é sua forma literária.

Kundera diz que a única “razão de ser” de um romance é descobrir “o que somente um romance pode descobrir” (1988, p. 11), e isso é uma porção até então desconhecida da existência humana. Existência não como o que aconteceu, mas as possibilidades do que pode acontecer, inclusive possibilidades absurdas. Os romancistas descobrem as possibilidades humanas.

Sartre (2019) nos coloca uma segunda questão: o que o escritor tem para falar que valha a pena ser falado? Lembra um conselho semelhante de Rilke (1980) ao jovem poeta, só escrever o que vale a pena ser escrito. Mas Sartre usa essa questão para desenvolver um raciocínio que, em último caso, justifica sua escolha pela “literatura engajada”, uma escolha peremptoriamente rejeitada por Kundera.

Definimos engajamento, a partir do uso que Sartre e Kundera fazem do termo, como a forma de se posicionar no mundo, de atuar no mundo, ou como define opostamente Kundera, o “não engajamento” seria a “autonomia total em relação a todos os programas políticos, conceitos ideológicos, prognósticos futuroológicos” (1988, p. 105).

Kundera (Ibidem) rejeita o engajamento ao romancista, pois para ele o romance é o espaço das incertezas e não das convicções; e ao poeta, pois sua busca deve ser da verdade escondida no tempo e não de uma já conhecida de antemão.

Sartre (2019) defende o engajamento ao prosador, pois ele se serve das palavras para atingir seus significados, os objetos, as ideias que elas designam; mas não ao poeta, pois as palavras para ele são objetos por si só, “a poesia não *se serve* das palavras; eu diria antes que ela *as serve*” (p. 19).

Nosso interesse é focar no engajamento ao prosador romancista.

Para Kundera, vermos o mundo em dualidades mostra nossa “incapacidade de suportar a relatividade essencial das coisas humanas”, consequência da “incapacidade de olhar de frente a ausência do supremo Juiz” (1988, p. 13). O engajamento seria como ver o mundo em dualidades, como um julgamento moral, ter certezas e crer na existência de um certo e um errado. Aí estaria a dificuldade em aceitar e compreender a “sabedoria do romance”, uma sabedoria da incerteza. No romance, tudo está relativizado, não existe julgamento moral nem

maniqueísmo. Não existe certo e errado, as convicções do escritor (se as tiver) não podem contaminar sua obra. Com esses pontos, ele se coloca ao lado da “sabedoria do romance” e contra o engajamento, atitude de quem não conseguiria olhar de frente a ausência do Juiz.

Para Sartre, a questão do que vale a pena ser escrito implica que a resposta recorra a um sistema de valores “transcendente” (2019, p. 28). Ao falar (ou escrever), desvendamos o mundo. O escritor deve escolher, portanto, a partir de um sistema de valores transcendente, o que ele quer desvendar do mundo.

A palavra falada tira a inocência da ação, e ninguém pode então declarar ignorância perante ela. A função do escritor é “fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele” (SARTRE, 2019, p. 30). Sartre defende a escrita que desvenda humano e mundo para outros humanos, para que estes, ao vê-los nus, assumam inteira responsabilidade por aqueles.

Assim, ao falar, eu desvendo a situação por meu próprio projeto de mudá-la; desvendo-a a mim mesmo e aos outros, para mudá-la; atinjo-a em pleno coração, traspasso-a e fixo-a sob todos os olhares; passo a dispor dela; a cada palavra que digo, engajo-me um pouco mais no mundo e, ao mesmo tempo, passo a emergir dele um pouco mais, já que o ultrapasso na direção do porvir (SARTRE, 2019, p. 28).

É semelhante ao que Schopenhauer (1994) fala do livre arbítrio: não o temos em nossas reações ao mundo, nas falas, nas ações. Elas são frutas do processo de socialização e educação, de como fomos construídos socialmente. O livre arbítrio está no momento dessa reação: ao falarmos ou agirmos, trazemos à tona essa parte de nosso ser e podemos então conhece-la. Ao conhece-la, podemos mudar.

Nossa escrita literária sobre o empreendimento imobiliário será engajada? Devemos nos posicionar perante ele de forma engajada, a favor das pessoas e dos seres oprimidos, como disse Deleuze (2011), usando da escrita para ser mais do que apenas o escritor; ou devemos não nos engajar e relativizar os lados envolvidos no empreendimento, mostrar todos os lados e não nos posicionar, fazer uma escrita incerta, neutra.

Se falando eu desnudo o mundo, se a literatura problematiza linguagem e mundo, ao escrever sobre algo eu tiro sua inocência e o torno responsabilidade de quem lê, de quem então o conhece e pode mudar, sobre o que falaremos e escreveremos? Se falarmos todo o possível sobre o empreendimento imobiliário, desnudá-lo por inteiro, estaremos sendo não engajados?

Se pensarmos em engajamento como tomar posição, obviamente temos uma: escrevemos, com a escrita literária, uma história contra-hegemônica sobre um empreendimento



imobiliário, que faz diálogos e encontros entre saberes e vidas relacionadas a esse empreendimento de diferentes formas.

O engajamento não está em todas as palavras deste objetivo?

### 3. METODOLOGIA

Essa pesquisa se desenvolveu na forma de um estudo de caso.

Por ser um estudo de caso, delimitamos e contextualizamos os dados colhidos na pesquisa. Ou, como disse Gil (2009), preservamos o “caráter unitário do objeto estudado” e descrevemos “a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação” (p. 54).

Através do caso, falamos do mundo em que ele se insere e dos fenômenos de que faz parte, nos apoiando na origem do método nas pesquisas médicas e psicológicas, em que era explorada intensamente uma doença ou patologia em um único indivíduo, supondo com isso “adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente” (BECKER, 1999, p. 117).

Nossa pesquisa é qualitativa, usa o método “bola de neve” para encontrar os participantes, técnicas de entrevista semiestruturada, visitas de campo, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e pesquisa investigativa. Com os dados, as entrevistas, leituras, observações, intuições e outros processos racionais e sensíveis são desenvolvidas análises e criados textos literários, para tentar abarcar as perspectivas subjetivas dos seres envolvidos no caso.

Minayo (1994) justifica o uso da abordagem qualitativa para as ciências sociais, pois trabalha com uma parte da realidade que não pode ser quantificável, “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações”, “um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1994, p. 22).

Dividimos este capítulo sobre os métodos da pesquisa em seis partes: (3.1) Pesquisa Bibliográfica, onde explicamos o porquê de usar a bibliografia que usamos; (3.2) Pesquisa investigativa e documental, sobre a busca pelos documentos e informações necessários para entendermos o caso, desenvolver a pesquisa e escrever essa dissertação, e sobre os tipos de documentos utilizados; (3.3) O método “bola de neve” e as entrevistas semiestruturadas, em que falamos sobre a busca dos sujeitos que participariam dessa pesquisa como entrevistados e sobre as entrevistas; (3.4) Visitas de Campo, falando um pouco sobre as visitas e passeios que fizemos, e sua importância para a pesquisa; (3.5) Como analisamos os resultados, sobre alguns métodos e perspectivas que usamos ou nos inspiramos para analisar, refletir e construir os resultados dessa pesquisa; e (3.6) Escrita científica e escrita literária, em que falamos sobre a escrita dessa dissertação e das narrativas literárias, sobre o estilo, as opções de escrita e de uso de dispositivos como notas de rodapé e itálico.

Seria mais confortável trazer nas próximas partes deste capítulo apenas o que fizemos para chegar aos resultados da pesquisa, mas seu percurso metodológico não estaria completo.

Então falaremos, também, sobre os percalços, os objetivos que tínhamos mas não alcançamos, as ruas sem saída, as dificuldades e impossibilidades.

### 3.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é utilizada como método de saber mais sobre determinadas questões, conhecer outros pensamentos, pensar com eles e fazê-los conversar.

Para Gil (2009), sua importância também está “no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (p. 45).

Ao falar sobre isso, Eco (1985) sugere que o estudante (ou pesquisador) escolha um tema muito específico para sua tese, para que consiga exaurir as leituras que existem sobre ele, se tornando um especialista no assunto. Do contrário, Eco temia um julgamento mesquinho dos avaliadores, que poderiam citar um “autor menor” (p. 8) não citado na tese para dizer que o estudante não fez um bom trabalho.

Pensamos que isso não se aplica a uma pesquisa interdisciplinar, que aborda muitos temas.

Nossas escolhas na pesquisa bibliográfica não foram para esgotar os assuntos, lendo todo arcabouço científico sobre guerra fiscal ou literatura engajada, mas para versar sobre os diferentes temas que a pesquisa aborda.

Dentro desses temas, as escolhas dos autores e de seus livros foram por motivos e acasos diversos.

“Pela mão de Alice”, de Boaventura de Sousa Santos, por exemplo, foi para uma compreensão interdisciplinar sobre a modernidade, democracias e poder, ciências, universidade e cidadania.

“Para entender a crise urbana” de Ermínia Maricato, “Comunidade” e “Identidade” de Zygmunt Bauman, foi para compreendermos melhor a questão urbana e para análises diferentes sobre as comunidades e identidades no que Bauman chama de mundo líquido, que vivemos hoje.

Algumas motivações foram indicações, como “A arte do romance”, de Milan Kundera, indicado por uma das professoras da banca de meu Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Gestão Ambiental. Já “Que é a literatura?”, de Sartre, “A ordem do discurso”, de Foucault, e outros, foram indicados por minha orientadora, para temas distintos, como literatura, comunicação, ciências.

Outros foram indicados pelas disciplinas que cursei, como um capítulo do livro “Sobre o autoritarismo brasileiro”, de Lilia Schwarcz, indicação da disciplina “Formação urbana e condicionantes da produção do espaço no Brasil”, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e a introdução do livro “Teoria da Literatura”, de Terry Eagleton, indicação da disciplina “Literatura, Cultura e Sociedade”, do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas, disciplinas que só pude fazer por um dos poucos e curiosos benefícios da migração forçada para as aulas remotas nas universidades, durante a pandemia de covid-19.

Parte dos livros e textos sobre ciência e todos de cultura e ética foram da disciplina “Ciência, Cultura e Ética”, disciplina de nosso programa de pós-graduação. O texto “Uma democracia de gravata lavada”, de Adalmir Leonídio, foi da disciplina “Guerras Híbridas: Democracia e Ambiente”, também do programa.

Ler um dos “Cadernos do cárcere”, de Antonio Gramsci, se tornou algo incontornável, pela importância de seu conceito sobre hegemonia para nossa pesquisa. A produção teórica de Gramsci no cárcere fascista é extensa, e pela impossibilidade de o ler por completo nestes anos de mestrado nos amparamos também em outros estudiosos para compreender e confirmar nossas compreensões sobre seus conceitos. Um deles foi Luciano Gruppi, reconhecido como um dos maiores estudiosos de Gramsci no mundo, e seu “Conceito de hegemonia em Gramsci”, indicado por um camarada que pesquisou hegemonia em sua tese de doutorado. Outros foram Guido Liguori e Pasquale Voza, que montaram o “Dicionário Gramsciano”, uma enciclopédia com mais de 600 verbetes sobre a produção intelectual de Gramsci.

Demos estes exemplos apenas para mostrar o caráter diverso que nos levou a cada leitura. Se nossas escolhas foram por motivos objetivos, para compreender melhor os temas trabalhados nesta pesquisa, elas também foram inevitavelmente influenciadas por subjetividades, como ter ou não acesso ao livro, quem indicou o livro ou texto lembrar dele e não de outro, e por aí vai.

Muitas leituras foram pela importância das autoras para determinadas áreas de conhecimento. Descobrir quem são essas pessoas autoras é fácil quando estamos dentro dessas áreas, mas difícil quando estamos fora, batendo na porta pedindo para entrar. Sentimos essa dificuldade, por exemplo, nas leituras sobre literatura.

Apesar das fronteiras disciplinares serem tão importantes para alguns, que parecem se empenhar em construir muros de panelinhas, trincheiras de jargões científicos, colocando um policiamento extensivo pra não deixar estranhos entrarem, similar aos condomínios fechados

desta pesquisa mas, apesar disso, é interessante como vozes de diferentes disciplinas científicas e de outros saberes não científicos se complementam, dizendo ideias tão parecidas apesar das distâncias nos anos, nos espaços e nos saberes.

O diálogo com o outro é algo importante para nossa pesquisa. Ele aparece em diferentes formas e com diferentes nomes. E ele está nas ideias de Enrique Leff, de Boaventura de Sousa Santos, Severino Antônio, Conceição Evaristo, Edgar Morin, Paulo Freire, Ailton Krenak, José Saramago, Zygmunt Bauman, Lélia Gonzalez, Mário de Andrade, Gilles Deleuze, David Kopenawa. Está em muitas vozes, que com diferentes palavras e ações atuam pelo diálogo humilde que reconhece a vida inteligente no outro.

E alguns também reconhecem as vidas que não são captadas como inteligentes pela nossa forma racional auto-centrada de compreender o mundo. Para nós, esse reconhecimento é o sentido mais puro da empatia: tentar compreender ou reconhecer o outro pelo que ele é e não como um espelho nosso — é essa a prática essencial da escrita literária, ser outros seres.

São pessoas que sabem ou sentem que as virtudes não são monopólio de alguém ou algo, mas estão nas relações com o outro, com o coletivo, com um Ipê amarelo, com uma cachorrinha ou com o cheiro do amanhecer.

### **3.2 Pesquisa investigativa e documental**

Nossa pesquisa tem um recorte relativamente bem delimitado, o empreendimento Reserva Jequitibá, no bairro Santa Rosa, na cidade de Piracicaba, no interior de São Paulo.

Quando estava na fase final da escrita dessa dissertação, entretanto, minha orientadora me provocou para que eu escrevesse um pouco mais sobre a história da Fazenda Santa Rosa, e isso me levou a um mundo de documentos e relatos difícil de sair.

A história da Fazenda Santa Rosa me levou às histórias de um punhado de famílias ricas, algumas conhecidas em Piracicaba, outras em todo Estado e no Brasil.

Essas famílias ricas têm suas histórias, ou parte delas, documentadas.

Mas, mesmo com uma investigação detalhada e cansativa sobre elas, a história desse pequeno lugar fica mal contada. Pois contamos principalmente sobre os homens que durante pouco mais de um século tiveram a propriedade dessas terras. Já os homens e as mulheres que, sem ter propriedades ou sendo eles próprios propriedade daqueles primeiros, tendo que trabalhar nessas terras e fazer delas fazenda e bairro, não têm suas histórias documentadas. Os que estavam aqui antes desse roubo chamado propriedade, não sabemos se Paiaguás ou Caiapós ou outros, que viveram aqui por séculos, também não têm muito de suas histórias documentadas. Como não conseguimos contar suas histórias, dedicamos esta pesquisa a eles.

Para entender a história dos proprietários e dos negócios, a história da Fazenda Santa Rosa, do Bairro Santa Rosa e do Reserva Jequitibá, fizemos uma pesquisa documental com matérias de jornais, sites e aplicativos eletrônicos, monografias, dissertações, teses, artigos científicos e outras publicações, leis, processos judiciais e respectivos recursos, legislações, diários oficiais, materiais publicitários, matrículas atualizadas de imóveis, vídeos e imagens de satélite.

A análise documental é a leitura de “qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação” (ALVES-MAZZOTTI, 2004, p. 169), mas também de registros não escritos, como a “mídia eletrônica (gravações magnéticas de som e vídeo, gravações digitais de áudio e imagem)” (MOREIRA, 2010, p. 272).

As investigações para encontrar esses documentos foram, boa parte, feitas pelo computador.

Encontrar os documentos foi divertido e cansativo. Um documento puxa outro documento, um nome puxa outro nome. Encontramos pontos de partida que nos levam a diferentes caminhos e que só às vezes chegam em finais.

Começamos a investigar a história do Santa Rosa, por exemplo, procurando pela Fazenda Santa Rosa, de que falou um dos entrevistados. Encontramos um blog que contava algo sobre ela, e outro que também falava sobre o Engenho Central. Então buscamos mais sobre o Engenho Central e seus proprietários.

Alguns nomes teimaram em aparecer e percebemos que eram relevantes para entendermos essa história. Um deles foi os Silva Gordo.

Ouvimos sobre eles, pela primeira vez, durante uma entrevista. Não consegui entender o nome e transcrevi como Silbaborto. Ao longo da pesquisa, ouvi diversas vezes sobre eles até conectar com essa primeira entrevista e perceber que o Parque Jequitibá não foi doado para a prefeitura pelo grupo Silbaborto, mas pelo Grupo Silva Gordo.

Eles só ganharam relevância para a pesquisa, entretanto, durante a investigação documental, quando apareceram comprando o controle acionário da *Société de Sucrerie Brésiliennes* e, décadas antes, nos laços familiares dos Moraes Barros. Percebemos a importância da família Silva Gordo e a investigamos.

Sua história desenrolou como um romance, mostrando relações com outras famílias importantes ao longo dos séculos XIX e XX, fatos históricos mais e menos conhecidos e muitas perguntas.

Apesar disso, o romance não é um emaranhado de fios de tecidos e cores diferentes, é relativamente simples: a burguesia paulista se relacionando entre si, naquela que parece ser

uma estratégia antiga da gente rica para perpetuar e acumular riquezas, mas é também a consequência de uma sociabilidade exclusiva que não mudou muito de lá pra cá.

Faz lembrar nossa aventura tentando entrevistar alguém que morasse no Alphaville, mas não conseguindo entrar em suas redes de contatos<sup>22</sup>.

Uma Silva Gordo casava com um Moraes Barros, sua irmã casava com outro Moraes Barros, presidente da república, seu irmão casava com uma Vergueiro, sua outra irmã casava com um Salles, cujo primo em segundo grau se casava com uma Campos, e seu filho se tornava outro presidente da república, Campos Salles, que era cunhado de um Cerqueira Cesar, que era genro de um Mesquita, que era dono do jornal O Estado de São Paulo (Anexo B).

Algumas dessas famílias continuam poderosas no século XXI, outras não ouvimos mais falar.

Foi interessante buscar um dos descendentes vivos dos Silva Gordo, que começou um blog sobre a família mas parece ter se entediado, deixando o blog como anotações para um projeto futuro abandonado. Apesar disso, quis usar algo de seu blog e precisava referenciá-lo, mas ele não se identificava no blog. Em uma das postagens, falava apenas parte de seu nome.

Investiguei e encontrei seu *facebook*, com a foto de uma bandeira dos Estados Unidos da América do Norte estendida em meio mastro e, como foto de fundo, a frase “#resist”. Suas publicações misturavam orgulho de ser judeu, pedidos de socorro para o Brasil, uma foto da família Obama, algumas críticas sociais estranhas, mensagens de auto-ajuda, antipetismo, lavajatismo, uma ilustração da presidenta Dilma decapitada, fotos antigas e fotos suas.

Uma história complexa como a de um de seus ascendentes, o senador Adolpho Affonso da Silva Gordo, responsável por leis de repressão e expulsão do Brasil de anarquistas e sindicalistas grevistas no início do século XX, mas que defendia que mulheres pudessem votar.

Ao final, acabamos não usando o documento de seu blog.

A pesquisa investigativa nos leva por caminhos estranhos e por vezes infrutíferos.

Outra busca que vale a pena ser relatada é pela matrícula atualizada do imóvel da Lagoa do Santa Rosa.

Essa foi a busca mais complexa da pesquisa. Depois de ouvir alguns relatos sobre quem era o proprietário daquele imóvel, procurei sua declaração de bens no Tribunal Superior Eleitoral, quando concorreu a um cargo executivo no poder público de Piracicaba. Encontrei

---

<sup>22</sup> Para ler sobre isso, veja a próxima parte, “O método Bola de Neve e as entrevistas semiestruturadas”, neste mesmo capítulo Metodologia.

que ele tinha uma gleba de terra em Piracicaba, mas nada sobre ela. Encontrei também uma entrevista sua, confirmando que aquelas terras eram suas, mas isso não nos ajudava muito.

Em uma de minhas visitas ao IPPLAP, pedi ajuda para um dos funcionários. Ele acessou o sistema de geoprocessamento do instituto mas descobriu apenas que o imóvel era privado.

Então investiguei em que cartório aquele imóvel estava inscrito (Piracicaba tem dois cartórios de registro de imóveis, que dividem a cidade). Fui no cartório e pedi para a funcionária pelos imóveis no bairro Santa Rosa no nome daquela pessoa. Ela não conseguiu encontrar.

Marquei uma conversa com um ex-funcionário do IPPLAP, que me disse que o imóvel estava com a família há décadas e pertencia ao pai daquele cara (depois descobri que essa informação era falsa). Mas ele também não sabia a matrícula do imóvel ou como eu poderia descobrir.

Após uma extensa busca na internet, usei o site de geoprocessamento da prefeitura de Piracicaba e encontrei o CPD (cadastro fiscal urbano) do imóvel. Com ele, encontrei uma publicação do Diário Oficial do Município de Piracicaba, de 29 de junho de 2021, que falava sobre um requerimento para a certidão desse imóvel, solicitando alguns esclarecimentos e mencionando o número de sua matrícula. Com o número da matrícula, voltei naquele cartório, paguei R\$ 63,67 e consegui sua matrícula atualizada.

A matrícula atualizada apresenta o histórico do imóvel, todas as alterações, litigâncias e processos que foram registrados no cartório sobre aquele imóvel.

E essa matrícula foi essencial para nossa pesquisa.

Já a última investigação que fizemos na pesquisa, para descobrir se o bairro Santa Rosa foi composto pela Fazenda Santa Rosa e pela Fazenda São José, ou só pela primeira, como parte da investigação para descobrir quando os Ometto adquiriram suas terras no Santa Rosa, fracassou em partes. Após visitar o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP) e vasculhar o arquivo físico da Biblioteca Municipal de Piracicaba, não encontrei relatos sobre o bairro e nenhum mapa que delimitasse com alguma precisão as fronteiras das duas fazendas. O próximo passo seria vasculhar a bibliografia relativamente extensa na biblioteca sobre alguns membros da família Ometto, procurando informações sobre a aquisição de terras na Fazenda São José ou na Fazenda Santa Rosa, mas não tivemos tempo para isso.

Com base nas pesquisas que fizemos, entretanto, conseguimos fazer algumas deduções sobre o que deve ter ocorrido.



### 3.3 O método “bola de neve” e as entrevistas semiestruturadas

Desde o princípio, nossa ideia não era entrevistar uma amostra representativa da população do Santa Rosa ou do Reserva Jequitibá, pois essa não é uma pesquisa quantitativa.

Portanto, escolhemos apenas um punhado de pessoas para serem entrevistadas, pessoas com relações distintas com o empreendimento, algumas com ocupações profissionais e políticas específicas no município, outras que residiam em lugares específicos. A escolha delas não tem a pretensão de generalizar como todas as pessoas daqueles lugares ou ocupações interpretam o empreendimento, ou como foram as vidas de todos. As vidas são, todas, únicas. As pessoas entrevistadas representam apenas elas mesmas e podem ter interpretações e vidas radicalmente diferentes das de seus semelhantes.

Mas serão as interpretações e as vidas de pessoas concretas, que vivem em um bairro, tem uma ocupação profissional, que tem sonhos e interpretações próprias sobre o Reserva Jequitibá e o mundo.

Para encontrarmos essas pessoas, as segmentamos em algumas especificidades que consideramos importantes para entender o empreendimento por uma diversidade de vidas e olhares. Eram elas:

- Alguém que morasse há muitos anos no bairro Santa Rosa;
- Alguém que morasse há poucos anos no bairro Santa Rosa;
- Uma ou duas pessoas que morassem nos condomínios fechados do Reserva Jequitibá;
- Umas ou duas pessoas que trabalhassem nos condomínios ou na manutenção do Reserva Jequitibá;
- Uma trabalhadora ou trabalhador da imobiliária Aguassanta D.I.;
- Uma empresária(o)/funcionária(o) de alto cargo da imobiliária Aguassanta D.I.;
- Uma empresária(o)/funcionária(o) de alto cargo da empresa Cosan;
- Uma empresária(o)/funcionária(o) de alto cargo da imobiliária Frias Netto;
- Um(a) representante do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP), que trabalhasse no instituto desde antes de 2008;
- Um(a) político(a) envolvido diretamente na vinda da Hyundai em 2008 e na elaboração da Lei Complementar de alteração do perímetro urbano em 2008;
- Um(a) vereador ou vereadora de Piracicaba no ano de 2008;
- Um(a) jornalista de mídia local.

Também queríamos nos orientar na escolha dos entrevistados pela diversidade nas identidades de gênero, orientação sexual, raça ou cor de pele, idade, religião, profissão e naturalidade. Queríamos, mas não conseguimos, pois encontrar qualquer participante que se enquadrasse naqueles segmentos já foi difícil, ainda mais encontrar e a pessoa topou participar. Ao final, a escassez de pessoas que toparam participar da pesquisa não deixou margem para trilharmos por essa segunda segmentação.

Para encontrar os participantes, utilizamos o método “bola de neve”, pelo qual as pessoas são acessadas através de redes de contatos. É um método útil quando não se deseja uma amostragem probabilística, se buscam pessoas de grupos pequenos e reclusos, “principalmente no caso de pesquisas nas quais inicialmente não se conhece muito bem as pessoas importantes a serem abordadas” (VINUTO, 2016, p. 205).

A primeira dificuldade que tivemos nesse método foi a pandemia de covid-19, que nos limitou a procurar remotamente pelas pessoas e suas redes de contatos.

Comecei por meus amigos piracicabanos.

Escrevi uma mensagem no grupo de amigos que estudaram comigo no Ensino Médio, no aplicativo de comunicação virtual whatsapp. Falei brevemente de minha pesquisa e perguntei se conheciam pessoas que moravam ou trabalhavam no bairro Santa Rosa e no Reserva Jequitibá. Três deles moravam no Santa Rosa, e para eles também enviei mensagens privadas.

Nenhum deles, nem os que ainda moram no Santa Rosa, conheciam alguém que morava no Reserva Jequitibá. Conheciam muitos que moravam no resto do bairro. Conversaram com uns companheiros do bairro e um topou participar da pesquisa. Foi o Lucas (nome fictício), nosso primeiro entrevistado.

Mais pra frente, falamos sobre a metodologia que usamos nas entrevistas.

Já tendo entrevistado um morador do Santa Rosa, priorizamos encontrar alguém do Reserva. Tentei acessá-los por diversos caminhos. Conversei com amigas que estudaram em escolas particulares e tinham redes de contatos com pessoas mais ricas, mas nenhuma morava lá. Através do perfil do Reserva Jequitibá na rede social Instagram, encontrei pessoas que pareciam morar lá e mandei mensagens para todas elas, me apresentando, apresentando a pesquisa e pedindo uma conversa, mas nenhuma me respondeu.

Quando a pandemia abrandou, fui até o Reserva Jequitibá de carro e máscara.

Parei na entrada do Villa Bella Vista, um dos três condomínios fechados do Reserva, e por uma caixinha metálica conversei com quem devia ser um dos porteiros. Falei brevemente de minha pesquisa e pedi para entrar. Ele perguntou se eu era da ESALQ e disse para fazer uma solicitação para pessoas que não estavam lá naquele dia.

Na portaria do Alphaville, o mais conhecido dos três, também perguntaram se eu era da ESALQ. O senhor porteiro consultou ele mesmo outras pessoas, tirou uma foto minha, fez uma cópia de minha carteira de motorista e me deixou entrar, com a condição de que eu não abordasse ninguém. Só podia falar com um morador se o morador viesse falar comigo. Entrei, passei pelo Alphaville, tirei algumas fotos e ninguém veio puxar conversa.

Tive então que pedir ajuda para a administração do Alphaville, pois qualquer tipo de contato com os moradores, até um papel colado num poste, tinha que passar por eles. Conversei com uma das responsáveis e pedi alguns minutos de fala em uma assembleia do condomínio, ou a lista de telefones e endereços de emails dos moradores, ou colar um papel num poste, qualquer possibilidade de contato. Ela disse que tinha que tratar o assunto com outras pessoas e ficou de entrar em contato comigo. Nos meses seguintes entrei sucessivamente em contato com ela. Boa parte das vezes ela não me respondia, as outras dizia que ainda não tinha resposta, até enfim dizer que nenhum tipo de contato, mesmo que intermediado por eles, foi autorizado.

Pensei em ficar na saída do condomínio abordando os moradores em seus carros de luxo, mas minha orientadora achou que extrapolaria o razoável e que devíamos aceitar que eles não queriam conversar conosco.

O problema de fazer contato com moradores de condomínios fechados foi encontrado por outras pesquisadoras que se propuseram a fazer o mesmo.

Miguel (2008) pesquisou a presença/ausência da população negra em condomínios fechados em Piracicaba. Para conseguir informações sobre os moradores dos condomínios, ela precisou fazer um requerimento aos síndicos ou às administradoras dos condomínios, que responderam com “somente o necessário”. Nos condomínios em que moravam pessoas negras, a pesquisadora não pôde entrar em contato direto com elas por “questão de segurança” (p. 34), precisando encontrá-las por outros meios.

Sposito e Góes (2013) encontraram dificuldades semelhantes. Para elas, pesquisas com “grupos sociais de médio e alto poder aquisitivo” no Brasil encontram sempre três dificuldades: desconhecimento sobre pesquisas científicas, confundidas com pesquisas de mercado ou levantamentos de dados de órgãos públicos; medo de ser algum tipo de golpe; e “tendência à individualização”, quando a pessoa só tem tempo para a demanda de outro se ela parecer necessária ou o outro parecer importante.

Isso se torna mais difícil quando a pesquisa é em “espaços urbanos fechados, cuja entrada é controlada” (Idem, p. 17), o que impediu que elas, as pesquisadoras, tivessem um primeiro contato direto com os entrevistados. Conseguiram contornar essa dificuldade por já

conhecerem pessoas que moravam nos condomínios. Contataram os conhecidos e pediram que eles contatassem seus vizinhos.

Nós só conhecíamos uma pessoa que morava em um dos condomínios fechados do Reserva Jequitibá, e uma pessoa que dizia conhecer alguém que morava lá. Ambos são professores de nossa faculdade. E ambos não responderam nossos emails pedindo ajuda com a pesquisa.

Uma das últimas tentativas foi me matricular em uma academia cara, chamada Position. A Position tinha duas academias, uma em um bairro próximo aonde eu morava, onde me matriculei, e outra no Reserva Jequitibá. Imaginei que eu poderia frequentar a academia do Reserva quando quisesse, ou ao menos durante um ou outro dia, e tentar me aproximar de algum morador do bairro enquanto puxávamos ferro.

Também não consegui. Não me autorizaram a frequentar a filial no Reserva, pois quem fazia academia lá pagava uma mensalidade mais cara que a minha<sup>23</sup>.

Apesar dos diferentes esforços nesses anos de pesquisa, não conseguimos conversar com nenhum morador dos condomínios fechados do Reserva Jequitibá. Isso me faz lembrar de meu curto tempo de trabalho no IBGE, onde é conhecimento comum que as pessoas mais difíceis de serem entrevistadas nas pesquisas do Instituto, como o Censo Demográfico, são as pessoas ricas que moram em condomínios fechados.

Também não conseguimos entrevistar alguém que trabalhasse nos condomínios ou na manutenção do Reserva Jequitibá e um empresário ou funcionário de alto cargo da Cosan, pois priorizamos as outras entrevistas e não achamos essas tão necessárias. Consegui contato com um empresário da imobiliária Frias Neto que disse que ia me ligar, nunca me ligou nem respondeu minhas mensagens. Também tentei contato com alguns jornalistas e uma liderança social do Santa Rosa, que nunca responderam.

Os outros participantes da pesquisa foram mais fáceis de encontrar. Ao final, foram entrevistados:

- Um jovem que mora há 21 anos no bairro Santa Rosa;
- Uma jornalista de um jornal tradicional piracicabano;
- Dois ex-presidentes do IPPLAP, que trabalhavam no Instituto na época do empreendimento (um como presidente e outro como funcionário), sendo que um

---

<sup>23</sup> Alguns meses depois saí da Position, após brigas recorrentes com os playboys que malhavam lá e insistiam em não usar máscara, quando ainda era obrigatório o uso pelas condições difíceis da pandemia de covid-19.

deles foi também vice-prefeito do município e era a principal fonte da mídia tradicional nos discursos hegemônicos sobre o Reserva Jequitibá na época;

- Dois ex-prefeitos do município, sendo que um deles era prefeito na época do empreendimento;
- Uma psicopedagoga que trabalha no Instituto Federal, dentro do Reserva Jequitibá;
- Um ex-funcionário de alto cargo da empresa Aguassanta D.I.;
- Uma funcionária da prefeitura envolvida na vinda da Hyundai para o município.

Os dois últimos entrevistados, o funcionário da Aguassanta D.I. e a funcionária da prefeitura, não me permitiram gravar as entrevistas.

Um dos antigos presidentes do IPPLAP insistiu para que a entrevista fosse por email, apesar de todas as possibilidades de plataformas e meios virtuais, de datas e flexibilidade com horário que apresentei, e apesar de eu insistir na importância da entrevista ser ao vivo por trabalhar com entrevistas semiestruturadas. Tive que lhe enviar um documento com as perguntas, que ele respondeu de forma breve e generalista.

Tirando ela, as outras entrevistas foram todas semiestruturadas.

Segundo Neto (1994), a entrevista semiestruturada articula a entrevista aberta não-estruturada, em que o entrevistado fala livremente dos assuntos propostos, e a entrevista estruturada, que o pesquisador formula as perguntas previamente. Fizemos um roteiro de perguntas e temas para guiar a entrevista aos focos da pesquisa, mas interajei com certa liberdade durante ela, fazendo e deixando de fazer outras perguntas e comentários.

As perguntas foram sobre o Reserva Jequitibá, sobre suas histórias de vida, seus sonhos e concepções de mundo. Foi interessante como algumas pessoas falaram sonhos que nos pareceram banais, o que nos trouxe o questionamento se são realmente seus sonhos, se elas têm dificuldade de sonhar ou se a dificuldade é de identificarem os sonhos<sup>24</sup>. Também foi interessante a dificuldade dos dois ex-presidentes do IPPLAP em responder perguntas de forma pessoal e não técnica — sobre o que eles acham pessoalmente de um assunto, não sobre o que outras pessoas acham.

No Anexo A, estão os roteiros dessas entrevistas.

Estabelecemos assim, parcialmente, o processo dessa pesquisa da realidade para a teoria, convergindo com o teorizado por Minayo (1994) sobre investigação científica, de que “nada

---

<sup>24</sup> Esse termo, “identificar seus sonhos”, foi dito por Luiz Carlos (nome fictício), um dos entrevistados.

pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (p. 17).

Para as entrevistas, também levamos em consideração duas reflexões de Becker (1999) sobre a atitude do pesquisador em pesquisas com seres humanos.

A primeira é sobre como evitar respostas induzidas pelo pesquisador. As perguntas podem fazer o entrevistado pensar o que nunca lhe ocorreu e, se queremos respostas não influenciadas pela entrevista, deve ser valorizado o que é falado espontaneamente. Considerando isso, fizemos perguntas mais generalistas e tentei não reagir positivamente ou negativamente às respostas dos entrevistados.

Por outro lado, se sabem que é um pesquisador, ele precisa descobrir como os membros do grupo o definem e, especificamente, se acreditam ou não que certos tipos de informação e acontecimento deveriam ser mantidos em segredo em relação a ele. Ele pode interpretar evidências mais exatamente quando as respostas a estas questões são conhecidas (BECKER, 1999, p. 55).

Por mais que seja inevitável que uma entrevista semiestruturada influencie tanto o entrevistado quanto o entrevistador, ocorrendo a ambos pensamentos novos, por nosso objetivo ser compreender melhor as interpretações de mundo dos entrevistados, tentei não engajar durante as entrevistas em uma comunicação crítica com eles, no sentido de Paulo Freire (1983), em que as pessoas conversam sobre algo para desvendá-lo. Nossa escolha foi que faríamos essa comunicação crítica nas narrativas literárias.

A segunda reflexão de Becker é se a presença do pesquisador representará ameaça ou constrangimento ao entrevistado, influenciando suas respostas. Tentamos evitar isso pelo modo como apresentei a mim e à pesquisa, explicando e assegurando seu anonimato, a não obrigatoriedade de responder o que não quiser e a garantia de poder sair da pesquisa quando quiser, sem precisar dar explicações — a Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos também exige que expliquemos tudo isso aos entrevistados — e pelo modo como conduzi as entrevistas.

Além das entrevistas, conversamos com diversas pessoas que nos ajudaram na pesquisa. Não pedi para gravar essas conversas e não segui um roteiro de perguntas. Conversei com dois antigos funcionários do IPPLAP e uma atual funcionária; uma vereadora de Piracicaba; um funcionário do APLA (Arranjo Produtivo Local do Álcool); uma gerente da Aguassanta D.I.; um morador do Santa Rosa envolvido nas lutas políticas do bairro pelo direito à Lagoa do Santa Rosa; uma pesquisadora das mídias tradicionais piracicabanas; os professores de nosso comitê de acompanhamento; e meu irmão Pedro, formado em arquitetura e urbanismo, que me ajudou com algumas partes técnicas.

Essas conversas foram essenciais para entendermos fatos e detalhes que ficaram conflitantes ou omissos nas entrevistas e nos documentos, e conseguirmos fazer uma narrativa contra-hegemônica sobre o Reserva Jequitibá que seja uma história bem contada.

### 3.4 Visitas de campo

Ao longo da pesquisa, visitei diversas vezes o bairro Santa Rosa e o empreendimento Reserva Jequitibá.

As visitas foram para entender melhor os lugares. A disposição dos empreendimentos, o que estava sendo construído, o que já existia, para visitar o escritório da Aguassanta ou a sede da Raízen.

Mas, principalmente, para estar ali. Para me sensibilizar com o lugar e com as vidas daquelas pessoas, compreendendo o bairro e o empreendimento não racionalmente, mas pela intuição, pelos sentidos do corpo. Estar ali foi deixar minha vida acontecer naquele pedaço de mundo, com as imprevisibilidades, os encontros e desencontros, os acidentes e as intenções, o desenrolar caótico que é viver em qualquer pedaço do mundo.

Foi assim que partes importantes dessa pesquisa surgiram.

Em um dos passeios pelo Reserva, andando em seu mall, me deparei com uma loja de propaganda e vendas do novo condomínio fechado do empreendimento, o Authoria. Entrei na loja e acabei passeando de carro pelo Reserva com um gerente de vendas da Aguassanta D.I., e foi nessa visita que, entre tantas coisas, vi pela primeira vez a Lagoa do Santa Rosa e entendi sua importância para nossa história<sup>25</sup>.

Foi nas visitas, também, que percebi a linha invisível que separa Santa Rosa e Reserva Jequitibá, que vi os imóveis no Reserva que continuam plantados com cana de açúcar<sup>26</sup>, que senti a diferença ao entrar no Reserva, naquela avenida larga e longa, saindo do Santa Rosa, mas ainda sem perceber qual é a diferença. Nas visitas senti e percebi as diferenças entre os prédios públicos e os privados no Parque Tecnológico, senti e percebi a dificuldade de entrar e sair dos condomínios fechados.

Sentir é diferente de perceber. Sentimos no corpo, percebemos no pensamento. Em algumas situações, como as diferenças que não são pequenas ou irrelevantes, mas são sutis, entre as ruas e o paisagismo do Santa Rosa e as do Reserva Jequitibá, eu as senti, mas para

---

<sup>25</sup> Conto sobre essa visita na parte 4.2.4, Os condomínios fechados do Reserva Jequitibá, no capítulo 4.2, Reserva Jequitibá.

<sup>26</sup> Falo sobre eles na parte 4.1.3, Especulação Imobiliária no Santa Rosa, no capítulo 4.1, Santa Rosa.

percebê-las foi um esforço intelectual que não veio naturalmente. Tive que pensar sobre o que senti e o que vi.

Foi o mesmo no paisagismo, na estética arquitetônica e urbana no que achava ser dentro do Reserva. Quando estava lá, passeava por todos os lados sentindo que estava em um bairro de burguês. Foi depois, racionalizando sobre isso, elaborando isso teoricamente, que percebi que ao contrário de quando entrei no Reserva saindo do Santa Rosa, não senti qualquer diferença ao entrar no Parque Tecnológico saindo do Reserva, porque não senti que entrava e saía. Senti que continuava no mesmo lugar. Reserva Jequitibá, Parque Tecnológico, Parque Jequitibá, tudo se confunde propositalmente para parecer o mesmo empreendimento. Para parecer que o Parque Tecnológico e o Parque Jequitibá estão dentro do Reserva Jequitibá, que seria um bairro planejado de uso misto.

Alguns desses sentimentos, intuições e elaborações estão ao longo dessa pesquisa, em nenhum lugar específico mas nela como um todo, pois foram vitais para nosso entendimento sobre o Reserva Jequitibá no Santa Rosa. É o caso da linha invisível que separa empreendimento e bairro.

Outros, cuja elaboração teórica é especificamente relevante, estão em partes específicas da dissertação, como as já mencionadas em notas de rodapé e também esse último, sobre a estética do Reserva e dos Parques, que está na parte 4.2.2, A Área Institucional da Prefeitura e o Parque Tecnológico, e no 4.2.5, Parque Jequitibá, ambos no capítulo 4.2, Reserva Jequitibá.

Na visita à sede da Aguassanta D. I., no prédio Office Reserva Jequitibá, no Parque Tecnológico, consegui contatos para chegar em um ex-funcionário da empresa com quem tive uma conversa importante. Visitas na Prefeitura de Piracicaba também nos renderam conversas importantes.

Mas em todas as vezes que passei pelo Reserva Jequitibá me senti um intruso. Sentia que estava fazendo algo errado, que seria abordado, como fui algumas vezes, por um dos seguranças armados do lugar e constrangido por estar ali.

Talvez sentisse isso porque passeava pelo empreendimento com segundas intenções, investigando ele. Talvez tenha sido abordado por transparecer isso, os seguranças perceberam meu olhar curioso. Não sei.

Mas o que eu sentia ali contrastava com as propagandas do empreendimento, que mostravam um lugar acolhedor, caloroso, com uma família branca feliz passeando pela rua, papai e mamãe de mãos dadas, filho criança de bicicleta, filha criança de patinete, e um cachorro labrador bem cuidado na coleira.



Perceber essa diferença entre como o Reserva Jequitibá se mostra e como ele foi para mim, também foi importante para nossa pesquisa.

### **3.5 Como analisamos os resultados**

Analisamos os resultados da pesquisa por três perspectivas: as experiências de vida e os saberes dos entrevistados; os saberes científicos e os documentos; e a literatura.

A primeira perspectiva estava na análise das entrevistas e começou com um resumo de cada uma delas. Com base nos resumos, separamos elas em alguns temas, como “especulação imobiliária”, “desigualdades sociais”, “valorização”, “segurança”. Aglutinamos esses temas em seis grandes temas: Santa Rosa, Reserva Jequitibá, Sonhos, Moradia, Literatura e Cidade.

Então decomparamos a transcrição de cada entrevista entre esses grandes temas. Alguns trechos foram para mais de um tema e pouquíssimos foram para nenhum.

Imprimi essas seis aglutinações das entrevistas e fizemos a análise de uma por uma.

Em uma primeira releitura das entrevistas aglutinadas no tema, sublinhei os trechos mais relevantes. Depois reli para ter certeza que aqueles eram realmente os trechos mais relevantes. Então li apenas os trechos sublinhados para pensar em uma composição, linhas de análise que ligassem esses trechos.

Traçadas as linhas, digitei eles em um capítulo da dissertação com o nome do grande tema, seguindo o traçado e já escrevendo as reflexões e comentários que me vinham. Os trechos sublinhados que não encaixavam nessa linha ficavam no final do capítulo. Peguei anotações que fiz ao longo da pesquisa e que dialogavam com esses trechos e joguei ali junto.

Nesse ponto, algumas falas dos entrevistados, documentos, referenciais bibliográficos, ideias e anotações estavam tão próximos que era só deixá-los conversarem. Outros estavam mais longe e tínhamos que pensar em como aproximá-los. Uns últimos estavam tão longe que precisavam de um espaço só para eles, uma “parte” ou item. Ao terminar de montar o texto e fazer uma primeira análise, construindo seu corpo, decidia se os que ainda sobravam ao final, sem encaixar em lugar algum, eram relevantes para a pesquisa ou não. Alguns caíram fora, outros esperaram o momento da análise daquilo tudo em que seriam chamados para participar.

Nesse processo, três temas se tornaram capítulos, Santa Rosa, Reserva Jequitibá e Literatura. Os outros três temas tinham muitas repetições e semelhanças entre eles, fronteiras difíceis de discernir e pequenos temas muito amplos que, se desenvolvidos sozinhos, fugiriam do recorte dessa pesquisa. Percebemos o que faltava em nossa análise, como juntá-los nesse raciocínio e construímos o capítulo que faltava, Hegemonia e Contra-hegemonias.

Durante a análise, voltei inúmeras vezes para as entrevistas, principalmente para os trechos que não estavam sublinhados. Também jogamos alguns trechos que estavam em um tema em outro capítulo.

Foi um processo imersivo de trabalho com as entrevistas até esgotar suas novidades quando as lia.

A análise nos capítulos juntou nossas três perspectivas de análise e cruzou diferentes dados e resultados da pesquisa, fazendo eles conversarem.

Por vezes, quem ditou o caminho da análise não foram as entrevistas, mas os documentos ou as observações de campo. É o caso da história do Santa Rosa e das confusões entre o que é Reserva Jequitibá, o que é Parque Tecnológico e o que é Parque Jequitibá.

A segunda perspectiva, dos saberes científicos, está na análise dos dados e dos conhecimentos levantados pelas pesquisas documental e bibliográfica, que explicamos nas outras partes deste capítulo. As pesquisas foram para compreender as relações, as interpretações, os interesses e as dinâmicas urbanas no Reserva Jequitibá. Para isso, elas passearam por diferentes tipos de documentos, disciplinas, temas e autores, inclusive alguns que possuem divergências entre si. Mas que foram importantes para pensarmos e compreendermos melhor a realidade.

A perspectiva literária, a terceira perspectiva, atuou em um lugar mais subjetivo de compreensão, análise e brincadeira com a realidade. Falamos sobre ela na próxima parte deste capítulo — Escrita científica e escrita literária. Com ela, percebemos a vida, que se esconde de uma perspectiva puramente racional.

As observações de campo estão presentes nas três perspectivas.

Por fim, tentamos não incorrer em um erro principal, alertado com diferentes palavras por diversos pensadores e teóricos, como Lefebvre (2008), Zizek (2014), Krishnamurti (1968) e Becker (1999), de entender dos dados o que se quer entender, em uma análise superficial que vai da teoria para o conteúdo e não o contrário.

Isso se provou difícil em alguns momentos.

Por exemplo, quando descobrimos que os imóveis da Cosan no Santa Rosa já faziam parte do perímetro urbano há 31 anos quando foi anunciado o Reserva Jequitibá. Analisei e disse que era especulação imobiliária, e fiquei orgulhoso da descoberta.

Foi difícil confrontar com informações novas que traziam a possibilidade de que talvez não fosse especulação, ou pelo menos que não podíamos afirmar que era. Ao engolir o orgulho, descobrimos uma outra forma de especulação imobiliária, que é amparada pela lei.

Ela está na parte 4.1.3, Especulação Imobiliária no Santa Rosa, no subcapítulo 4.1, Santa Rosa, no capítulo 4, Análise dos Resultados.

### **3.6 Escrita científica e escrita literária**

Consideramos que é importante, além de explicar como fizemos essa pesquisa, falar sobre como escrevi ela, pois as escolhas e reflexões que estão na escrita da dissertação e das narrativas literárias da pesquisa não são banais ou menos importantes.

Escrever é colocar em palavras ideias, sentimentos, percepções, vidas e linhas de raciocínio. Não é apenas uma forma de tornar a pesquisa inteligível para os outros, é um processo criativo em si, que constrói um mundo para a pesquisa. Por isso, discordamos de nossos camaradas pesquisadores que se dizem não ser criativos.

Ao deixar a boa escrita para quem julgam ser criativo e escrever sem dar importância à escrita, eles constroem mundos tristes, para visitantes que serão apenas telespectadores de algo entediante. Visitantes que serão impedidos de passar pelas palavras e passear lá dentro, brincar e conhecer o mundo único que criamos.

Os textos desses mundos tristes são como as portarias dos condomínios fechados da burguesia.

#### **3.6.1 A escrita da dissertação**

Na escrita desta dissertação, aproveitamos criticamente muitas das reflexões e dicas de Eco (1985) sobre escrita científica.

Para ele, é importante que se defina todos os termos usados no texto que não são “consagrados e indiscutíveis pela disciplina em causa” (p. 114). Ao longo desta escrita, minha orientadora constantemente me lembrou da importância de definir os termos que uso e que parecem óbvios quando estamos imersos em uma disciplina.

Portanto, completando Eco, definimos os termos que não são “consagrados e indiscutíveis pela disciplina em causa”, mas também os termos que são. Não só por esta pesquisa ser interdisciplinar, mas por nos esforçarmos para que ela seja inteligível para quem está fora de nossa bolha de saber. Temos que construir ciências que possam dialogar entre si e com os outros, ou construiremos uma torre de Babel, como disse Morin (2000b), “que murmura linguagens discordantes. A torre nos domina porque não podemos dominar nossos conhecimentos” (p. 16).

Eco (1985) é da opinião de que no texto é bom lembrar de quem se está falando, repetindo seu nome mesmo em lugares próximos. Não concordamos, e repetimos as palavras

apenas quando era necessário para seu entendimento. Me faz lembrar outra observação de minha orientadora, que tentei seguir, sobre a importância de relembrar, ao longo da Análise dos Resultados, quem são os entrevistados que estou falando, se Lucas é o prefeito ou o morador do bairro, quem era Paula na fila do pão, essas coisas.

Muitas das dicas de Eco (1985) são pessoais, como abrir muitos parágrafos e fazer notas de rodapé para todas as divagações e argumentos que fujam do tema e do fluxo do texto. São estilos de escrita, usos da língua que cada um faz do jeito que acha melhor. Sobre as notas de rodapé, evitamos elas por achar que distraem a leitura. Utilizamos para citações de referências em endereços eletrônicos, que tornariam o capítulo de Referências Bibliográficas extenso, confuso e poluído; para fazer comentários breves; e para falar algo que fuja muito da linha de raciocínio do texto.

Eco também não gosta de quem explica ironias ou usa reticências em excesso, o que concordo com ele. Usamos reticências quase exclusivamente para citações, mas não em palavras ou termos supostamente estranhos à maioria ou à chamada língua culta. Se tivéssemos perguntado quem era Paula “na fila do pão”, com reticências, seria muito mais feio. No capítulo Literatura, escrevemos “A potência de contra-hegemonia na metecção de loco da molecada”. Colocar essas últimas palavras em reticências, “A potência de contra-hegemonia na “metecção de loco da molecada””, seria dizer que elas não pertencem à linguagem correta do português, afinal ninguém estranharia que escrevêssemos “A potência de contra-hegemonia nas rebeldias da juventude”, sem colocar “rebeldias da juventude” em reticências.

Discordamos disso. Consideramos a suposta língua portuguesa universalmente correta como uma violência contra a diversidade de línguas portuguesas que existem no Brasil, diversidade que existe também dentro de uma cidade, como as entrevistas dessa pesquisa mostram. Essa violência linguística é similar à violência epistemológica dos saberes ocidentalizados contra os saberes jogados para lá da linha abissal, de que fala Santos (2010). É dizer que a linguagem ou o saber correto é o da classe hegemônica, o de quem dominou e colonizou. Por isso não usamos reticências nesses casos.

Voltando às dicas de Eco (1985). Para ele, se explico quem é alguém, por exemplo Gramsci, deveria explicar também quem são as outras pessoas, por exemplo ele. Depois de ler isso, apaguei a parte do texto que explicava que Gramsci era um comunista sardo com óculos redondos como os meus.

Usufruí também de outras de suas dicas, mas o ponto de suas reflexões que mais me importava era se eu devia escrever a dissertação na primeira pessoa do singular ou do plural.

Para ele, devemos escrever no plural. “Dizemos “nós” por presumir que o que afirmamos possa ser compartilhado pelos leitores. Escrever é um ato social: escrevo para que o leitor aceite aquilo que lhe proponho” (p. 120). Isso me faz lembrar de Sartre (2019), para quem escrever também é um ato social, escrevemos para sermos lidos. Apesar de concordar com Sartre, discordo de Eco.

Um argumento que considero muito mais pertinente para escrever no plural me foi dado por minha orientadora. Escrevemos no plural porque a pesquisa não foi feita apenas pelo pesquisador, ela é fruta de um trabalho coletivo. A escrita no plural é o reconhecimento do trabalho de minha orientadora, do comitê de acompanhamento dessa pesquisa, das conversas com o grupo de estudos de minha orientadora, com amigas e amigos, com minha ex-namorada, com meus pais e meus irmãos.

Como devem ter percebido, essa dissertação alterna entre o plural e o singular. Escrevo no plural pelos motivos acima. No singular, quando falo sobre experiências pessoais, como minha história de vida, as entrevistas e visitas a campo, sobre decisões de escrita e reflexões que são particularmente minhas.

Além dessas escolhas, precisamos explicar alguns outros pontos.

Na análise dos resultados, fazemos muitas citações diretas das falas dos entrevistados, pois não é a mesma coisa explicar as falas deles — o que entendemos da fala deles — e a própria fala, com seus usos particulares da língua, de gírias e palavrões, das palavras, como encadeiam as ideias, a facilidade ou dificuldade de falar sobre algo, o constrangimento.

Penso que essas particularidades não são irrelevantes para a pesquisa. Se nos propomos a fazer um diálogo entre saberes e vidas, precisamos deixar essas vozes cantarem e em alguns momentos ser apenas o maestro, e em alguns momentos ser apenas a plateia.

E para diferenciar as citações dos entrevistados das citações da literatura, optamos por deixar as primeiras em *itálico*.

### 3.6.2 A escrita literária

Inspirado pelas diferentes interpretações sobre o Reserva Jequitibá, as da ciência e as dos entrevistados, pelas vidas dos participantes dessa pesquisa e as observações no campo, pela insegurança de um muro e a resistência das árvores, escrevi narrativas literárias curtas, na forma de contos.

Eu retornaria às pessoas entrevistadas com essas narrativas, mas retornei a apenas duas. Após elas lerem, colhi suas reações em uma segunda entrevista semiestruturada, tentando perceber se os contos alteraram suas interpretações sobre o Reserva Jequitibá e a cidade.

Perguntamos duas coisas para eles: como a literatura acadêmico-científica se relacionou, para eles, com suas histórias de vida; e se suas interpretações sobre o empreendimento e a produção do espaço urbano mudaram após a leitura.

Em paralelo, escrevi parcialmente uma narrativa literária longa, na forma de romance. Juntei nela as pequenas contra-hegemonias dos contos, das vidas e dos saberes, para formarem uma história contra-hegemônica sobre uma cidade. A cidade é fictícia, mas em sua singularidade está a potência do estudo de caso. Em sua ficção está a potência das utopias e em sua história está a potência da constelação e do encontro de contra-hegemonias pequenas e por vezes ignoradas.

Segundo Deleuze (2011), na literatura podemos ser mais que apenas nós mesmos. A partir das entrevistas e da abertura racional e sensível aos outros seres, eu poderia ir além de minha própria imaginação, argumentação e experiência, e fazer diálogos entre seres que não se encontrariam ou não conversariam no mundo concreto.

A narrativa literária como método para fazer encontros e chegar em lugares que a ciência não chega, se apoia nas propostas de Becker (1999) para metodologias específicas a cada situação, dando liberdade ao pesquisador para criar a própria; de Freire (1983), compreendendo a comunicação e o processo dialógico que o pesquisador-educador deve mediar com os sujeitos-educadores, na busca comum para “saber mais”; da sociopoética de Santos e Gauthier (1996), que na conjunção de ciências e artes buscam a poesia viva que se contraponha às letras mortas dos trabalhos acadêmicos; e de Santos (2008) e seu chamado à transgressão metodológica, uma pluralidade de métodos para constituir um conhecimento pós-moderno, local e total, sobre as “condições de possibilidade de acção humana projectada no mundo a partir de um espaço-tempo local”, pluralidade por cada método conhecer apenas uma parte da realidade, ser “uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta” (p. 48).

A transgressão metodológica repercute-se nos estilos e gêneros literários que presidem à escrita científica. A ciência pós-moderna não segue um estilo unidimensional, facilmente identificável; o seu estilo é uma configuração de estilos construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista. A tolerância discursiva é o outro lado da pluralidade metodológica (SANTOS, 1987, p. 49).

Escrevi dois contos ao longo da pesquisa, e um texto literário que é uma introdução ao romance. Entreguei o primeiro deles a dois dos entrevistados, esperei algumas semanas até conseguirem ler e fiz aquela segunda entrevista com eles.

Nessas entrevistas, percebemos a dificuldade de determinar se o conto alterou algo em suas interpretações. Eles disseram que gostaram dos contos e que se viram representados neles, suas respostas se suas interpretações alteraram foram dúbias. Nossa principal percepção dessas entrevistas foi como aquilo se tornou algo pessoal, eles estavam falando sobre algo que eu fiz, e constrangidos a dizer que gostaram, que acharam bom, para não me magoar. Como alguém que te pergunta se você gostou do que ele escreveu, ou pintou, de sua fala em uma apresentação, ou uma música que cantou. Em situações assim, é difícil fazer uma crítica sincera.

Também percebemos a fragilidade científica disso. Para afirmar que a narrativa literária consegue alterar as interpretações hegemônicas sobre o mundo, precisaríamos de uma metodologia científica mais rígida e com a participação de muito mais pessoas, o que não é nosso objetivo.

Portanto, não retornamos com as narrativas aos outros entrevistados, mas mantivemos os contos como parte da pesquisa. Nossas reflexões sobre isso, os dois contos e um terceiro texto literário estão nas Análises dos Resultados, no subcapítulo sobre Literatura.

Como não consegui finalizar a escrita do romance, ele não aparece nessa dissertação, apenas o terceiro texto, que é uma introdução ao romance. Mas mantivemos as reflexões sobre a capacidade do romance de juntar uma constelação de pequenas contra-hegemonias que encontramos e construímos na pesquisa em uma narrativa única.

Ao final, o processo de escrita e suas reflexões é o que mais nos importou.

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

*Piracicaba é uma cidade boa, por natureza, por pura sorte, né, e Piracicaba, o piracicabano esquece disso, acostumou, mas é uma das mais lindas do Brasil, poucas cidades no mundo tem um rio que corta a cidade pela, em 45 graus na diagonal, é uma cidade que tem um povo bem educado no setor de educação, ela tinha cinco universidades, faculdades, não sei se tem mais agora, é uma cidade que está a 40 minutos de Viracopos, aeroporto internacional, é uma cidade que está a uma hora e meia da maior cidade da América do Sul, que é São Paulo, então geograficamente Piracicaba está muito bem situada, muito feliz porque não pode existir uma situação geográfica melhor do que isso. Isso, o povo, de maneira geral, é bem orientado [...] então Piracicaba é uma cidade muito importante. Ela é um pouco ofuscada por Campinas, que é o grande centro né [...] mas Piracicaba assim mesmo ela é muito importante. Uma curiosidade, ela é praticamente a obrigação de passagem forçada de quem vem do norte do país em direção ao sul do país [...] Então a tendência é ser líder mesmo, porque antigamente Limeira e Rio Claro concorria com Piracicaba, hoje não corre mais. Piracicaba é realmente a melhor (Francisco).*

Compreender o mundo é uma tentativa compartilhada entre uma criança e um cientista, entre um jovem que vive seus dias com a naturalidade de serem só mais uns dias em sua vida em São Paulo, uma das maiores cidades do mundo em 2021, e uma jovem que vivia seus dias com a naturalidade de serem só mais uns dias em sua vida em Tenochtitlán, importante cidade do império asteca e uma das maiores cidades do mundo em 1500.

Compreender o mundo é necessário para viver nele. A compreensão está nos momentos pequenos e grandes de cada dia, na leitura do jornal e das placas na rua, em uma carta molhada de lágrimas, nas conversas em um bar. Aprendemos a compreender o mundo culturalmente, por formas conscientes e inconscientes de viver e ensinar. Não podemos lambe o chão onde as pessoas pisam, se a água sai de um lugar ela é boa para beber, se cai do céu ela chama chuva. A rua é um lugar perigoso, se passar por ela desatento será morto por máquinas chamadas carros e caminhões. Em lugares públicos, se ficar muito próximo da outra pessoa será estranho e desconfortável. Seu nome é Fábio, e quando falarem Fábio estarão falando com você, deverá ouvir e responder de acordo. Homem não cumprimenta homem com beijo. Algumas dessas compreensões, como regras, são faladas por mães, pais e professores; outras, nunca nos foram faladas, e mesmo assim as sabemos.

Aprendemos a compreender o mundo pela relação com quem é mais próximo, pela escola, pela televisão, pelas pessoas na rua. As sociedades sobrevivem se reproduzindo em cada um de seus indivíduos. É pela cultura que uma pessoa é integrada à sociedade a partir do momento em que nasce (LINTON, 1970).



A classe hegemônica em uma sociedade faz de suas ideias e normas, de sua compreensão do mundo, a compreensão da sociedade. Entrar na propriedade de outra pessoa sem sua permissão é invasão, e invasão é crime. O mundo é grande, mas pelas telas podemos saber de tudo que acontece em qualquer lugar dele, desde que esse lugar seja civilizado, parte do mundo globalizado. A cidade crescer e desenvolver é bom para todo mundo, seu bairro valorizar é bom para você. Revitalizar uma área quer dizer que ela ficou bonita e melhor.

Segundo Martins e Marteleto (2019), trabalhando com o conceito gramsciano, hegemonia é a orientação cultural de uma classe dominante. Segundo Gruppi, a hegemonia não é só cultural, é também econômica e política (1978).

Pensando na complexidade da cultura, poderíamos dizer que a classe hegemônica é a classe que orienta a cultura, a classe que faz de seus valores, de suas concepções culturais, a cultura da sociedade.

Desde que li o artigo de Boaventura de Sousa Santos para a Carta Maior, intitulado “A esquerda do futuro: uma sociologia das emergências” (2016), penso em como conseguir que a maioria das pessoas de nossa sociedade compartilhem discursos críticos sobre o mundo. Ou, em termos gramscianos, como conquistar hegemonia com uma ideologia crítica.

A ideologia que Gramsci queria conquistar hegemonia era a que ele chamava de “filosofia da práxis” — a compreensão do mundo através do marxismo, como filosofia total, independente e original (LIGUORI & VOZA, 2017). Lênin via a filosofia de Marx como “uma série de categorias científicas, que podem ser atingidas tão somente num altíssimo nível de cultura” (GRUPPI, 1978, p. 36).

Mas a cultura europeia, cuja ciência foi um dos saberes, não é a única cultura do mundo. Gramsci acreditava que as culturas não-europeias tinham sua importância, mas só tinham valor “universal” na medida que se incorporavam à cultura europeia, “a única histórica ou concretamente universal” (GRAMSCI, 1999, p. 263). Aqui nos afastamos de Gramsci, pois compreendemos que essa universalidade não é nada concreta, mas parte de um contexto de dominação, colonização e epistemicídios.

Todas as culturas têm seus saberes. A ideologia que lutamos (eu e meus colegas de laboratório, minha orientadora) para conquistar hegemonia é a do diálogo entre os saberes, da visão crítica do mundo, do racional que não tenta apagar o sensível, mas se relacionar com ele. A cultura que lutamos para conquistar hegemonia é anti-capitalista, de solidariedade entre as pessoas, do trabalho coletivo pelo bem comum.

Essa pesquisa parte da hipótese de que é possível conquistar hegemonia com uma ideologia crítica, é possível que a maioria das pessoas compartilhe um discurso crítico,

quando esse discurso é construído a partir da diversidade de vidas e saberes que compõem a sociedade.

Então recortamos a realidade para algo possível em dois anos (que se tornaram três anos) de pesquisa: construir uma narrativa sobre a cidade, a partir do estudo de caso de um empreendimento imobiliário peculiar; construir com as vidas de pessoas envolvidas no empreendimento e com saberes que ajudem a compreendê-lo melhor.

Como explicamos em outro capítulo, nos referimos a essa narrativa como contra-hegemônica.

Compreendemos que a luta pela construção e conquista da hegemonia de narrativas e discursos que deem respostas coerentes sobre a realidade, que compreendam o mundo criticamente, comprometidos com a sustentabilidade de todas as formas de vida, com a justiça e a vida boa e digna para todos os seres, compreendemos que essa luta é vazia sem a luta revolucionária para a transformação da realidade nesse sentido. Mas, seguindo Gramsci, que se esforçou também contra uma interpretação economicista da realidade, contra o que via como deturpações do marxismo, “uma visão que, ao pressupor um nexo bastante mecânico entre estrutura e superestrutura, reduziria a luta pela hegemonia a epifenômeno da luta de classe no terreno das relações de produção” (LIGUORI & VOZA, 2017, p. 725), as lutas são dialéticas. Discurso sem prática é entretenimento e prática sem discurso é alienação. São necessárias ambas as lutas, unidade entre teoria e prática.

Esta pesquisa busca construir uma narrativa contra-hegemônica com os saberes da ciência e dos entrevistados, com as vidas e as observações de campo e com a escrita literária, narrativa que seja coerente com a prática revolucionária urgentemente necessária em nossa sociedade. Essa prática está em nossas lutas, atuações e aprendizados no dia a dia, nos espaços que ocupamos. Mas ela não cabe nessa dissertação.

Nos empreendemos em três esforços para analisar, compreender e apreender melhor as realidades estudadas: (1) pesquisa histórica, com base nas pesquisas bibliográfica e documental, em conversas e entrevistas; (2) análise crítica, baseada em uma análise interdisciplinar com foco em sociologia e urbanismo, nas experiências de vida e nos saberes dos entrevistados, e nas observações de campo; e (3) pela interiorização, reflexão e interpretação feitas através da escrita literária, com os saberes, as vidas e as percepções sobre o Reserva Jequitibá.

A análise dos resultados da pesquisa está separada em quatro partes: (4.1) O Bairro Santa Rosa, em que falamos das histórias, das relações e impactos do empreendimento no bairro; (4.2) Reserva Jequitibá, em que analisamos cada parte que seria do empreendimento, os

condomínios fechados, o Parque Tecnológico, o Parque Jequitibá, a Fatec e o Instituto Federal e a Lagoa do Santa Rosa; (4.3) Hegemonia e Contra-Hegemonias, onde analisamos temas recorrentes nas falas dos entrevistados, suas vinculações aos discursos hegemônicos e seus potenciais contra-hegemônicos; e (4.4) Literatura, quando fazemos algumas discussões levantadas pela revisão bibliográfica sobre literatura, experimentamos a escrita literária e refletimos sobre seus potenciais, particularidades, o processo criativo e nossos propósitos.

A pesquisa história e a análise crítica se destacam mais nas três primeiras partes, enquanto o esforço sensível, da interiorização pela literatura, se destaca na última. Os três esforços, entretanto, estão em todas as partes, e conseguimos apontar para uma ou para outra somente até certo ponto, pois profundamente estão todas relacionadas.

Devido à pandemia de covid-19, que começou no Brasil praticamente junto desta pesquisa, algumas entrevistas foram feitas remotamente e outras presencialmente. Nas presenciais, eu sempre estava de máscara, os entrevistados às vezes.

Os entrevistados e as entrevistadas, aqui com nomes fictícios, foram:

- Lucas, jovem de 27 anos, trabalha no restaurante da família e é morador do Santa Rosa desde que tem seis anos de idade. A entrevista foi feita de forma remota, pela plataforma google meet;
- Paula, jornalista de 50 anos, trabalhou por muitos anos em jornais locais, agora é assessora de um vereador de Piracicaba. A entrevista foi feita presencialmente, na sala do vereador;
- Mauro, engenheiro civil, idade não informada, trabalhou por nove anos como Secretário Municipal de Obras de Piracicaba e quatro anos como presidente do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP). Não quis fazer entrevista, respondeu nossas perguntas por email;
- Francisco, professor e arquiteto de 86 anos, trabalhou por décadas no poder público de Piracicaba, ocupando diferentes cargos de chefia. Foi Secretário de Obras, Secretário de Trânsito e Transportes, Secretário de Governo, Secretário de Defesa do Meio Ambiente, Secretário de Ação Cultural e vice-prefeito em mais de um mandato. Tentou se eleger vereador pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 2016. Era presidente do IPPLAP na época da vinda da Hyundai e aprovação do empreendimento Reserva Jequitibá. A entrevista foi feita de forma remota, em ligação de vídeo pela plataforma whatsapp;

- Geraldo, professor, acadêmico, economista e político de 71 anos. Teve uma ampla vida pública e política, ocupando cargos como Ministro da Saúde do Governo Federal, Secretário de Habitação do Governo do Estado de São Paulo, Secretário Municipal de Educação e Secretário Municipal de Planejamento de Piracicaba, vereador de Piracicaba e prefeito de Piracicaba por três mandatos, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Era prefeito na época da vinda da Hyundai e construção do empreendimento Reserva Jequitibá. A entrevista foi feita presencialmente, em sua residência;
- Luiz Carlos, professor, acadêmico, economista e político de 76 anos. Teve uma ampla vida pública e política. Foi deputado estadual constituinte, deputado federal por dois mandatos e prefeito de Piracicaba por dois mandatos, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Ocupou diversos cargos na organização interna do partido. A entrevista foi feita presencialmente, em sua residência;
- Regina, professora e psicopedagoga de 56 anos. Piracicabana, trabalha desde 2014 como pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (IFSP) em Piracicaba, universidade que fica dentro do empreendimento Reserva Jequitibá. A entrevista foi feita de forma remota, pela plataforma google meet.

Fiz também outras conversas e entrevistas, que não foram gravadas, mas que ajudaram na pesquisa. Algumas delas aparecem ao longo destas análises.

## 4.1 Santa Rosa



Figura 3 - Em destaque, o Bairro Santa Rosa.

Fonte: Imagem de satélite do Google Earth adaptada por Thiago Furlan<sup>27</sup>

Começamos a análise com a história do bairro onde foi construído o empreendimento Reserva Jequitibá.

Em nossa entrevista, Lucas disse que seu pai lhe contava que tudo ali costumava ser a Fazenda Santa Rosa, e que ainda tinham vestígios dela em alguns lugares.

Pelas nossas pesquisas, parece que a Fazenda existia pelo menos desde o século XIX.

---

<sup>27</sup> Thiago Furlan é um amigo designer que fez a gentileza de me ajudar com as edições desta imagem de satélite do Santa Rosa, para dar destaque a um ou outro empreendimento.

#### 4.1.1 A Fazenda Santa Rosa

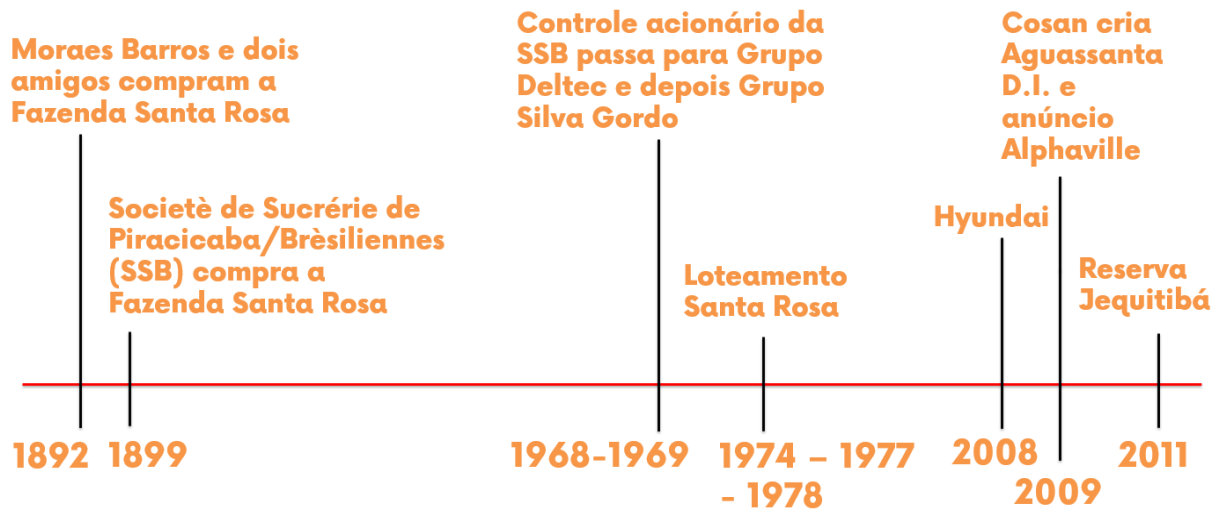


Figura 4: Linha do tempo do Santa Rosa, da Fazenda ao Bairro e ao Reserva Jequitibá.

Fonte: Autor.

Pelo que nos leva a crer os documentos resgatados por Soares (2021), antes de 1899 a Fazenda Santa Rosa pertencia ao famoso político e médico piracicabano Paulo de Moraes Barros.

Os documentos são confirmados pelo relato de Guerrini (2009), de que a Fazenda foi comprada em 15 de junho de 1892 por Moraes Barros e dois amigos, por 370 contos. Três anos antes, o jornal Gazeta de Piracicaba noticiava que falecia ali “o preto Ricardo que contava a avançada idade de 130 anos” (p. 173), uma idade surpreendente. Se existem registros da Fazenda Santa Rosa pelo menos desde 1889, é plausível deduzirmos que ela foi trabalhada por pessoas escravizadas, não sabemos por quanto tempo, afinal em 1887 Piracicaba era o terceiro município paulista com maior população de pessoas escravizadas (CALINDRO, 2009).

O pai de Paulo era Manoel de Moraes Barros, senador da República, e a mãe era Maria Inês da Silva Gordo de Moraes Barros (PIRACICABA, 2023b).

Ela era filha de Antônio José da Silva Gordo, apelidado de Boava Gordo. Boava veio para o Brasil com 11 anos de idade, fugindo de um castigo do pai, escondido em um veleiro no cais de Porto, Portugal. Era o começo dos anos 1800. No Brasil, sem dinheiro, foi apadrinhado por um comerciante português, que custeou seus estudos. Depois, foi trabalhar na administração de fazendas. Construiu sua vida e suas riquezas com fazendas trabalhadas por pessoas negras escravizadas. Em 1827, administrava a sesmaria do Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, onde hoje é o município de Limeira, vizinho de Piracicaba, comandando os

trabalhos forçados de 64 escravos. Anos depois, engravidaria uma mulher escravizada por outro de seus amigos. Em 1827, o fazendeiro e capitão Manoel Ferraz de Campos, vizinho e amigo do Brigadeiro seu patrão, morreu, e o Brigadeiro mandou Antônio ajudar a viúva dona Francisca de Assis Leite Negreiros a administrar sua fazenda. Diz-se que Boava e Francisca se tornaram amigos. Então ele se interessou pela filha de Francisca, Ana Cândida Ferraz, uma menina de 15 anos, e pediu para se casar com ela. Francisca respondeu que a filha era uma criança, mas que ela, Francisca, precisava de marido. Eles se casam e Antônio ou Boava se torna cunhado do “Capitão-Mór” de Piracicaba, o fazendeiro Estevão Cardoso de Negreiros. Antônio se torna político e fazendeiro rico, amigo do Barão de Campinas, do Barão de Serra Negra, de capitães, políticos e outros fazendeiros ricos. Dez anos depois, a criança com quem queria se casar, casa com Francisco de Paula Sales. Seu filho é Manoel Ferraz de Campos Sales, que em 1898 vai se tornar presidente do Brasil, após Prudente José de Moraes Barros, primeiro presidente civil do Brasil. Prudente de Moraes e seu irmão Manoel, por sua vez, conheceram Antônio ao procurá-lo, quando ainda eram jovens, para financiar seus estudos. Em 1868, pediram para se casar com suas filhas, Maria Inês e Adelaide (BUSCH, 1970). Casaram no mesmo dia, em uma cerimônia dupla de casamento (GORDO, 2008).

Paulo de Moraes Barros, portanto, é filho de Manoel e Maria Inês, sobrinho de um Presidente da República e primo de outro, e neto de Antônio Silva Gordo.

Ao longo de nossa pesquisa, ouvi diversas vezes sobre os Silva Gordo, mas foi só investigando a história da Fazenda Santa Rosa que entendi o porquê.

Em 1899, a empresa francesa Societè de Sucrerie de Piracicaba, posteriormente nomeada Societè de Sucrerie Brèsiliennes - SSB, comprou a Fazenda Santa Rosa do senhor Moraes Barros, para fornecer cana de açúcar para o Engenho Central de Piracicaba, comprado no mesmo ano pela mesma empresa, mas de outro senhor da burguesia piracicabana, conhecido como Barão de Rezende (PIRACICABA, 2023a; GIESBRECHT, 2003; FABIANO PEREIRA, 2011; JOÃO CHIARINI, 1987).

O Engenho, até o final da década de 1920, era considerado uma das principais usinas de açúcar e álcool do Brasil (CACHIONI, 2019).

Segundo o relato de Stipp Netto (2009), ex-funcionário da empresa francesa, entre 1967 e 1968 a Societè de Sucrerie Brèsiliennes decidiu se nacionalizar e passou a se chamar Usinas Brasileiras de Açúcar S/A, UBASA<sup>28</sup>. Em 1968, a UBASA vendeu seu controle acionário

---

<sup>28</sup> Isso corrige um entendimento comumente difundido, inclusive em artigos e trabalhos científicos, de que a UBASA seria outra empresa, que comprou o Engenho da empresa francesa em 1970.

para o Grupo Deltec, que fazia fundos de investimentos no mundo inteiro. Em 1969, o grupo Silva Gordo comprou o controle acionário da UBASA.

Na época, o trineto do português Antônio, José Adolpho da Silva Gordo (BUSCH, 1970), era proprietário do Banco Português do Brasil. Ele fazia parte do grupo de empresários que financiou o golpe militar de 1964 e a ditadura que se seguiu no Brasil<sup>29</sup>.

Segundo Ramos (1983), seu grupo empresarial, o Grupo Silva Gordo, queria se tornar “um dos maiores, senão o maior, grupo açucareiro do Brasil” (p. 91), e por isso comprou cinco usinas no Estado de São Paulo, entre elas as três da UBASA. Entre 1970 e 1973, foi “o segundo maior grupo açucareiro do estado paulista” mas, “provavelmente por problemas financeiros” (p. 93), venderam parte de suas usinas para outros grupos.

Uma matéria na página oito do número 18 do semanário Opinião, de março de 1973, anuncia que o Banco Itaú-América comprava o Banco Português do Brasil de seu acionista majoritário, José Adolpho da Silva Gordo, que estaria “burlando ostensivamente as leis bancárias do país, comprometendo os recursos captados pelo seu grupo em empresas próprias”<sup>30</sup>. As complicações vindas da publicidade desses crimes devem fazer parte dos problemas financeiros que seu grupo passou na década de 70.

O Grupo Silva Gordo eventualmente vendeu todas suas usinas, menos o Engenho Central, que foi desativado por já estar no meio da área urbanizada de Piracicaba e anos depois tombado como patrimônio histórico do município.

Mas o grupo manteve algumas das propriedades dessas usinas.

Uma observação importante a fazer sobre a venda das usinas do grupo, pelo menos quanto a Piracicaba e Monte Alegre, ambas no município homônimo da primeira, é que o Grupo Silva Gordo conservou a posse de boa parte da terra, criando empresas de loteamento e imobiliárias, transformando antigos canaviais em áreas urbanizadas ou urbanizáveis (RAMOS, 1983, p. 91).

Os relatos sobre a construção dos loteamentos dos Silva Gordo são conflituosos e alguns contraditórios<sup>31</sup>. Pela nossa investigação, cruzando esses relatos com outros documentos e

<sup>29</sup> CARTA CAPITAL. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-golpe-de-empresarios-e-militares-452/>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

<sup>30</sup> BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=123307&pagfis=418&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

<sup>31</sup> Segundo Stipp Netto (2009) e Cachioni (2019), esse empreendimento imobiliário na época foi chamado Terras do Engenho, ele teria ocorrido após 1974 e os loteamentos seriam os atuais bairros de Nova Piracicaba, Santa Rosa e outros.

Segundo Fabiano Pereira (2011), o empreendimento também foi feito em algum ano após 1974, e “quase a totalidade das fazendas que compunham a propriedade” do Engenho Central foram transformadas em lotes. Pela nossa pesquisa, entretanto, o “Terras do Engenho” deu origem apenas ao bairro Nova Piracicaba. Ele foi feito pela Companhia City, empresa especializada em fazer bairros no estilo cidade-jardim (arborizados, com ruas não lineares, destinados para pessoas ricas). Segundo um folheto da própria Companhia City, o bairro Nova



fazendo visitas de campo, supomos que após 1974 o Grupo Silva Gordo transformou parte de suas propriedades agrícolas em Piracicaba em loteamentos urbanos. Um deles era o Santa Rosa.

Segundo uma matéria do jornal piracicabano *A Província* (Anexo C), as vendas do Loteamento Santa Rosa começaram em 1977, feitas pela Imobiliária Monte Alegre.

Ao contrário de outros loteamentos do Grupo, o Santa Rosa tinha como público alvo a classe trabalhadora.

Em 1978, o loteamento foi incorporado ao perímetro urbano de Piracicaba (HONDA, 2009; PIRACICABA, 2018c). A maior parte do bairro continuou plantada com cultivos agrícolas até 2009, quando foi loteada no empreendimento Reserva Jequitibá. Na Figura 5, vemos destacada a área do Loteamento Santa Rosa no Bairro Santa Rosa.



Figura 5 - Em destaque, a área do loteamento Santa Rosa, no Bairro Santa Rosa.

Fonte: Imagem de satélite do Google Earth adaptada por Thiago Furlan

---

Piracicaba teria sido lançado em 1971. Segundo Piracicaba (2018c), o bairro Nova Piracicaba já fazia parte do perímetro urbano da cidade desde 1969. Segundo Soares (2021), o “Terras do Engenho” começou a ser feito pela SSB antes da venda de seu controle acionário, em 1969. Essa informação, que contradiz a de algumas bibliografias que dão o loteamento como feito anos depois, pelos Silva Gordo, me foi confirmada pela própria Marilda Soares, em uma conversa que tivemos em seu escritório — ela analisou documentos da SSB e dos Silva Gordo, encontrados por acaso em uma casa que devia ser o escritório da Imobiliária Monte Alegre, para contar um pouco sobre a história do Engenho Central e do bairro Monte Alegre. Já as vendas dos lotes do Nova Piracicaba foram feitas quando os Silva Gordo já eram donos da SSB.

Era nessa parte, cercada por cana de açúcar, que ficava a Lagoa do Santa Rosa. Quando fizeram o Reserva Jequitibá, ela ficou no centro do empreendimento, entre os três condomínios fechados.

Um morador do bairro me disse que a Lagoa existe há pelo menos 100 anos.

Segundo a matrícula atualizada do imóvel onde fica a Lagoa, “a referida área, desmembrada de área maior, por força da escritura pública de declaração de vínculo, datada de 28/12/1976, lavrada no 1º Tabelião de Notas, desta cidade, destina-se a integrar o patrimônio de uma Sociedade Civil, de fins econômicos a ser denominada “**SANTA ROSA COUNTRY CLUBE**”.” (PIRACICABA (SP), 2005, p. 2).

A Imobiliária Monte Alegre prometeu aos compradores dos lotes do Loteamento Santa Rosa que faria um clube ao redor da Lagoa. Era um espaço gigante, de mais de 350 mil m<sup>2</sup>. O Santa Rosa Country Clube seria dos próprios moradores, propriedade coletiva deles. E não era apenas uma promessa: era um vínculo legal, feito em cartório na matrícula do imóvel. Essa matrícula mostra que o imóvel da Lagoa e o futuro clube também estavam vinculados aos compradores de outros loteamentos de Piracicaba, pela nossa pesquisa todos feitos pelos Silva Gordo.

O imóvel da Lagoa pertencia à S.S.B. Participações LTDA, sigla da Société de Sucrerie Brésiliennes, que foi incorporada, em 2005, à Imobiliária Monte Alegre LTDA (PIRACICABA (SP), 2005).

A propriedade do imóvel aparece no nome da SSB e não do Grupo Silva Gordo, provavelmente, porque o grupo se tornou o acionista majoritário da SSB, não sendo necessário mudar os registros de seus imóveis de um proprietário para outro.

Já a Imobiliária Monte Alegre LTDA, segundo uma consulta ao Quadro de Sócios e Administradores – QSA, através da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim, da Receita Federal, tem como sócios-administradores Jose Adolpho da Silva Gordo Filho e Jose da Silva Gordo Neto. Ela foi aberta em 27 de junho de 1974 — ao que tudo nos indica, por Jose Adolpho da Silva Gordo, pai.

Mas a história do bairro Santa Rosa não termina com as famílias de classe trabalhadora comprando os lotes da fazenda dos Silva Gordo, por uma imobiliária dos Silva Gordo, com a promessa de terem um clube ao redor de uma lagoa, também propriedade, até então, dos Silva Gordo.

Na segunda metade do século XX, outra família entra para a burguesia piracicabana, penetrando seu círculo social exclusivo após uma trajetória que emocionou e ainda emociona seus conterrâneos meritocracistas.

Os Ometto chegaram ao Brasil quando Antônio Silva Gordo já era um fazendeiro rico.

Vieram naquela leva de migração de trabalhadores brancos para substituir a mão de obra negra escravizada, com a abolição da escravidão, motivada pelas ideias racistas dos fazendeiros e políticos brasileiros de embranquecimento da população (MACHADO, 2013).

O casal de italianos Caterina e Antônio Ometto desembarcou no sudeste do Brasil em 17 de setembro de 1887. Eles trabalharam como colonos<sup>32</sup> em uma fazenda de café em Amparo, município do interior do Estado de São Paulo, até 1889, quando o irmão de Antônio, Girolamo, chegou ao Brasil e conseguiu comprar um pedaço de terra em Piracicaba, na Fazenda Morro Grande. Antônio e Caterina foram trabalhar com Girolamo, plantando cana-de-açúcar e fazendo pinga e açúcar mascavo. Os negócios iam bem e Girolamo hipotecou suas terras para comprar mais terras (JUNIOR; DA SILVA, 2014).

Em 1901, morreu Antônio e Girolamo (JUNIOR; DA SILVA, 2014; NETTO, 2015).

As viúvas, com mais de uma dúzia de filhos para criar, vendem as terras para pagar as dívidas, e Caterina vai com seus sete filhos trabalhar novamente como colonos, na Fazenda São José, também em Piracicaba. Trabalham lá até 1906, quando conseguem comprar um punhado de terra na Fazenda Água Santa, também em Piracicaba. Voltam a plantar cana-de-açúcar. Parte do que plantavam, vendiam para a SSB, ainda dona do Engenho Central, e parte transformavam em pinga. Aos poucos compram mais terras da Fazenda, param de vender parte da produção e destinam tudo para fazer pinga. Caterina divide as terras em seis partes iguais para seus filhos. Eles enriquecem e compram terras nos municípios de Iracemápolis, Araras, Jaú, Iracema, Leme, Pradópolis, Américo Brasiliense, dividem as administrações delas entre os filhos e netos e começam a construir suas próprias usinas, Usina Bela Vista, Usina São João, Usina Costa Pinto, Usina da Barra, Usina Santa Lúcia, Usina São Martinho, Usina Santa Cruz. Construindo a primeira dessas usinas, Pedro Ometto, filho de Caterina, conhece e se associa a Mário Dedini, fundador da Dedini S.A. Indústrias de Base, fornecedora de equipamentos para usinas que se tornaria uma das principais empresas do setor no Brasil. Eventualmente, também expandem seus negócios para o Mato Grosso, expulsam povos

---

<sup>32</sup> O regime de colonato foi comum entre os trabalhadores imigrantes brancos trazidos pelos fazendeiros brasileiros para substituir a mão de obra escrava, após a abolição da escravidão. Nesse regime, os colonos não tem a propriedade da terra, mas o uso. Moram em uma casa cedida pelo fazendeiro, plantam e trabalham para ele, mas podem também plantar alimentos para sua subsistência e receber um salário. Ao longo das décadas, as condições e os direitos desse regime de trabalho mudaram.

indígenas, desmatam centenas de milhares de hectares para criar gado e constroem uma fazenda que na década de 70 fica conhecida como o maior latifúndio da América Latina. Com a expectativa de valorização urbana de parte dessas terras, as loteiam e esperam, em especulação, pelo melhor momento para construir nelas (JUNIOR; DA SILVA, 2014).

As ramificações da família Ometto formaram grupos autônomos envolvidos em brigas familiares. Para nossa pesquisa, importa o tronco familiar originado em Pedro Ometto, que criou o Grupo Pedro Ometto.

Seu neto, Rubens Ometto Silveira Mello, após brigar judicialmente com sua mãe, Isalda, e seus irmãos, Celso, Mara e Celisa, conseguiu o controle acionário das empresas da família. No início dos anos 2000, juntou as usinas do grupo criando a empresa Cosan, que se tornou uma das maiores produtoras individuais de açúcar de cana do mundo. Rubens ficou conhecido por sua agressividade nas relações e nos negócios, sendo chamado de megalomaniaco e “trator” por adversários e aliados<sup>33</sup>.

Mais recentemente, foi criada a holding Aguassanta para controlar as empresas do grupo, nomeada provavelmente em homenagem à fazenda onde os Ometto começaram sua ascensão histórica.

Em 2021, Rubens foi considerado pela Forbes a quinta pessoa mais rica do Brasil, com um patrimônio de 46 bilhões de reais<sup>34</sup>.

Apesar dos bilhões (ou por trás dos bilhões), em 2007 uma ação do Ministério do Trabalho libertou 42 trabalhadores mantidos em situação análoga à escravidão em uma das usinas da Cosan, a Usina Junqueira, em Igarapeva, SP<sup>35</sup>.

Em mais de uma ocasião, foram libertadas pessoas em situação análoga à escravidão nas fazendas do irmão de Rubens, Celso. Em 2010, uma fiscalização do Ministério do Trabalho libertou 28 trabalhadores escravizados na Fazenda Tarumã, em Santa Maria das Barreiras, no Pará. A fazenda tinha “até pista de pouso, com hangar, para aviões de pequeno porte”<sup>36</sup>.

Mas o que nos importa, por ora, é que em algum momento a Cosan comprou aquelas terras com cana no bairro Santa Rosa, as terras que ainda não tinham sido loteadas.

Um dos moradores do bairro Santa Rosa com quem conversei, disse que a fazenda onde ficava a Lagoa do Santa Rosa era a Fazenda São José, e não a Fazenda Santa Rosa, e que ela

---

<sup>33</sup> EXAME apud FAPESP. Disponível em: <<https://namidia.fapesp.br/senhor-de-engenho/14774>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

<sup>34</sup> FORBES. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2021/09/veja-a-lista-completa-dos-bilionarios-brasileiros-de-2021/>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

<sup>35</sup> REPÓRTER BRASIL. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2009/12/cosan-e-mais-11-empregadores-entram-para-a-quot-lista-suja-quot/>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

<sup>36</sup> REPÓRTER BRASIL. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2010/04/fazenda-com-30-mil-cabecas-de-gado-mantinha-28-escravos/>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

pertencia à Usina Costa Pinto (futura Cosan). Marcondes (2008) também diz que a Usina Costa Pinto comprou a Fazenda São José, mas não detalha quando.

A Fazenda São José foi a fazenda que Caterina Ometto trabalhou com os filhos como colonos, após a morte de seu marido Antônio, e onde eles juntaram dinheiro para comprar seis alqueires da Fazenda Agua Santa e começar seus negócios. Como vemos na Figura 6, retirada de um livro sobre os Ometto (GORDINHO, 2001), e corroborada por outros mapas encontrados em nossa pesquisa investigativa nos arquivos da Biblioteca Municipal de Piracicaba<sup>37</sup> e em um blog sobre estações de trem abandonadas, as três fazendas eram vizinhas (ao lado do bairro Santa Rosa, hoje, fica o bairro Agua Santa).

---

<sup>37</sup> Alguns mapas, entretanto, mostravam a Fazenda São José do outro lado do rio.

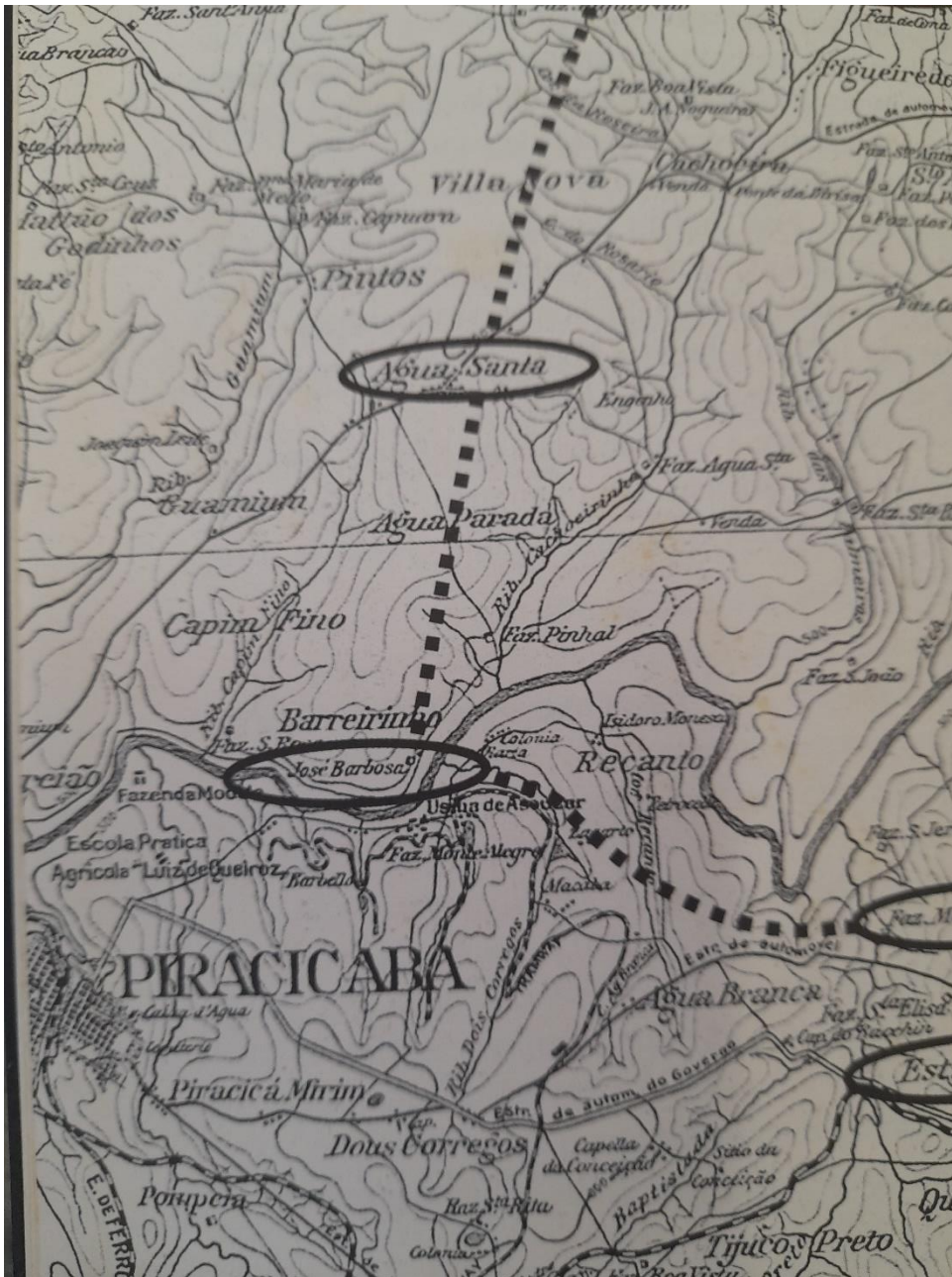


Figura 6 – Antigo mapa de Piracicaba, mostrando a localização da Fazenda Santa Rosa, com o contorno preto ocultando parcialmente o nome, e da Fazenda São José, com o nome de José Barbosa, coronel dono da fazenda. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba apud Gordinho (2001)

Com base nas pesquisas, deduzimos que os Ometto, quando começaram a expandir os negócios e comprar mais terras, compraram essas na parte que seria a não loteada no bairro Santa Rosa. Pelo mapa acima, a Fazenda São José era exatamente onde hoje é o Reserva Jequitibá. Isso explicaria porque os Silva Gordo lotearam apenas uma parte do bairro: a Fazenda Santa Rosa, de propriedade deles, abrangia apenas o loteamento Santa Rosa. O bairro Santa Rosa abrangeria a Fazenda Santa Rosa e a Fazenda São José.

Como já vimos, entretanto, o imóvel da Lagoa do Santa Rosa pertencia aos Silva Gordo, e não aos Ometto, assim como pelo menos um outro imóvel na parte não loteada do bairro Santa Rosa, que será doado por eles para a prefeitura do município e que mais de trinta anos depois se tornará o Parque Jequitibá.

Sabemos, também, que era comum as pessoas comprarem apenas alguns alqueires de terra de uma fazenda, e não a fazenda inteira. Portanto, é plausível que os Silva Gordo ou os Ometto tivessem propriedades na fazenda de um ou de outro, afinal os Ometto compraram terras dos Silva Gordo em mais de uma localidade, inclusive na Fazenda Monte Alegre (que também aparece no mapa acima, próximo ao Santa Rosa).

O que essas investigações e reflexões nos trazem de importante para a pesquisa é que a Cosan pode ter suas terras no Santa Rosa desde antes dele virar bairro.

Não sabemos desde quando, mas sabemos que ela plantou cana-de-açúcar até que as terras valorizassem com investimentos milionários na região, no ano de 2009. Alguns desses imóveis estão registrados em cartório sob o nome fantasia Palermo Agrícola LTDA.

Já o imóvel da Lagoa do Santa Rosa, prometido pelos Silva Gordo aos moradores do bairro, foi tomado deles e vendido para outro piracicabano, também de uma família rica. Falaremos disso na parte 4.2.6, A Lagoa do Santa Rosa, no subcapítulo 4.2, Reserva Jequitibá.

#### 4.1.2 O Bairro Santa Rosa

A família de Lucas se mudou para o Santa Rosa em 1999, pois o bairro era novo e seria mais tranquilo para viver. Lucas passou a infância brincando na rua com os amigos do bairro. Gostavam de jogar bola e brincar de esconde-esconde. *“Tinha a parte aqui do Jequitibá hoje que era tudo cana né, tinha o tanque do outro lado, que a gente atravessava a cana e ia nadar no tanque. Ah, era bem daóra o bairro, cara”*.

No início dos anos 2000, o Santa Rosa era uma das bordas da cidade de Piracicaba, a fronteira entre o rural e o urbano. A lembrança da fazenda estava nas plantações de cana que cercavam o “tanque”, a Lagoa do Santa Rosa.

Próximo ao anúncio da vinda da multinacional Hyundai para Piracicaba, em 2008, a Lagoa foi cercada e os moradores proibidos de entrar<sup>38</sup>. A vinda da Hyundai foi anunciada em 2008.

---

<sup>38</sup> PREFEITURA DE PIRACIACABA. Disponível em: <<http://www.piracicaba.sp.gov.br/imprimir/moradores+pedem+desapropriacao+de+area+da+lagoa+do+santa+rosa.aspx>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

Mas alguns amigos de Lucas continuaram visitando ela, pulando o portão de ferro que fechava o acesso.

A multinacional foi construída próxima à Lagoa, em um terreno de 1.390.000 m<sup>2</sup>, doado a ela e até então plantado com cana de açúcar. Uns 2 km de cana separavam ela da área urbanizada do Santa Rosa. Segundo Geraldo e Francisco, respectivamente o prefeito de Piracicaba e o presidente do IPPLAP na época, a Hyundai foi construída ali porque a terra era muito barata.



Figura 7 – Fotografia de 2011 mostrando a fronteira do Loteamento Santa Rosa com o canal do bairro, ainda não transformado em Reserva Jequitibá, ao final da rua asfaltada uma estrada de terra que levava à Lagoa do Santa Rosa e, ao fundo no horizonte, quase imperceptível, a fábrica da multinacional Hyundai sendo construída. Fonte: Google Maps<sup>39</sup>

<sup>39</sup> GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/@-22.678664,-47.6266483,3a,75y,136.66h,91.95t/data=!3m6!1e1!3m4!1sf6wEGj9MkwCXSjDp-o57Gw!2e0!7i13312!8i6656>>. Acesso em: 26 abr. 2023.



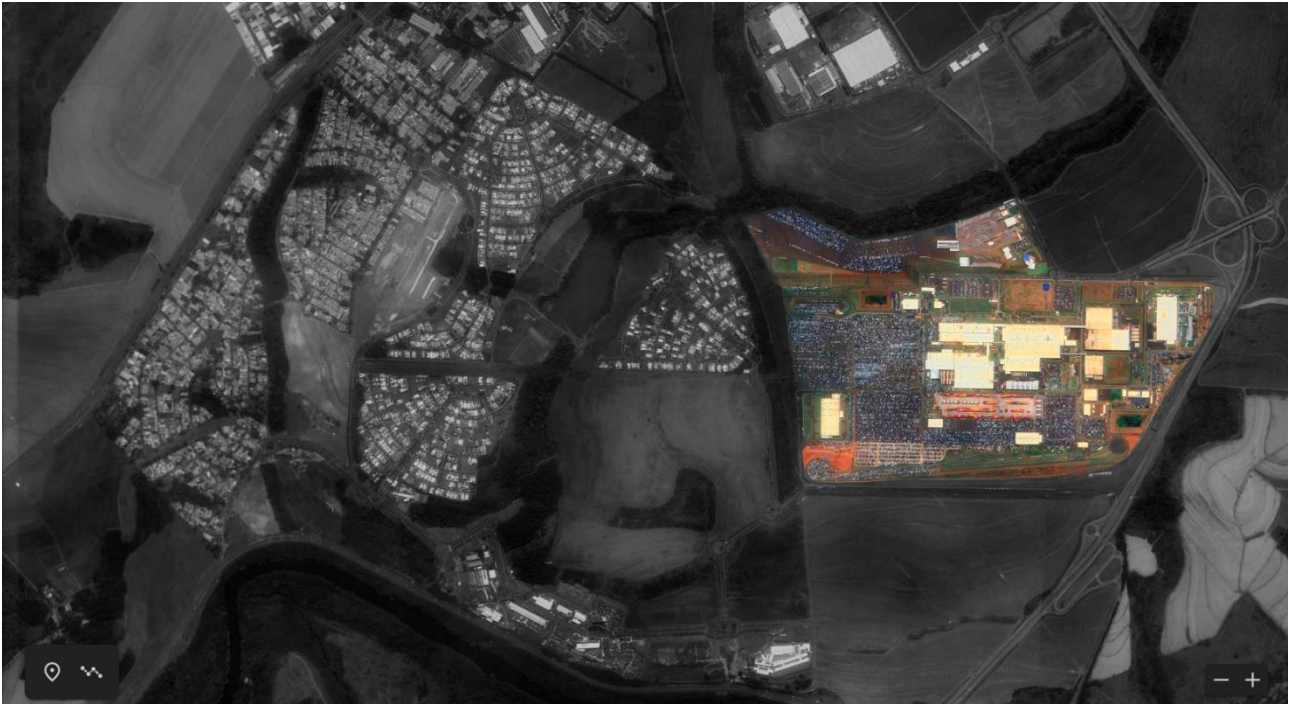


Figura 8 - Em destaque, a fábrica da Hyundai Motor Brasil.  
Fonte: Imagem de satélite do Google Earth adaptada por Thiago Furlan

Geraldo diz que a instalação da multinacional tornou o lugar “*um vetor de crescimento*”.

Não demorou para a Cosan, proprietária dos imóveis plantados com cana entre a Hyundai e o Santa Rosa (mas não da Lagoa), procurar a prefeitura para “*ver o que poderia fazer*” com elas, nas palavras de Geraldo.

Foram transformadas em um empreendimento imobiliário chamado posteriormente de Reserva Jequitibá. Para se encarregar disso, a holding da Cosan, Aguassanta, criou uma empresa voltado ao ramo imobiliário, a Aguassanta Desenvolvimento Imobiliário (D.I.). Na Figura 9, está o organograma da holding, mostrando as relações entre Cosan, Aguassanta e Aguassanta D.I.. Quando nos referimos à Aguassanta ou Cosan, ao longo desta dissertação, queremos dizer o mesmo, a holding de empresas dos Ometto. Falamos Cosan, por vezes, porque é o nome mais conhecido entre a população.

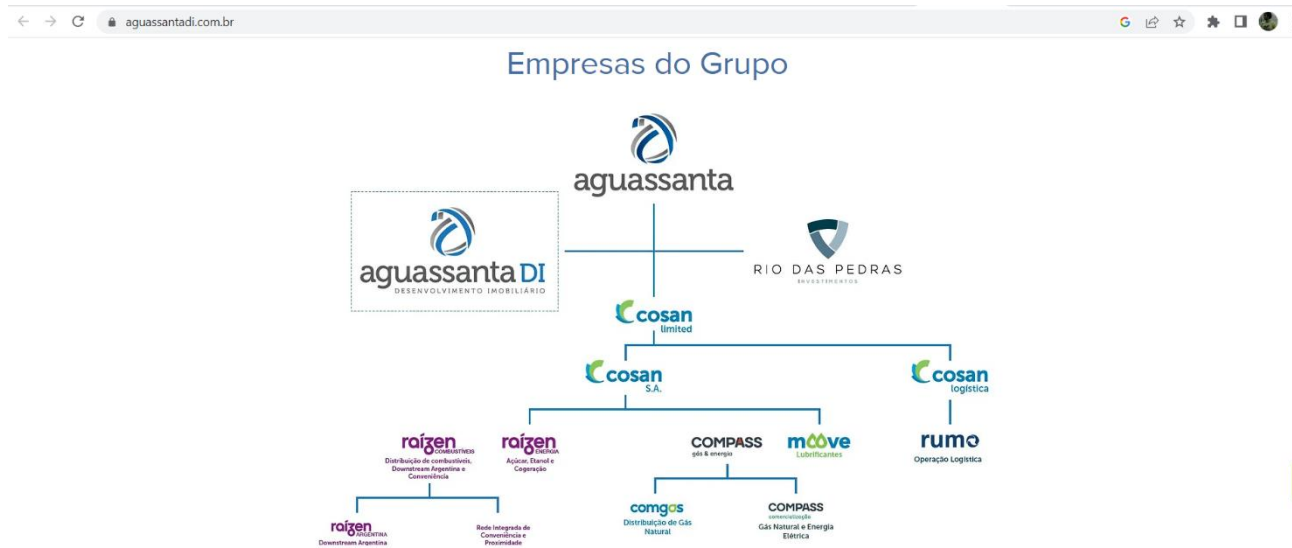


Figura 9 - Estrutura organizacional da holding Aguassanta.  
Fonte: Aguassanta Desenvolvimento Imobiliário<sup>40</sup>

A Lagoa ficou no meio do empreendimento, entre três condomínios fechados. Voltamos a falar dela na parte 4.2.6, A Lagoa do Santa Rosa, no capítulo 4.2, Reserva Jequitibá.

Quando pergunto a Lucas “o que você acha que mudou nesses 21 anos no bairro”, ele responde que “Ah, eu acho que questão de valorizar, acho que valorizou bastante com a vinda do condomínio, com o, ah, acho que com tudo, com a estrutura que veio, tudo mais, acho que valorizou bastante”. Por condomínio, Lucas se refere ao Reserva Jequitibá.

Diz que continua sendo um bairro tranquilo, mas que “aumentou a estrutura né, tem mais coisas montando, que nem padaria, até os mercadinhos de antes eles perceberam o crescimento do bairro e se estruturaram melhor”.

A resposta de Lucas é semelhante às falas de Mauro, Geraldo e um antigo alto funcionário da Aguassanta D.I. (que não me permitiu gravar a entrevista), feitas espontaneamente ou em resposta a perguntas diferentes, mas todas querendo dizer o mesmo: que o empreendimento foi bom para o Santa Rosa porque valorizou o bairro.

Mauro, um quadro técnico da prefeitura, ex-presidente do IPPLAP, diz que o Reserva Jequitibá é um “bom empreendimento, que com o tempo tem conseguido atrair investimentos para a região. Quando foi anunciado, me lembro da incerteza do sucesso do empreendimento, por alguns acharem longe da área central”, mas que “no decorrer dos anos, com investimentos públicos e privados na região, o bairro ficou mais atraente para se

<sup>40</sup> AGUASSANTA DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO. Disponível em: <<https://www.aguassantadi.com.br/>>. Acesso em: 15 maio 2023.

*morar, através dos serviços que passou a oferecer, evitando em alguns casos o deslocamento dos moradores até a área central*". Quando Mauro fala "bairro", ele se refere ao Reserva Jequitibá, não ao Santa Rosa.

Por ser um político eleito três vezes como prefeito, Geraldo é uma pessoa influente na cidade de Piracicaba, exercendo o papel de "intelectual" do aparato hegemônico, na teoria de Gramsci, responsável por difundir a ideologia hegemônica na sociedade (LIGUORI & VOZA, 2017).

Geraldo diz que "*o Santa Rosa é um bairro que tinha 30 anos. E ele sempre fechado. Ele não expandia, não tinha um dinamismo*". Quando pergunto "*o que o senhor acha do empreendimento todo*", me referindo ao Reserva Jequitibá, ele responde que:

*Olha, valorizou bem aquela área, entendeu. E deu uma desconcentrada na cidade. E ajudou muitos moradores do Santa Rosa. O Santa Rosa, que era distante, quase no final da cidade, não tinha muita interação. Aquilo ajudou muito. Tanto é que muitos lotes vazios que tinha no Santa Rosa, primeiro que valorizou (risos) os terrenos do Santa Rosa. Valorizou muito o terreno. E teve um processo maior de fazer novas construções ali. Então ocorreu uma ocupação maior também do Santa Rosa [...] que era antiga e tava... que é muito distante da cidade. Muito não, mas é distante da cidade.*

Quando pergunto qual a relação do Santa Rosa com o Reserva Jequitibá ao funcionário da Aguassanta D.I., ele responde que é "*ganha-ganha*". Que quando foram construídos os condomínios fechados do Reserva, ele percebeu o Santa Rosa valorizar, vendo as pessoas pintarem os portões de suas casas para alugar. Ele diz que é uma relação muito positiva, que valorizou o Santa Rosa, que seus moradores vão alugar suas moradias para quem trabalha no Reserva Jequitibá, no Parque Tecnológico, na Hyundai.

A valorização do bairro aparece também em várias notícias dos jornais locais (THOMAZ FERNANDES, 2010; JORNAL DE PIRACICABA, 2010; BOLOGNA, 2013) e comunicados oficiais da prefeitura (PIRACICABA, 2012). Repetida pela mídia tradicional, por representantes do grande capital local e do poder público, ela é uma interpretação sobre o empreendimento não só amplamente disseminada (como nos mostra a fala de Lucas), como intencionalmente disseminada pelos poderes locais que representam os interesses do grande capital.

Portanto, é um ponto essencial na narrativa hegemônica sobre a construção do Reserva Jequitibá. A maioria das pessoas, ao interpretar o empreendimento, pensa na valorização, no sentido dado pela hegemonia de beneficiar o bairro, justificando socialmente o empreendimento e fazendo ele aparecer como algo bom para a cidade. O empreendimento é

exaltado pela hegemonia pois é um empreendimento do grande capital, que está na dinâmica da produção capitalista do espaço urbano de interesse do grande capital e da classe dominante em Piracicaba e no Brasil.

Entretanto, o discurso hegemônico da valorização oculta algumas relações importantes.

#### 4.1.3 Especulação imobiliária no Santa Rosa

Analisando um mapa do IPPLAP (Figura 10) sobre a evolução do perímetro urbano de Piracicaba de 1956 a 2018 (PIRACICABA, 2018 c) e comparando a região nordeste da cidade (Figura 11) com imagens atuais de satélite (Figura 12) — para identificarmos o Santa Rosa, o Reserva Jequitibá e a Hyundai — percebemos que desde 1978, quando o Santa Rosa foi criado pela Lei 2352, a área do Reserva Jequitibá já fazia parte dele.

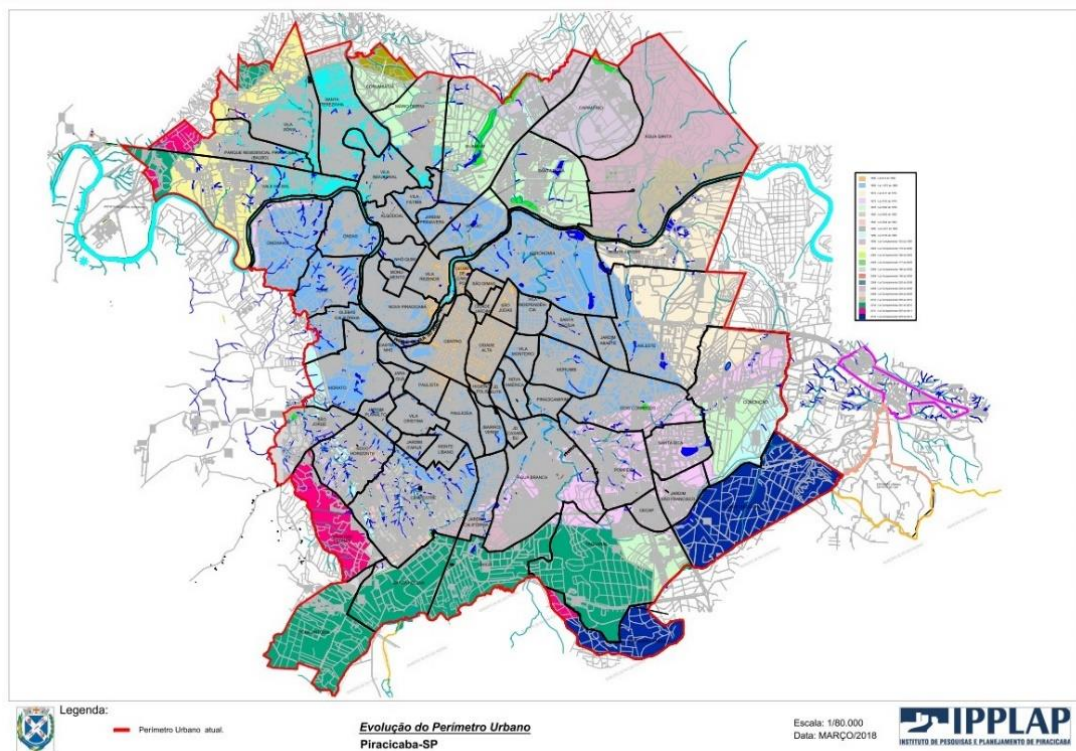


Figura 10 - Evolução do Perímetro Urbano de Piracicaba de 1956 a 2018. As cores de cada parcela indicam a lei e o ano em que ela foi incorporada ao perímetro urbano.

Fonte: PIRACICABA, 2018c

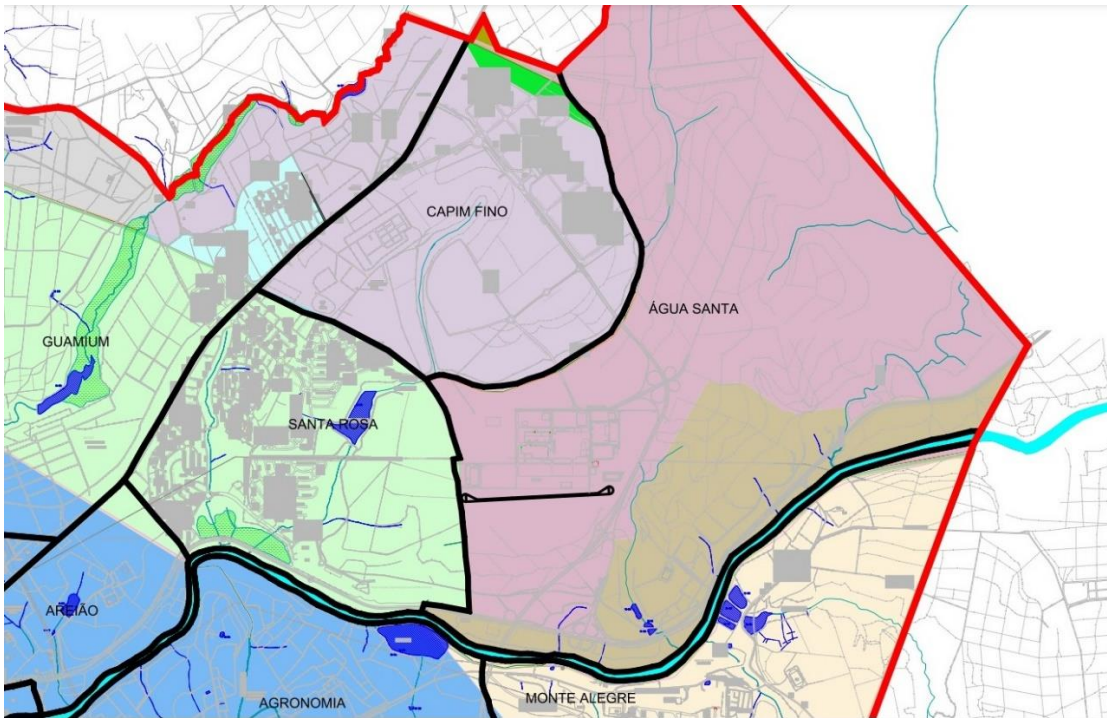


Figura 11 - Região nordeste da cidade. O Santa Rosa está pintado pela cor verde claro, mostrando uma ampliação feita em 1978, pela Lei 2352, que cria o bairro.

Fonte: PIRACICABA, 2018c



Figura 12 - Imagem de satélite da região nordeste de Piracicaba. Ao centro, o Santa Rosa e o Reserva Jequitibá e, ao lado, a Hyundai.

Fonte: Google Maps<sup>41</sup>

<sup>41</sup> GOOGLE MAPS. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Santa+Rosa,+Piracicaba+-+SP/@-22.6866535,->

As terras do Reserva Jequitibá fazem parte do perímetro urbano de Piracicaba desde 1978, mas até meados de 2009, quando começa a ser construído o Alphaville, elas foram mantidas sem construções. Por 31 anos, a Cosan plantou cana de açúcar, soja e milho nelas, até o entorno valorizar. Então, ela construiu.

Quando um proprietário deixa seu imóvel vazio, sem função social, esperando ele ser valorizado para lhe dar um uso (construção, aluguel, venda), ele está especulando com o imóvel, praticando especulação imobiliária.

A função social do imóvel urbano, entretanto, não é apenas a moradia. Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 182, inciso 2º, “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor” (BRASIL, 1988). O Plano Diretor de Piracicaba vigente na época era o de 2006, que em seu artigo 5º estabelecia que uma propriedade tinha função social quando:

I - for utilizada em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental; II - atender às exigências fundamentais deste Plano Diretor; III - assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas (PIRACICABA, 2006, p. 2).

Além disso, a propriedade também deveria cumprir com a função social da cidade, estabelecida no artigo 4º:

Art. 4º A função social da cidade no Município de Piracicaba corresponde ao direito à cidade para todos, o que compreende: I - a promoção da justiça social, da redução da pobreza, da erradicação da exclusão social e redução das desigualdades sociais e da segregação sócio-espacial; II - os direitos à terra urbanizada, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, ao trabalho, à cultura, ao lazer, à memória e ao meio ambiente preservado e sustentável (PIRACICABA, 2006, p. 1).

A Cosan praticou especulação imobiliária com seus imóveis urbanos no Santa Rosa? Durante 31 anos, aquelas terras foram plantadas, segundo nossas entrevistas e estudos, principalmente com cana de açúcar. Pelo macrozoneamento urbano de então, essas terras estavam na Zona de Adensamento Secundário 1, o que permitia a elas que práticas agrícolas não fossem consideradas como subutilização do imóvel (PIRACICABA, 2006).

Entretanto, a função social da propriedade deve respeitar a função social da cidade. Um canavial cultivado com práticas agrícolas intensivas, uso de agrotóxicos e mão de obra por

vezes em situação análoga à escravidão<sup>42</sup>, respeita as condições básicas de vida das pessoas da cidade? Qual o melhor uso, considerando o bem coletivo dos piracicabanos, para uma grande porção de terras nas bordas da cidade, plantar comida ou combustível? Proteger seus leitos e rios ou contaminá-los com agrotóxicos? Empregar agricultores familiares que produzem uma diversidade de alimentos com as próprias mãos, ou empresários que exploram a mão de obra dos agricultores em monocultivos de plantas que não alimentam o povo?

Com base nas legislações vigentes e nos dados de nossa pesquisa, não podemos afirmar que os imóveis da Cosan no Santa Rosa estavam subutilizados, mas podemos questionar criticamente se tinham função social. E podemos questionar se o conceito de função social, dado pela legislação, está em acordo com os interesses coletivos, ou se legitima práticas especulativas como as da Cosan no Santa Rosa.

E podemos afirmar que a Cosan só procurou a prefeitura para construir neles quando o entorno valorizou com os investimentos públicos e privados envolvidos na vinda da fábrica da Hyundai para a região, e quando percebeu a possibilidade de valorizar ainda mais, com os investimentos públicos do município e do Estado nas construções de Fatec, Instituto Federal, Parque Tecnológico.

Já a Lagoa do Santa Rosa poderia ser considerada um patrimônio cultural e urbano do bairro, um equipamento social e uma área verde, que garantia o bem-estar e a saúde das pessoas do município — os relatos de nossa pesquisa mostram que a Lagoa também era frequentada por pessoas de fora do bairro Santa Rosa. Mas, ao ser cercada no ano de 2008, ela perdeu sua função social, pois deixou de ser utilizada “em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos” (PIRACICABA, 2006, p. 2).

Na década seguinte, todos aqueles imóveis contavam com boa infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos disponíveis, muito melhores que do resto do bairro e de boa parte da cidade.

O Plano Diretor de Piracicaba foi revisado em 2018 (o Estatuto da Cidade determina que os planos diretores devem ser revisados pelo menos a cada 10 anos) e publicado em sua nova versão em 2019. Seu artigo 5º, parágrafo único, estabelece a função social da propriedade vigente hoje em Piracicaba:

---

<sup>42</sup> Vejam os casos mostrados no final da parte 4.1.1, A Fazenda Santa Rosa, neste subcapítulo 4.1, Santa Rosa. A escravidão nos canaviais não surpreende se lembrarmos das greves dos cortadores de cana na década de 80, por condições mais dignas de trabalho. Na época, menos de 40 anos atrás, era comum que os trabalhadores fossem obrigados a cortar cana por mais de 24 horas seguidas e dormir em alojamentos insalubres (TERCI et. al., 2005).

A propriedade cumpre sua função social quando, respeitada a função social da cidade, for utilizada de acordo com o estabelecido no Plano Diretor e de forma compatível com: I - a capacidade da infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis; II - o combate à ociosidade, à subutilização ou a não utilização de imóveis, edifícios, terrenos e glebas; III - a preservação da qualidade do meio ambiente e a preservação do patrimônio cultural e urbano; IV - as necessidades dos cidadãos no que diz respeito à implantação de equipamentos sociais e áreas verdes; V - a segurança, bem-estar e saúde de seus usuários e vizinhos; VI - as necessidades de implantação de empreendimentos de habitação de interesse social (PIRACICABA, 2019a, p. 2).

E a função social da cidade, descrita no mesmo artigo 5º, “constitui-se no direito de acesso de todo cidadão às condições básicas de vida” (PIRACICABA, 2019a, p. 2).

Hoje, começo do ano de 2023, parte das terras no Reserva Jequitibá continuam plantadas com cultivos agrícolas. O Plano Diretor vigente possibilita esse uso, ao colocar como objetivos da ocupação da Macrozona de Urbanização Consolidada, da qual faz parte o Santa Rosa, “possibilitar atividades não residenciais capazes de gerar emprego e renda” e “potencializar a atividade de geração de energias alternativas, com incentivo à geração coletiva de energia elétrica” (PIRACICABA, 2019a, p. 21).

Três imóveis concentram praticamente toda a terra agrícola no Reserva hoje, excetuando as terras no imóvel da Lagoa do Santa Rosa, que analisaremos depois. Os três estão numerados na Figura 13.

Analisamos eles a partir de recursos jurídicos apresentados ora pela Aguassanta tendo a Prefeitura de Piracicaba como “recorrido”, ora o contrário, ao Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, referentes à sua isenção de IPTU.

A isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana (IPTU) é concedida pelo município para imóveis urbanos que exercem atividades rurais. O decreto número 16.435, de 29 de outubro de 2015 e a Lei Complementar número 379, de 15 de dezembro de 2016, são as legislações municipais vigentes sobre o assunto. A que nos importa é o decreto de 2015, mais detalhado e amplo, pois a L.C. de 2016 se refere apenas a imóveis que começaram a pagar IPTU a partir de 2013.

Segundo o decreto, ficam isentos de pagar IPTU os imóveis urbanos que destinam no mínimo 80% de sua área aproveitável (excluídos Reserva Legal ou Área de Preservação Permanente, por exemplo) para “exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, observando-se a destinação econômica do imóvel à atividade rural, dentro da média produtiva da região” (PIRACICABA, 2015, art. 2º).



Para pedir a isenção, o proprietário deve juntar diversos documentos, dentre eles as notas fiscais que comprovam a comercialização dos produtos produzidos no imóvel durante aquele ano, pois não basta plantar, ele deve ter uma função social, no caso a provisão capitalista de alimentos ou insumos de combustíveis para a sociedade. A isenção é pedida anualmente pelo proprietário à Secretaria Municipal de Finanças, que encaminha para a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMA – fazer a verificação no imóvel das informações prestadas pelo proprietário (PIRACICABA, 2015).

Tanto o proprietário quanto a Prefeitura de Piracicaba podem recorrer da decisão sobre a isenção ou não isenção do IPTU ao Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba.

Os recursos que analisamos eram sobre isso.

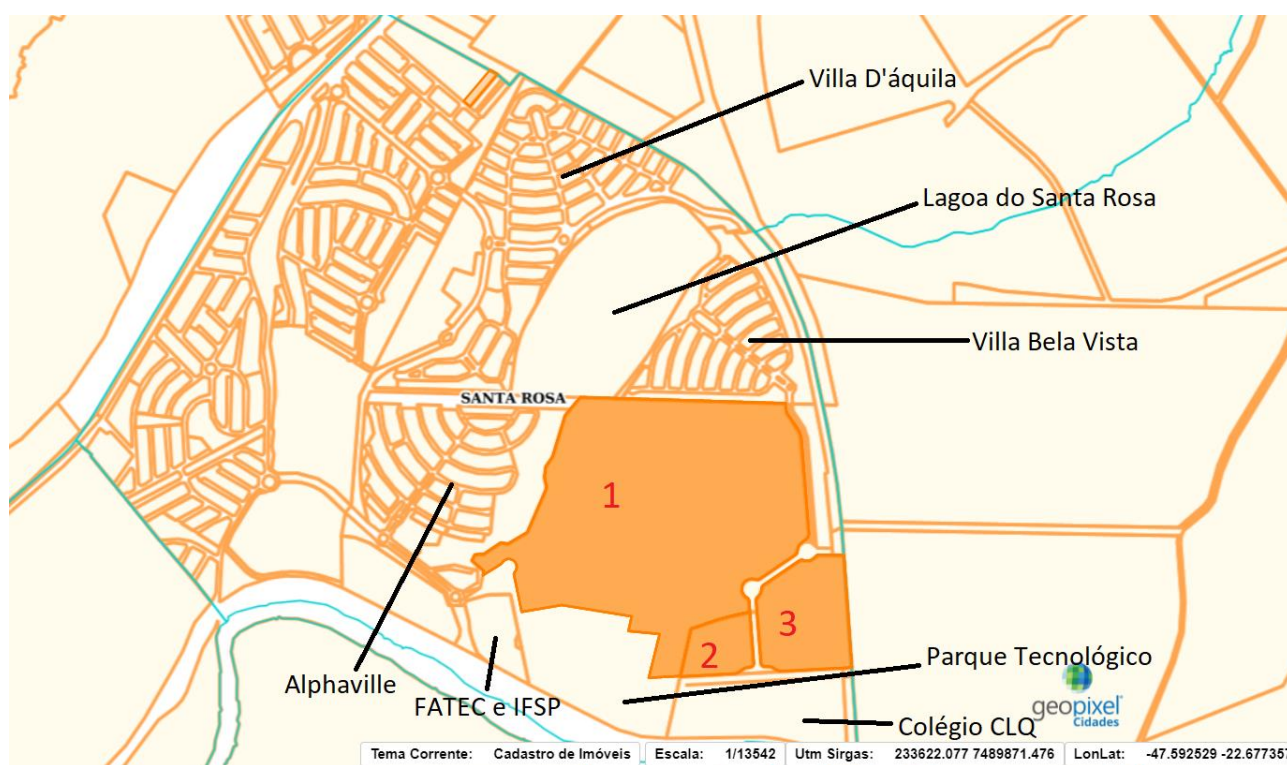


Figura 13 - Bairro Santa Rosa. Em destaque e numeradas, as áreas de matrícula: 1 - 94.316; 2 - 95.116; 3 - 95.120. Marcações feitas pelo autor.

Fonte: Prefeitura do Município de Piracicaba<sup>43</sup>

O primeiro imóvel, de matrícula nº 94.316, identificado pelo número “1” na figura 13, parece ser a maior área não construída no bairro Santa Rosa. Segundo o site de geoprocessamento corporativo da Prefeitura de Piracicaba (PIRACICABA, 2022c),

<sup>43</sup> GEOPROCESSAMENTO CORPORATIVO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA.

Disponível em: <<https://geo.piracicaba.sp.gov.br/app/geopixelcidades-piracicaba/map.html>>. Acesso em: 15 out. 2022.

entretanto, ele tem uma área de 206.652,37 m<sup>2</sup>, enquanto o imóvel da Lagoa do Santa Rosa, segundo sua matrícula atualizada de número 75.807, tem uma área de 350.877,2292 m<sup>2</sup>.

Em 14/12/2015, o Conselho de Contribuintes apreciou um recurso do processo de número 42.080/2014, apresentado pela Palermo Agrícola S/A, requerendo a isenção do IPTU referente ao ano de 2014 para o imóvel. A recorrente alegou produzir cana-de-açúcar no imóvel, mas não apresentou as notas que comprovariam isso. O recurso foi negado (PIRACICABA, 2016 a).

Em 26/08/2019, o Conselho de Contribuintes apreciou um recurso do processo de número 66.591/2018, apresentado pela Prefeitura de Piracicaba, contra a isenção do IPTU conferida a esse imóvel referente ao ano de 2018. O representante do imóvel já não é mais a “Palermo Agrícola”, mas a “Santa Rosa – Monte Alegre”, empresa com sede no Office Reserva Jequitibá segundo o Diário Oficial — mas não consta no documento a sala ou o andar da empresa, visto que o Office é um prédio. A isenção do IPTU foi concedida pois a “Santa Rosa – Monte Alegre” demonstrou que a área estava plantada com soja, e uma vistoria da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMA) concluiu que ele apresentava “destinação econômica e é efetivamente produtivo” (PIRACICABA, 2019c, p. 14). O recurso da prefeitura foi negado, garantindo a isenção do IPTU ao imóvel.

Em 23/11/2020, o Conselho de Contribuintes apreciou um recurso do processo de número 71.775/2016, apresentado pelo Sítio Santa Rosa, pedindo novamente a isenção do IPTU ao imóvel, agora referente ao ano de 2016. No corpo da decisão, entretanto, não existe referência ao “Sítio Santa Rosa”, mas à empresa “Aguassanta Propriedades S/A”, que seria “sucessora” da empresa “Palermo S/A”. Segundo o Conselheiro Relator Alexandre José de Brito, as notas fiscais de comercialização dos produtos agrícolas do imóvel, apresentadas pela empresa para embasar o pedido de isenção do IPTU, são as mesmas notas fiscais apresentadas em pedidos idênticos a este, pela mesma empresa, mas para imóveis diferentes. Ao somar, portanto, as áreas de todos os imóveis que apresentam as notas fiscais e dividir pelo quanto estariam produzindo, ele conclui que a capacidade produtiva do imóvel seria de “aproximadamente 13,5% da capacidade estimada”. Apesar da negativa do relator, o Conselheiro de Vista Ivanjo Spadote considera que os documentos apresentados pela empresa e o laudo apresentado pelo SEMA comprovam que “o imóvel tem destinação rural. A isenção não pode ser afastada apenas por estar abaixo da média estimada para a região”.

A análise de Ivanjo contraria o decreto 16.435 de 2015, que especifica que para a isenção do IPTU, a produção do imóvel deve estar dentro da média produtiva da região. A maioria dos conselheiros, entretanto, seguiu o voto de Ivanjo e o recurso foi aprovado. O curioso é que

o endereço apresentado para a empresa “Sítio Santa Rosa” é o mesmo apresentado para a empresa “Aguassanta Propriedades S/A” em outras decisões no mesmo Diário Oficial (PIRACICABA, 2020b), indicando se tratar de outro nome fantasia da Aguassanta, como é o caso da Palermo Agrícola.

Em 29/11/2021, o Conselho apreciou um recurso do processo de número 71.954/2019, apresentado pela Prefeitura de Piracicaba, contra a injeção do IPTU do imóvel referente ao ano de 2019. A propriedade aparece novamente em nome da “Aguassanta Propriedades S/A”. O conselho negou o recurso da prefeitura, alegando que os documentos apresentados pela empresa comprovam o cultivo de soja no local, e que uma vistoria do SEMA concluiu que o imóvel tem destinação econômica e é efetivamente produtivo (PIRACICABA, 2022 d).

O segundo imóvel, de matrícula número 95.116, identificado pelo número “2” na figura 13, tem uma área de 50.384,44 m<sup>2</sup>, segundo o site de geoprocessamento corporativo da prefeitura de Piracicaba (PIRACICABA, 2022c).

No dia 20/08/2020, o Conselho de Contribuintes apreciou um recurso do processo de número 71.771/2016, apresentado pelo “Sítio Santa Rosa Monte Alegre”. No corpo da decisão, esse imóvel aparece como pertencente à “Aguassanta Desenvolvimento Imobiliário S.A.”. Dessa vez, o senhor Ivanjo Spadote é o Conselheiro Relator do processo, enquanto o Conselheiro de Vista é o senhor Márcio Barbon. Ivanjo é favorável ao recurso, alegando que a empresa apresentou documentos que comprovam que o imóvel “é explorado por atividade rural de produção vegetal”, sendo essa produção o milho. Já o senhor Conselheiro de Vista discorda do colega, alegando que a documentação não está regularizada e que as notas fiscais apresentadas pela empresa, segundo um relatório da SEMA, são de 4,8 vezes a capacidade de produção do imóvel. Também disse que “Não resta dúvida de que a área em questão deverá futuramente ser objeto de loteamento, porém, deve a proprietária manter documentação em ordem quanto a produção rural, para que não fique caracterizado simulacro de exploração agrícola”. Apesar disso, a maioria dos conselheiros vota com Ivanjo e o recurso é aprovado (PIRACICABA, p. 8, 2020 a).

O terceiro imóvel, de matrícula número 95.120, identificado pelo número “3” na figura 13, tem uma área de 45.841,58 m<sup>2</sup>, o que também causa estranheza, pois ele parece, pela imagem do geoprocessamento corporativo da prefeitura de Piracicaba (PIRACICABA, 2022 c) vista na figura 13, maior que o imóvel “2”.

No dia 31/08/2020, o Conselho de Contribuintes apreciou um recurso do processo de número 71.773/2016, apresentado novamente pelo “Sítio Santa Rosa Monte Alegre”. Segundo o processo, o imóvel é arrendado pelo senhor Eduardo Raimundo Frasson para a empresa

“Aguassanta”. Os senhores conselheiros Relator e de Vista são os mesmos. Ivanjo, novamente, é favorável ao recurso. Márcio, novamente, é contrário, alegando que, segundo relatório da SEMA, as notas fiscais apresentadas pela empresa correspondem a 5,2 vezes a capacidade de produção do imóvel, “o que dá a entender que a nota fiscal corresponde a outras áreas”. Ele repete que sem a documentação devida aquilo se caracteriza como um simulacro de imóvel rural e nega o recurso. A maioria dos conselheiros, entretanto e novamente, votam junto com Ivanjo e o recurso é aprovado (PIRACICABA, p. 11, 2020 a).

A análise dos recursos apresentados nos mostra que a Cosan continua plantando cana de açúcar, soja e milho em parte de seus imóveis urbanos no Santa Rosa.

Essa opção, entretanto, não é mais pela falta de infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos, é apesar disso, o que levanta mais suspeitas da prática de especulação imobiliária. A dificuldade em apresentar as notas fiscais de comercialização da cana, soja e milho, agrava essas suspeitas.

Como disse um dos conselheiros, isso poderia caracterizar um “simulacro de exploração agrícola”. A Cosan estaria simulando uma função social de agricultura naqueles imóveis, enquanto espera o melhor momento para comercializá-los na forma de algum produto imobiliário. Como disse o mesmo conselheiro, “Não resta dúvida de que a área em questão deverá futuramente ser objeto de loteamento”. Em materiais publicitários do Reserva Jequitibá, inclusive, essas áreas já aparecem com os empreendimentos que serão futuramente construídos nelas — como vemos na Figura 14, apenas o imóvel que está arrendado não aparece com futuros empreendimentos.



Figura 14 - Material publicitário representando o Reserva Jequitibá, com atuais e futuros empreendimentos. Fonte: Reserva Jequitibá<sup>44</sup>

É provável que a Cosan realmente venda ou utilize o que produz naqueles três imóveis, afinal ela, como Raízen, continua sendo a maior produtora individual de açúcar e etanol de cana de açúcar do mundo<sup>45</sup>. Visitamos estes imóveis, e os dois primeiros realmente estão plantados com cultivos agrícolas. O terceiro, que é arrendado, está apenas parcialmente plantado com cana, mas não parece tão bem cuidado quanto os outros, pois outras espécies vegetais, chamadas comumente de mato, crescem também ali. Curiosamente, a Aguassanta D.I. colocou um outdoor neste imóvel arrendado anunciando futuros empreendimentos seus, como vemos na Figura 15.

<sup>44</sup> RESERVA JEQUITIBÁ. Disponível em: <<https://www.reservajequitiba.com.br/>>. Acesso em: 18 out. 2022.

<sup>45</sup> MONEYPAGE. Disponível em: <<https://www.moneytimes.com.br/so-com-cosan-em-cana-o-pais-raizen-e-o-4o-e-quase-1-3-da-india-e-10-do-acucar-com-biosev-ameaca-a-china/>>. Acesso em: 17 abr. 2023; RAÍZEN. Disponível em: <<https://www.raizen.com.br/nossos-negocios/renovaveis#etanol>>. Acesso em: 17 abr. 2023.



Figura 15 - Outdoor da Aguassanta D.I. anunciando novos empreendimentos no imóvel que a Aguassanta arrenda, supostamente, do senhor Eduardo Raimundo Frasson. Na foto, não conseguimos ver cultivos agrícolas plantados no imóvel.

Fonte: Foto do autor, 07 maio 2023

Como fica escancarado pelos materiais publicitários, a Cosan só planta em seus imóveis enquanto espera o melhor momento para transformá-los em um “residencial horizontal” ou o que julgar melhor e mais lucrativo. Assim, ela pratica uma especulação imobiliária amparada pela lei.

Uma outra área, ao lado do Alphaville, continuou plantada com cana de açúcar por doze anos após seu entorno ser urbanizado. No final de 2021, em um trabalho de campo no Reserva Jequitibá, fui apresentado ao produto imobiliário no qual ela seria transformada: Authoria, “o jeito nobre de viver em alto estilo”, como é descrito em um de seus materiais publicitários. Apesar de ainda não ter as documentações necessárias para construir, os lotes do condomínio novo já estavam sendo vendidos, pois a empresa tinha certeza que conseguiria os documentos com a prefeitura.

Já uma área entre o Alphaville e a Fatec, que materias publicitários dizem que será um “Boulevard” (Figura 14), continua até hoje vazia, sem sequer um plantio agrícola para disfarçar, como vemos na Figura 16.



Figura 16 - Terreno baldio ao lado do Alphaville, onde documentos publicitários da Aguassanta D.I. indicam que será um "Boulevard".

Fonte: Foto do autor, 07 maio 2023

Especulação imobiliária não é crime, mas uma prática que deve ser coibida pelo poder público, com instrumentos como IPTU progressivo no tempo e desapropriação do imóvel. Coisa que o poder público não parece estar fazendo.

Especulação imobiliária também é um negócio muito lucrativo. Entre 2001 e 2015, essas terras no Reserva Jequitibá valorizaram 2500% (OTERO, 2017).

A Cosan especula com suas terras porque o grande capital não é um corajoso empreendedor que arrisca seus recursos em empreitadas que devem contar com a sorte. É como o antigo funcionário da Aguassanta disse, “*Acreditamos, alinhados com a prefeitura, que ali seria o novo vetor de crescimento da cidade*”. Além de mostrar conviência do poder

público com a prática especulativa da maior empresa local, sua fala mostra que o empreendimento só é feito quando a região já está valorizada, e com a promessa de continuar valorizando.

O que garante a sorte ao empreendimento do grande capital são os investimentos do poder público. Foi a prefeitura quem fez um anel viário e diversos equipamentos públicos dentro do Reserva Jequitibá. Foi a prefeitura quem comprou 1.390.000 m<sup>2</sup> de terra da família Ometto de Iracemápolis e doou tudo à Hyundai, para construir seu complexo fabril.

#### 4.1.4 Gentrificação no Santa Rosa, silêncios e diferenciações

O discurso hegemônico também oculta o outro lado da moeda da valorização, a gentrificação<sup>46</sup>. Esse conceito é bem exemplificado pela resposta de Lucas à pergunta “*O que você acha dessa valorizada que deu no bairro?*”:

*Ah mano, eu acho válido né, ainda mais pra quem tem imóvel aqui, valoriza no valor do imóvel, e eu acho que também dá uma selecionada no bairro, talvez, não sei. Acho que começa a vir um pessoal com mais grana [...] talvez, e deixa o bairro melhor. [...] Um pessoal mais educado. Não sem grana (falando do pessoal que já estava), porque não tem nada a ver, mas um pessoal mais educado, traz um pessoal mais educado. Eu acho, não sei.*

A valorização expulsa do bairro as pessoas mais vulneráveis à oscilação do custo de vida, pessoas que não conseguem se manter ali com o aluguel mais caro, os produtos no comércio local mais caros, os serviços mais caros. O lugar delas é tomado por pessoas de outra classe social, que tem dinheiro para viver no novo padrão estabelecido pela valorização no bairro.

Quando pergunto se Lucas viu mudar o “perfil” das pessoas nos últimos anos, entretanto, ele não sabe responder. Diz que continua a ver as pessoas que conhecia de antigamente, mas que agora vê mais pessoas dos condomínios. Isso não significa, necessariamente, que não ocorreu gentrificação: a família de Lucas é proprietária do imóvel e não é uma família socioeconomicamente vulnerável. Seu círculo de relações pode ser de pessoas com situações similares, que moram na mesma rua há décadas e são proprietárias de seus imóveis.

Essas partes não ditas pelo discurso da valorização são como os “silêncios” que Chauí (2008) diz serem necessários para manter a coerência lógica da ideologia. Lacunas nos discursos, que se faladas destroem sua coerência ideológica.

Se falarmos os silêncios que o discurso hegemônico sobre o Reserva Jequitibá deixa, destruiremos a coerência desses discursos. Ao falarmos sobre a gentrificação, um dos

---

<sup>46</sup> Quando a valorização de uma localidade expulsa os moradores antigos e traz novos, com maior poder aquisitivo.



silêncios da valorização, a lógica de que a construção do Reserva Jequitibá é boa para todos se desfaz. A valorização que ela traz ao bairro é boa aos proprietários de imóveis que não moram no bairro: os proprietários que moram têm que arcar com um maior custo de vida, os locatários com um custo maior ainda.

Ao falarmos sobre os investimentos públicos que tornaram possível o empreendimento, diminuindo seus riscos e aumentando seus lucros, o discurso terá algumas questões para lidar se quiser manter a lógica de que é bom para a cidade: esses investimentos não seriam melhor alocados em lugares com infraestrutura precária? Não era melhor construir as escolas públicas Fatec e IFSP em locais de fácil acesso aos seus estudantes?

O discurso hegemônico fala que o empreendimento valorizou o bairro, mas silencia sobre a possível especulação feita por décadas até o bairro valorizar e se tornar lucrativo fazer o empreendimento.

Ao falarmos dos 31 anos que o terreno foi plantado com soja e cana, trazemos a questão sobre quem valoriza a terra, se é o empreendimento privado ou o trabalho coletivo feito nela. Contextualizando para nosso caso os quatro fatores de localização que, segundo Ferreira (2005), fazem a valorização da terra urbana: (1) infraestrutura urbana — a maior parte foi feita pelo poder público; (2) as construções que existem ali — todas elas públicas ou com incentivos públicos, como a Hyundai, Fatec, IFSP, Parque Tecnológico, Parque Jequitibá; (3) sua acessibilidade — o novo anel viário feito pelo Estado, a avenida larga e bem asfaltada de entrada do Reserva feita pela Aguassanta, as novas placas de acesso ao bairro que a prefeitura fez, indicando separadamente o Santa Rosa e o Reserva Jequitibá; e (4) a demanda.

Como vemos, quase todos os fatores de localização que valorizam o Santa Rosa e o Reserva Jequitibá são frutos de investimento público.

Afinal, se a valorização fosse fruto apenas do empreendimento, se ela é boa para o bairro e a cidade e se os empreendedores querem o bem do bairro e da cidade, por que esperaram 31 anos para fazer o empreendimento e valorizar o Santa Rosa? Por que optaram por deixar vazia mais da metade do bairro durante todos esses anos? Por que não fizeram o Parque Jequitibá antes, ou construíram moradias populares, ao invés de deixar boa parte da população piracicabana construir suas moradias em áreas de risco?

Porque a Cosan é uma empresa privada, que busca o lucro acima de tudo. Retomando as palavras do ex-prefeito:

*O Santa Rosa é um bairro que tinha 30 anos. E ele sempre fechado. Ele não expandia, não tinha um dinamismo. Então você ficou um espaço vazio entre o, entre o Santa Rosa e a Hyundai. E o, a Cosan tem uma empresa imobiliária, e eles procuraram a prefeitura pra é... ver o que poderia fazer, condomínio, construção de casa, aquela coisa toda. E, ao mesmo tempo, nós estávamos negociando com o Estado a criação do Parque Tecnológico. Então juntou o interesse das duas partes.*

O que Geraldo não diz é que o Santa Rosa não expandia porque mais da metade dele era deixada plantada com cana de açúcar. Mais da metade dele estava parada, “*sem dinamismo*”. Essas terras da Cosan, além de serem valorizadas pela vinda da Hyundai, pois ligavam a multinacional ao bairro e à cidade, foram valorizadas pelos investimentos públicos nas construções do Parque Tecnológico, da Fatec e do Instituto Federal dentro dela.

Quando pergunto se Lucas considera o Reserva parte do Santa Rosa, ele responde que sim, “*os cara chegou depois, pau no cu dos cara, a terra é nossa (risos), to zuando, mas eu acho que sim mano, tem uns que falam que não é [...] mas pra mim eu entendo que sim*”.

Quando pergunto se Lucas acha que os moradores do Reserva se consideram parte do Santa Rosa, ele responde:

*Ah, eu acho que não né. Não sei. Eu não sei qual que é a mentalidade dos caras, mas acho que não, porque Jequitibá é, você vê, vê nítida a diferença, a pavimentação lá, no jeito que foi arquitetada as coisas, tudo bonitinho e pá. Não que o bairro não seja bonito, porque o bairro, eu gosto do bairro porque tem bastante árvore, cara, tem muito ipê, eu acho muito daora isso, e dos caras também, mas você percebe o cuidado, o cuidado da pavimentação de lá e o cuidado da pavimentação daqui, a galera tá cagando aqui, e lá tem que ficar bonito.*

Pergunto por que ele acha que a pavimentação do Reserva é melhor que a do Santa Rosa, ele responde que por ser mais nova, enquanto a do Santa Rosa é velha e esburacada porque passa muito caminhão. Ele não relaciona se a diferença no “cuidado” com cada lugar estaria em deixar que os caminhões passem em uma avenida mas não em outra.

Lucas diz que ele e os amigos gostavam de andar de bicicleta, skate e carrinho de rolimã na avenida do Reserva, que atualmente ele gosta de andar de carro nela, porque além da pavimentação boa e lisa, ela tem um canteiro que separa as duas “mãos” (ida e vinda). Lucas não diz porque acha que a avenida do Reserva tem esse canteiro, enquanto a do Santa Rosa, além de esburacada, é tão estreita e sem canteiro que “*às vezes tá vindo um busão lá de cima, descendo, e aí voce vê que não dá, tem que parar*”, e esperar o busão passar. Não diz se é pela diferença de cuidado.

Suas respostas ficam desconexas: antes, ele diz que existe uma diferença no cuidado (não diz de quem) com cada lugar, exemplificado na boa pavimentação, o que justificaria um sentimento de superioridade dos moradores do Reserva, querendo se descolar do resto do bairro — eles não se consideram parte do Santa Rosa “*porque jequitibá é, você vê nítida a diferença, a pavimentação lá [...] tudo bonitinho*”; depois, quando pergunto por que as pavimentações seriam diferentes, ele naturaliza os motivos (tempo e uso), deixando de ser um exemplo de cuidado e dificilmente sendo um bom motivo para os moradores se sentirem superiores — eles não se considerariam parte do Santa Rosa porque são moradores mais novos?; por último, comenta que gosta de andar pela avenida do Reserva porque além da boa pavimentação ela é larga e com separação das vias por um canteiro, um argumento que seria muito melhor para explicar a diferença de “cuidado” entre os lugares, já que não poderia ser justificada por motivos “naturais” como o tempo de uso, mas ele não faz essa relação.

As respostas de Lucas exemplificam como a hegemonia opera nas interpretações de mundo das pessoas, ocultando as relações de causa e consequência e naturalizando as consequências, como o tempo de uso, mas mostra também como a realidade concreta, os asfaltos e os sentimentos, contradiz essa hegemonia.

Por fim, é interessante a conclusão de sua primeira resposta “*a galera tá cagando aqui, e lá tem que ficar bonito*”. Quem é a galera que tá cagando no cuidado com o Santa Rosa? Os moradores ou o poder público? Quem tem a obrigação ou necessidade — “*tem que ficar*” — de cuidar do Reserva Jequitibá para que ele fique bonito? E por que o Reserva precisa ficar bonito e o Santa Rosa não?

A questão da diferenciação entre Santa Rosa e Reserva Jequitibá ainda aparece espontaneamente na fala de Lucas quando ele está explicando um caminho para entrar no bairro pelo empreendimento, e conclui com “*você entra no Santa Rosa mano, Santa Rosa não, é Jequitibá (risos), mas pra mim é Santa Rosa, é tudo Santa Rosa mano*”.

Ao final da entrevista, explico que oficialmente tudo ali é Santa Rosa mesmo, mas que é engraçado como as placas apontam Santa Rosa e Reserva Jequitibá como se fossem dois lugares diferentes. Ele responde que “*É, isso é [...] porque muda tudo, muda o tratamento, mas é tudo Santa Rosa, os cara chegou depois, como eu disse*”.

A desvinculação do Reserva Jequitibá ao Santa Rosa é algo importante ao empreendimento. Ela já aparecia no trabalho de Otero (2016), quando ele segunda informações recebidas por um funcionário do IPPLAP de que a prefeitura “já propõe, inclusive, mudar o nome do bairro de Santa Rosa [...] para Reserva Jequitibá” (p. 229). O Reserva é anunciado como um bairro não só em sua própria página na internet e em suas

propagandas (JEQUITIBÁ, 2022), mas também pelos jornais locais, uma mídia teoricamente independente do empreendimento (RODRIGUES, 2011; PIRACICABANA, 2021) — o que pode comprovar a vinculação da mídia tradicional piracicabana às elites e ao discurso hegemônico, tese defendida por Bologna (2013).

O empreendimento sempre aparece como “*bairro*” nas falas do ex-funcionário da Aguassanta D.I.. Ele diz que o conceito do Reserva Jequitibá era fazer um bairro novo, o melhor bairro de Piracicaba. Que gostaria de morar lá, que é um bairro planejado, qualificado, seguro, um vetor de valorização e crescimento da cidade. Que é ao lado do shopping e que é o melhor bairro da cidade.

Mauro também repete em seu discurso a denominação do Reserva como um bairro, mas seu caso é mais grave: ele foi presidente do IPPLAP de 2017 a 2020, o instituto de pesquisas e planejamento do município. É um funcionário do poder público que, falando sobre sua área de atuação, em que ocupou um cargo de direção, reproduz um discurso com distorções que valorizam um empreendimento privado.

Quando pergunto ao ex-funcionário da Aguassanta se o Reserva é mesmo um bairro ou se pertence ao Santa Rosa, ele pisca algumas vezes e fica constrangido. Responde que não sabe, que eu deveria perguntar para alguém que ainda trabalha na Aguassanta pois ele não acompanha o empreendimento. Insisto e pergunto se durante os anos em que trabalhou lá o Reserva era um bairro novo ou pertencia ao Santa Rosa. Contrariado, responde que tudo ali era Santa Rosa, mas que pode ter mudado, que ele não sabe como é o trâmite para essas coisas, para criar um bairro, mas que para ele ali “*tem cara de Reserva Jequitibá*”.

E completa dizendo que o Reserva tem ótimas relações com o Santa Rosa, que fez grandes investimentos na entrada do Santa Rosa — entrada que também é do Reserva Jequitibá — como canaletas para escoar água, ampliação de uma rua e reforma de uma rotatória — a rotatória que leva ao Reserva.

Sua insistência em caracterizar o empreendimento como bairro pode ser por fidelidade à antiga empresa ou por orgulho do trabalho feito. Entretanto, sua contrariedade em admitir que não é um bairro talvez mostre que, apesar de saber da realidade (que oficialmente não é um bairro), ele acredita que deveria ser, pois “*tem cara de Reserva*”, e não gosta de ser lembrado que em verdade o empreendimento está dentro de um bairro de classe trabalhadora.

Sua diferenciação estética e espacial, com avenidas largas separadas por canteiros bem arborizados, bem pavimentadas, espaços amplos e bem cuidados, os motivos que fazem Lucas gostar de andar pelo empreendimento — passeando com os cachorros, andando de skate e bicicleta, voltando do trabalho de carro — mas também o fazem considerar que seus

moradores se acham diferentes, melhores que o Santa Rosa, são os mesmos motivos que fazem o homem que desenvolveu o empreendimento também considerá-lo diferente, com “*cara de Reserva*”.

A diferenciação de classe, um empreendimento de luxo em um bairro de classe trabalhadora, causa ressentimento ao morador do bairro, que percebe a diferença entre o que sempre foi seu bairro e o novo lugar feito ali dentro. Apesar de nunca ter conversado com os moradores do empreendimento, Lucas acredita que essa diferença no espaço faz eles se acharem melhores que o resto do bairro, o que mostra uma compreensão inconsciente das identidades de classe. Entretanto, quem mora no Reserva não se acha melhor que o Santa Rosa porque sua avenida não tem buracos; se acha melhor porque é de classe média, enquanto o Santa Rosa é um bairro de classe trabalhadora.

A diferenciação de classe entre o bairro e o empreendimento, para um dos desenvolvedores do empreendimento, justificaria uma diferenciação maior, entre bairros diferentes. Para ele, não é que o Santa Rosa é inimigo do Reserva, afinal é uma relação de “*ganha-ganha*” entre os dois, é que cada um ocupa um lugar diferente, de classes diferentes. Cada um na sua, cada bairro com sua cara. Assim, os pobres não se misturam com os ricos.

Apesar disso, o “*bairro*” Reserva ajuda o bairro Santa Rosa, fazendo ele valorizar e as pessoas pintarem as casas para alugar aos trabalhadores do Reserva — o que ele chama de “*ganha-ganha*”. Ou seja, a burguesia ajuda os trabalhadores, porque quem cria valor é a burguesia, o empreendedor, não o trabalhador e o trabalho coletivo. Como disse Chauí (2008) sobre ideologia, os fatos são invertidos. O discurso do ex-funcionário também deixa o silêncio da gentrificação: aonde vão morar as pessoas que moravam naquelas casas que estavam sendo pintadas?

O Reserva Jequitibá é separado do Santa Rosa, como a burguesia é separada da massa trabalhadora. Não pertencem ao mesmo espaço. Na prática e ao final, entretanto, a metáfora que mais se aplica é a de Regina, trabalhadora do Instituto Federal: “*a Reserva Jequitibá é uma ilha ali dentro, sabe, eu enxergo como uma ilha*”.

Uma ilha de luxo, separada da cidade por vigias particulares, muros altos, olhares esnobes e câmeras de vigilância.

Lucas fala que as pessoas do Reserva frequentam o comércio do bairro. Apesar disso, ele não conhece nenhum morador de seus condomínios fechados. Acha que um amigo de uns amigos, que os pais tem um mercado no bairro, se mudou para algum deles, mas não tem certeza.

Na prática, portanto, os lugares são separados e não se conversam mais do que eventuais negócios no mercadinho ou na distribuidora do bairro. Quando conto para Lucas que entrei no Alphaville ele fica interessado e pergunta como consegui. Diz que vai tentar entrar lá um dia, que sempre quis ver como o condomínio é por dentro, as casas, os carros.

## 4.2 Reserva Jequitibá



Figura 17 - Em destaque, o empreendimento imobiliário Reserva Jequitibá segundo as delimitações feitas pelo próprio empreendimento.

Fonte: Imagem de satélite do Google Earth adaptada por Thiago Furlan

A história do Reserva Jequitibá começa com a vinda da Hyundai para Piracicaba.

Para entender melhor esse processo, que transformou a região nordeste da cidade em um vetor de valorização, conversei com uma funcionária da prefeitura que participou das negociações para trazer a Hyundai.

Ela não me deixou gravar a entrevista argumentando que, apesar daquelas informações serem públicas, por estarmos em um órgão público o certo seria que eu mandasse um email com as perguntas e ela responderia. Após a entrevista, enviei esse email e não fui respondido. Reenviei meses depois e não fui respondido. Enviei um terceiro email, quase um ano após a entrevista, que também não foi respondido.

Por sorte ela me deixou fazer anotações durante nossa conversa.

#### 4.2.1 A vinda da Hyundai e o programa InvestSP

A funcionária da prefeitura disse que em 2007 o então Secretário de Desenvolvimento Econômico de Piracicaba, Edgar (nome fictício), cadastrou o município no programa “InvestSP”, programa que intermediaria o contato com multinacionais interessadas em construir no Brasil.

A Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, InvestSP, é um programa estadual feito para atrair investimentos internacionais para o estado, principalmente, mas também para aumentar as exportações estaduais e promover a imagem do estado internacionalmente como “destino de investimentos” (SÃO PAULO, 2022a). Ela oferece diversos serviços aos investidores internacionais, como assessoria jurídica e ambiental, ajuda para encontrar as melhores localidades no estado para se investir, apoio nas interlocuções com os órgãos públicos brasileiros, fornecimento de informações de financiamento e de informações estratégicas para ajudar o investidor. Todos esses serviços são oferecidos gratuitamente (SÃO PAULO, 2022a; SÃO PAULO, 2022b). É mais uma etapa na atração de investimentos internacionais para o estado e de interiorização das indústrias, processo desenvolvido há décadas pelo Estado de São Paulo (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009).

Na prática, segundo a funcionária, o InvestSP é um intermediador. Ele repassa aos municípios as exigências do investidor, no caso a multinacional, os municípios fazem um levantamento dos dados e das informações exigidas, passam ao programa e ele repassa à multinacional. Em nenhum momento o programa revela aos municípios quem é o investidor, nem em que ramo ele atua. O InvestSP recolhe as informações de todos os municípios potenciais no Estado, repassa à multinacional e ela escolhe os que melhor atendem suas necessidades e exigências. No caso da Hyundai, uma dessas informações era levantar os melhores lugares no município para a construção de sua fábrica.

Segundo a funcionária, o contato com o InvestSP começou em 2007. No mesmo ano, após a intermediação do InvestSP e o interesse da Hyundai, o Prefeito e o Secretário de Desenvolvimento Econômico de Piracicaba foram à Coreia conversar com os executivos da multinacional. Depois disso, diretores da Hyundai vieram para Piracicaba conhecer a cidade e, entre outras coisas, visitar os lugares que o município sugeriu para ser construída a fábrica. Segundo ela, foi a Hyundai que decidiu onde a fábrica seria construída, no Santa Rosa.

Segundo o sítio eletrônico do InvestSP, entretanto, o programa só foi instituído oficialmente em 19 de agosto de 2008 (SÃO PAULO, 2022c). Desde o começo do ano já existiam alguns trabalhos na Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo voltados para isso, mas não está claro se eles foram de alguma ajuda para a vinda da Hyundai para

Piracicaba. Isso coloca em dúvida o depoimento dessa funcionária, se houve intermediação do governo estadual nas negociações com a Hyundai e se a prefeitura de Piracicaba fez todo trabalho de levantamento de informações para abastecer a decisão estratégica de investimento da Hyundai, sem nem saber para quem trabalhava.

Em entrevista ao programa “Quem é você?”, Edgar — que na verdade era Secretário de Indústria e Comércio de Piracicaba na época da negociação com a Hyundai, não de Desenvolvimento Econômico como disse a funcionária — explica que viajou oito vezes para a Coreia do Sul conversar com os executivos da Hyundai e que foi uma briga difícil com outros países, estados e municípios para conseguir trazê-la à Piracicaba.

Edgar também conta que depois do sucesso na vinda da Hyundai, foi chamado pelo governo do Estado de São Paulo para trabalhar na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo. Lá, teria sido ele quem criou o programa InvestSP (PIRACICABA, 2016 b). De acordo com seu perfil no sítio eletrônico *Linkedin*, Edgar foi Secretário-adjunto dessa Secretaria por dois anos, depois Secretário por menos de um ano e presidente do InvestSP por quatro anos (LINKEDIN, 2022).

A funcionária com quem conversei se enganou sobre a parte do InvestSP, mas a parte sobre o levantamento das melhores localidades e a escolha pela multinacional deve estar correta. Naquela entrevista, Edgar falou um pouco sobre como foi a negociação com a Hyundai e disse que o governo do estado pediu que ele replicasse aquilo em um programa. Muito do que está no InvestSP, portanto, deve ter sido feito na negociação com a Hyundai.

Atualmente, segundo a funcionária, Piracicaba está nas fases finais de negociação para trazer outra multinacional ao município, uma negociação feita através do InvestSP. Desde que o programa foi criado, é provável que tenham tido levantamentos de informações e negociações que não vingaram, com outros investidores internacionais. Talvez a similaridade do processo da Hyundai com todos esses outros — afinal foi esse processo que Edgar replicou para construir o InvestSP — explique a confusão da funcionária. Por último, é mais plausível que ela tenha confundido algo que não participou (disse que foi Edgar que cadastrou o município e fez as negociações) do que algo que participou — como as visitas nas localidades, que ela contou com alguns detalhes.

Como não consegui conversar com Edgar — sua secretária negou meu pedido de conversa — o relato que tenho sobre esse processo, para complementar o da funcionária e as informações coletadas por levantamento de dados secundários, é o do então prefeito de Piracicaba, Geraldo.

Geraldo contou uma história um tanto diferente.



Perguntado sobre seu papel na vinda da Hyundai para Piracicaba e sobre o processo para trazê-la, Geraldo respondeu que, por sua formação como economista e um doutorado sobre desconcentração industrial no Estado de São Paulo, ele “*tinha um pouco de clareza de como essas coisas ocorriam*”.

*E eu vi, tinha visto várias matérias que tinha quatro ou cinco indústrias automotivas que queriam se instalar no Brasil ou na América Latina. E eu passei a monitorar esse negócio (risos). Como é, não sei o quê, falei pô, alguém vai fazer uma política de, vai tomar uma consultoria pra colocar uma indústria no Brasil, seguramente vai estudar um município como Piracicaba.*

Segundo Geraldo, ele viu notícias em jornais sobre as intenções de algumas multinacionais automotivas instalarem fábricas no Brasil. Sabendo do processo de desconcentração industrial que ocorria há décadas no estado — como estudado por Selingardi-Sampaio (2009) — ele sabia que as fábricas não iriam para a capital, mas para o interior.

Sabia também que tinham poucas cidades no Brasil com “*condições de receber*” a Hyundai, com bom sistema de energia, coleta de esgoto, capacitação profissional, indicadores socioambientais e escolas, algo confirmado por estudos como de Takami e Mendes (2017), Takami (2017) e Selingardi-Sampaio (2009). A competição pelos investimentos do capital internacional é, portanto, limitada, e a ideia de que são todas as localidades do mundo que podem competir é uma ilusão que serve ao capital internacional, para aumentar seu poder de barganha.

*Qualquer consultoria nacional e internacional vai fazer um ranking de vinte a trinta, 40 municípios, depois vai verificar as condições. Eu falei assim: “Piracicaba vai entrar nesse negócio”. Aí eu comecei a perseguir, olhar, fui no Estado, aí criou uma relação e de fato eles estavam estudando alguns municípios de São Paulo e Piracicaba era um deles. Aí eu fui conversando, monitorando, conversando com o Estado, entendeu, foi um trabalho que levou dois anos.*

As versões da funcionária e de Geraldo diferem um tanto. Pela confusão sobre o InvestSP, é plausível que o contato com a Hyundai não tenha acontecido por iniciativa do Secretário de Indústria e Comércio, mas do Prefeito, alertado por notícias de jornal. É difícil saber: anos depois, Prefeito e Secretário se tornaram adversários políticos, disputando o segundo turno pela Prefeitura de Piracicaba em uma eleição hostil (minha conversa com Geraldo foi em 2021, um ano depois dessas eleições), em que o Prefeito se tornou ex-prefeito e o ex-secretário se tornou Prefeito. Nada disso é de muita importância para nossa análise, apenas para uma história bem contada — que afinal também é um objetivo dessa dissertação.

Apesar de ainda não existir o InvestSP, as negociações para trazer a Hyundai mostram a sujeição do município aos interesses privados internacionais, algo que o programa vai apenas agravar. Como disse Edgar naquela entrevista, a briga para trazer a Hyundai foi muito difícil. Competiram com outros municípios, estados e países. Ofereceram isenções, infraestrutura, mais poder nas negociações trabalhistas e obras como o anel viário.

O InvestSP é mais um investimento do Estado de São Paulo nessa guerra contra os outros estados do Brasil e do mundo. A guerra fiscal. O programa oferece assessoria, informações, dados, facilitações nas negociações e burocracias. Uma consultoria gratuita e especializada.

Muito trabalho oferecido gratuitamente aos investidores internacionais, com apenas uma expectativa de retorno, tentando aumentar as chances do lugar ser escolhido para receber seus investimentos.

Geraldo explica que as terras escolhidas para a construção da fábrica da Hyundai, sem dizer quem escolheu, foram pelas “*condições locacionais*” e pelo “*preço da terra*”. Ele explica que o metro quadrado ali era muito barato e que o lugar é próximo a outro distrito industrial. Diz também que ele já negociava com o Estado de São Paulo a construção de um anel viário no município, que reduzisse a circulação de caminhões pesados pela cidade, e que um dos estudos prévios apontava que ele deveria ser construído naquela região. Geraldo conclui que “*juntou a fome com a vontade de comer*” e “*oferecer essa área pra Hyundai com a promessa que ali ia ter um anel viário, isso ajudou muito*”.

Francisco, na época presidente do IPPLAP, confirma que o preço da terra foi determinante para a instalação da fábrica da Hyundai no Santa Rosa. E ambos, Francisco e Geraldo, confirmam que Piracicaba comprou e doou o terreno para a Hyundai.

O terreno estava todo plantado com cana. Apesar disso, as terras doadas para a Hyundai não eram da Cosan, como as terras ao lado, mas dos Ometto de Iracemápolis, primos dos Ometto de Piracicaba. São descendentes de João, outro dos filhos de Caterina Ometto (os Ometto de Piracicaba, donos da Cosan, são descendentes de Pedro). As fazendas em Iracemápolis foram das primeiras compradas pelos Ometto no início do século passado. João foi um dos encarregados dela, e fundou a Usina Iracema. Segundo Geraldo, as terras doadas para a Hyundai pertenciam a “*João Guilherme Ometto*”, filho de João Ometto, neto de Caterina.

O que nenhum deles diz e que me foi contado em segredo pela funcionária da prefeitura é que quem iria comprar o terreno dos Ometto seria a própria Hyundai.

Por algum motivo que ela não sabia, a multinacional e os Ometto de Iracemápolis não entraram em acordo para fechar o negócio. Então a prefeitura interveio, desapropriando com dinheiro público a terra dos Ometto e doando para a multinacional. O engraçado da conversa

com a funcionária era sua insistência em repetir que a terra foi concedida para a Hyundai, e não doada, apesar de a prefeitura ter entregue a propriedade da terra, e não só o uso, para a multinacional.

Ela disse que só poderia me contar isso tudo se a Hyundai autorizasse.

Quando perguntei o que ela achava dessa gerência de uma empresa privada sobre o Estado ela se ofendeu. Disse que não tinha gerência nenhuma, o que tinha era um acordo de cavalheiros. Mas não explicou se o acordo de cavalheiros era a multinacional poder censurar funcionários públicos a darem informações que deveriam ser públicas, e eu não perguntei.

#### 4.2.2 A Área institucional da Prefeitura e o Parque Tecnológico



Figura 18 - Em destaque, o Parque Tecnológico de Piracicaba, no bairro Santa Rosa. Não contamos as áreas da Fatec, do IFSP e do Parque Jequitibá nessa imagem, que serão apresentadas nas próximas partes. Fonte: Imagem de satélite do Google Earth adaptada por Thiago Furlan

É importante explicar, antes dessa e das próximas partes deste subcapítulo, que o Parque Tecnológico, a Fatec, o Instituto Federal e o Parque Jequitibá não fazem parte do Reserva Jequitibá.

As duas escolas e o parque são espaços e empreendimentos públicos. O Parque Tecnológico é um projeto público, que tem dentro dele áreas públicas e privadas. Eles não podem fazer parte do Reserva Jequitibá porque o Reserva Jequitibá não é um bairro. Ele é um empreendimento privado dentro do bairro Santa Rosa. Estes empreendimentos não estão nem

abarcados pelo Reserva, como vemos nos mapas e imagens de satélite, eles ficam nas bordas do lugar e nenhum empreendimento privado do Reserva fica para além deles.

O Reserva Jequitibá, atualmente, são os três condomínios fechados e um ou outro empreendimento por ali. Os outros empreendimentos privados estão todos no perímetro do Parque Tecnológico. Nas propagandas do Reserva Jequitibá, eles aparecem como parte do empreendimento para embasar a mentira de que o Reserva é um bairro, e um bairro de uso misto — onde as pessoas moram, trabalham e tem lazer.

Apesar disso, colocamos os Parques e as escolas neste subcapítulo sobre o Reserva Jequitibá porque a relação deles é de tal forma confundida pelas falas dos entrevistados e pelas estruturas dos empreendimentos, que não podemos falar de uns sem falar do outro. Essa promiscuidade, feita muitas vezes de forma proposital pelos próprios empreendimentos públicos e por agentes públicos, é algo grave. Por ser uma apropriação indevida dos nomes e status de instituições e projetos públicos por uma empresa privada, consideramos como um tipo de corrupção.

Com isso explicado, continuamos nossa história.

Como parte dos esforços para trazer a Hyundai, a prefeitura de Piracicaba levantou as melhores áreas para a fábrica ser construída e a multinacional escolheu qual preferia. Essa área ficava na zona rural, na fronteira com a zona urbana, no bairro Água Santa na fronteira com o Santa Rosa.

Recebendo investimentos de milhões de reais, tanto da Prefeitura quanto do governo do Estado e da multinacional, a região se tornou um “*vetor de crescimento*” da cidade, como disse Geraldo. Relembrando um trecho de sua fala, foi aí que a Cosan procurou a prefeitura para “*ver melhor o que podia fazer*” com suas terras na região.

Segundo Geraldo, ele então já negociava com o Estado de São Paulo as construções de um Parque Tecnológico e uma Fatec em Piracicaba. A Fatec seria em outro lugar, o Parque Tecnológico eles ainda procuravam onde seria.

Com a vontade da Cosan de fazer um empreendimento em suas terras no Santa Rosa, Geraldo disse que “*juntou o interesse das duas partes [...]Olha, nós temos interesse em comprar área pra fazer o Parque Tecnológico, se vocês vão fazer empreendimento imobiliário, nós podemos fazer um bem bolado. Antecipe a área institucional para a prefeitura*”.

Todo empreendimento imobiliário é obrigado por lei a reservar uma área institucional ao poder público, que será destinada a equipamentos e empreendimentos públicos. A Cosan antecipou a área institucional e a prefeitura fez o Parque Tecnológico no Santa Rosa.

Segundo Geraldo, desde 2007 (um ano antes da vinda da Hyundai) ele negociava com o governo do Estado para fazer uma Fatec em Piracicaba, mas em outro lugar.

Pouco depois, em 11 de abril de 2008, ele sancionou a Lei nº 6196, que dispõe sobre a construção de um Instituto Federal de São Paulo (IFSP) em Piracicaba e onde já consta que ele seria construído em uma área da prefeitura no Santa Rosa.

No dia 13 de junho de 2008, o governo do Estado de São Paulo anunciou formalmente a criação do Parque Tecnológico de Piracicaba, com investimento de R\$ 100 milhões e área de 400 mil metros quadrados. Não foi falado, na notícia do anúncio, onde seria construído o Parque (SÃO PAULO, 2008). A Hyundai foi anunciada três meses depois, aos 18 de setembro de 2008.

E, como parte do acordo entre Prefeitura e Aguassanta D. I., a Fatec foi construída em parte da área institucional do Parque Tecnológico.

Portanto, cinco meses antes do anúncio oficial da vinda da Hyundai, como vemos na figura 19, o poder público de Piracicaba já decidia que o Instituto Federal seria construído no Santa Rosa. Segundo Geraldo, em nossa entrevista, a decisão de onde seria construído o Instituto veio nas negociações com a Cosan sobre seu empreendimento, que vieram depois que a empresa soube da vinda da Hyundai.

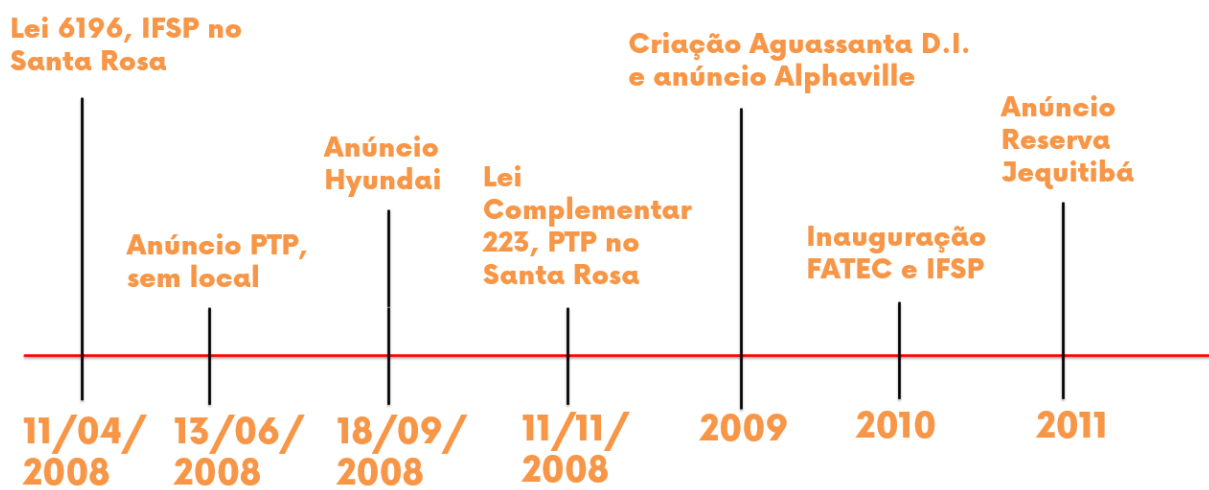


Figura 19: Linha do tempo de anúncios, leis e construções dos empreendimentos públicos e privados no que seria o Reserva Jequitibá e da Hyundai.

Fonte: Autor.

Se a memória de Geraldo estiver boa, todas essas negociações foram antes do anúncio oficial da vinda da multinacional e, portanto, a Cosan teve informações privilegiadas sobre

onde a multinacional seria construída. A proximidade dos anúncios reforça essa suspeita. O poder público de Piracicaba articulou com o poder privado da Cosan a convergência de investimentos públicos e privados em lugares que valorizariam os imóveis da Cosan, possibilitando que ela desse a estes imóveis fins muito mais lucrativos que o plantio de cana.

Ou Geraldo se confundiu em nossa entrevista, o Instituto Federal não esteve nas negociações com a Cosan e já estava decidido que ele seria construído ali, no meio de um canavial que nada indicava que deixaria de ser um canavial quando a escola abrisse.

Menos de dois meses depois do anúncio da vinda da Hyundai, dia 11 de novembro de 2008, o prefeito Geraldo sancionou a Lei Complementar Nº 223, que instituía o Parque Tecnológico de Piracicaba e em que constava que ele seria construído no Santa Rosa.

O Parque Tecnológico é um empreendimento público do Estado de São Paulo.

O interessante é que Parque Tecnológico, Fatec e Instituto Federal começaram a ser construídos em 2008, antes de qualquer empreendimento da Aguassanta. O primeiro deles, o Alphaville, só foi anunciado (não construído) um ano depois. O Reserva Jequitibá, em 2011.

Após 31 anos de plantação de cana de açúcar em imóveis urbanos, quem começa a investir e construir naquelas terras não é a ousadia do empreendedor, enfim encontrada por ele. Não é o capital imobiliário que se dispõe aos riscos do negócio capitalista com a nobre função de fazer a cidade crescer e valorizar. Mesmo após o anúncio da vinda da Hyundai, com a perspectiva de valorização da região, quem faz isso é o poder público. É ele quem arca com os custos e os riscos de construir escolas e empreendimentos no meio de um canavial.

Só após o início dessas construções, a Aguassanta anuncia seus empreendimentos privados.

A Fatec e o Instituto Federal são inaugurados em 2010, antes do próprio Parque Tecnológico (PIRACICABA, 2022b; BRASIL, 2016). Estudantes e funcionários andam quase 1 km naquela nova avenida, larga e vazia, para chegar na escola. São escolas isoladas da cidade, entre plantações de cana e canteiros de obra, sem papelaria, mercado ou lanchonete nas proximidades.

A Lei Complementar Nº 223, complementada pela Lei Municipal Nº 6621, de 15 de dezembro de 2009 e pela Lei Complementar nº 282, de 2011, garante a doação ou concessão de uso de áreas dentro do perímetro do Parque Tecnológico, além de diversos benefícios fiscais — como 100% de isenção do IPTU até o ano de 2020 — para a instalação de:

- I - laboratórios de pesquisa; II - incubadoras de empresas; III - faculdades, universidades e instituições de ensino em geral, inclusive técnico; IV - instituições e entidades governamentais e não governamentais; V - indústrias voltadas especificamente à pesquisa e desenvolvimento tecnológico; VI -

hotéis, restaurantes, centros de convenções e residências com caráter de alojamento para acomodações temporárias; VII - comércio ou prestação de serviços, de suporte ou de apoio às atividades de conhecimento e inovação tecnológica desenvolvidas no Parque Tecnológico (MUNICÍPIO DE PIRACICABA, 2011).

A lei 282 de 2011, ano em que foi anunciado o Reserva Jequitibá, adicionou a possibilidade de instalação de quaisquer outros “empreendimentos imobiliários comerciais, de serviços e residenciais” dentro do perímetro do Parque Tecnológico, estes não contando com os benefícios fiscais e a doação ou concessão de área (MUNICÍPIO DE PIRACICABA, 2011). Na época, ao que indicam nossas conversas e entrevistas, a Aguassanta D.I. planejava construir um hotel em suas terras dentro do perímetro do Parque Tecnológico.

Segundo um funcionário do Arranjo Produtivo Local do Álcool de Piracicaba – APLA - cluster<sup>47</sup> do agronegócio responsável por administrar o Parque Tecnológico, a área institucional da prefeitura no Reserva abrange o Parque Jequitibá, a Fatec, o Instituto Federal, o prédio do Pecege<sup>48</sup> e o Núcleo do Parque Tecnológico. O resto do Parque Tecnológico, incluídos os prédios da Raízen, do CLQ, o Garden Mall, Agtech e outros, estão em área da Cosan.

Ou seja, toda a parte não-residencial que é anunciada como sendo parte do Reserva Jequitibá, essencial para vender o empreendimento como um “bairro planejado de uso misto”, está instalada no perímetro do parque tecnológico, contando com diversos benefícios fiscais garantidos pelo poder público.

A Raízen, joint-venture<sup>49</sup> da Cosan (dona das terras) com a Shell, além de ser muito beneficiada por se instalar ali, veio como exigência da negociação por parte do poder público. Contou Geraldo: *“Então, se verificar, eu falei, Olha, eu faço o Parque Tecnológico, aprovo esses empreendimentos aí de vocês, mas eu quero que vocês coloquem a sede da Raízen aqui nessa área de Piracicaba e se possível no Parque Tecnológico”*.

Quando Geraldo diz que colocando a Fatec, o Instituto Federal, a Raízen, um instituto de educação empresarial voltado ao agronegócio e outros empreendimentos no Parque Tecnológico, eles fazem ali uma *“coisa concentrada”*, lembro do que mais marcou Paula,

---

<sup>47</sup> Palavra em inglês que significa “aglomerar”. Na administração, um “cluster de empresas” é o agrupamento de diferentes empresas com algo em comum, para ganharem vantagens competitivas.

<sup>48</sup> Empresa de pós-graduação lato sensu cujo principal ramo de atuação são os cursos de Master of Business Administration (MBA) focados no agronegócio. Uma instituição privada voltada ao mercado, mas que usa do status da ESALQ e da USP (instituições públicas) para vender seus produtos, com a convivência e frequente apoio das mesmas.

<sup>49</sup> União entre empresas para uma atividade específica e por tempo limitado, em que elas mantêm suas próprias identidades.

jornalista, quando o Reserva foi anunciado: a “*questão dos projetos integrarem*”, “*um conceito inovador para a cidade, que não estava acostumada a ver um empreendimento integrado*”.

Essa ideia é vendida até hoje como o diferencial do Reserva Jequitibá, o que faz dele um “bairro planejado”. É silenciado que boa parte dos investimentos para essa integração vieram do poder público. Se não fosse o Parque Tecnológico e sua apropriação pelo Reserva, aquilo seria apenas alguns condomínios fechados em um bairro periférico, nada muito diferente de tantos outros em Piracicaba.

Por que a Cosan quis negociar seu empreendimento com a prefeitura a portas fechadas, como me descreveu a funcionária da prefeitura? Luiz Carlos, ex-prefeito de Piracicaba pelo PT, me explicou como é (ou era) o processo de aprovação de um empreendimento pela prefeitura:

*esses empreendimentos não passam pelo gabinete do prefeito, eles são protocolados na prefeitura e a prefeitura tem a sua burocracia que vai examinar os empreendimentos à luz da legislação. Então, não cabe ao prefeito autorizar ou não autorizar isso, essa lógica é uma lógica da burocracia formal da prefeitura.*

Por que a Cosan não protocolou seu empreendimento na prefeitura e esperou que ele fosse analisado formalmente e aprovado ou não? Considerando que ele cumpria com todos os imperativos legais, por que as negociações?

A mesma pergunta pode ser feita à prefeitura.

O que podemos responder, com base nessa pesquisa, é que negociavam para fazer uma articulação entre empreendimentos públicos e privados, o que seria benéfico para ambos — “*ganha-ganha*” nas palavras do ex-funcionário da Aguassanta, e “*juntou o interesse das duas partes*” nas palavras de Geraldo. O que vimos e não surpreende, é que foi muito mais benéfico para os interesses privados.

No centro dessas negociações está o Parque Tecnológico. Um empreendimento feito com dinheiro público em imóveis públicos e privados. Seu desenho arquitetônico, como me contou um ex-funcionário do IPPLAP, foi feito por uma empresa contratada pela Cosan, a mesma que fez o desenho do Reserva Jequitibá.

O Parque Tecnológico se confunde com o Reserva Jequitibá. Apesar de ser um empreendimento público, ele aparece na estética, em propagandas e falas de autoridades como se fizessem parte do mesmo empreendimento, o Reserva Jequitibá.

No sítio eletrônico do Reserva Jequitibá, o Parque Tecnológico aparece como um dos empreendimentos dentro do “bairro”. No vídeo institucional do empreendimento ele também



aparece, quando é falado sobre um “hub tecnológico de classe mundial” que fica dentro do “bairro” Reserva Jequitibá<sup>50</sup>.

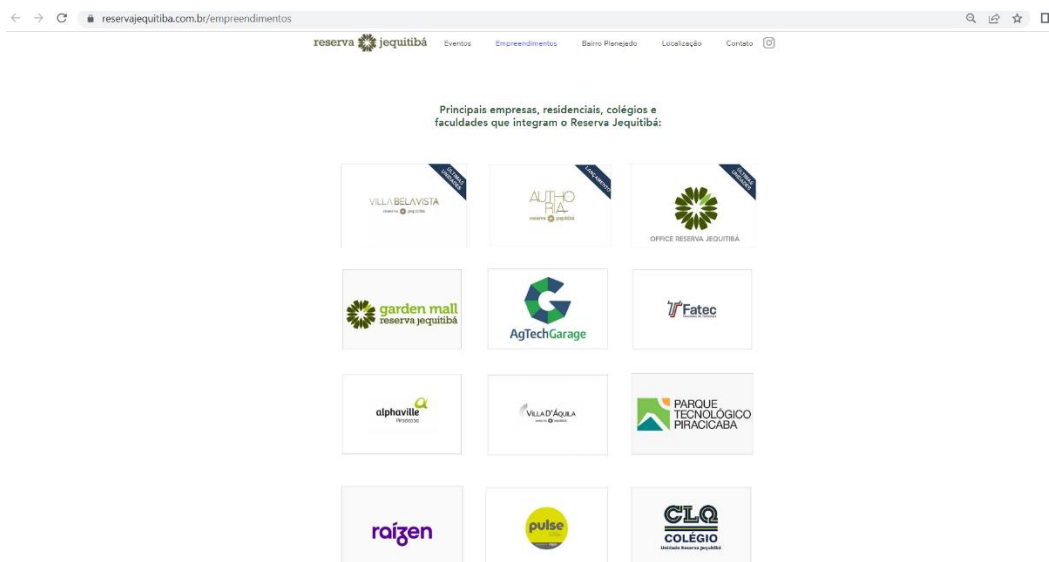


Figura 20 - Lista de empreendimentos do Reserva Jequitibá.

Fonte: Reserva Jequitibá<sup>51</sup>

Muito mais grave, no vídeo institucional do próprio Parque Tecnológico, o empreendimento público aparece como “localizado no bairro planejado Reserva Jequitibá”. Ao final do vídeo, o narrador fala que “no Parque Tecnológico, também é possível encontrar restaurantes, academias, serviços, conveniências, instituições de ensino e condomínios residenciais” (PIRACICABA, 2022a).

<sup>50</sup> RESERVA JEQUITIBÁ. Disponível em: <<https://www.reservajequitiba.com.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

<sup>51</sup> RESERVA JEQUITIBÁ. Disponível em: <<https://www.reservajequitiba.com.br/empreendimentos>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

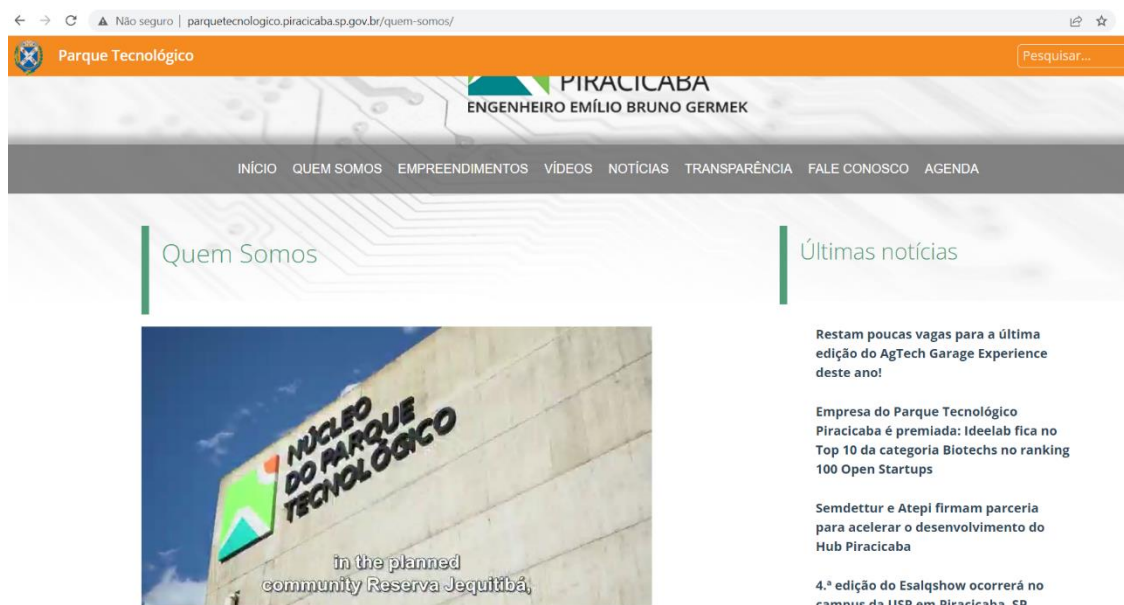


Figura 21 - Vídeo institucional do Parque Tecnológico, mencionando que ele fica dentro do "bairro planejado Reserva Jequitibá".

Fonte: Parque Tecnológico<sup>52</sup>

Na fala do ex-funcionário da Aguassanta, o Parque Tecnológico também aparece como parte do Reserva Jequitibá. Mauro, ex-presidente do IPPLAP, ao falar sobre o histórico do Reserva Jequitibá, diz “*O processo de construção passou por várias fases, além da parte residencial (condomínios), também teve a construção do Parque Tecnológico*”.

A jornalista Paula, ao falar sobre o Reserva, também o confunde com o Parque Tecnológico.

*É um local mais elitizado (o Reserva), ou, o que acho mais legal até do que isso, é essa questão da pesquisa e da inovação, eu acho que é um polo, é um berço na verdade de empresas de tecnologia, e agora com o fortalecimento do Agtech Valley ir pra lá, eu acho que isso vai beneficiar muito toda a cidade, é a visibilidade de Piracicaba nessa questão, de ser excelência em tecnologia agrícola, que já era, mas agora com a inovação junto, eu acho que garante Piracicaba uma posição importante no país.*

A confusão também está nos empreendimentos: dentro do perímetro do Parque Tecnológico, ficam o Office Reserva Jequitibá e o Garden Mall Reserva Jequitibá.

E, de fato, ao passarmos pelo Reserva Jequitibá e pelo Parque Tecnológico, os desenhos arquitetônicos deles, as placas de sinalização, os nomes, tudo faz parecer que o Parque Tecnológico está dentro do Reserva Jequitibá, e não que se tratam de dois empreendimentos no bairro Santa Rosa.

<sup>52</sup> PARQUE TECNOLÓGICO DE PIRACICABA. Disponível em: <<https://parquetecnologico.piracicaba.sp.gov.br/quem-somos/>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

A relação entre Reserva Jequitibá e Parque Tecnológico é tão promíscua que o Reserva usa cotidianamente das dependências e da estrutura do Parque para se promover, como ao fazer eventos particulares e com restrição de entrada.

O evento chamado “Beach One Experience”, por exemplo, teve mais uma edição nos dias 13 e 14 de maio de 2022. No dia 14, ele começou às 08h da manhã, com torneios esportivos nas dependências do Parque Tecnológico e continuou até a madrugada em uma festa, com atrações como a banda de pagode “Grupo Revelação”.

Alguns dias depois, o Reserva Jequitibá fez uma postagem em seu perfil na rede social Instagram (Figura 22) para se parabenizar pelo evento e agradecer Piracicaba, os patrocinadores e parceiros do evento. A publicação segue com uma lista dos patrocinadores e parceiros, algo comum na rede, para agradecer através da divulgação de seus perfis. Apesar de ter um perfil na rede, o Parque Tecnológico não apareceu na lista de agradecimentos, nem os poderes públicos municipal e estadual, que viabilizaram tudo aquilo. Na verdade, nenhuma instituição, órgão ou empreendimento público é mencionado.



Figura 22 - Publicação do Reserva Jequitibá sobre o evento “Beach One Experience”.  
Fonte: Instagram<sup>53</sup>

O maior beneficiado da confusão entre Reserva Jequitibá e Parque Tecnológico é o maior beneficiado da existência tanto do Reserva Jequitibá quanto do Parque Tecnológico: a Cosan.

<sup>53</sup> INSTAGRAM. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/CdoIeMQuE6q/>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

O Parque Tecnológico de Piracicaba é voltado ao agronegócio, em especial ao setor sucroenergético. Tanto que sua administração é feita pela APLA, um cluster pensado e contruído pela iniciativa privada e pelo poder público municipal para juntar as empresas ligadas às diferentes etapas produtivas do setor sucroenergético da região, fortalecendo-as competitivamente.

Edgar, o atual prefeito de Piracicaba, foi fundador e presidente da APLA entre 2005 e 2007, mesmo tempo em que foi Secretário de Indústria e Comércio de Piracicaba. Naquela entrevista ao “Quem é você?”, Edgar disse que o APLA foi “desenvolvido aqui pra divulgar as empresas do setor sucroalcooleiro, da cadeia de produção do setor sucroalcooleiro de Piracicaba, de tal forma que eles pudessem se divulgar lá fora [...] e com isso a gente ajudou muitas empresas de Piracicaba a exportar” (PIRACICABA, 2016 b).

A principal matéria prima do setor sucroenergético no Brasil é a cana de açúcar (MILANEZ; SOUZA; MANCUSO, 2017). A Raízen, joint-venture da Cosan com a Shell, é a maior fabricante de etanol de cana de açúcar do Brasil (COSAN, 2022) e uma das maiores do mundo. Ela é a empresa mais poderosa dentro da APLA e, conseqüentemente, do Parque Tecnológico de Piracicaba.

Na prestação de contas do Parque Tecnológico em 2018, consta que uma das ações executadas pelo Parque foi o “2º Simpósio sobre Defensivos Agrícolas. Os desafios do setor fitossanitário e a possibilidade de atualização da legislação vigente foram alguns dos temas discutidos”. Defensivo agrícola é o nome que o agronegócio dá aos agrotóxicos. O simpósio foi organizado pelo PECEGE. As outras ações também foram majoritariamente relacionadas ao agronegócio (PIRACICABA, 2018 b)<sup>54</sup>.

Em seu sítio eletrônico, o Parque Tecnológico de Piracicaba diz que “posiciona Piracicaba e a região como polo de inovações tecnológicas do agronegócio, em especial do setor sucroenergético”. E completa dizendo que “desde 2016, Piracicaba é conhecida como o Vale do Silício do agronegócio brasileiro — *Agtech Valley* (Vale do Piracicaba)” (PIRACICABA, 2022a).

O *Agtech Valley* é um conceito criado por professores da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, ESALQ (universidade da qual fazemos parte), um campus da USP (uma universidade pública) em Piracicaba. O *Agtech Valley* foi feito para “colocar Piracicaba no mapa do agronegócio mundial”, criando uma “identidade cultural” para a cidade. “Quando se

---

<sup>54</sup> Na mesma prestação de contas, é mencionado que no ano foram abertas “barbearia, salão de beleza e academia de ginástica”, “isto devido ao aumento significativo de pessoas trabalhando no PTP”, sem explicar se o Parque investiu algo nessas instalações.

pensar em inovação tecnológica no agronegócio, temos que ser uma referência, o primeiro local que vem à cabeça”, disse um dos idealizadores do conceito (THIAGO PERES, 2016).

O conceito foi lançado oficialmente em um evento na Associação Comercial e Industrial de Piracicaba, ACIPI, entidade histórica de organização da burguesia urbana e rural de Piracicaba. O Agtech Valley, Vale do Piracicaba, é uma alusão ao Vale do Silício, conceito gringo que denomina uma região nos Estados Unidos da América onde estão reunidas multinacionais da tecnologia.

No lançamento do Vale do Silício piracicabano estavam “várias autoridades da cidade”, como o prefeito. Aquele idealizador do conceito disse que “O Vale não tem dono, não é uma iniciativa apenas empresarial, ele pertence à sociedade, queremos que haja envolvimento do cidadão comum nessa campanha, para criar esta identidade, de que somos o Vale do Silício do Agronegócio”. Já o prefeito da cidade disse que o conceito é “um novo tom” para as políticas públicas municipais e que “tenho certeza que conseguiremos transformar essa marca em um caminho de crescimento para a cidade, precisamos agregar cada vez mais pessoas neste projeto, desenvolver um plano de desenvolvimento assentado no Vale e fazer o que for necessário para Piracicaba” (THIAGO PERES, 2016).

O Agtech Valley foi lançado na ACIPI, não na sede da APLA ou no próprio Parque Tecnológico, porque ela é a principal entidade representativa da burguesia piracicabana. Ela compõe o APLA, junto com a prefeitura, assim como compõe a prefeitura. Essa promiscuidade entre o poder público piracicabano e a ACIPI foi apontada por Otero (2016), ao mostrar como os quadros formados na ACIPI, que ocupavam cargos em sua direção, ocuparam também cargos importantes na administração pública, como de Secretário de Indústria e Comércio, presidente do IPPLAP e Secretário de Governo.

Essa confusão entre público e privado se relaciona concretamente na atuação do poder público pelo interesse privado. Quando negociava a vinda da Hyundai para Piracicaba, Edgar era também presidente do APLA, um grupo cujo membro mais poderoso é a Cosan e que tem em seus quadros administrativos representantes da ACIPI e da Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – Coplacana.

Apesar disso tudo, Paula, a jornalista, argumenta que o Reserva Jequitibá também tem seu lado positivo. Na argumentação, ela faz novamente a confusão entre Reserva e Parque Tecnológico.

*Talvez o projeto Reserva Jequitibá foi pra beneficiar uma elite, mas indiretamente tem 1500 pessoas trabalhando naquele prédio da Raízen, não é pouca coisa [...] então você não pode negligenciar algo como isso, porque ele não dá emprego só pra quem mora ali, dá emprego pro Santa Rosa, pro Areão, pra qualquer lugar da cidade, então tem tudo isso.*

A história de Celso, irmão de Rubens Ometto, de quem falamos no começo dessa Análise, terminou no Parque Tecnológico. Celso era um dos donos da Cosan, mas foi afastado da direção da empresa após uma briga judicial com Rubens.

Aos 14 de setembro de 2021, pouco depois de decolar do aeroporto de Piracicaba rumo ao Pará, o jatinho que levava Celso e sua família caiu e explodiu ao lado de um outdoor do Agtech Valley, na frente do novo prédio do Pecege, atrás do Alphaville<sup>55</sup>.



Figura 23 - Notícia sobre a queda do jatinho de Celso. No canto direito da foto, vemos o outdoor azul do Agtech Valley.

Fonte: Novo Momento<sup>56</sup>

Possivelmente estavam indo para a Fazenda Tarumã, no Pará, de propriedade da família. Como contamos ao relatar sobre as 28 pessoas escravizadas libertadas da fazenda onze anos antes, ela tinha uma pista de pouso para aviões de pequeno porte.

<sup>55</sup> G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2021/09/14/quem-sao-os-7-mortos-no-acidente-de-aviao-em-piracicaba.ghtml>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

<sup>56</sup> NOVO MOMENTO. Disponível em: <<https://novomomento.com.br/corpo-de-bombeiros-confirma-7-mortos-em-queda-de-aviao-em-piracicaba/>>. Acesso em: 15 maio 2023.

#### 4.2.3 A Fatec e o Instituto Federal



Figura 24 - Em destaque, no canto inferior, a Fatec e o Instituto Federal de São Paulo.  
Fonte: Imagem de satélite do Google Earth adaptada por Thiago Furlan

Pergunto para Regina, pedagoga no Instituto Federal em Piracicaba, se algum aluno do Instituto mora no Reserva Jequitibá.

Regina responde que só sabia de um, cujo pai *“foi demitido de um emprego de muitos anos, acho que recebeu Fundo de Garantia e investiu na casa”*. A casa era no condomínio Villa D’Áquila. Ela diz que o pai do aluno era desempregado e trabalhava como uber. Segundo minhas pesquisas e conversas com corretores, o Villa D’Áquila é o condomínio com o lote mais barato no Reserva.

Regina diz que o Instituto Federal tem 50% das vagas reservadas para alunos de escolas públicas, *“e não são alunos de escola pública que moram ali na Reserva Jequitibá”*. Diz que o perfil de renda per capita das famílias dos alunos do Instituto *“não passa de três, quatro salários mínimos [...] o Instituto Federal ele foi criado pra isso né, ele foi criado pra poder atender essa faixa da nossa sociedade”*, deixando implícito que, apesar da exceção do aluno do Villa D’áquila, não tinham mais alunos que moravam no Reserva por uma questão de renda.

*Nós não temos nenhum relacionamento com aquele entorno [...] nós estamos ali, mas não estamos inseridos naquele contexto ali, sabe [...] não temos nenhum contato com os moradores dos condomínios, os eventos que nós fazemos no campus, que tem muitos eventos de extensão, que é pra comunidade externa [...] nunca teve um aluno [...] que morasse ali na Reserva Jequitibá, mesmo nos de extensão, que são de curta duração.*

Pergunto se tem alunos que moram no Santa Rosa e ela responde que sim, “muitos”.

Os jovens do Reserva não frequentam o Instituto Federal e a Fatec por uma questão de classe. Por isso, parte importante do empreendimento Reserva Jequitibá foi trazer para o Parque Tecnológico o colégio particular CLQ, um colégio bilíngue dos mais caros de Piracicaba. Nas propagandas do Reserva, é no CLQ que os jovens aparecem estudando. Segundo Regina, o Instituto Federal nasceu para fazer “*inserção social*”, e “*não é pra quem está estudando no CLQ, o Instituto Federal é invisível pra quem passa por ali e vai pro CLQ*”.

*Nunca vai passar na cabeça daqueles pais, ou daqueles alunos (do CLQ), que eles vão estudar no Instituto Federal. O deles assim, fora do país, USP, UNICAMP, sabe assim. UNESP, acho que não, entendeu, mas é assim, se não é fora do país, se não é pra já preparando pra ir fora do país, é USP e UNICAMP, entendeu. Instituto Federal para eles, eles não sabem nem o que é. Não tá na sintonia deles, entendeu. É interessante isso né Fabio, é invisível né. Fatec então nem pensar, porque a Fatec trabalha com cursos tecnológicos.*

Quando pergunto por que é invisível, ela responde que por não ser a intenção deles estudar com a classe trabalhadora. “*Quem paga três mil reais de mensalidade numa escola, que nem o CLQ, eles tem pretensões muito maiores né*”.

Quando pergunto ao ex-funcionário da Aguassanta D.I. qual é a relação da Reserva com a Fatec e o Instituto Federal, ele responde que é “*ganha-ganha*”, que o uso misto do bairro faz todos ganharem, tanto as empresas e as escolas quanto os condomínios. Diz que o certo é as pessoas terem tudo próximo a elas, não terem que atravessar a cidade para conseguir as coisas. Por isso um bairro misto seria tão bom.

Digo ao ex-funcionário que os alunos da Fatec e do IF, pelo que conversei com a coordenadora de lá, não moram no Reserva. E que para esses alunos essa lógica não funciona, porque eles têm que atravessar a cidade toda para ir estudar, todo dia.

Ele responde que a prefeitura fez um ótimo trabalho lá, que era a área que tinha para fazer as escolas, e que doaram áreas institucionais municipais para empreendimentos estaduais e federais. Diz que muitos alunos são do Santa Rosa, “*um grande bairro próximo*”.



Pergunto se as duas escolas valorizam o Reserva, ele responde que sim, pois são instituições de ensino de peso. Pergunto se valoriza apesar de nenhuma família dos condomínios estudarem nelas, ele volta a falar que o Santa Rosa estuda nelas, e que não sabe a faixa de renda das pessoas dos condomínios, que algumas podem querer estudar lá (dando a entender que rico não estudaria, só pobre).

Regina diz que um dos problemas com os alunos no Instituto Federal é a dificuldade de transporte, pois o Instituto fica longe da cidade e longe do Santa Rosa, que o transporte público para lá é muito precário. Segundo ela, as linhas de ônibus do Reserva atendem *“basicamente as empregadas domésticas [...] jardineiros, as diaristas, cozinheiras ali dos condomínios de luxo. Então as linhas de ônibus ali são muito precárias”*. Ela não explica se acha que são precárias por ter menor fluxo de pessoas, ou se por essas pessoas serem da classe trabalhadora. Conta que o déficit de transporte público ali é *“porque todo mundo ali tem carro próprio né, são condomínios de luxo”*.

Apesar das propagandas do Reserva falarem da Fatec e do Instituto Federal como instituições de ensino de peso que ficam dentro do Reserva Jequitibá, uma boa ilustração da relação entre empreendimento privado de luxo e escolas públicas é o cuidado com os jardins.

O Reserva Jequitibá tem uma equipe de jardinagem e paisagismo que cuida de todo empreendimento. “Da entrada do bairro até o CLQ”, diz um dos trabalhadores da equipe naquele vídeo institucional do empreendimento. “Pra sempre estar mantendo nosso bairro e o jardim em ordem, para que seja sempre um bairro diferenciado”. Na seca, eles usam um carro pipa para regar as gramas.

Apesar de cuidar da jardinagem desde o início da avenida de entrada do empreendimento até os redores do CLQ, segundo a pedagoga eles não regam o pequeno jardim que fica na entrada da Fatec e do Instituto Federal.

#### 4.2.4 Os condomínios fechados do Reserva Jequitibá



Figura 25 - Em destaque, os condomínios fechados do Reserva Jequitibá, no Bairro Santa Rosa. Em cima, à direita, o Villa Bela Vista; à esquerda, o Villa D'Áquila; em baixo, o Alphaville.  
Fonte: Imagem de satélite do Google Earth adaptada por Thiago Furlan

A figura acima mostra o real tamanho do Reserva Jequitibá. Excluindo os empreendimentos que sua propaganda apropriou indevidamente e os terrenos de especulação, sobram os três condomínios fechados separados entre si por muros e por certa distância, o que dificilmente conseguiria passar a ideia de um bairro planejado de uso misto, ou mesmo de empreendimentos interligados, conceito admirado pela jornalista Paula.

Ao final do ano de 2021, visitei o showroom do Reserva Jequitibá, um espaço de venda dos lotes dos condomínios fechados. O showroom fica no Garden Mall Reserva Jequitibá, no Parque Tecnológico.

Cansado do tratamento que recebia como pesquisador, entrei no showroom me apresentando como um possível comprador. Uma vendedora logo me mostrou o novo condomínio fechado do Reserva, o Authoria. Ela tentava ser simpática, mas estava visivelmente desconfiada de meu poder de compra.

Demonstrei interesse no Authoria e desenrolei a conversa. Ela contou que o condomínio não tinha começado a ser construído porque faltavam algumas burocracias na prefeitura, mas que logo seriam resolvidas. Me mostrou fotos e panfletos. Eu perguntei, inocente, se tudo no Reserva eram terras da Cosan. Ela respondeu que sim, menos uma área que era do prefeito

(penso que ela quis dizer da prefeitura). Eu disse que gostei do Authoria, mas que estava mais interessado nos condomínios que já existiam e pergunto se ainda têm lotes disponíveis neles. Ela trabalhava para a construtora Pagano, responsável somente pelo Authoria, mas chamou o gerente para me ajudar.

O gerente, Paulo (nome fictício), trabalhava para a Aguassanta D. I. Era um cara simpático e amigável, e um bom vendedor.

Paulo me levou de carro conhecer o Villa Bella Vista, que ainda tinha alguns lotes disponíveis. Na entrada do condomínio, o gerente encarou uma câmera, ela reconheceu seu rosto e fez abrir o portão. Meses antes, quando eu era apenas um pesquisador, o portão não abriu. Paulo me levou no clube do condomínio e no caminho conversamos futilidades. Ele mostrou o salão de jogos, o salão de festa, a piscina. Estávamos em uma das bordas do condomínio.

Depois da piscina fica a cerca, o limite do Villa Bella Vista. E ali eu vi pela primeira vez o tanque que Lucas tanto me falou. A Lagoa do Santa Rosa. Ela ficava depois da cerca, descendo um terreno grande e nu, como uma cuia meio cheia, meio vazia. Ao redor da Lagoa, uma mata ciliar fina como papel. Ao redor da mata, terra nua e revirada. Ela ficava e ainda fica no meio dos três condomínios. Com seus arredores desmatados, o solo exposto e o terreno íngreme, as chuvas deviam levar muita terra para sedimentar na Lagoa.

O gerente percebeu minha atenção pra lá da cerca e disse que aquelas são as terras do prefeito. Que o prefeito está pensando em plantar soja ou fazer uma criação de equinos ali. E finalmente entendo que as terras são da pessoa prefeito e não da prefeitura. E que o senhor prefeito, como proprietário delas, fechou a entrada da lagoa com um portão e impediu os moradores do Santa Rosa de visitarem sua lagoa.

Pergunto por que a Cosan não compra essas terras, afinal todo o resto é seu. Paulo responde que o prefeito não é bobo, que ele sabe que elas vão valorizar muito mais.

Continuo a visita e a conversa com Paulo. Ele me conta, entre tanta coisa, que boa parte dos lotes do Bella Vista e do Villa D'Áquila já foram vendidos, talvez do Villa D'Áquila todos. Os do Alphaville, vale lembrar, foram todos vendidos em 3 horas e 13 minutos. O gerente me pergunta se quero comprar para morar ou para valorizar. Diz que qualquer um é uma ótima escolha, que tudo ali vai valorizar muito mais. Que um amigo comprou um lote no Villa D'Áquila para valorizar, pagou 150 mil e nove anos depois vendeu por 250 mil. Que a Aguassanta já tem planejado, desde o começo, todo o “*bairro*”. Que ainda vai ter um supermercado, um posto de gasolina modelo da Raízen, uma clínica odontológica e mais condomínios. Que só estão esperando a “*demand*a” para fazer.

Nos despedimos e dias depois ele e a vendedora me mandaram mensagens, com propostas de venda de lotes, mas nunca respondi.

Como disse Geraldo, “*naquela região era pra fazer um hotel, um centro de convenções, tinha um plano diretor ali. Daí veio a crise de 14, 15, 16*”.

A crise não impediu as construções por faltar dinheiro à empreendedora, mas por a empreendedora não achar que seria um bom momento para empreender. Por ela considerar que novos produtos trariam pouco lucro, poucos compradores, por causa da crise. A Cosan, através da Aguassanta D. I., deixa os imóveis vazios especulando o melhor momento para construir o próximo produto imobiliário do Reserva Jequitibá. Talvez quando a crise passar, talvez quando vier mais uma multinacional para a região — como aquela que a funcionária da prefeitura me falou.

Apesar de diversas tentativas e de diversas maneiras, não consegui entrevistar um morador do Reserva. Não consegui sequer contato com algum. O principal método que usei nas outras entrevistas, da “bola de neve”, encontrando as pessoas que quero através de redes de contatos, falhou lá dentro. Pois ninguém que conhecemos (e conhecemos bastante gente em Piracicaba) conhece alguém que mora lá. Nem meus amigos do Santa Rosa. Nem Lucas.

A separação do empreendimento não é apenas com o bairro, mas com a cidade. Vivem em um mundo murado e separado do nosso, segregado. Segregação de classe, pois boa parte dos meus amigos piracicabanos são de escolas públicas, como eu. O CLQ, colégio particular que fica “dentro” do Reserva, vale lembrar, é um dos mais caros de Piracicaba.

Ao que parece, existe uma segregação até dentro do Reserva. Enquanto os mais ricos moram no Alphaville, os não tão ricos moram no Villa D’Áquila e no Villa Bela Vista. Durante a visita, Paulo me disse que os funcionários da Raízen moram no Villa Bella Vista e no Villa D’Áquila, “*condomínios de alto padrão*”, enquanto os diretores da Raízen moram no Alphaville, “*condomínio de altíssimo padrão*”.

O comentário de Paulo me fez lembrar de minha entrevista com Francisco, arquiteto que já foi vice-prefeito e presidente do IPPLAP. Ele me explicava que quando a Hyundai estava vindo, tinha um planejamento para fazer um loteamento “*logo acima*” dela, para os funcionários da Hyundai. Segundo ele, “*parte [...] para os comandantes, os diretores da Hyundai, e uma grande parte do loteamento para os funcionários da Hyundai, e uma outra parte para os operários da Hyundai*”. Ele disse que não sabe o que aconteceu com esse plano mas que a ideia era “*muito boa, né, você criar lotes maiores para diretores não é, depois para funcionários menos graduados lotes menores*”, mas não falou que tamanho restaria para os dos operários.

Perguntei a Francisco por que os lotes maiores seriam para os diretores e os menores para os funcionários e ele riu. Disse:

*é, aí, aí já é... é... é... porque o funcionário ao comprar o lote, o funcionário comum normalmente ele faz casinha pequena, né, e o lote também é mais barato, e aquele diretor de empresa que queira um lote grande ou comprar dois, pra fazer a sua piscina, também pode né, quer dizer, não era discriminação, era áreas que as pessoas tinham posse para comprar né, que eu entendi.*

Não sei se o projeto que Francisco conheceu foi o que se tornou o Alphaville e os outros condomínios, mas a lógica foi parecida.

Os moradores do Reserva Jequitibá, entretanto, são, provavelmente, de classe média. Os do Alphaville devem o ser igualmente. Relutei, ao longo da pesquisa, em aceitar isso, lutei contra as evidências da realidade, ignorando aqueles alertas de Krishnamurti (1968), Becker (1999), Lefebvre (2008) e Zizek (2014), para não se entender dos dados o que se quer entender. Quem mora no Reserva Jequitibá tem dinheiro, em comparação com a grande maioria da população brasileira eles são pessoas ricas, mas não necessariamente burgueses<sup>57</sup>.

Nos faltou tempo para pesquisar e tentar contextualizar as classes sociais para o Brasil e o mundo de hoje. Como ficam as burguesias com o mercado financeiro? Com quem vive de juros da dívida pública? Mas, ao notarmos o senhor Rubens Ometto, dono da Cosan/Aguassanta, proprietário de usinas e de ações no mercado financeiro, vemos a dimensão do que é a burguesia hoje.

As diferenças entre Reserva Jequitibá e Santa Rosa, entretanto, continuam a existir. Como continua a existir o isolamento de quem vive nos condomínios fechados do Reserva, seu ar de superioridade, o não envolvimento com o resto do bairro. Talvez por aquela característica peculiar da classe média, de se achar mais parecida com a burguesia do que com os trabalhadores e excluídos (SOUZA, 2017). De não perceber que eles também vendem seu trabalho, mesmo que por um valor maior.

Nos condomínios, eles julgam estar entre os iguais, enquanto os diferentes, os trabalhadores e os excluídos, que Souza (2017) chama de “ralé de novos escravos”, são excluídos daquele espaço e mantidos fora por seu forte aparato de vigilância e segurança.

Em um vídeo de propaganda do Reserva Jequitibá, o vice-presidente da Aguassanta diz “Dentro do espírito da Aguassanta, a gente tem uma filosofia de não construir apenas empreendimentos e moradias, e sim construir uma comunidade”<sup>58</sup>. Essa comunidade, como

<sup>57</sup> Não afirmamos quais são suas classes, categoricamente, pois não conseguimos entrevistá-los nem levantar informações suficientes para isso.

<sup>58</sup> RESERVA JEQUITIBÁ. Disponível em: <<https://www.reservajequitiba.com.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

adiantado por Bauman (2003), é comunidade só no nome. Uma farsa. Uma família branca com um labrador feliz passeando pela rua — lembremos da pesquisa de Miguel (2008), que encontrou apenas sete famílias negras vivendo em 2.129 lotes de condomínios fechados em Piracicaba, e de suas conclusões, de que essa exclusão não era só por motivos econômicos, mas também pela não identificação do indivíduo negro com esses espaços. Atrás, escondidos e em silêncio, muros altos, portões ostensivamente vigiados e seguranças armados fazendo rondas. A segurança que essa comunidade promete é impedir a entrada dos intrusos que trariam inseguranças, dos diferentes.

Um “bairro completo e planejado, consolidado como multiuso”<sup>59</sup>, para seus moradores terem tudo ali, sem precisar sair e se misturar com a cidade. Um espaço tão hermeticamente fechado que mesmo presencialmente lá, quando entrei no Alphaville como pesquisador, não pude entrar realmente, pois me proibiram de conversar ou interagir com qualquer pessoa lá dentro. Uma proibição que duvido que fosse feita a um visitante de uma das casas.

Como Sposito e Góes (2013) escrevem, a escolha pelos “ambientes urbanos controlados por sistemas de segurança provoca uma redefinição das relações de seus moradores com o restante da cidade” (p. 97). Além de serem separados concretamente da cidade pelos muros dos condomínios, a fuga da insegurança da cidade, que os leva aos condomínios, é uma fuga da própria cidade, diminuindo as interações entre o mundo de dentro e o mundo de fora.

As poucas interações que ainda ocorrem são determinadas pelos sistemas de controle e vigilância do condomínio: eles determinam quem pode entrar e quem pode sair, e como. Eu consegui entrar no Alphaville depois de mostrar minha identificação de pesquisador da USP, e minha entrada foi condicionada a não poder abordar ou conversar com as pessoas (a não ser que a pessoa me abordasse), além de reterem minha carteira de motorista até que eu saísse. Talvez Lucas, morador do Santa Rosa, por não ter uma identificação socialmente bem conceituada como a da USP, nem consiga entrar.

Para Sposito e Góes (2013), ao restringir e determinar o tipo das interações entre os espaços interno e externo, os condomínios contribuem no “estranhamento” entre eles: os moradores passam menos tempo nos espaços externos, enquanto lá dentro é criado um ambiente de convivência “entre aqueles que são supostamente iguais”, “o que só reforça a possibilidade de reconhecer os outros como estranhos” (p. 98).

---

<sup>59</sup> Descrição que vem logo abaixo de “O Bairro” e antes do vídeo. Ibidem. Disponível em: <<https://www.reservajequitiba.com.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Fechados em sua cidade paralela, talvez não estejam apenas isolados dos diferentes, mas se isolem por medo dos diferentes, como disse Bauman (2003). Medo de pessoas “com suas próprias agendas”, que vivem “suas vidas do modo como querem” (p. 52).

Se a cidade é a comunhão dos diferentes, o condomínio fechado é a negação da cidade.

A periferação do Reserva Jequitibá fez sentido economicamente, pois as terras no Santa Rosa eram muito mais baratas que as terras no centro da cidade. Segundo Otero (2016), a centralidade não é mais um fator importante na escolha das localidades pela elite, ao contrário do século passado — e aqui a classe média rica do Alphaville é parte da elite piracicabana (mesmo que talvez não sejam da burguesia), pois estão entre as pessoas mais ricas de uma cidade profundamente desigual, à semelhança do Brasil<sup>60</sup>. Agora, é mais importante que o local esteja servido por uma boa malha viária para os automóveis individuais dos moradores, principalmente o carro. Para Villaça (2015), o tempo de deslocamento é a principal vantagem e desvantagem da localização no território urbano.

Isso encontra ressonância no Reserva Jequitibá. Uma das obras que valorizou o empreendimento e é frequentemente citado em suas propagandas é o anel viário, que conecta duas rodovias próximas a ele, a Rodovia Deputado Laércio Côrte e a Rodovia Ernesto Paterniani. A qualidade da avenida que dá acesso ao empreendimento também é reconhecida por todos que entrevistei para essa pesquisa.

Enquanto a boa mobilidade dos automóveis individuais é um fator importante de valorização do Reserva, talvez a mobilidade ruim por automóveis coletivos e públicos também seja um fator de valorização do empreendimento.

A precariedade das linhas de ônibus e a distância do resto do bairro e da cidade, que dificultam as vidas dos estudantes da Fatec e do Instituto Federal, contribuem para o isolamento do empreendimento em seu “bairro de uso misto”. Fazem ali um simulacro de cidade, sem as inseguranças, os problemas, a diversidade de vidas e pessoas de uma cidade. Pois essas pessoas nem conseguem chegar ali.

Quando perguntei para Paula, a jornalista, o que ela achava do Reserva Jequitibá, ela respondeu que “*pessoalmente falando, é um local elitizado, é a visão que eu tenho, mas que não é vedado o acesso, entendeu, é que ele por si só já tem um acesso, já restringe um pouco,*

---

<sup>60</sup> Tentamos articular e separar, aqui, os termos “elite” e “burguesia”, para dar conta de uma bibliografia que com frequência se refere à parcela da população que constitui o Alphaville, por exemplo, como elite, e da realidade, que mostra eles como não sendo burguesia. Em cidades médias como Piracicaba, podemos contar nos dedos quantos burgueses existem, mas existe um grupo pouco maior que também se destaca, de pessoas ricas que não são burguesas, pois não detêm os meios de produção — seguindo a definição marxiana de burguesia — mas que ocupam historicamente lugares específicos na cidade e na sociedade.

*a localização dele, já tem um acesso mais restritivo, (fica) mais longe, aí tem aquela rotatória, e você vai, vai, vai”.*

Regina, que trabalha no Reserva Jequitibá, diz que demoraria quase uma hora para chegar lá de ônibus. Mas de carro demora menos de 10 minutos.

#### 4.2.5 Parque Jequitibá



Figura 26 - Em destaque, no canto inferior, o Parque Jequitibá.

Fonte: Imagem de satélite do Google Earth adaptada por Thiago Furlan

Geraldo explica que “*no pacote*” da negociação entre prefeitura e Aguassanta, também entrou “*uma área de 94 mil metros quadrados, da prefeitura. Há trinta anos atrás [...] o grupo Silva Gordo doou uma área pra prefeitura ali pra fazer um centro de agronegócio. Feiras agrícolas, essa coisa toda*”. Diz que a área nunca saiu do papel. “*Daí então eu peguei, negocieei com a Aguassanta e o pessoal de fazer ali um parque*”.

Investiguei se esse imóvel seria uma área institucional que os Silva Gordo precisavam entregar para a prefeitura, quando fizeram o loteamento Santa Rosa. Dois ex-funcionários do IPPLAP me disseram sobre a lei federal de parcelamento do solo, de 1979, mas não souberam dizer se havia uma lei municipal antes disso. Também não consegui encontrar. Como as vendas do loteamento Santa Rosa começaram em 1977 e o bairro foi criado em 1978, o imóvel parece realmente ter sido entregue à prefeitura como doação.



O ex-funcionário da Aguassanta D. I. conta que a primeira coisa que eles fizeram após o anúncio do Alphaville foi negociar com a prefeitura para “revitalizar” o imóvel doado pelos Silva Gordo e fazer um “*parque de alto padrão*”. Diz que um parque de alto padrão é o que pode dar o alto padrão ao bairro.

Pelas negociações, a Aguassanta daria o molde de parque à área verde, fazendo o paisagismo, equipamentos de ginástica, brinquedos e uma pista de caminhada. A parceria público-privada entre prefeitura e Aguassanta foi exaltada pela mídia. Uma reportagem no Jornal de Piracicaba em 07 de outubro de 2011 dizia que a empresa “adotou” a área da prefeitura, “revitalizou” e transformou em um parque. A empresa cuidaria do parque nos dois primeiros anos, depois sua manutenção voltaria à responsabilidade da prefeitura (RIBEIRO, 2011).

O Parque Jequitibá foi anunciado um mês antes do próprio Reserva Jequitibá. Como no Parque Tecnológico, a estética do Parque Jequitibá (e provavelmente seu nome) foi dada pela Aguassanta D. I., para harmonizar com o resto do empreendimento e parecer que também faz parte do Reserva Jequitibá. O absurdo da vinculação de uma área pública a um empreendimento privado fica escrachado na placa que nomeia Parque e Reserva, como vemos na Figura 27.



Figura 27 - Na esquerda, placa no acesso principal ao Parque Jequitibá. Na direita, placa em um dos acessos ao Reserva Jequitibá (a placa no outro acesso é idêntica).

Fonte: Fotos do autor, 05 abr. 2023

Segundo Geraldo, o parque “*valorizou aquela área e o Santa Rosa ganhou, o Santa Rosa não tinha uma área de lazer, então ali é a área que pertence também ao Santa Rosa*”.

O Santa Rosa precisava de uma área de lazer em 2011 tanto quanto precisava em 2001, mas apesar daquela área ser da prefeitura há décadas, ficou esquecida ou ignorada no meio do canavial até as negociações para construir um “bairro” no canavial. Por um lado, a Aguassanta toma a iniciativa de transformar a área em parque, mas a área continua sendo pública, com livre acesso a todos do bairro.

Por outro, já sabendo que um parque de alto padrão é o que dá o alto padrão ao bairro, como disse o ex-funcionário, ela ganha esse parque de 94 mil metros quadrados à custa de um parco investimento, transforma uma grande área abandonada que poderia desvalorizar o empreendimento em um parque com o nome e a estética do empreendimento, o que valoriza ele, e dois anos depois entrega sua manutenção nas mãos da prefeitura.

O acesso ao Parque, obviamente, fica dentro do empreendimento, na frente da Fatec e do IFSP. E, apesar de isso talvez trazer os forasteiros do Santa Rosa para o Reserva Jequitibá, sua longa entrada pode cumprir a função de desanimar a visita.

#### 4.2.6 A Lagoa do Santa Rosa



Figura 28 - Em destaque, a Lagoa do Santa Rosa.

Fonte: Imagem de satélite do Google Earth adaptada por Thiago Furlan

E no coração do Reserva Jequitibá, entre os três condomínios fechados, a Lagoa.

Lucas, morador do Santa Rosa, conta que não sabe o que aconteceu com o “tanque” que ele e os amigos gostavam de ir. Que ouviu dizer que “*teve um cara que tomou conta, tem uns que falam que não é mais do bairro [...] ouvi dizer uma vez que a galera ia fazer tipo, ia ter um projeto, tinham um projeto pro tanque que era como se fosse uma área de lazer em volta do lago, e fazer as coisinhas, sei lá, as academiuzinhas, e deixar pra galera curtir*”. Ele enfatiza que só ouviu boatos sobre, mas não sabe o que aconteceu.

As fofocas que Lucas ouviu, apesar de não saber, contam sonhos e realidade. Um clube ao redor da Lagoa, com academiuzinhas, campos de futebol, quiosques, churrasqueiras, gerido pelos próprios moradores do Santa Rosa foi uma promessa antiga feita para eles quando compraram aqueles lotes. Mas um cara tomou conta e cercou a área, ferindo os sonhos que passeavam ali.

Esse cara, segundo aquele gerente de vendas da Aguassanta que me levou passear pelo empreendimento, é Edgar, atual prefeito de Piracicaba. Ele era Secretário de Indústria e Comércio de Piracicaba entre 2005 e final de 2007, sendo um dos responsáveis pela vinda da Hyundai para o município. De 2008 ao final de 2010, trabalhou na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, período em que foi anunciada a construção do Parque Tecnológico em Piracicaba. Ambos empreendimentos que valorizaram a região do Reserva Jequitibá.

Quando perguntei ao ex-funcionário da Aguassanta D. I. se o imóvel ao redor da Lagoa era de Edgar, ele disse para eu conversar com alguém que trabalhava atualmente na Aguassanta, pois não sabia como estava lá hoje. Perguntei se ele sabia se as terras já eram de Edgar quando ele entrou na Aguassanta, ele respondeu que não sabia. Achei estranha sua reação às minhas perguntas, como foi estranho seu comentário ao final da entrevista, que esperava que eu usasse as informações que ele deu da forma correta, para o “*progresso e o bem*” de todos os envolvidos.

Mas isso não vem ao caso. Durante as eleições de 2020, quando concorria à prefeitura de Piracicaba, a relação de Edgar com a Lagoa veio à tona, no que ele classificou como “fake news” de seu adversário. Falavam que Edgar era dono de uma lagoa no Santa Rosa e que faria um campo de golfe ou um empreendimento imobiliário nela.

Segundo o próprio Edgar, em entrevista concedida após ser eleito, ele é proprietário de um “sítio rural no bairro Santa Rosa, que inclui uma represa artificial” desde 2005 (BETO SILVA, 2020).

A Lagoa veio à tona nas eleições não só nas supostas “fake news” da campanha adversária, mas em protestos feitos pelos moradores do Santa Rosa.

Em uma página na rede social Facebook com o nome “Salve a Lagoa do Santa Rosa”<sup>61</sup>, três protestos foram marcados. Os chamados e textos na página alternam entre denunciar os assassinatos de algumas árvores ao redor da Lagoa e pedir que o imóvel volte à propriedade coletiva dos moradores do Santa Rosa.

O primeiro protesto, do dia 14 de novembro de 2020, chamado “Devolvam a Lagoa para os moradores do Bairro Santa Rosa”, era descrito na rede como “Sábado dia 14 de novembro as 9:00 hs vamos fazer uma grande caminhada rumo a Lagoa do Santa Rosa. Vamos nos reunirmos na quadra municipal localizada na Rua Rifaina ao lado do centro comunitário. Contamos com o apoio de todos amigos e os moradores não só do Santa Rosa e sim de Piracicaba SP”<sup>62</sup>.

O segundo protesto, do dia 21 de novembro de 2020, chamado “Devolvam a Lagoa para os moradores do Bairro Santa Rosa”, era descrito com o seguinte:

Carta Aberta  
 A população piracicabana  
 Você sabia que a área da Lagoa do Santa Rosa é remanescente do loteamento original, e que devia ser área de lazer da população?  
 Você sabia que essa área foi adquirida para ser transformada em campo de golfe?  
 Você sabia que para essa obra está sendo desmatada, será que possui todas as licenças ambientais necessárias @Cetesb?  
 Então, nós, moradores do bairro Santa Rosa e defensores do meio ambiente, perguntamos pra você:  
 De que lado você está?  
 Da preservação do meio ambiente ou de um projeto capitalista para ser usado apenas por milionários?  
 Conclamamos toda população Piracicabana para gritar conosco [Edgar], devolva nossa lagoa!"!  
 Acesse nossa página e ajude-nos com essa batalha...  
<https://www.facebook.com/Salve-a-Lagoa-do-Santa-Rosa-105618088026662/>  
 Sem mais  
 Associação dos Moradores do bairro Santa Rosa.<sup>63</sup>

O terceiro protesto, do dia 27 de novembro de 2020, chamado “Salve Nossa Lagoa”, era descrito muito mais sucintamente com “vamos lutar por nosso direito”<sup>64</sup>.

<sup>61</sup> FACEBOOK. Disponível em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100069603071036>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

<sup>62</sup> FACEBOOK. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/669482287262761/?ref=newsfeed>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

<sup>63</sup> FACEBOOK. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/167114508404337/?ref=newsfeed>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

<sup>64</sup> FACEBOOK. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/382922489664831/?ref=newsfeed>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

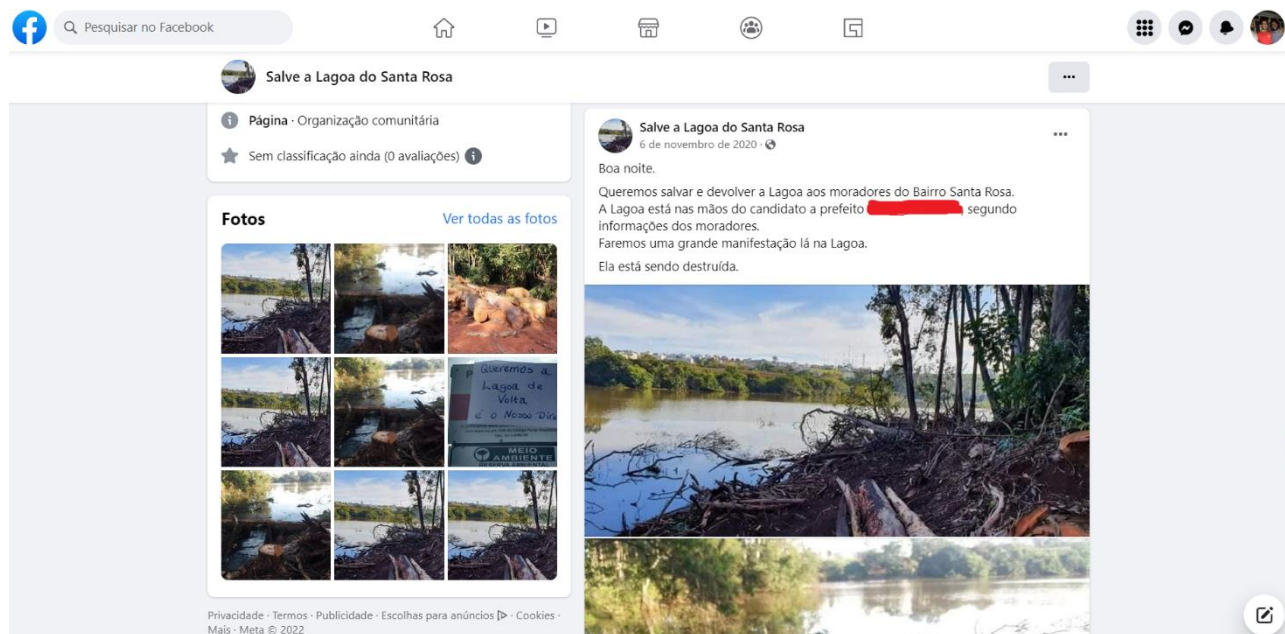


Figura 29 - Publicação na página do grupo "Salve a Lagoa do Santa Rosa" no Facebook, com imagens de árvores cortadas ao redor da lagoa. Nome do candidato a prefeito, que nos referimos nessa dissertação pelo nome fictício Edgar, suprimido pelo autor.  
Fonte: Facebook<sup>65</sup>



Figura 30 - Foto sem direitos autorais, em uma das chamadas para protesto na página Salve a Lagoa do Santa Rosa.  
Fonte: Facebook<sup>66</sup>

<sup>65</sup> FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100069603071036>. Acesso em: 23 nov. 2023.

<sup>66</sup> FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=109850797603391&set=pb.100069603071036.-2207520000>. Acesso em: 08 abr. 2023.

Ainda na página do grupo, fotos mostrando tratores e árvores caídas ao redor da Lagoa são descritas com o texto

Estamos de Luto pela Lagoa do Santa Rosa, se você ama a natureza não vote no [Edgar] II, se vc tem uma árvore na calçada da sua casa vc enfrenta uma burocracia para poder cortar, como o Sr [Edgar] consegue essas licenças ambientais para derrubar inúmeras árvores? Gostaria de ter acesso a essas autorizações. Nossa luta não parou e nem vai parar.

A Figura 31, retirada da mesma página, mostra uma visão semelhante à que tive quando visitei o empreendimento e ouvi pela primeira vez de Paulo, aquele gerente de vendas, que a Lagoa era do prefeito.



Figura 31 - A Lagoa do Santa Rosa. Ao redor, uma fina mata ciliar e a terra nua. Foto sem direitos autorais, postada na página do Facebook “Salve a Lagoa do Santa Rosa”.  
Fonte: Facebook<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> FACEBOOK. Disponível em:  
<<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1825397234284773&set=pcb.1825397544284742>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

Ainda no *Facebook*, a página intitulada “AGORA NEWS PIRACICABA” noticiou o protesto do dia 21 de novembro. É a única notícia que conseguimos encontrar sobre o caso.

Na pequena reportagem, o repórter diz:

Nós estamos aqui direto do bairro Santa Rosa. Estamos aqui com a manifestação da população como vocês podem ver, vários veículos, várias pessoas, em defesa da lagoa, em defesa de algo que é deles, do acesso à água, do acesso a tudo. Tem carro de som, tem pessoas requerendo seu direito. São pessoas que estão indignadas com o egoísmo do poder econômico do senhor [Edgar], e estão gritando pedindo por justiça, gritando pedindo por justiça para o senhor [Edgar] reconhecer, colocar a mão na consciência e abrir mão do que é direito dos moradores, contratual.<sup>68</sup>



Figura 32 - Reportagem sobre o protesto do dia 21 de novembro, na página do Facebook “AGORA NEWS PIRACICABA”. Nome do candidato a prefeito, que nos referimos nessa dissertação pelo nome fictício Edgar, suprimido pelo autor.

Fonte: Facebook<sup>69</sup>

A briga entre Edgar e os moradores do Santa Rosa também foi feita judicialmente. No sítio eletrônico da empresa Jusbrasil é possível encontrar ao menos dois documentos sobre os ocorridos<sup>70</sup>.

O primeiro é um acórdão, de registro 2018.0000482018, proferido pela 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo e datada de 26 de junho de 2018, sobre a apelação de número 0007847-10.2013.8.26.0451, em que é apelante a Associação dos

<sup>68</sup> FACEBOOK. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=381759369706073>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

<sup>69</sup> FACEBOOK. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=381759369706073>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>70</sup> JUSBRASIL. Disponíveis, respectivamente, em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-sp/595133053/inteiro-teor-595133072>>; e <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-sp/504995293/inteiro-teor-504995311>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

Moradores do Bairro Santa Rita, apelado o senhor Edgar e interessados a Prefeitura Municipal de Piracicaba e a Imobiliária Monte Alegre Ltda. A Associação apelante é do bairro Santa Rita pois a Lagoa também estava prometida aos moradores dos loteamentos Santa Rita e Terras do Engenho, atual Nova Piracicaba. Todos os loteamentos foram comercializados, quando foram feitos, pela Imobiliária Monte Alegre, dos Silva Gordo, donos também das fazendas que se tornaram os loteamentos.

A apelação é contra uma sentença que desbloqueou o imóvel de Edgar para “transmissões de qualquer título”. Segundo a defesa de Edgar, no mesmo processo em que foi feito o bloqueio dessas transmissões, também houve acordo entre as partes envolvidas, motivo pelo qual esse bloqueio deveria perder a validade. Obviamente a Associação dos Moradores do Bairro Santa Rita discordou do entendimento do senhor Edgar e apelou contra a sentença ganha por ele, mas o relator dessa apelação e seus colegas negaram provimento ao recurso, o que quer dizer que negaram o pedido da Associação, mantendo o imóvel de Edgar desbloqueado.

Ao que parece, a transmissão que a Associação queria bloquear era a de compra do imóvel pelo senhor Edgar, entendendo que ele não poderia comprar um imóvel que tinha vínculos com os moradores do bairro. Mas o motivo pelo qual a Associação que move tais processos ser dos moradores do bairro Santa Rita e não dos moradores do bairro Santa Rosa ainda me é um mistério.

O segundo documento também é um acórdão, de registro 2017.0000741442, proferido pela 5ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo e datada de 27 de setembro de 2017, sobre a apelação de número 1000829-96.2005.8.26.0451, em que é apelante e apelado o senhor Edgar, apelante e apelado a Associação dos Moradores do Bairro Santa Rita — aqui consta que ela era antes nomeada Sociedade Amigos do Jardim Santa Rita — e interessada a Imobiliária Monte Alegre Ltda.

O processo foi movido pela Associação para anular a compra e venda do imóvel da Lagoa para o senhor Edgar. O relatório disponível é relativamente extenso e em algumas partes forçosamente difícil de compreender, como em citações em latim e encadeamentos de termos jurídicos, mas com uma leitura atenta e auxílio de um dicionário compreendemos o necessário dele.

Resumimos a seguir o relatório do senhor J. L. Mônico da Silva — relator do processo, desembargador e presidente daquela 5ª Câmara — cujo voto foi acompanhado pelos desembargadores James Siano e Moreira Viegas. Para facilitar a compreensão dessa história, usaremos também de informações que constam na matrícula atualizada do imóvel 75.807, que



adquirimos comprando uma cópia autenticada dela no Primeiro Registro de Imóveis e Anexos de Piracicaba-SP, no dia 05 de outubro de 2022<sup>71</sup>.

Aos 20 de junho de 2005, como consta na matrícula atualizada (PIRACICABA (SP), 2005), a Imobiliária Monte Alegre conseguiu, em sentença judicial proferida pelo magistrado doutor Joel Valente, Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba, a liberação dos vínculos assumidos por ela naquele imóvel. Tal vínculo era com os compradores de lotes dos loteamentos Santa Rosa, Santa Rosa Ipês, Santa Rita e Terras do Engenho, em que ela se comprometia a construir o Santa Rosa Country Clube no referido imóvel, de matrícula 75.807, assim que todos os lotes tivessem sido vendidos e quitados ou, se assim a imobiliária o desejasse, antes disso. Aos compradores, era “facultado” que se associassem ao clube.

Com a liberação do vínculo conquistada na justiça, a imobiliária poderia fazer o que bem entendesse com o imóvel, o que ela fez menos de dois meses depois, aos 18 de agosto de 2005, vendendo o imóvel ao senhor Edgar pela bagatela de R\$ 85.364,01. Estranhamente, o negócio foi lavrado no 3º Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos do Município e Comarca de Ribeirão Bonito (SP).

Apenas quinze dias após a venda, como também consta na matrícula atualizada (PIRACICABA (SP), 2005), o Juiz de Direito senhor doutor Eduardo Velho Neto, da 1ª Vara Cível da comarca de Piracicaba, determinou pelo bloqueio da transmissão de qualquer título do imóvel, respondendo ao Procedimento Ordinário de número 2003.000317.000.0, requerido pela Sociedade Amigos do Jardim Santa Rita.

No dia 23 de maio de 2006, quase seis meses após a venda do imóvel ao senhor Edgar, foi incorporado à matrícula atualizada dele que, ao comprá-lo, o senhor Edgar se comprometia “em caráter irrevogável e irretratável a responder perante os compromissários compradores ou seus sucessores, dos lotes adquiridos nos loteamentos “Santa Rosa”, “Santa Rosa Ipês”, “Santa Rita” e “Terras do Engenho” [...] referente a eventual hipótese de ser pleiteada a constituição do “Santa Rosa Country Clube”” (PIRACICABA (SP), 2005, p. 5).

Bom, a partir daqui podemos resumir. Um juiz, ao final de 2006, anulou as escrituras do cartório de Ribeirão Bonito, anulando portanto a compra e venda do imóvel. Cinco anos depois, aos três de fevereiro de 2011, um acórdão proferido pela 6ª Vara Cível anulou a anulação, restaurando portanto o imóvel à propriedade de Edgar (PIRACICABA (SP), 2005). E, depois de 9 anos tramitando, aquela apelação (o segundo documento de nossa análise) foi finalmente apreciada, julgada e sentenciada.

---

<sup>71</sup> Para ler sobre a jornada em busca dessa matrícula, leiam a parte 3.4, Pesquisa Investigativa e Documental, no capítulo 3, Metodologia.

Foi do entendimento do relator e da 5ª Câmara de Direito Privado que a Imobiliária Monte Alegre não poderia ter desvinculado o imóvel das promessas àqueles compradores. Apesar disso, o vínculo não impedia sua alienação, portanto ela poderia ter vendido o imóvel para Edgar e ele poderia tê-lo comprado, como o fizeram. Ao fazê-lo, porém, ele se comprometeu a assumir as obrigações daquele vínculo com os compradores dos loteamentos, o que mostrava que Edgar já sabia dos vínculos do imóvel quando fez a compra, vínculos referentes à constituição do Santa Rosa Country Clube. Por fim, a imobiliária e Edgar foram obrigados a pagar R\$ 10.000,00 em remuneração aos advogados da Associação dos Moradores do Bairro Santa Rita.

Portanto, após anos de impasse judicial, o imóvel da Lagoa do Santa Rosa foi desbloqueado e reconhecido como propriedade de Edgar. Entretanto, Edgar herdou as obrigações contratuais para com os compradores daqueles quatro loteamentos “constantes daqueles respectivos instrumentos, referente a eventual hipótese de ser pleiteada a constituição do “Santa Rosa Country Clube” ” (PIRACICABA (SP), 2005, p. 5).

Aquelas notícias que apreciamos antes desse lero-lero judicial mostram que a relação entre parte desses compradores e Edgar não ficou tão amigável quanto as palavras inscritas na sentença da 5ª Câmara de Direito Privado de São Paulo e na matrícula atualizada do imóvel fariam crer. E também não parece que o Santa Rosa Country Clube está mais próximo de ser construído do que estava décadas atrás.

Para entender melhor isso tudo, conversei por telefone com um morador do Santa Rosa, um camarada simpático que trabalha na Fatec no Reserva Jequitibá e é ativo nos protestos e organizações do bairro.

Ele me contou que a Lagoa existe há pelo menos 100 anos. Que seu avô trabalhava na Fazenda São José, nome do local onde a Lagoa ficava antes dos loteamentos (contrariando alguns registros que dizem que a Lagoa era parte da Fazenda Santa Rosa), e que a família cresceu passeando e nadando nela. Disse que na época a área pertencia à Usina Costa Pinto, atual Cosan, e com o tempo foi vendida para a Usina Monte Alegre, cuja Imobiliária Monte Alegre seria da mesma família (como vimos no começo dessa Análise, os Silva Gordo).

O camarada tem 31 anos de idade. Disse que desde criança ele frequenta a Lagoa, que muita gente do bairro e da cidade frequentava ela, que era um local importante para a cidade. Antes de sua época, tinha até campo de futebol. E eram os próprios moradores do bairro que cuidavam de tudo.

Ele me contou que o sonho deles não era construir um clube no lugar, mas transformar em uma área de conservação ambiental, aberta para qualquer um frequentar.

Contou que no começo dos anos 2000 foi fundada a Associação Amigos da Lagoa do Bairro Santa Rosa, para lutar pela preservação ambiental no lugar. Na época, uma agropecuária desmatou parte da mata ciliar da lagoa para plantar cana. Ele me mostrou uma antiga matéria de jornal sobre o caso (Anexo C), que deixava confuso o ocorrido: a agropecuária, após ser intimada pela Promotoria do Meio Ambiente a reflorestar uma faixa de 50 metros ao redor da lagoa, disse que não poderia pois a área não era sua, estava arrendada. Na matéria, diz que em abril de 2005 descobriram que a área pertencia a Edgar, na época Secretário Municipal de Indústria e Comércio. Essa parte é confusa, pois segundo a matrícula atualizada do imóvel, ele só foi comprado por Edgar em agosto daquele ano, o que pode ter sido um descuido investigativo do jornal.

Nosso camarada morador e militante do bairro me diz que eles só souberam da venda do imóvel para Edgar meses depois, quando a área foi cercada e começaram a cortar as árvores da mata ciliar. Provavelmente foi aí que a Sociedade Amigos do Jardim Santa Rita entrou com ação na justiça para bloquear a compra e venda do imóvel, o que consta na matrícula que foi feito quinze dias após a venda. É difícil de acreditar que em apenas quinze dias Edgar tenha cercado a área, cortado as árvores, os moradores tenham percebido isso, entrado na justiça e um juiz bloqueado a compra. O que pode indicar que Edgar ou a imobiliária já tivessem cercado a área antes de selar a compra e venda no cartório.

Em 2011, Edgar foi obrigado por um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a reflorestar uma faixa de trinta metros de mata ciliar ao redor da lagoa. Essa faixa era de 50 metros, mas ele conseguiu a diminuição para trinta, apesar de querer que fosse de quinze metros, provavelmente por causa da aprovação do novo Código Florestal do Brasil entre 2011 e 2012.

Na época, Edgar reflorestou a mata ciliar e voltou a abrir acesso à área. Na época, o imóvel estava bloqueado pela justiça.

Recentemente, entretanto (como mostram as notícias das redes sociais durante a eleição de 2020), Edgar voltou a cercar a área e a cortar as árvores. O camarada me diz que eles denunciaram para a polícia e a justiça, mas que ambos parecem ter feito vista grossa. O advogado de Edgar, segundo ele, era o atual Secretário Municipal da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba. A informação me foi confirmada por outra fonte.

Perguntei também ao camarada morador se ele sabia por que a escritura de venda e compra do imóvel foi lavrada em um Tabelião de Notas e de Protestos em Ribeirão Bonito.

Ele me disse que esse Tabelião pertencia a Ludovico Trevisan, sogro da irmã de Edgar. Ele secunda as informações daquela matéria que me mostrou (Anexo C). Nela, um advogado

envolvido nos processos contra o desmatamento no imóvel e pelo direito dos moradores do Santa Rosa e Santa Rita, diz que o preço pago por Edgar no imóvel, de pouco mais de 85 mil, é “ínfimo”. Segundo ele, o metro quadrado na região valia R\$ 20, o que somaria mais de R\$ 4 milhões no imóvel inteiro.

Por fim, o camarada morador me disse que eles não têm mais esperanças com a Lagoa. Que é desproporcional a briga entre eles e Edgar, que o prefeito tem muito mais dinheiro e poder. Diz que ainda existe a determinação de que Edgar deverá constituir um clube no local, mas que ela não especifica quem vai constituir o clube e como. Que Edgar pode muito bem constituir ele mesmo o clube, cobrar taxas altíssimas de manutenção (o que estaria nos contratos, algo como uma filiação ao clube), continuar restringindo acesso ao povo do bairro e fazer um clube de burguês.

Procurei também os outros envolvidos no processo para me darem suas versões.

O prefeito Edgar, através de sua secretária, não quis conversar.

Os números de telefone da Imobiliária Monte Alegre disponíveis na internet não existem mais. Não encontrei outras formas de contato. Encontrei dois endereços dela na internet. Um deles tem apenas o nome da rua, mas na rua não encontrei nada. O outro tem o nome da rua e o número, mas na rua não encontrei nem o número nem a imobiliária. Tudo me leva a crer que a Imobiliária Monte Alegre não existe mais, ao menos em Piracicaba — parece que existe uma filial dela em São Paulo.

Essa entrevista me chamou a atenção para o valor que Edgar pagou no imóvel, mas só resolvi investigar isso melhor após visitar a Lagoa e perceber como ela era grande.

Essa visita foi no dia cinco de abril de 2023. Como alertado pelas notícias e entrevistas, o imóvel da Lagoa está cercado e tive que contemplar ela e o terreno de longe.

Um dos portões de acesso ao imóvel é novo e bonito, o que dá a impressão de que a cerca e ele vão ficar ali por um bom tempo, como mostra a Figura 33. Subi neles para tirar a foto na figura 34. Uma mulher veio logo averiguar o que eu queria, mas não me deu muitas informações, apenas que Edgar tinha contratado seu pai anos atrás para ser o caseiro do imóvel.



Figura 33 - Portão de metal e cerca de madeira fechando o acesso usado há décadas pelos moradores do Santa Rosa para chegar na Lagoa do Santa Rosa, ao fundo.  
Fonte: Foto do autor, 05 abr. 2023



Figura 34 - Imóvel da Lagoa do Santa Rosa. No canto esquerdo, o condomínio Villa D'Áquila e, ao lado, dentro do imóvel, a casa do caseiro. No canto direito, o condomínio Villa Bela Vista. No centro, a Lagoa do Santa Rosa.

Fonte: Foto do autor, 05 abr. 2023

Edgar pagou pouco mais de 85 mil naquele terreno, em 2005. Isso foi antes da vinda da Hyundai, do Parque Tecnológico e do Reserva Jequitibá mas, na época, segundo o advogado daquela reportagem, já era um valor absurdamente baixo — o terreno deveria valer algo em torno de quatro milhões de reais.

Com os investimentos privados e públicos na região, tudo mudou. Atualmente, o metro quadrado no condomínio Villa Bela Vista, por exemplo, está em torno de R\$ 900, no Villa D'Áquila está entre R\$ 1000 e R\$ 1100, no Alphaville em torno de R\$ 1400<sup>72</sup>. Se o metro quadrado em 2005 valia R\$ 20, valer R\$ 1000 hoje seria uma valorização de 5000%. Para Otero (2017), entretanto, entre 2001 e 2015 essa região valorizou 2500%.

---

<sup>72</sup> Valores médios, segundo pesquisa em sites das imobiliárias Viva Real, Duo Imóveis, Zap Imóveis, Imóvel Web e Morada Negócios Imobiliários. Em minha visita de campo com aquele gerente da Aguassanta, ele me apresentou valores similares para os dois primeiros condomínios.

O imóvel da Lagoa do Santa Rosa fica entre os três condomínios fechados. Ele tem 350.877,2292 m<sup>2</sup>. Se tomarmos o valor de R\$ 1000 para o metro quadrado, o imóvel valeria algo em torno de 350 milhões de reais. Se tomarmos o valor de R\$ 500, seguindo a valorização de Otero (2017) para a região em 2015, ele valeria 175 milhões.

Contando que a Lagoa possui algo em torno de 79.859 m<sup>2</sup> (PIRACICABA (SP), 2005), sua mata ciliar, se cumprida a determinação da justiça de uma faixa de 30 m<sup>2</sup>, teria em torno de 30.000 m<sup>2</sup><sup>73</sup>. Descontando os dois, o imóvel ficaria com 241.018 m<sup>2</sup> para serem loteados. Se tirarmos 35% disso<sup>74</sup>, que seriam destinados para vias e áreas institucionais da prefeitura, ficam 156.662 m<sup>2</sup>. Com aqueles valores do metro quadrado, isso daria algo em torno de 156 milhões de reais (R\$ 1000 o m<sup>2</sup>) ou 78 milhões (R\$ 500 o m<sup>2</sup>).

Esses valores, feitos sem medições e técnicas precisas, nos servem apenas para termos uma estimativa de quanto deve valer o imóvel hoje, afinal não contamos, por exemplo, a valorização que uma lagoa traria ao imóvel, ou se um novo empreendimento valeria tanto quanto os antigos já consolidados. As medições de valorização de Otero (2017), também, são de oito anos atrás, e hoje a região está ainda mais valorizada.

Mas no detalhamento de bens que Edgar fez para o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2020, quando foi candidato vitorioso à prefeitura de Piracicaba, vemos um valor absurdamente menor. Ele declarou que possuía apenas uma “Gleba de Terras em Piracicaba”, que supomos ser a da Lagoa, e que ela valia R\$ 282.435,51<sup>75</sup>.

Já as últimas informações que constam na matrícula atualizada do imóvel da Lagoa do Santa Rosa, em 2019, mostram um número muito mais crível e compatível com nossas medições. Naquele ano, o imóvel foi penhorado por Edgar, seus irmãos e a Lusopar S. A. ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), no valor de R\$ 59.388.599,14 (PIRACICABA (SP), 2005). A Lusopar S. A. é a fundadora e representante do grupo Tavares de Almeida (holding da família de Edgar) no Banco Luso Brasileiro<sup>76</sup>.

Segundo matéria da revista Exame, de 20 de outubro de 2017<sup>77</sup>, o grupo Tavares de Almeida estava endividado em R\$ 400 milhões de reais com a Receita Federal por sonegação de impostos, tinha dívidas com bancos e estava sendo cobrada em mais de R\$ 600 milhões de

---

<sup>73</sup> Para essa conta, usei a régua de medição de área do site Google Maps.

<sup>74</sup> Porcentagem estimada dada para mim pelo urbanista Pedro Portugal Sorrentino, meu irmão.

<sup>75</sup> TSE. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/68756/250000646894/bens>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

<sup>76</sup> BANCO LUSO BRASILEIRO. Disponível em: <<https://bancoluso.com.br/lusopar-s-a/>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

<sup>77</sup> EXAME. Disponível em: <<https://exame.com/revista-exame/um-imperio-ameacado/>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

reais por “credores” em diversas disputas judiciais. Uma dessas dívidas é com o Fundo Garantidor de Créditos. Para viabilizar o Banco Luso Brasileiro, o grupo teria feito um empréstimo de R\$ 35 milhões com o Fundo. “Para tentar receber depois de anos de negociação, o FGC quer agora tomar algumas das garantias dadas pela família, como os 14% de participação que ela ainda detém no banco Luso Brasileiro, dois hectares de terra vizinhos ao haras da família e uma participação na empresa de máquinas agrícolas Motocana”.

Ao que tudo indica, o imóvel da Lagoa está penhorado como garantia de que o grupo Tavares de Almeida vai pagar parte de suas dívidas. Penhorado em quase 60 milhões de reais um imóvel que Edgar comprou por 85 mil reais quinze anos antes.

Enquanto papéis determinam bloqueios e desbloqueios, desvinculações e vinculações, penhora, a Lagoa segue desmatada e os piracicabanos proibidos de visita-la.

Em entrevista ao Jornal de Piracicaba, após ser eleito prefeito de Piracicaba, Edgar desmentiu os boatos de que faria um campo de golfe no imóvel, mas disse que poderia fazer se quisesse, afinal “a área é privada e posso dar a ela a destinação que bem entender, dentro da lei. Hoje tenho uma parceria agrícola que plantou soja no local”<sup>78</sup>.

A entrevista dá a entender que Edgar também não paga o IPTU do imóvel.

### **4.3 Hegemonia e contra-hegemonias**

No capítulo “Santa Rosa” falamos sobre silêncios deixados pelo discurso hegemônico sobre a cidade. Quando técnicos, políticos, a mídia tradicional e alguns dos entrevistados falam que o Reserva Jequitibá é bom porque valorizou a região, eles deixam silenciadas questões ligadas diretamente a essa valorização, como especulação imobiliária e gentrificação.

Neste capítulo falaremos mais sobre as relações entre o Reserva Jequitibá e a hegemonia. Como ele é parte do modelo hegemônico de cidade e se justifica como empreendimento pelas interpretações (concepções de mundo) hegemônicas sobre a cidade.

Por modelo hegemônico de cidade dizemos a cidade que reproduz o bloco histórico — as relações entre as classes, a estrutura e as superestruturas, hegemônicas e mantidas unidas pela classe burguesa e por sua ideologia. É uma cidade com contradições, pois o bloco histórico tem contradições profundas, já que uma classe domina e as outras são dominadas.

---

<sup>78</sup> JORNAL DE PIRACICABA. Disponível em:

<<https://sampi.net.br/piracicaba/noticias/1747497/persona/2020/12/eleitor-diferenciou-quem-discutiu-ideias-de-quem-se-preocupou-com-as-fake-news>>. Acesso em: 30 nov. 2022.



Essas contradições, entretanto, são apagadas pela ideologia hegemônica, que produz interpretações hegemônicas sobre a cidade.

Neste capítulo, vamos procurar contra-hegemonias e potenciais contra-hegemônicos nas entrevistas, nas observações feitas em campo e na literatura.

#### 4.3.1 Mercado de moradias e moradias sem mercado, IPPLAP, Plano Diretor e vida na cidade

Até 2008, apenas 30% dos brasileiros possuíam condições de acessar o mercado formal de moradias. Os outros 70% tinham que procurar um teto no mercado ilegal, em áreas ambientalmente de risco, na rua, em ocupações e loteamentos ilegais, construindo suas próprias moradias, pois o custo da moradia não está incluso nos salários dos trabalhadores brasileiros (MARICATO, 2015) — muito menos no daquelas pessoas que Souza (2017) chama de “ralé de novos escravos”, uma classe ainda mais pobre, excluída e precarizada que a classe trabalhadora no Brasil.

A exclusão do mercado formal é uma questão de desigualdade social. Segundo Otero (2017), enquanto o crescimento populacional de Piracicaba desacelera desde o começo do século XXI, o mercado imobiliário piracicabano explode, produzindo mais de 30 mil lotes entre 2000 e 2015 — seis vezes mais do que foi produzido na década de 1990. Além disso, “no intervalo entre 2001 e 2015, a valorização da terra variou, conforme sua localização, entre 1000% (na região Centro) até aproximadamente 2500% (nos loteamentos fechados da região Norte<sup>79</sup>)” (p. 202). Apesar da produção de novos loteamentos ser muito maior que o déficit habitacional, cresce o número de famílias morando em favelas, o que Otero conclui com:

Como vimos, o persistente déficit habitacional não é fruto de subprodução de espaço urbano, muito pelo contrário. A cidade de Piracicaba, no período recente, foi palco de um boom imobiliário que vem promovendo ampla reestruturação de seu território. O ponto aqui é que essa produção, estreitamente vinculada à lógica do espaço enquanto mercadoria e investimento, mantém aliados da cidade formal amplos segmentos sociais da cidade. A superprodução imobiliária, associada ao vertiginoso aumento dos valores da terra, decorreu num surpreendente paradoxo: quanto mais se produzia espaço urbano, mais distantes do acesso à cidade formal ficavam os estratos de baixa renda da população piracicabana (p. 206).

Essa constatação também foi feita empiricamente por Regina, pedagoga do IFSP: “*porque a gente vê crescendo muitas ocupações aqui em Piracicaba né, e também na mesma proporção crescendo grandes empreendimentos*”.

---

<sup>79</sup> Os condomínios do Reserva Jequitibá.

Segundo Luiz Carlos, ex-prefeito do PT, foi para superar essas “*deformações*” que seu governo criou o IPPLAP, em 2003. “*O objetivo foi criar uma instituição que se incubisse de fazer essa reflexão mais estratégica sobre a cidade*”, uma instituição da prefeitura com pessoas que pensassem a cidade de “*maneira crítica*”, algo que sua burocracia, responsável por aprovar ou não os empreendimentos, não podia fazer, justamente por ser burocracia — tinha que seguir estritamente o que estava na legislação.

*Bom, então a prefeitura estava precisando, né, de um lugar onde fosse possível reunir técnicos de alto nível, concursados, que tivesse a preocupação precípua de pensar a cidade. Pensar a cidade, do ponto de vista de superação das deformações a que ela estava submetida. Quer dizer, de um olhar sobre a reforma urbana [...] pensando na qualidade de vida, pensando em uma cidade mais justa, mais equilibrada. Ambientalmente, socialmente, assim por diante.*

Mas o IPPLAP, como a prefeitura, é feito por pessoas e direcionado pelos interesses políticos de cada governo. O governo que sucedeu o do petista foi um governo tucano, de direita, e o presidente do IPPLAP nomeado por ele foi Francisco. Para Francisco, a função do IPPLAP era ordenar o crescimento da cidade. Quando lhe perguntei “*qual seria o objetivo dessa organização do crescimento*”, ele respondeu “*exatamente pra cidade ter um crescimento ordenado e não criar problema pros próximos prefeitos e pra próxima, principalmente, pra população*”.

Francisco é arquiteto e urbanista. Ele tem uma visão positivista sobre a cidade, no sentido de acreditar que todos seus problemas serão solucionados pela aplicação de técnicas científicas, objetivando colocar ordem em um crescimento que, deixado sem intervenções, é naturalmente desordenado. Sua concepção separa humano de natureza e considera a ciência como a subjugação da natureza ao humano. Durante nossa conversa, ele insistiu sobre a necessidade de colocar ordem no crescimento da cidade como solução aos problemas urbanos.

Segundo Villaça (1999), o planejamento urbano como crença de que os problemas urbanos seriam frutos do crescimento desordenado das cidades e solucionados pela ciência e pela técnica, é uma ideologia da classe dominante que oculta os reais motivos dos problemas urbanos. Villaça usa ideologia na concepção marxista de falsa consciência sobre a realidade. Esse tipo de planejamento urbano faz parte, portanto, dos discursos hegemônicos sobre a cidade, e implica em uma prática urbana que ordena a cidade pela ordem capitalista, de segmentação de classe. Cada classe ocupa seu lugar, e os lugares são mais ou menos valorizados em acordo à classe que o ocupa — lugares com fatores de localização precários (FERREIRA, 2005) ficam aos mais pobres, aos trabalhadores e aos excluídos, enquanto os lugares com melhores fatores de localização ficam para as elites. A ordem capitalista serve,

como discurso, para mascarar os reais problemas da cidade e, como prática, para produzir e reproduzi-los.

Já Luiz Carlos, um economista de esquerda que aprendeu sobre a questão urbana na vida política, compreende que existem interesses conflituosos por trás desse crescimento. Interesses que são mascarados pela hegemonia. Os interesses imobiliários e os interesses populares, interesses antagônicos, que disputam o ordenamento da cidade na legislação urbana. Como os interesses imobiliários têm mais força na Câmara Municipal, mais representantes alinhados aos seus interesses, eles tendem a vencer essa disputa, “*sobrepujando os interesses populares*” e causando aquelas “*deformações*” de que falou acima.

Segundo Luiz Carlos, seus governos atuaram pelos interesses populares.

*Mas evidentemente que eu, suficientemente esclarecido sobre essa lógica perversa, eu procurei resistir a ela, procurei resistir no sentido de orientar a área de planejamento da prefeitura a adotar cada vez mais critérios mais rígidos, ser bastante rígido, e também procurei enviar à Câmara Municipal, né, propostas de legislação que pudessem inibir esse processo especulativo.*

Uma dessas propostas foi a revisão do Plano Diretor.

Em 2003 e 2004, a prefeitura de Piracicaba fez a revisão do Plano Diretor do município, seguindo as orientações do recém aprovado Estatuto da Cidade. A revisão foi feita pelos “*técnicos da prefeitura, sob coordenação da Secretaria de Planejamento e, a partir de 2003, pelo Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba – Ipplap, com orientação do Instituto Pólis*” (PIRACICABA, 2020c).

Em 2004, último ano de governo de Luiz Carlos, eles mandaram o projeto de revisão do Plano Diretor à Câmara de Vereadores “*e uma das medidas que nós propusemos foi o congelamento do perímetro urbano. Exatamente para inibir esse festival de empreendimentos nas bordas da cidade. Que a cidade vai crescendo, em busca de terras baratas e os vazios urbanos vão aumentando. E a cidade vai se tornando muito cara*”. Para ele, o perímetro não precisaria ficar congelado para sempre, “*entretanto ele só pode ser ampliado com bases técnicas adequadas. Cabíveis dentro de uma concepção de cidade sustentável. Quer dizer, não para atender os interesses do capital imobiliário, mas para atender as necessidades sociais da cidade*”, os interesses populares.

Segundo ele, o prefeito que o sucedeu retirou o projeto da câmara para reestudá-lo. Meses depois, devolveu o projeto sem o congelamento do perímetro urbano.

Diversos estudos repetem que o perímetro urbano de Piracicaba foi congelado pelo Plano Diretor de 2006 (ALVES, 2019; TERCI, 2018). Goulart, Terci e Otero (2013 b; 2016), por exemplo, mencionam as modificações que o Plano sofreu pela troca no executivo enquanto estava em tramitação, mas repetem que o perímetro foi congelado por ele.

As entrevistas com os ex-prefeitos me surpreenderam quando ambos disseram que o perímetro não foi congelado, o que é explicado, em um trabalho anterior, pelos próprios Goulart, Terci e Otero (2013 a). A proposta original era de congelamento do perímetro urbano, mas com a troca do executivo de uma gestão petista para uma peessedebista, esse ordenamento foi retirado.

Nessa época, Piracicaba tinha 50% de vazios urbanos. Esses vazios são imóveis que não cumprem uma função social na cidade, como áreas com simulacros de plantações ou os terrenos chamados baldios, são os “terrenos de engorda, objeto de especulação” que fala Rolnik (1995, p. 64). Para Luiz Carlos, “*a cidade já estava com muitos vazios urbanos, era necessário adensar a cidade, é preciso adensar a cidade. É uma contra-lógica. Porque a lógica não é essa, a lógica é expandir, expandir, expandir, expandir. Quando você opta pelo adensamento, você tá indo contra, navegando contra a corrente*”.

Para o capital imobiliário é mais lucrativo deixar os imóveis urbanos especulando e transformar imóveis rurais em novos imóveis urbanos, pois o metro quadrado na área rural é muito mais barato que na área urbana — como nos mostra a valorização de 2500% da terra que a Cosan conseguiu transformando cana em Alphaville.

O prefeito que sucedeu Luiz Carlos foi Geraldo, que não achou uma boa ideia congelar o perímetro urbano.

*Primeiro porque eu acho uma temeridade você congelar o perímetro urbano. Você tem fatos adversos. Ninguém imaginou que a Hyundai viria para Piracicaba. Para que você pudesse, você pudesse colocar a Hyundai ali você teve que fazer umas pequenas alterações, que uma parte tava na zona rural, uma parte na zona urbana. Então, ninguém, e... o pessoal também fala do Plano Diretor, é a mesma coisa. O Plano Diretor, ele fixa algumas coisas, mas se tem algum evento positivo para a cidade, você tem que discutir com a sociedade a alteração do perímetro urbano e a alteração do Plano Diretor. Ali era uma área urbana, mas a maior parte da área tinha cana. Entendeu.*

E assim fala Francisco sobre as alterações no perímetro feitas para receber a Hyundai:

*Pois é, foi um quebra-cabeça, quando acontece essas coisas, a gente também, também o IPPLAP que resolve, e nós temos que fazer a famosa ampliação de perímetro urbano, que a população não gosta, aqueles que são críticos ficam falando que a cidade está fazendo muita ampliação de loteamento, né, de perímetro urbano, que isso faz a cidade crescer demais né, e complica o trânsito, complica a*

*circulação, daí tem que ter ônibus, tem que vir todos os melhoramentos atrás, os implementos, não é, então a população critica, mas é... foi feito, então, uma ampliação de perímetro urbano, que foram, que sofreu diversas modificações, ampliou um pedaço, depois ampliou outro pedaço, depois ampliou outro pedaço, né, e chegou nesse ponto que está agora, agora o crescimento está sendo praticamente natural, está pondo em ordem aquilo que estava no papel.*

Falamos sobre algumas dessas “*complicações*” do trânsito no subcapítulo Reserva Jequitibá. O aumento das distâncias de uma cidade que expande para beneficiar os interesses imobiliários prejudica em especial quem vive nas periferias, pois perdem mais tempo de vida no transporte, e quem depende de transporte público — lembremos da fala de Regina, que demora dez minutos para chegar no Reserva Jequitibá de carro e quase uma hora para chegar de ônibus.

Lembremos também como os moradores do Reserva Jequitibá, um empreendimento imobiliário na periferia, conseguem superar as distâncias com seus automóveis individuais, enquanto os trabalhadores e estudantes sofrem com os poucos transportes coletivos que chegam no empreendimento.

A distância é também a única reclamação que Lucas me fez sobre o Santa Rosa, “*única coisa acho que ruim do bairro daqui é que fica afastado de todos meus amigos. Aí é sempre uma viagem pra eu ir, nunca ninguém quer vir pra cá, sempre eu tenho que ir pra casa da galera*”.

De 2004 para cá, o perímetro urbano de Piracicaba foi ampliado diversas vezes e em 2018 os vazios urbanos já eram 54% do perímetro da cidade (PIRACICABA, 2019b). Segundo Alves e Braga (2017), a quantidade de vazios urbanos em 2016 era suficiente para absorver o crescimento da população piracicabana nos próximos 50 anos, no mínimo, sem precisar de qualquer nova ampliação.

A constituição de 1988 garante a função social da propriedade, sendo ela condição para o direito à propriedade. Ela também dá aos municípios o instrumento legal da desapropriação como forma de garantir essa função. Uma propriedade na cidade que dispõe de toda infraestrutura urbana, mas está vazia por motivo de especulação imobiliária, não tem função social. Ela deve ser desapropriada pelo município, que então lhe dará uma função social, como na forma de moradia para pessoas que não têm um teto para chamar de seu.

A desapropriação desses vazios urbanos vai contra a dinâmica especulativa da produção do espaço urbano, contra o processo de gentrificação promovido historicamente pelas elites e

pelo poder público nas cidades. Contra os interesses da classe dominante e a favor dos interesses populares. Essa desapropriação, portanto, é algo raro.

*A valorização do solo urbano segue essa lógica, as áreas mais nobres ficam pra quem tem mais dinheiro, e as áreas mais... as áreas com maior declividade, áreas menos, digamos menos propícias à habitação são entregues, são oferecidas aos mais pobres. Algumas dessas famílias ocupam essas terras, ocupam como parte de uma disputa pelo solo, à margem da lei, mas ocupam, portanto têm uma legitimidade social, política, para proceder essa ocupação, porque evidente que são famílias pobres que não têm dinheiro pra comprar o terreno (Luiz Carlos).*

Essas famílias pobres faziam ocupações “predominantemente em áreas públicas, inclusive em áreas verdes”, durante os mandatos de Luiz Carlos. Essas áreas não eram “oferecidas” a elas, mas eram as áreas que restavam fora do mercado formal de moradias e que, portanto, não esbarrariam nos interesses das elites contra suas ocupações. São áreas de risco, como encostas de morro ou beiras de rio. Áreas sem equipamentos públicos ou privados, sem iluminação, rede de água e esgoto, sem escolas e sem mercados. Áreas que o poder público pode entregar aos marginalizados pelo mercado imobiliário, ou simplesmente ignorar suas ocupações, pois não mexem com os interesses do mercado imobiliário, só com interesses ambientais e com a saúde e vida dos próprios ocupantes, que ficam vulneráveis a desmoronamentos e alagamentos.

A jornalista Paula disse que, apesar do Reserva Jequitibá ser um “local elitizado”, ela viu o empreendimento “com bons olhos, de revitalização daquela área que era um canavial, era tudo cana”.

Quando Regina, pedagoga do Instituto Federal, fala sobre a primeira vez que viu o Reserva Jequitibá, ela descreve a surpresa de ver “toda aquela parte do Santa Rosa, ali, revitalizada”.

Revitalizar significa dar ou ganhar nova vida. É uma palavra popular nos discursos sobre a cidade, dizendo que um local morto, ganhou vida. No caso particular do Reserva, a área que teria sido revitalizada era uma plantação de cana de açúcar. Por 31 anos, o revitalizador decidiu plantar cana nela, até ser seguro e lucrativo revitalizá-la em um produto imobiliário para a classe média rica piracicabana.

Tanto Paula quanto Regina fazem análises críticas sobre o Reserva, apontando o corte de classes no empreendimento, mas ambas falam em revitalizar. Pois revitalizar é um conceito hegemônico na interpretação da cidade. Ao mascarar os processos de especulação imobiliária

e gentrificação, ele serve à burguesia (a classe beneficiada por esses processos), enquanto silencia sobre suas contradições, cumprindo a função de discurso hegemônico.

O discurso hegemônico sobre o urbano transforma a cidade em mercadoria. Fala que com investimentos ela cresce e se desenvolve. Que, se não for ordenado, isso cria problemas urbanos. Nunca o problema urbano viria da construção de um condomínio de luxo, mas das construções irregulares da população pobre e marginalizada. Uma localidade (um bairro, uma avenida, uma praça) pode ficar abandonada, uma área morta da cidade, profícua para a criminalidade. Mas, se tiver investimentos, ela irá valorizar, revitalizar e se tornar uma área nobre, segura. A revitalização é feita pelo mercado imobiliário. Se pessoas pobres constroem suas moradias em uma área abandonada, elas não estão revitalizando uma área morta da cidade, estão ocupando-a ilegalmente, ou transformando-a em uma área ainda mais morta, que necessita urgentemente de revitalização.

Por trás da valorização e revitalização, está a expulsão das famílias que moram no lugar há anos, seja pela “reintegração de posse” feita pela polícia, seja por não conseguirem se manter ali pelo encarecimento do custo de vida — aumentou o aluguel, o preço dos alimentos, do corte de cabelo etc. É a “liquidez” da vida urbana que falava Bauman (2003), a insegurança existencial, o fim das comunidades seguras. Mas alguma vez elas foram seguras? E para quem?

Lucas mora no Santa Rosa desde que é criança. Tem laços profundos com o bairro, com os amigos na rua, os Ipês perto de sua casa, o rio que ele atravessa quando leva os cachorros passear, o mercadinho do pai de um amigo seu, que na verdade é amigo dos amigos, que ele conhece “*assim de vista, porque é, eu estudei com ele aqui na escola, e alguns amigos meus estudaram com ele...*”. Foi assaltado uma única vez em 21 anos no bairro, “*mas eu descobri que o cara que me assaltou era um dos amigos meus (risos), amigo não, era colega, brinquei com ele*”, e logo conseguiu suas coisas de volta.

Lucas considera que o bairro ainda é “*tranquilo*”, que ainda dá pra brincar na rua. Mas, desde que a Hyundai e o empreendimento vieram, ele percebe o “*perfil*” das pessoas do bairro mudando. Na incerteza e insegurança causada pela gentrificação e pela liquidez da vida urbana — inseguranças que parte da população vive desde que a escravização foi abolida e o direito de viver na cidade lhes foi negado — não se criam laços profundos com o bairro e com seus seres, como criou Lucas. Então os condomínios fechados são vendidos nessa dupla segurança: a segurança armada contra os invasores e a segurança de uma comunidade. A família branca e um labrador que vemos nos vídeos de divulgação do Reserva Jequitibá, passeando felizes pela rua.

A interpretação de Regina sobre os condomínios fechados do Reserva, ao me contar se ela moraria em um deles, é uma perspectiva interessante sobre esses espaços murados que pretendem ser comunidades aos que têm dinheiro para se isolar das inseguranças das comunidades tradicionais. Ela disse que *“nunca, nunca eu moraria num lugar daquele”*. *“Eu acho solitário, eu acho triste, não tem a vida que eu gostaria de ver no lugar que eu moro, sabe. Eu vejo um individualismo ali, cada um dentro da sua casa, das suas grandes casas, então eu não vejo calor ali dentro”*.

Os condomínios fechados do Reserva Jequitibá, longe da felicidade mostrada pelos publicitários, talvez sejam os verdadeiros lugares mortos que precisam ser revitalizados.

#### 4.3.2 Desigualdades

A desigualdade social é um ponto interessante de convergência nas falas da maioria dos entrevistados.

Geraldo, ex-prefeito tucano, diz que *“essa cidade é desigual”*, ao comparar o bairro que mora, de classe média, com as favelas. Ele parece compreender a favela como algo aquém de um bairro, ao dizer que *“se você urbaniza, o setor público vai e urbaniza, você transforma aquilo em um bairro”*, o que me faz lembrar de Angotti (2015), para quem as favelas são vistas *“sob a distância dos dominadores, como locais a serem geridos”* (p. 43).

Quando pergunto o que ele acha da convivência entre Alphaville e favelas, ele responde que *“isso é consequência de um, da concentração de renda”*. *“Você tem, dada a concentração de renda no país e a concentração de renda na cidade, você tem essas disparidades urbanas. O que eu vejo com preocupação é o setor público não ter olhar para melhorar as condições dessas unidades de favela”*.

Quando pergunto a Geraldo qual é a Piracicaba de seus sonhos, ele responde *“Olha... é o mesmo sonho do Brasil, é um país com menos desigual, com melhor qualidade de vida e com políticas públicas mais eficientes”*.

Pergunto se na Piracicaba de seus sonhos existiria um Reserva Jequitibá.

*Olha, veja. Não sei, o problema é que você tem a liberdade, as pessoas tem renda. O cara é autônomo, o cara é médico, é empresário, é industrial. O que ele vai fazer com a renda dele? Ele vai, se ele não vai num Alphaville, ele vai num... esses condomínios verticais [...] não tem muita diferença [...] as famílias de alta renda preferem segurança e ir nesses condomínios.*

Quando pergunto se na Piracicaba de seus sonhos existiriam pessoas com alta renda, responde que todos deveriam ter alta renda, *“é nivelar por cima e não por baixo, certo. Se*



*pudesse todo mundo ter renda de dez mil reais pra poder ter essas coisas*". Geraldo diz que devemos *"diminuir a disparidade na sociedade"*, mas que isso *"não é uma coisa socialista"*, *"Até o pessoal de direita deveria pensar assim"*.

O começo da resposta de Luiz Carlos, ex-prefeito petista, à minha pergunta sobre a Piracicaba de seus sonhos, tem uma semelhança curiosa com a de Geraldo. *"Olha, eu, eu, eu... a cidade dos meus sonhos tem muito a ver com o país dos meus sonhos. Eu sonho com um país mais igual, mais igualitário, onde as diferenças sociais sejam diminutas, né, onde os direitos das pessoas, dos trabalhadores, sejam respeitados..."* e continua.

Paula, jornalista, respondeu sobre a Piracicaba de seus sonhos *"eu acho que o que falta pra Piracicaba é uma maior divisão de renda"*. Mauro, ex-técnico da prefeitura, disse que *"todos os moradores deveriam, em tese, ter os mesmos benefícios, ou seja, os moradores da periferia com acesso aos mesmos serviços e infraestrutura oferecidos aos moradores da área central"* (é curioso ele falar que deveriam ter igualdade em tese, não na prática). Regina, pedagoga, disse que *"A Piracicaba dos meus sonhos é não ver essa diferença de empreendimentos imobiliários assim, ahm, particulares, esses condomínios de luxo ao lado às vezes né de bairros pobres, eu gostaria de ver uma cidade, não só uma cidade né, não só uma cidade mas uma sociedade mais igualitária"*. Quando perguntei ao antigo funcionário da Aguassanta D.I. qual era a Piracicaba de seus sonhos ele respondeu que não era de Piracicaba, mas de São Paulo. Quando perguntei qual era a São Paulo de seus sonhos, ele disse que o planejamento urbano e o Plano Diretor eram essenciais, que *"o centro de São Paulo é um desperdício porque está tudo vazio"* e concluiu que a São Paulo de seus sonhos deveria ter um Plano Diretor cada vez melhor, para diminuir as desigualdades e carências de infraestrutura.

O que significa que pessoas de esquerda e de direita, e até um representante fiel dos interesses da burguesia e do mercado imobiliário, falem que é importante diminuir as desigualdades?

Talvez exista uma desconexão entre os sonhos, a consciência política e a prática dos nossos entrevistados. Mas a convergência das respostas e as observações diárias nos mostram que a diminuição das desigualdades está se tornando uma pauta hegemônica, na prática ou apenas no discurso. Na prática, pois uma sociedade mais justa seria do interesse da burguesia para as contradições de classe não serem tão marcantes, diminuindo as possibilidades de revoltas e revoluções, para ampliar o mercado consumidor ou simplesmente se sentirem mais seguros ao andar pelas ruas. Pode estar apenas nos discursos hegemônicos, entretanto, porque ali também tem uma função, de aumentar sua resiliência e enfraquecer as oposições de discursos contra-hegemônicos, mas descolada de qualquer interesse prático, pois as

desigualdades extremas também têm sua função no capitalismo, de fornecer mão de obra barata e “disposta” a péssimas condições de trabalho.

A resposta de Geraldo para minha pergunta sobre como superamos o problema da desigualdade, ao apoiar uma proposta concreta e tradicionalmente defendida pela esquerda, mostra que talvez não seja apenas discurso. Ele disse que achava difícil essa superação, mas que seria gerando empregos com melhor qualificação profissional, para ter melhor salário, e com uma reforma tributária. *“Quem ganha mais tem que pagar mais. E quem ganha menos tem que pagar menos. O nosso sistema tributário ele é injusto”*, concluindo que *“então você tem que debater no congresso nacional como aumentar um pouco o imposto de renda sobre dividendos, sobre lucro de empresas”*.

É importante notarmos que todas as respostas falam em *diminuir* as desigualdades, em uma cidade *mais* igual, aumentar *um pouco* o imposto, mas nunca em acabar com as desigualdades. Para nós, essa diferença não é acidental.

Zizek (2014) disse que a filantropia de bilionários como Bill Gates não vem de seus espíritos bondosos, ou por perceberem a obscenidade de suas existências, mas por perceber a necessidade do próprio sistema capitalista de fazer o capital girar.

Os níveis de acumulação de capital que chegamos nas últimas décadas, com bilionários e as diferenças abissais de renda entre os mais ricos e os mais pobres (para números, vejam os relatórios anuais da ONG Oxfam), é uma crise capitalista prestes a explodir. Essa interpretação encontra respaldo na carta aberta escrita por “ultra-ricos” e endereçada ao Fórum Econômico Mundial de 2023, pedindo que os países comecem a taxá-los.

Estamos vivendo em uma era de extremos. Aumento da pobreza e aumento da desigualdade de riqueza; a ascensão do nacionalismo antidemocrático; clima extremo e declínio ecológico; profundas vulnerabilidades em nossos sistemas sociais compartilhados; e a oportunidade cada vez menor para bilhões de pessoas comuns ganharem um salário digno.

Os extremos são insustentáveis, muitas vezes perigosos e raramente tolerados por muito tempo. Então, por que, nesta era de múltiplas crises, você continua tolerando a riqueza extrema?

A história das últimas cinco décadas é uma história de riqueza fluindo para lugar nenhum, exceto para cima. Nos últimos anos, essa tendência se acelerou muito. Nos primeiros dois anos da pandemia, os 10 homens mais ricos do mundo dobraram sua riqueza, enquanto 99% das pessoas viram sua renda cair. Bilionários e milionários viram sua riqueza crescer em trilhões de dólares, enquanto o custo de uma vida simples agora está paralisando famílias comuns em todo o mundo.

A solução é simples para todos verem. Vocês, nossos representantes globais, devem tributar a nós, os ultra-ricos, e devem começar agora.

[...] Agora é a hora de enfrentar a riqueza extrema; agora é a hora de tributar os ultra-ricos.

[...] Taxe os ultra-ricos e faça isso agora. É economia simples e de bom senso. É um investimento no nosso bem comum e num futuro melhor que todos merecemos e, como milionários, queremos fazer esse investimento<sup>80</sup> (grifos nossos).

Notemos que na carta, como nas respostas de nossos entrevistados, os milionários falam em combater a riqueza extrema, a desigualdade extrema. Diminuir as desigualdades para algo “sustentável”, tolerável. Taxar grandes fortunas, uma tributação mais justa. Não duvido que seus argumentos sobre o bem comum e um futuro melhor para todos sejam sinceros, mas a carta deixa explícito que eles não querem acabar com seus privilégios de classe, não querem acabar com as classes, apenas deixar suas diferenças menos gritantes. Se eles querem apenas o fim da fome ou se compreendem essa diminuição como uma estratégia de perpetuação do capitalismo, de perpetuação de sua hegemonia, não podemos saber. Mas que é uma estratégia, é.

A hegemonia da classe burguesa tem contradições incontornáveis, pois existe a classe que domina e existem as classes que são dominadas. A função da ideologia e dos discursos hegemônicos é esconder essas contradições. É dar coesão à sociedade, mantendo a ordem construída por essa hegemonia, sem explosões de revoltas e caos.

Desigualdades são contradições da hegemonia e potenciais destruidores de sua ordem, se as reações forem conscientes e organizadas, contra-hegemônicas. Podemos diminuir as desigualdades no sistema capitalista, ordenado e liderado na hegemonia burguesa, desviando a atenção do verdadeiro problema e entregando soluções paliativas. Paliativas, mas que melhoram as vidas de bilhões de pessoas.

As desigualdades, entretanto, continuarão. Pois só acabaremos com elas em outro sistema, com outra hegemonia.

#### 4.3.3 A questão ambiental

Por questão ambiental, nos referimos às relações humanas com os outros seres e com os chamados ambientes naturais, categoria que não é precisa e guarda reflexões e discussões, mas que é compreensível no sentido que damos, de lagoas, rios e matas.

Quando pergunto para Lucas onde ele quer viver no futuro, ele responde “*Ah cara, eu penso um lugar, sei lá, com bastante natureza, que eu gosto de árvore, eu gosto de verde, eu gosto de água, de rio, eu gosto dessas fitas. Então por isso que eu gosto muito do bairro, o*

---

<sup>80</sup> G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/19/quem-sao-os-super-ricos-que-defendem-em-davos-a-taxacao-sobre-riqueza.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

*bairro tem muito disso, fornece muito disso*”. Ele diz que tem plantado no terreno de sua casa “*uns quatro pés de laranja, pé de uva, dois pés de limão*” e que acha “*muito daóra isso*”.

Em outro momento da entrevista, Lucas fala sobre os Ipês de seu bairro.

*Porque aqui tem bastante Ipê, branco, rosa, amarelo, daóra mano, quando floresce fica massa mano, minha rua velho, minha rua fica branquinha, moro no final da rua do lado de uma área verde, e na frente tem um Ipê enorme, um não, são dois ou três Ipês cara, são enormes, aí cai tudo aqui, fica branquinho cara, é até uma bosta pra limpar o telhado, sai folha pra porra.*

Paula mora em uma chácara e diz que sua rotina não é monótona, que tem que cuidar de árvores, bichos e família. Diz que seu bairro é bem arborizado e que eles, família e vizinhos, estão lutando pela recuperação da lagoa que dá nome ao bairro, Lago Azul.

*Aí quando a gente foi morar lá, a primeira coisa foi plantar umas árvores, mangueira, amora, acerola [...] pitanga, eu já cheguei a ter abobora, tem duas jabuticabas, e tem uma lima, uma goiabeira, meu pé de limão morreu, precisa pôr outro, aí dois cachorros e dois gatos. Depois que esses dois cachorros morreram, em um ataque de abelha, é, foi terrível, aí a gente pôs galinha no quintal, aí agora não tem nem escorpião, de vez em quando eu tinha, nem aquelas aranhas de grama, mas eu nunca tive medo de aranha, é mais mesmo o escorpião que preocupava por conta das crianças, depois vieram as crianças e tal, agora tão com 14 e 12, mas dentro de casa só vi uma vez escorpião, mas no quintal vira e mexe... tem umas cobrinhas também, jararaca, coral, é de lei aparecer lá, já apareceu uma tarântula no meu quarto.*

Perguntei para Regina o que ela gostava de fazer durante a pandemia de covid-19, ela respondeu que “*o meu lazer hoje em dia é assim, eu moro perto de uma pracinha aqui, na Nova Piracicaba, de vez em quando eu vou lá, eu ando descalça na grama, eu vou lá no meio do gramado, onde ninguém está passando, sabe, eu tiro a máscara, fico tomando um Sol, fico pisando um pouco na grama*”.

Francisco, quando pergunto qual sua relação com o Rio de Piracicaba, me responde “*pois é, a relação do piracicabano, quando foi feita uma enquete, com dez perguntas, qual a preferência do piracicabano, a relação, a relação com o rio foi o primeiro lugar*”. Sim, perguntei sobre sua relação e ele respondeu sobre a relação do “*piracicabano*”. Francisco parecia fugir de perguntas pessoais.

Francisco contou que um tempo atrás o rio ficou muito fedido porque jogavam esgoto direto nele, sem tratar. Que o piracicabano parou de ir ver o rio. Começaram a tratar o esgoto e fiscalizar as fazendas e as indústrias que jogavam poluentes nele, o rio parou de feder e o piracicabano voltou. “*Tanto é que tinha o famoso dourado, um peixe que era o símbolo de*

*Piracicaba, há 50 anos atrás tinha o dourado, quando ficou muito sujo o rio, o dourado sumiu, agora ele está reaparecendo, todo mundo está vendo o dourado no rio, está ficando realmente uma festa”.*

A questão ambiental ainda aparece na resposta de Luiz Carlos sobre seus sonhos de Piracicaba e Brasil, “*E é lógico, eu aprendi a reconhecer e a incorporar nas minhas exigências, a questão da sustentabilidade ambiental. Então hoje eu sou um militante da transição ecológica”.*

A questão ambiental aparece em diferentes formas nos discursos dos entrevistados. Uma lagoa poluída que dá nome ao bairro, outra que dá lembranças e saudades porque foi cercada. As flores brancas do Ipê, lindas. As folhas que caem pra porra no telhado e dão trabalho para limpar, mas que são assim, nada nos leva a crer que Lucas pensaria em cortar os Ipês para deixar o telhado limpo. A militância ambientalista. O prazer de plantar e colher frutas. De pisar descalça na grama. Festejar a volta de um peixe ao rio.

A questão ambiental, como a desigualdade e tantas outras questões, pode ser apropriada pelo discurso hegemônico. São empresas que se dizem sustentáveis porque separam o próprio lixo, bilionários que abastecem suas mansões com energia solar, o agro que diz andar de mãos dadas com a sustentabilidade. A questão ambiental é apropriada pela hegemonia quando sua força contra-hegemônica oferece riscos à hegemonia. Sua apropriação aumenta a resiliência da hegemonia, sua força. Como disse Souza (2014), se referindo às reflexões de Gramsci, parte do trabalho de manutenção da hegemonia é cooptar pontos estratégicos das reivindicações dos grupos dominados.

A questão ambiental faz parte de nossa luta contra-hegemônica à medida que faz parte de uma concepção de mundo crítica e popular, racional e sensível. É preciso recuperar a lagoa do Lago Azul porque diversos seres dependem dela, mas também porque tem importância simbólica para os moradores do bairro. É preciso lutar contra uma possível transformação da área verde ao lado da casa de Lucas porque ela tem importância ecológica para o bairro, é abrigo de pássaros e insetos, fonte de alimentos, ajuda a controlar as temperaturas do entorno, a infiltrar água e manter o nível do rio. Mas também porque os Ipês são lindos. É preciso reflorestar a cidade para levar beleza e serviços ecossistêmicos a todas as calçadas e canteiros.

A luta contra-hegemônica pela sustentabilidade ambiental e a transição ecológica não é separada das outras lutas, porque terra é mercadoria. Em bairro de gente rica, as calçadas podem ser largas. Nas favelas, muitas vezes não tem calçada. Onde vamos plantar as árvores? A luta ambientalista é também a luta contra as desigualdades, afinal somos natureza e

queremos acabar com as explorações e os sofrimentos de todos os seres, nós inclusos. Queremos o bem e a vida boa para todos.

A principal luta contra-hegemônica que percebemos no Santa Rosa é a luta pela Lagoa do Santa Rosa, pelo direito que todos têm a ela. Essa luta não é a de conquistar uma nova hegemonia, pois ela não rompe por inteiro com a hegemonia capitalista, ainda está ancorada no direito à propriedade privada, ali no contrato antigo da Imobiliária Monte Alegre com os compradores dos loteamentos, na promessa naquele contrato do Santa Rosa Country Club.

Mas, à medida que questiona o poder do mercado imobiliário, à medida que questiona o poder econômico de um milionário, à medida que reivindica uma área comum de preservação e lazer de todos, ela é uma luta que ajuda a romper a hegemonia, a mostrar a incompatibilidade entre ela e os interesses populares. Talvez, no sentido gramsciano, o papel dos anticapitalistas estaria em se juntar à luta e levá-la na direção anticapitalista, dar coesão a ela, conquistar hegemonia, capacidade de direção.

Mas como fazer isso pelo diálogo entre os sujeitos, ao invés da concepção de liderança marxista que nos lembra o extensionismo de que fala Paulo Freire, onde os intelectuais da academia ou os grupos comunistas “politizados” deveriam iluminar as massas aos verdadeiros caminhos da revolução?

#### 4.3.4 Políticas, sonhos e caminhos para mudar a realidade

Perguntei para alguns de nossos entrevistados sobre suas perspectivas de mudanças na sociedade.

Para Geraldo e Luiz Carlos, ex-prefeitos, perguntei se ainda acreditavam na política democrática como forma de chegarmos na Piracicaba e no Brasil de seus sonhos.

Geraldo respondeu que *“Não, não tem outra forma. Você tem um modelo político, são as políticas públicas é que pode ser mais ou menos efetivas. Então voce depende do governante, do seu governo, da capacidade de liderar [...] não tem outra forma de você melhorar a educação, a saúde, a distribuição de renda, o emprego”*.

Luiz Carlos respondeu que *“Esse é o país que a gente tem. E esse é o país que a gente quer”*, se referindo à *“democracia liberal”* estabelecida pela Constituição. Mas que, apesar disso, ele defende uma democracia radical, *“mais avançada”*.

Luiz diz que em *“uma visão utópica, de longo prazo, eu sou socialista. [...] Eu acho que nós temos que superar o capitalismo, construir uma sociedade socialista, não é, erigida em outras bases. Bases de maior igualdade social, com democracia participativa, efetiva etc. Entretanto, isso não tá na ordem do dia”*. Ele considera que a sociedade socialista é uma

“*sociedade do futuro*”, e que agora o trabalho é construir “*uma sociedade melhor, uma sociedade do bem-estar, mais avançada, eu acho que é possível, e com a luta democrática*”. Diz que mudanças mais radicais, “*um salto mais ambicioso*”, precisam de uma sociedade politicamente mais consciente, “*porque veja bem, nós não vamos conseguir avançar enquanto a sociedade não tiver mais consciente. Se a sociedade brasileira não identificar quais são os seus sonhos e lutar por eles, nós não vamos ter esses sonhos realizados*”.

Regina me falou sobre o trabalho que deve ser feito no Instituto Federal “*pra combater isso, essa desigualdade social, sabe. Aonde que a gente têm que, por exemplo, uma das coisas, politizar os alunos, politizar. A palavra de política mesmo, não é partidário. A questão de politizar os nossos alunos para que a taxaçoão de grandes fortunas seja começada a virar pauta*”.

Pergunto para Francisco qual a Piracicaba de seus sonhos.

*Bom, Piracicaba é só essa... ah, o, o setor de... é o... eu diria o seguinte, que melhorasse, sabe o que que tem numa cidade de maior defeito, o maior problema, difícil de resolver? É manutenção. Porque fazer obras, a prefeitura faz. O difícil é fazer manutenção. É igual plantar uma árvore: você planta uma muda, se você depois de três dias não for molhar a muda, a muda já secou, então todas as cidades têm esse problema [...] Então eu gostaria que resolvesse, que todas as cidades resolvessem esse problema de... dois: fiscalização e manutenção. [...] Uma das coisas que vai acontecer, que o governo federal está fazendo agora, que eu acho, isso já é opinião minha, que nós vamos ter que terceirizar quase tudo. [...] É como o governo federal está fazendo agora, está vendendo, tenho acompanhado pela televisão, o governo está vendendo coisas, para que as empresas terminem e cobrem por aquilo. O serviço é feito, as empresas pagam os impostos para a prefeitura, executam a obra, daí sim resolve o problema que eu falei pra você, de fiscalização e manutenção (a entrevista foi feita em 2021, no governo Bolsonaro).*

Pergunto ao ex-funcionário da Aguassanta o que ele considera importante para sua vida. Ele responde que nunca perder a fé e querer fazer o bem para sua família e para o Brasil. Diz que é muito importante a convergência entre pessoas com boas intenções, muito bom para o país se desenvolver, pessoas que queiram um Brasil desenvolvido. Diz que isso não é o que tem ocorrido no Brasil. Que é importante todo mundo pensar positivo, pensar na felicidade, na família e no progresso do país.

Sua resposta me incomodou e foi só ao reler as anotações de nossa conversa que compreendi o porquê. Nesse final de entrevista, quando fala dos valores que orientam sua vida, pensei que ele ia falar que era importante pensar “*não só na família, como no outro*”, mas ele fala “*não só na família, como no progresso do país*”. Ele não fala em sociedade, em pessoas de fora de seu núcleo familiar, fala em país. O centro de sua resposta é a fé, a família

e a pátria. Nossa entrevista foi em 2021, no governo Bolsonaro, momento histórico de retorno dessas palavras ao debate político nacional. “Deus, pátria, família” era o slogan do movimento fascista Ação Integralista Brasileira, da década de 1930, e se tornou o slogan do governo Bolsonaro, repetido nas campanhas de 2018 e 2022 à presidência da república.

O bolsonarismo, que muitos chamam de movimento fascista, representa outros caminhos políticos de mudança. É um movimento que busca hegemonia? Gramsci disse que o fascismo italiano, que o aprisionou, era a reação europeia à revolução socialista russa (GRAMSCI, 1999). Talvez essa seja a verdade escondida na crítica do lugar comum de que o bolsonarismo só existe por causa do petismo. O fascismo bolsonarista é reação às aspirações mais progressistas e socialistas dos governos petistas. E, caso seja realmente uma repetição do entendimento de Gramsci, seria uma reação da hegemonia da burguesia brasileira. Portanto, não é um movimento que busca hegemonia, mas um movimento da hegemonia.

A importância da política na mudança social, para melhor ou para pior, como movimento hegemônico ou de contra-hegemonia, também está nas outras entrevistas.

Francisco, ao responder sobre seus sonhos para Piracicaba, fala da importância da fiscalização e da manutenção e que a solução para elas seria a terceirização dos serviços públicos. Quando releio sua resposta penso na fala de Luiz Carlos, que o Brasil precisa aprender a sonhar e a identificar seus sonhos. Não consigo acreditar que a terceirização como solução para a fiscalização e a manutenção seja o sonho de alguém — como não consigo acreditar que o bolsonarismo está em alguns sonhos e não em pesadelos. Mas, e se Francisco realmente identificou seus sonhos e a estratégia que traçou para chegar neles é essa?

O problema não seria então com sua capacidade de sonhar, mas com nossa discordância com seus sonhos. Podemos resolver essa discordância pelo diálogo, conversando sobre política. Afinal, vivemos em uma democracia liberal que nos garante “*a liberdade de debater as posições políticas e disputar o poder com os meus projetos*”, como disse Luiz.

Essa é a politização falada por Regina. Debater política para construir consciência política.

Compreendemos política, entretanto, como algo que vai além das propostas políticas apresentadas por políticos ou grupos, como a taxaço de grandes fortunas, e discutidas pelas pessoas. Política, em nossa conceituaço particular, é como nos organizamos em sociedade para vivermos juntos nesse espaço comum que é o planeta. A política está em todos os âmbitos da convivência.



A organização social não se desintegra se não fazemos política, mas vivemos a política feita por outras pessoas. Na família patriarcal, a política é feita autoritariamente pela figura paterna. Na empresa capitalista, a política é feita autoritariamente pelo burguês. Segundo Santos (1997), a única prática política que todos podemos fazer em nossa sociedade ocidental capitalista é na esfera pública. A da democracia representativa, liberal.

A prática política que fazemos e aprendemos a fazer é a do debate em boteco e voto em eleições. Já os votados, fazem a prática do diálogo, pois é uma democracia. É nessa prática política que Luiz Carlos construiu seus conhecimentos sobre a cidade. *“Eu não conhecia, digamos, a dinâmica de uma cidade, não conhecia assim, eu vivia a dinâmica, mas não tinha uma elaboração conceitual na minha cabeça de o que é a vida numa cidade, qual... isso se aprende. Quando você entra, quando você pisa na prefeitura”*.

A importância dessa discussão para nossa pesquisa é porque a narrativa contra-hegemônica é política, como o é a hegemônica, pois fala em outras formas de vivermos no mundo. E como nossa narrativa não pode estar descolada da prática, nossa prática também é política.

Se acreditamos no diálogo, naquela contraposição de Freire (1983) entre diálogo e extensão, então nossa prática é democrática. Se acreditamos no povo, no potencial humano, acreditamos que é na prática que construímos consciência crítica, como no relato de Luiz, e que política se faz na prática, seja na decisão autoritária de um pai seja no diálogo entre vereadores, então a política que acreditamos é a que todos praticam, todos se constroem criticamente, todos fazem política. Uma política de democracia direta.

Nossa contra-hegemonia, portanto, é democratizar não só a gestão das cidades, como propõe Harvey (2013), mas democratizar radical e profundamente a política em todos os espaços que vivemos. Nas famílias, nas empresas, nas igrejas, nas universidades, nos sindicatos. Não ser informado pela televisão que o fornecimento de água e esgoto da cidade será terceirizado, mas dialogar e decidir juntos se é isso que queremos. Tirar a política das câmaras, das congregações, coordenações e direções e construí-la entre todos, na diversidade de vidas e saberes que somos (em oposição à unidade fascista de um Deus, uma pátria e uma família), dialogando e decidindo cotidianamente quais são os caminhos que nos levarão aos sonhos.

Hegemonia, para Gramsci e Lênin, era também as alianças feitas para conquistar hegemonia. Lênin, antes da revolução russa, na luta contra o Estado Czarista e os feudos, defendeu alianças estratégicas com a burguesia, mas com a hegemonia (liderança) do proletariado (GRUPPI, 1978).

As questões ambientais e de desigualdade nos trazem uma questão: o que fazer frente aos esforços hegemônicos pela sustentabilidade e pela diminuição das desigualdades? Devemos fazer alianças com a burguesia nessas lutas (quando Lênin defendeu as alianças com a burguesia, ela não era hegemônica na sociedade)?

A questão ambiental pode levar ao colapso do sistema capitalista pelo colapso da humanidade. Eventos climáticos extremos, perda de biodiversidade, perda de solo, falta de água potável. A desigualdade extrema também pode levar ao colapso do capitalismo, através de um colapso humanitário e de crises na produção capitalista.

Mas não queremos que a humanidade colapse para conquistarmos hegemonia.

Se temos objetivos comuns com a burguesia, ou parte da burguesia (lembramos que o bolsonarismo é um movimento hegemônico), em questões urgentes e o melhor caminho é fazer alianças com ela, devemos buscar hegemonia nessas alianças. Lutarmos com os nossos discursos, nossos sonhos, nossas utopias, nossa narrativa e não a deles.

As entrevistas, leituras, observações e sensações no campo, a abordagem racional e a sensível e o diálogo com outros saberes feitos nessa pesquisa, trazem uma constelação de sonhos, revoltas e interpretações para construirmos nossa narrativa contra-hegemônica sobre o Reserva Jequitibá, em oposição à narrativa hegemônica.

Os discursos não são palavras vazias. Eles são políticos, trazem um mundo e uma forma de viver no mundo. Uma sociedade justa, igualitária, em que ninguém perca horas de vida todo dia no transporte entre casa e trabalho, casa e lazer. Que a gente pedale e ande pela cidade em segurança. Sem propriedades privadas, que a terra seja para todos os seres. Lagoas limpas para nadar e pescar. Cidades reflorestadas com ipês e amoreiras. Cidades em que a terra respire e você possa andar descalço. Que a infraestrutura urbana seja para todos e todas. Que todas, todes e todos morem com dignidade e aconchego. Comunidades seguras e calorosas. Nossa contra-hegemonia é revitalizar, mas de forma profunda, as sociedades, para reconstruí-las cheias de vida.

Se não queremos cair na narrativa hegemônica ao emprendermos em nossa luta ambiental e social, precisamos de uma narrativa que seja coerente com nossa prática política radicalmente democrática e com nossos sonhos, valores e ideias. Não basta falar que um milionário tomou a Lagoa do Santa Rosa dos moradores do bairro, pois a terra continuaria sendo compreendida como propriedade e a propriedade para nós já é um roubo. A Lagoa não é do prefeito como não é dos moradores do Santa Rosa, como não é dos peixes, das capivaras ou dos pássaros. Ela não é propriedade. O milionário tomou a Lagoa do Santa Rosa e o direito de todos os seres de usufruir dela.

Nossa narrativa também deve contar a realidade em suas relações ocultadas ou distorcidas pela narrativa hegemônica. A avenida do Reserva Jequitibá é melhor e mais bonita que a do Santa Rosa, ela não tem buracos e no canteiro central vivem árvores saudáveis, pois espaço na cidade capitalista é mercadoria. Se tem espaço para fazer avenidas e canteiros largos, ou como disse Francisco “*a maioria dos meus projetos de loteamento o afastamento<sup>81</sup> é de seis metros, pra caber realmente um carro na entrada, pra fazer um belo dum jardim*”, se tem espaço para ter grama e árvores na rua, é porque os moradores daquela localidade tem dinheiro para comprar, indiretamente, esse espaço. Devemos contar que todos os moradores devem ter na prática os mesmos benefícios, serviços e infraestrutura da cidade. Que não é diminuir, mas acabar com as desigualdades.

Nossa narrativa conta sobre o que existe e sobre o que não existe, pois nossos sonhos não devem ser pragmáticos. O pragmatismo está nas alianças que optamos por fazer para chegar neles.

A narrativa contra-hegemônica é sobre a dureza do concreto, mas é também sobre sonhos.

#### **4.4 Laboratório autoral: a escrita literária como processo de interiorização e apreensão sensível da pesquisa**

A construção de contra-hegemonias com os saberes dos entrevistados foi até aqui um esforço científico, racional. Separamos as entrevistas em grandes temas, os grandes temas em outros temas, aglutinamos, separamos e pensamos. Agora, faremos outro esforço.

Escrever, como disse Deleuze (2011), é se deixar atravessar pela vida. Existem contra-hegemonias nas conversas e observações dessa pesquisa que só podem ser alcançadas subjetivamente, deixando que essas vidas nos atravessem. Nesse capítulo, chegamos à última parte de nosso esforço em construir uma narrativa contra-hegemônica sobre o Reserva Jequitibá. Tentaremos construir essa narrativa pela interiorização e diálogo entre o racional e o sensível, o objetivo e o subjetivo, os saberes e as vidas. Para dar vida à narrativa, escrever algo vivo que se oponha às letras mortas que alguns cientistas tendem a escrever (SANTOS E GAUTHIER, 1996), a escreveremos com literatura.

---

<sup>81</sup> Afastamento é um conceito urbanístico que define o espaço livre ao redor da edificação.

#### 4.4.1 Primeiro conto do autor

##### Os domingos dos Sabiás

São nove horas da manhã de um domingo de novembro. O bairro São Domingos, na borda norte da cidade, amanheceu alegre e demorado, como o confortável espreguiçar de uma trabalhadora em descanso.

Os domingos não são mais aqueles quando os poucos que saíam cedo para trabalhar estavam de volta no almoço, ou no acender da churrasqueira e já é comum famílias amanhecerem com pais e mães na labuta, churrasqueiras não acenderem e trabalhadoras não espreguiçarem confortáveis pois não têm descanso, mas o cheiro é o mesmo. Cheiro de domingo.

Cinco anos atrás, uma parcela da área rural do São Domingos foi incorporada à cidade, se tornando parte da área urbana. A parcela pertencia à empresa Usicana, que criou outra empresa, a Inova, para transformá-la nas formas mais lucrativas possíveis. A Inova chamou essa área de Recanto dos Sabiás, um grande empreendimento imobiliário para a gente rica da cidade morar e viver.

O Recanto saiu do papel e foi um sucesso. Mais de 400 famílias vivem nele. Elas têm escola, padaria, academia, shopping e precisam sair para o resto do bairro e da cidade para quase nada. Mas o Recanto ainda faz parte do São Domingos.

Nosso domingo amanhece com a fofoca de que vão inaugurar um parque público no Recanto se espalhando no resto do bairro. Fofoca, pois apenas os moradores do Recanto foram convidados. Mas lá vão curiosos do bairro todo entrando pelas ruas lisas e largas que demarcam o início do empreendimento, convidados apenas por aquela velha e difamada palavra, público.

Paula saiu do carro abafado para sentir o vento quente e seco no rosto. Abaixou os óculos escuros que descansavam na testa e olhou o céu. Azul. O céu, azul, perguntaria às nuvens que chegavam de onde vinham, se de longe perguntaria qual a verdade nas conversas lá de baixo que ele, céu, tem fim, como tem fim o mar seu irmão. Mas o céu não fala com palavras e nem as nuvens. Paula as vê chegando como pegadas de uma festa, e duvida que se importem com as conversas aqui de baixo.

Em outros tempos, procuraria na multidão que formava e esperava seu fotógrafo. Suspirou. Pegou o celular da bolsa e tirou algumas fotos, em diferentes focos, sem saber qual ficaria melhor. Guardou na bolsa e atravessou a rua.

Lucas pedalava sem as mãos, aproveitando o asfalto liso que calava a terra oprimida. Ao seu lado, os amigos também desciam sem as mãos. Bora na mangueira antes, propôs um quando saíam. A mangueira ficava no caminho do rio e com felicidade Lucas lembrou que já estava em época. Então lembrou quando era tudo cana de açúcar e estrada de terra. O calor também parecia outro.

Jovem, as lembranças ficavam longe, quatro anos longe.

A mangueira oferecia corações que não palpitavam, verdes e vermelhos e laranjas. Aos olhos de Lucas, ela era grande e velha. Estava ali desde que se conhecia como gente e como gente pedalava pelas ruas e estradas de terra. Devia ter sido poupada pela cana por estar tão próxima ao rio. Foi protegida pelo rio e protegeu o rio, o pouco que conseguia.

Quando criança, Lucas viu os corações coloridos no mercado do bairro e não entendeu. Falou para o velho que colocava dois em uma cesta, “Não precisa não, ali perto do rio tem e bem mais bonito, é só passar e pegar”. O velho resmungou qualquer coisa e se não visse a mãe do menino ao lado o lascaria um tapa.

Paula lembrou da filha, Sofia, que adorava mangas. Levaria algumas para ela. A rua estava fechada e a multidão, proibida de pisar na grama, esperava na rua. Na grama, isolados por cones e fitas, se agrupavam alguns brancos e velhos homens, com olhos de

quem se acha importante e sorrisos de quem se acha o centro das atenções. Paula suspira e caminha até as fitas. Uma placa permite a entrada exclusiva às autoridades e moradores do Recanto dos Sabiás. Ela, nem uma nem outra, mostra o crachá de repórter para um preto e jovem homem, que a deixa também pisar a grama.

A grama crescia e era cortada estagnada no tempo. O solo embaixo ficava mais duro e sem possibilidades de futuro a cada grama cortada e levada embora. O solo morria, em silêncio para os indiferentes sapatos.

Paula cutuca levemente um daqueles, que se vira e sorri:

— Que bom que está aqui, Paula. Estava agora mesmo falando que as matérias de seu jornal precisam ser melhor selecionadas.

A repórter pigarreia.

— Bom dia, Marcelo. Não sei se te entendi, mas tem um tempo para uma rápida entrevista? — Tira um bloco de notas e uma caneta azul da bolsa.

— Parece que vocês têm prazer em mostrar sofrimento e desgraça, toda notícia é o fim do mundo. Jornal tem que mostrar coisa bonita! Olha esse parque, essa gente bonita reunida — mostra as pessoas ao seu redor.

— Então que bom que estou aqui, não é?

Paula tenta evitar o sorriso seco e escreve qualquer coisa no bloco de notas para chamar a atenção.

— As pessoas do bairro todo parecem felizes com o parque. O que acha?

Marcelo mexe despreziosamente a camisa.

— É mais uma benfeitoria que o Recanto dos Sabiás faz para todos, não só para o São Domingos, mas para toda a cidade.

— Além de para o próprio Recanto dos Sabiás.

— Sim, sim, claro.

— Que afinal faz parte do São Domingos. Desculpa, erro meu, que distraída — sorri — Deve ser toda essa beleza.

— Algo mais?

— Quais os próximos projetos do Recanto dos Sabiás e da Inova Desenvolvidos Imobiliários?

— A Inova tem uns planos bem despojados para o Recanto, para continuarmos chamando atenção por nossas inovações e planejamento criativo. Já somos o primeiro bairro autossustentável da cidade, qual o próximo passo?

— Não sei, qual?

— Guarde essa curiosidade, Paula. Em breve saberá.

— Vou tentar — responde, fingindo simpatia.

O homem se despede com um sorriso displicente, voltando ao grupo.

— Ah, só mais uma coisa — chama Paula.

— Sim? — virando apenas a cabeça.

— Agora você quem errou. O Recanto é o primeiro empreendimento autossustentável, talvez, mas não bairro. Afinal, não é bairro, né? — sorriso.

Marcelo ignora a repórter e sai.

Lucas estaciona a bicicleta jogando ela na grama e sobe na árvore. A grama faz parte da grama exclusiva mas, mais afastada, está desprotegida para qualquer um pisar. Enquanto sobe pensa na metáfora que sua família usa para bondade, coração. Ela tem um coração grande. Ele é muito coração. Fazia sentido, não conhecia bondade maior que daquela árvore de corações sem peito.

Ela mesma nasceu de um coração, mordido há 73 anos, em uma manhã de fevereiro. Nasceu ali mesmo. Viveu tempestades e secas, a companhia da mata e a solidão do desmatamento. Nunca mexeu mais que o vento, o lento tempo e o eco de

outros movimentos. Não usou dos galhos pesados e das raízes profundas para intimidar os pequenos humanos que a deixaram só, ou esmagá-los. Talvez as raízes aprendam com o solo a sabedoria do tempo e não sucumbam pelas tristezas que parecem grandes demais.

Dezoito famílias de pássaros vivem em seus galhos firmes e pesados. Algumas centenas vêm todo ano comer e vão embora. Algumas vêm descansar, cantar, conhecer outros pássaros. Cachorros e gatos dormem em sua sombra. Alguns cachorros latem para alguns gatos, alguns gatos tentam comer alguns pássaros, alguns conseguem, e alguns cachorros conseguem morder alguns gatos e alguns pássaros. Paula grita para o garoto pegar umas mangas para ela. O garoto responde que beleza, tia. O segurança grita para o garoto descer. O garoto responde que desce, não.

O segurança grita Desce sim, é proibido subir em árvores.

Lucas responde Só Deus pode proibir as brincadeiras de Sua criação.

— Ele proibiu, nos expulsou de Seu jardim, não soube?

— São águas passadas, outro jardim, outro Deus. Ele mudou. E essa é uma mangueira, não a árvore daquele pecado.

— Desça ou chamo a polícia pra te fazer descer.

— Tudo bem.

Lucas desce com um salto e pega na terra as mangas que jogou enquanto discutia. O segurança apressa o menino, sorrindo. Achava babaquice aquilo tudo. E as árvores lá eram de algum daqueles velhos playboys para serem proibidas? Mas ordens eram, e ainda são, ordens.

A voz de Marcelo fala alta no microfone:

— Bom dia, todas e todos. É com felicidade que convidamos vocês para a inauguração do Parque dos Sabiás. Quero agradecer a vinda do senhor prefeito, um grande homem e querido amigo, sem o qual nada disso seria possível.

Ele puxa palmas que reverberam agudas no microfone, acompanhadas fracamente pelos amigos e um ou outro da multidão.

— Agradeço também a presença de Pedro Miyazaki, representando a Usicana, nossa empresa mãe, como gosto de falar — risos e palmas — agradeço a presença do Lúcio, presidente da Associação Comercial e Industrial aqui da cidade, grande responsável pela nossa querida cidade crescer e se modernizar e chegar ao que é hoje — palmas — agradeço a presença do Robson, do Paulo e do César, representantes de tudo que a cidade tem de bom — palmas — agradeço a presença da minha família, da Martha, minha esposa — palmas — do Benício, da Ellen e do Fabrizio, meus amados filhos — palmas.

Nesse ponto e desde a apresentação da empresa mãe, apenas seus amigos batiam palmas. Ele sorri, tão centrado em si que não percebe os silêncios, e continua:

— Tem sido uma honra estar à frente da Inova nos últimos anos, coordenando os esforços para transformar o Recanto dos Sabiás no primeiro bairro autossustentável da cidade, no bairro mais moderno e bonito e já tão querido por todo povo daqui!

Começamos essa brincadeira em 2008, sem muitas pretensões, mas cá estamos. Tenho orgulho de falar que o Recanto dos Sabiás emprega hoje 1.500 pessoas, trabalhadores da cidade toda que vem diariamente fazer as vidas de nossas famílias mais felizes e confortáveis. Nós temos lanchonete, academia, salão de beleza, padaria, o parque tecnológico com pequenas e grandes empresas que atuam globalmente, um hotel de luxo com capacidade para receber a elite do mundo corporativo e cultural global, além de nossos três condomínios fechados, seguros e autossustentáveis, e nossa escola, a melhor da cidade, porque queremos o melhor para nossos filhos.

Alguns podem pensar que já temos tudo, que o Recanto já anda pelas próprias pernas e podemos finalmente descansar e contemplar esse trabalho bem-feito, como nosso Senhor contemplou a criação e ainda contempla. Mas nós não descansamos.

E é por isso que apresentamos, com muito orgulho, o Parque dos Sabiás!

Uma área pública há tanto abandonada, feia, desprotegida para qualquer vândalo entrar e fazer o que quiser, agora revitalizada no mais moderno parque da cidade. Graças à parceria público-privado que celebramos com a prefeitura, o Parque está sendo entregue para as famílias não só daqui, mas também do São Domingos, para que todos possam desfrutar um pouco da qualidade de vida aqui do Recanto.

É com orgulho que entrego o microfone e o parque ao senhor prefeito, responsável daqui em diante por sua manutenção. Pediria que cuide bem dele, mas sei não ser preciso, pois sua prefeitura cuida muito bem dos seus.

A voz morre em um silêncio que deveria ser palmas, mas ninguém acompanhava o discurso para pegar a deixa. O senhor prefeito pega o microfone meio irritado pela falta de celebração e fala qualquer coisa ríspida. O espaço vip fica em um silêncio mais constrangedor que o de antes.

Bora logo, chama um dos amigos de Lucas, tomando a frente. Eles pulam as fitas e atravessam aquele grupo que sendo de ricos não podia ser multidão e que estava bem no caminho que eles, Lucas e amigos, sempre faziam.

A aglomeração de ricos abre caminho cheio de olhares e caretas para os jovens. Homens de preto correm ao socorro deles, da aglomeração de ricos, barrando o caminho dos jovens com violenta autoridade.

— Essa área é exclusiva, vamos.

— Vamos o quê, rapaz. O cara ali acabou de falar que é da prefeitura.

— É da prefeitura, mas não é pra qualquer um entrar.

— É, parem de querer fazer vagabundagem, não estão vendo que aqui é diferente?  
— grita um morador do Recanto.

— Vocês são quem mais tem cara de vagabundo aqui e nem por isso estamos expulsando vocês — responde um amigo de Lucas.

— A gente só vai no rio, porra.

— Vão embora ou chamamos a polícia.

O flash do celular de Paula interrompe a discussão. Ela achava que sairia sem flash.

Marcelo, acompanhando de longe a bagunça, corre para harmonizar o clima, falando que não tinha nenhuma matéria de jornal ali. Paula responde que não se preocupasse, era a mesma matéria, e pergunta se afinal o Parque é ou não público. Os garotos já estão irritados com tudo, mandam todos tomarem no cú e vão embora. As famílias ficam chocadas e conversam sobre como é difícil deixar aquela gente do São Domingos frequentar o bairro deles. Paula entrevista um dos seguranças, que diz estar apenas cumprindo ordens. Marcelo sorri seco, pega o celular e liga para o dono do jornal de Paula. Pássaros voam por cima das fitas e áreas exclusivas. Pássaros pombas invadem a área exclusiva para comer as migalhas e os restos do *brunch* de inauguração. As migalhas e os restos do *brunch* cumprem seus destinos de comida em bicos inesperados. A grama continuará sem qualquer alimento para deixar de ser grama. Embaixo dela, as águas da chuva do dia anterior molham o solo no caminho até o rio. O rio ali encontra o céu lá, as árvores que crescem na margem são pontes para as águas de um ao outro. O rio lá, algumas curvas para frente, não encontra o céu ali nem lá, e nem tem árvores para fazer pontes. Está coberto pela cidade.

Na mangueira, canta um sabiá. É um canto para ocupar o vazio de sua parceira, que foi buscar comida. Os pequenos sabiás ouvem o pai em silêncio. Os outros ninhos e

passarinhos também ouvem, de quando em quando respondendo, as formigas e larvas e besouros e todos insetos que vivem na mangueira também ouvem, e a mangueira ouve, em silêncio. O canto aumenta e para, as folhas mexem e a Sabiá reaparece, com duas minhocas no bico. O ninho desperta do silêncio em pequenos bicos abertos para cima. O pouso da sabiá, apesar de leve, é suficiente para a mangueira finalmente dar dois corações vermelhos em alimento à grama. Um deles encontra uma cabeça de macho humano antes de encontrar a grama, e essa cabeça grita e pragueja.

O macho gritou uma ameaça de despejo, disse que vai mandar cortar a árvore. Silêncio. Os pequenos sabiás comem minhocas. Algumas das famílias cantam.

A aglomeração dispersa para um lado, a multidão para outro, ainda era domingo e o dia podia melhorar. Já entrava em cena aqueles que só aparecem após a cena, quando as cortinas fecham. Eram alguns dos 1500 trabalhadores empregados pelo empreendimento Recanto dos Sabiás.

Eles estavam ali como as árvores, para cumprir uma necessidade. E quando deixarem de limpar as sujeiras das famílias ricas, quando ficarem velhos ou se machucarem ou quando pedirem um salário melhor ou organizarem greve ou tiverem robôs que façam o que eles fazem mas sem os desgostos de serem humanos, então eles acabarão como as árvores, cortados e apagados.

#### 4.4.2 Literatura e racionalidade científica

Na pedagogia de Paulo Freire (1983), as pessoas envolvidas no processo educador são sujeitos ativos. Não objetos, como na sociologia clássica de Durkheim (CHAUÍ, 2008), nem sujeitos passivos, que devem apenas ouvir as palavras do professor ou do cientista.

Nós pensamos e sentimos, sonhamos e brigamos. Temos todas, todos e todes nossas próprias compreensões do mundo, não completamente únicas nem completamente iguais, mas um universo de interpretações.

Krenak (2019) nos vê como parte da natureza. Para ele, não existe a disjunção sujeito-objeto feita pelo saber científico. Somos natureza, somos mundo.

Se somos todos objetos e somos todos sujeitos, sujeitos ativos, podemos conversar com um rio, uma árvore, uma pedra ou um carro. A dificuldade está em como ouvi-los, ou como compreender o que ouvimos.

Para Morin (2005), o pensamento humano opera por dois processos: o empírico-lógico-racional e o simbólico-mítico-mágico. Toda sociedade humana desenvolve suas concepções de mundo a partir de mestiçagens e hibridações desses processos.

A ciência tradicional, que “superdesenvolveu” o pensamento empírico-lógico-racional (MORIN, 2005, p. 77), busca a racionalidade pura que não se contamina pelas “crendices”, que desmistifica o mundo, lutando contra as compreensões simbólicas/míticas/mágicas. Mas, talvez, para nos comunicarmos com aqueles sujeitos que a ciência vê como objetos, precisamos desenvolver a outra operação do pensamento, esse lado que tentamos matar.



A escrita literária é uma forma de deixar o racional e o simbólico brincarem entre si, é um encontro criativo entre eles e pode construir conhecimentos através da livre relação entre teorias e práticas, saberes e vidas.

Nesta pesquisa, a literatura é um laboratório de outros mundos, de possibilidades de futuro, utopias e distopias. Pela relação entre racional e sensível, por se deixar ser atravessada por diferentes vidas, ela vai a lugares que os laboratórios da ciência tradicional não chegam: como seria um encontro entre os moradores de classe media alta sitiados nos condomínios fechados do Reserva e os jovens moradores do Santa Rosa? Como um trabalhador se sente ao ver o futuro e descobrir que suas ambições terminaram em um lugar comum, fazendo a riqueza de outras pessoas?

Para Kundera (1988), o romance só existe para descobrir porções desconhecidas da existência humana, possibilidades humanas que só ele pode descobrir.

Esse é um porquê da literatura em nossa pesquisa. Porque existem possibilidades e impossibilidades da existência que só a literatura pode descobrir. Encontros e conversas que vivem apenas ali.

Como disse Eagleton (2003), falando dos formalistas russos, a literatura renova o mundo ao transformar e “deformar” as palavras que comumente usamos para dizê-lo. É o distanciamento feito pelas artes de que fala Antônio (2009), desnaturalizando o cotidiano. Esses são outros porquês: além de trazer possibilidades, ao brincar com as palavras a literatura problematiza o que sempre pareceu óbvio.

E isso é contra-hegemonia.

#### 4.4.3 Breves críticas sobre literatura engajada

Não poderíamos deixar passar umas palavras da revisão da bibliografia sem criticá-las.

A ciência é o saber da modernidade, a modernidade é o projeto de racionalização da vida individual e coletiva e o romance, para alguns autores (KUNDERA, 1988; GOLDMANN, 1976), é a forma literária da modernidade.

Expressões do mesmo contexto, o romance padece de limitações e pretensões similares à ciência nas concepções de Sarte (2019) e Kundera (1988), que defendem atuações literárias opostas — o primeiro pela literatura engajada, o segundo contra — mas têm ambas visões eurocêtricas em algum ponto.

Sartre (2019) defende que a escrita é uma arte engajada, pois o escritor escreve o que vale a pena ser escrito e para isso recorre a um “sistema de valores transcendente” (p. 28). Mas a noção de valores transcendentais, de verdades universais, tem a ver com uma desculpa da

cultura ocidental europeia para exterminar populações e saberes pelo mundo, afinal os saberes deles eram os únicos verdadeiros. Essa pretensão de que a Europa descobria o mundo está também em Kundera (1988), para quem o romancista europeu descobria valores e verdades universais sobre a humanidade — e não sobre a humanidade europeia moderna.

Para nós, pesquisadores e escritores de um país violentado pelos europeus, os valores não são transcendentais, mas variam pelo contexto. O que “vale a pena ser dito” é subjetivo, varia para cada cultura, época e pessoa. Isso também foi compreendido por alguns europeus, como Eagleton (2003), para quem a própria definição de literatura é algo subjetivo, que varia de acordo com o juízo de valores da sociedade em que o texto é lido.

Apesar dessa discordância com Sartre, concordamos com sua defesa da literatura engajada.

Para Kundera, engajar é ver o mundo em dualidades, o que contraria sua “sabedoria da incerteza” do romance (1988, p. 13). Em sua obra, literatura engajada aparece como sinônimo de literatura panfletária e incerteza como sinônimo de neutralidade.

Em alguns momentos Milan Kundera acusa os supostos infiéis à sabedoria do romance de não suportarem um mundo sem Deus e suas verdades simples, do bem contra o mal. Um orgulhoso herdeiro da tradição epistemológica da Europa ocidental, ele ignora que essa epistemologia nasceu do cristianismo e de uma crença nas capacidades divinas do homem branco europeu (GROSFOGUEL, 2016), que conseguiria ascender a um conhecimento universal como o divino, pois sua mente está descolada da realidade concreta, do chão que ele pisa, do lugar e do tempo em que vive. A neutralidade que Kundera julga ser o diferencial da literatura feita por pessoas maduras como ele, está ancorada na mesma crença divina que a ciência tradicional. Que seus pensamentos e sua arte poderiam descolar das sensações e vivências do corpo, do contexto, das paixões e ideais, de sua compreensão do mundo.

Kundera, um apaixonado pela Europa, talvez nunca tenha lido Paulo Freire (1983), um educador brasileiro, que disse que a conscientização e a educação jamais são neutras. A falsidade dessa neutralidade também foi dita por Santos (2000) e Postman (1994) em relação às tecnologias, por Wallerstein (2002) e Garaudy (1981) sobre a ciência.

A “busca da verdade” pela literatura não é neutra e nem a sabedoria da incerteza deveria pressupor uma neutralidade.

Kundera não percebe que relativizar as certezas é uma posição engajada. E ela pode ser uma atitude contra-hegemônica, não-conservadora ou reacionária, pois mesmo dentro dela não existe neutralidade. Relativizarei a propriedade privada da Lagoa, o amor incondicional de uma mãe ou a necessidade de nos vacinarmos contra a covid-19? Tudo que falamos ou

silenciamos é engajamento. Contarei a história de jovens brancos de classe média ou de jovens negros periféricos? Caso conte a dos brancos, falarei sobre racismo e elitismo ou sobre amor em tempos de liquidez? Ou contarei de intrigas e rebeldias em um colégio particular e universalizarei as verdades da história para a juventude humana.

Tomemos como exemplo “A insustentável leveza do ser”, o mais conhecido de seus romances (KUNDERA, 1985). Em diversos trechos percebemos suas críticas à União Soviética, à esquerda e aos comunistas, apesar de não fazê-la com afirmações diretas. Também não defende os Estados Unidos, inimigo dos soviéticos na Guerra Fria. Sua escolha, nem por isso, é neutra. Ele poderia falar da diferença na vida do povo soviético com a queda do muro e a volta do capitalismo, relativizar a liberdade nos países socialistas e nos países capitalistas, falar de exclusão e fome, de pessoas morando nas ruas, do prazer feminino. Ele não exprime nem espreme essas ideias porque não encara o mundo assim. Porque somos nós, pessoas reais com valores, ideias, sonhos e sentimentos que escrevemos literatura, não pessoas hipotéticas ou ideais.

A busca pela verdade escondida nos tempos, a busca pelas porções desconhecidas da existência, é o que Milan Kundera diz ser o justo propósito do romance. Sua crença aqui também é engajada. Pressupõe que a existência humana é uma e o que alguém descobre dela pode ser universalizado para toda existência humana. Pressupõe também que a verdade pode ser descoberta e está sempre escondida. Essa é uma maneira de encarar o mundo, compatível com a ideologia europeia moderna. E, novamente, não é neutra.

Os questionamentos e posicionamentos de Kundera nos ajudam, apesar das discordâncias, a encontrar alguns pressupostos para as narrativas literárias dessa pesquisa. Um importante é esse: que não sejam panfletárias e que usem a sabedoria da incerteza.

Pois não podemos construir discursos que problematizem o que parece óbvio, que mostrem como construído o que é mostrado pelo discurso hegemônico como natural, com verdades e certezas. Mas usamos a sabedoria da incerteza conscientemente engajados.

#### 4.4.4 Breves divagações sobre literatura e modernidade

Santos (1997), Morin (2000b), Wallerstein (2002) e tantos outros, nos veem em momento de crise do paradigma que ordena e desordena o mundo nos últimos séculos, o paradigma da modernidade. Santos nomeia o novo paradigma de pós-modernidade.

Se o romance é a forma literária da modernidade, a pós-modernidade pediria um pós-romance? Se o romance é a busca de porções desconhecidas da existência humana, o que seria o pós-romance?

Embasados no que foi a modernidade e no que está em crise, podemos nos aventurar em pensamentos. Contra a universalização, a contextualização, as incertezas. Contra a “neutralidade”, a responsabilidade pelo mundo, o engajamento. Pelo diálogo entre saberes e pela importância do sensível, da espiritualidade, do que não é racional. Contra a separação humano-natureza e sujeito-objeto, os devires, o diálogo e a empatia. A compreensão do humano como natureza. Um pós-romance poderia explorar as possibilidades de existência em outras realidades, as possibilidades de outros mundos. Pegando de cada contexto, de cada exploração humana, sabedorias que possam ajudar outras explorações (BAUMAN, 2003) e usando do contexto indeterminado, do uma árvore, uma cidade brasileira, uma mulher brasileira, para tirar a “potência do devir”, que para Deleuze (2011) não está na generalidade, mas na singularidade.

Para Kundera (1988), o romance explora o que foi esquecido pela modernidade. Nosso pós-romance explora não só o que foi esquecido, mas o que a modernidade se esforçou para apagar e o que a modernidade nunca será.

#### 4.4.5 Segundo conto do autor

##### Só mais um

Rogério sabia que era especial e que estava destinado a ser grande. Há muitos anos ele sentia as expectativas silenciosas e invisíveis que os anjos tinham sobre sua vida na Terra. Estava prometido aos maiores desígnios de Deus.

Rogério pensou tanto no próprio futuro, sonhando acordado ambições de dinheiro e fama, de imortalidade em ruas e pontes chamadas Rogério, que em sonho dormindo pisou em falso e caiu acordado.

O céu continuava azul.

Ouviu a barriga fazendo o de sempre com o ar. Nem parecia ter caído metros sem fundo. Folhas nadaram no céu sem sair do lugar, como a Lua na noite.

Com o clarão do Sol vieram as buzinas dos carros, o cheiro de esgoto e o chão duro.

Rogério piscou várias vezes antes de sentar, afastando o Sol que ofuscava o céu. Sentado, olhou ao redor, se sentiu acordando para uma realidade mais confusa que o sonho, achou que tinha errado, fechou os olhos e tornou a deitar. Dormiu.

Acordou com o barulho das buzinas e descobriu que acordou errado, de novo, mas não insistiu em acertar. Algo mudou em sua sonolenta cabeça. Rogério não decidiu voltar aos sonhos para tentar acertar a cama, mas levantar e explorar isso que não sabia o que era. Pois lhe brotou o pensamento que algo especial acontecia, algo feito pelo Senhor só para ele.

Se levantou, atento para perceber onde estava e olhando ao redor percebeu que os automóveis mudaram, mais redondos, e se virando viu que as casas ainda pareciam casas, encontrando certo conforto nisso. Andou sem direção e olhou. Um outdoor anunciava ter o segredo para emagrecer rápido e sem sofrimentos, era realmente seu mundo, percebeu. Mas se era o futuro, imaginava que seria mais surpreendente.

Em uma rua vazia encontrou um jovem de boné preto empinando uma bike. Perguntou um tanto alto para que ouvisse em que ano estavam. O jovem, subitamente confuso, parou ao lado de Rogério, tirou uma caixinha do bolso, olhou para o homem, fez ela brilhar e o mostrou, dizendo que o tempo corria. Rogério, surpreendido, perguntou o que era aquilo, o jovem respondeu que dois mil e vinte e voltou a tirar onda com a bicicleta.

Ainda surpreendido nosso herói fez uma operação matemática de subtração que resultou em cinquenta e dois, mas o número não deu a importância que queria. Respirou fundo, deixando de lado os bolsos do futuro, visualizou os quatro números do ano, dois zero dois zero, um novo milênio já bem adentrado, e então deu alguma importância para a data, lembrou o quanto pensou, não exatamente nela mas em qualquer futuro para lá de dois mil, e era o futuro em que estava, cinquenta e dois anos de futuro. Procurou no chão, no céu, no ar e nos muros o nome da rua. Encontrou e não era o seu.

O herói ficou triste.

Procurou seu nome em placas e sua imagem em estátuas, não achou, Tudo bem, disse, tinha andado apenas alguns minutos. Andou alguns outros lutando com o medo e a curiosidade do que sabia ser o verdadeiro teste para descobrir em que deram suas ambições. Interrompeu o caminho de uma mulher baixa de cabelos castanhos perguntando se conhecia Rogério dos Anjos da Silva, quando falou dos anjos sentiu na boca o coração tremendo as palavras. A mulher olhou dos olhos aos pés muito rapidamente para não ser mal-educada e um pouco confusa outro pouco com medo respondeu que Não, sei de um Rogério que pelo que dizem foi nada dos Anjos e de outro que também não foi, e nenhum deles foi da Sílvia. Rogério acenou sorrindo e agradecendo, mecanicamente, enquanto de um lado caía e de outro resistia, dizendo para si mesmo que ela era só uma pessoa, que podia ser perdida ou não ter entendido.

As outras interrupções trouxeram respostas diferentes, mas negativas também. Após uma jovem repassar a pergunta à caixinha brilhante do bolso dizendo ser ela superinteligente e sabedora de tudo e ela também não saber de Rogério, ele se deixou cair em tristeza, percebendo ter sido só mais um vivo e só mais um morto.

O que aconteceu? Era um rapaz promissor. Inteligente. Comunicador, ambicioso, estrategista, empreendedor, com infinitas possibilidades para ser grande, galgar os cargos de uma empresa até o topo, criar uma do pó ao sucesso, criar outra e outra, tudo bem, não eram infinitas, mas também não era só uma. E nada deu certo? E os anjos que olhavam sua vida lá de cima, curiosos pelos passos do prometido, eles também se enganaram, falharam como ele, os anjos apontaram o homem errado?

Mas antes de cair de vez Rogério tentou se confortar. Não era sem motivo que estava aqui, disse. Se Deus lhe apresentava esse mundo de automóveis arredondados e bolsos com caixas inteligentes, que ninguém o conhecia nem as placas levavam seu nome, dizendo ser o futuro, Ele tinha seus motivos — imperscrutáveis para nós suas criaturas. Escrevia algo direito no que parecia confusão, e era para que Rogério fizesse algo disso tudo.

Mas, se os motivos Dele eram imperscrutáveis, como agiria Rogério corretamente e de acordo, perguntavam as profundezas da tristeza, chamando ele para que continuasse a cair. Como faria o que devia, não as infinitas possibilidades que a nada levariam? Como não trilhar os caminhos do pecado e da heresia, se apareciam todos igualmente infundáveis, insistia a tristeza. A resposta lhe apareceu límpida, não nas profundezas mas no céu: devia estar aberto à Sua inspiração, deixar o Pai agir pelo seu corpo.

Com humildade, nosso herói, mais uma vez, levantou, fechou os olhos e respirou fundo o ar da graça Dele, porque feito também por Ele, sentiu a cidade queimar suas narinas, cheiro de esgoto e borracha queimada e um nome lhe apareceu. Usicana.

A empresa que trabalhava.

Moemambá tinha mudado. Mesmo que seu emprego continuasse no endereço de cinquenta e dois anos antes, Rogério não saberia como chegar, pois não sabia onde estava.

Passou a interromper as pessoas para perguntar se conheciam a empresa e todos conheciam, ele ficou mal-humorado, perguntou onde ela ficava, o primeiro não sabia, a segunda achava que no centro, a terceira, quando já estava no centro, disse que ficava no São Domingos, um outro bairro, muito longe para ir a pé. Pareceu insultada por ter que explicar o caminho mesmo assim.

Vinte minutos depois Rogério estava no São Domingos, pensando que os moemambenses se tornaram preguiçosos, Deve ser por esse tanto de carro, disse sozinho. Uma senhora que parecia familiar e demorou em silêncio os olhos nos dele enfim respondeu que ficava no Recanto dos Sabiás, ali perto, seguindo aquela rua, dobrando a direita e depois a esquerda no retorno, era um lugar chique, saberia quando chegasse, depois andaria bastante na mesma rua e uma hora veria a procurada.

Se despediram com um obrigado um obrigada e um silêncio de dúvidas entaladas.

Passaram várias ruas que Rogério só via os olhos da senhora, até por apenas sorte chegar em uma rotatória e ver o que soube ser o destino.

Respirou fundo procurando a Inspiração em Seu ar que afastasse aqueles olhos, encontrou o cheiro de calor e grama cortada e atravessou a rua em círculo até o canteiro largo e bonito que separava duas ruas largas e lisas. A entrada do Recanto.

Devia ser bairro de gente muito boa e bonita, pensou Rogério. Espero ter morrido aqui, pensou em seguida, era o mínimo. Se não teve imortalidade, que fosse dinheiro e boniteza e bondade, e de repente estava cantarolando, alegre, afastados o mal humor e os olhos, chegados o conforto e a pureza daquela largueza de espaço para pouca pessoa.

Era sobre isso a criação, o paraíso perdido, a Vontade de Deus para Suas criaturas, nada daquela pequenez de espaço para muita gente, tudo empilhado e fodido. Segurando com delicadeza o tronco de uma árvore ele rodou como um dançarino na chuva.

Passou guardas armados e câmeras de insegurança, muros altos e pessoas brancas. Passaram carros silenciosos e ventos secos. Rogério não desviou de seu caminho e chegou à Usicana, um imenso bloco branco e preto de concreto e janelas.

Entrou e perguntou ao homem sentado atrás do balcão se conhecia o Rogério. O homem respondeu O quê?, mais por costume do que por não ouvir, como ficou confirmado pelo herói ao encara-lo em silêncio e sem respostas ele completar que sim, conhecia.

Dos Anjos da Silva? Sim. Você parece ele. É parente? Sim. Como o encontro? No cemitério. Virou coveiro? Está morto. Rogério tentou não fazer as contas dessa vez, mas o cinquenta e dois estava lá, pensasse ou não. E o que você me conta sobre ele? Algumas coisas. Então conte. Por que deveria? Porque sou parente distante mas muito próximo no peito, e preciso matar essas saudades que me apertam. Ninguém mata saudades de morto, só sente ou esquece. Quero sentir. Não falou que já sente? Sim, mas se me deixar com a morte vai ser só dor, me dá um pouco da vida pra compensar. Compensar não vai, mas tudo bem, aqui vai: Rogério, ou como chamávamos, Gério, trabalhou até seu fim na Usicana, mas não a vida toda. Uma época foi embora fazer seus próprios negócios que não deram certo e então voltou. Antes de sair parecia amargurado, resmungava aos próximos que era tudo muito injusto, quem dava duro recebia migalhas, quem nascia bem recebia tudo. Depois que voltou estava realmente amargurado, tanto que deixou de se queixar, calou e deixou a amargura curtir lá dentro até virar veneno e ele um escorpião que picava a si mesmo. Dizem que escorpião faz

isso pra se matar, não sei, ele uma hora morreu. Quando o conheci já era bem calado, mas vez ou outra abria a boca para dizer umas gentilezas poucas, miseravelmente contadas para não acabar. Talvez se abrisse a boca menos vivesse mais, morreu quando tinha mais nada além de veneno lá dentro, nada para alimentar seu espírito. Mas era um homem bom, como a maioria.

É só isso? Pergunta Rogério, se controlando. Não, é um resumo, mas acho que te basta, responde o homem. Basta.

Já se virava para sair e verter as lágrimas escondido quando parou e pensou. Ele morreu pobre, ele viveu aqui no Recanto, saíram as perguntas, como vindas de outro lugar ou alguém, alheias a ele. Sim e não, respondeu o balconista, Morou no São Domingos, mas sua casa valorizou com a construção do Recanto, completou, tentando consolar o homem triste.

Enfim a confirmação veio bater o último golpe: foi também um fodido. Viveu empilhado na casinha pobre que encareceu umas centenas de reais pela proximidade da casa grande do rico. Sem se despedir Rogério saiu, não era de se constranger com o silêncio e por isso ocupa-lo com qualquer coisa. Quando conversava, ouvia sem murmurar “Ah é?”, “uhum” ou “que legal”, intimidando as pessoas, que confundiam seu silêncio com irritação. Rogério saiu, andou um pouco, sentou na grama cortada, as lágrimas escorrendo pelo rosto sem enxugá-las, fechou os olhos e em silêncio tentou ouvir o que seu Pai falava.

Ouviu o vento seco passeando pelas árvores.

Alguns passarinhos cantando e conversando. O silêncio de um carro novo e chique, a maldade do homem comentando “isso que dá não ter guarita para entrar aqui?”. Ouviu os silêncios feitos pela largueza daquele Recanto, e por baixo dos silêncios sementes brotando, raízes forçando caminhos no concreto, rios aprisionados pelo ordenamento do mundo. Ouviu o caos brotando na ordem, a vida que até na tristeza de futuro ainda existia.

Ouviu seu caos brincando com seu corpo cheio de ordem e já não sabia o que era caos e o que era ordem, o que eram suas lágrimas caindo na grama e o que eram as águas da última chuva procurando um rio calado.

Aonde terminavam os sons e começavam os silêncios.

E dormiu.

#### 4.4.6 Laboratório de utopias

Ao princípio, construí dois tipos de narrativas literárias: contos, cuja proposta era os participantes da pesquisa lerem e depois ajudarem na construção; e um romance, que juntaria as narrativas da pesquisa e outras histórias.

Estruturaria o romance seguindo Goldmann (1976), para quem a estrutura do romance reflete a estrutura da sociedade e o romance é, referenciando Lukács, uma busca degradada por valores autênticos em um mundo degradado, feita por um herói diferentemente degradado.

Os conhecimentos trabalhados e aprofundados nessa pesquisa ajudariam a construir um romance que refletisse a estrutura da sociedade e, como diz Santos (1997), faria a radicalidade da imaginação utópica não colidir com a realidade.

Ao fundo do nosso romance estariam as relações individualizadas, guerra de todos contra todos, desigualdades, colapso ambiental. As comunidades de Bauman (2003), líquidas e inseguras. Um mundo degradado. Os valores autênticos buscados na trama seriam a tentativa de superação do paradigma moderno, fazer cumprir o que a modernidade não cumpriu, ignorou e apagou. Comunidades humanas sustentáveis, justas e de vidas boas. Uma tentativa degradada, feita por um sujeito, a personagem principal, igualmente degradada pelo mundo: uma tentativa feita individualmente. E, ao fim, sua incerteza se realmente consegue mudar o mundo com as próprias mãos, a mudança que ela sonha, por mais fortes que suas mãos sejam.

Não consegui terminar o romance a tempo.

Os contos seriam como laboratórios de experimentação do romance.

Neles, as interpretações das ciências se encontram com as interpretações dos entrevistados, o saber crítico e o discurso contra-hegemônico das ciências encontram as pequenas e despercebidas contra-hegemonias nas vidas das pessoas, nos cotidianos, nas existências e vidas de outros seres. As possibilidades de existências da humanidade encontram os sonhos. Os mundos que existem encontram os que não existem.

As realidades encontram as utopias. Não para fantasiando umas com as outras tornar umas mais fáceis de passar pelos dias, fazendo um entretenimento personalizado para os participantes da pesquisa.

Mas, para criando ficcionalmente um mundo, mostrá-lo possível, enquanto ao recriar as realidades que vivemos usando da sabedoria da incerteza e das distorções da linguagem, mostrar o absurdo mundo que vivemos. Pois se ele foi possível, outros melhores também são.

Seriam como laboratórios porque experimentaríamos histórias e testaríamos elas com os entrevistados. Eles leriam os contos e diriam o que acharam. Com base em suas reações, eu aperfeiçoaria o romance.

Fiz isso com o primeiro conto, Recanto dos Sabiás, entreguei para Lucas, o morador do Santa Rosa, e Paula, a jornalista. Ambos disseram gostar dele.

Paula não disse muita coisa, apenas que *“Narra com detalhes e deixa claro que o povo não é bem-vindo na área pública do condomínio”*.

A conversa com Lucas foi mais extensa. Ele disse que se viu no conto, *“me identifiquei bastante, em algumas partes, é... principalmente na molecada que metia o loco e ia lá pro, pra inauguração do evento, eu me identifiquei bastante, achei bem massa mesmo”*. Disse que se lembrou dele e dos amigos indo nadar no *“tanquão”* (a Lagoa do Santa Rosa).



Se fosse o personagem, ele disse que seria rebelde, que “*ia tumultuar, sei lá. Ia dar algum jeito de estar participando [...] por exemplo, se tivesse essa, essa inauguração aí, eu ia, eu com meus amigos, ia apavorar lá*”.

Acho interessante sua resposta quando pergunto se mudaria algo no texto.

*deixaria, sei lá, mais simples de ler, talvez, não sei. É, porque, eu não entendo, a real, porque como eu disse pra você eu não sou de ler muito, gostaria de ler mais do que eu leio, na verdade não leio quase nada, mas eu gostaria de ler bem mais. Só que eu gosto de coisas mais simplinhas, sabe, mais... é... como pode dizer pra você, mais... ah, fala nossa mesmo, mais popular.*

Disse que ler o conto deu uma “*retrocedida no passado, mano, pra revivenciar tudo aquilo de novo, tá ligado. Foi bem massa mesmo. Daóra*”.

O conto parece ter sido mais um divertimento que um motivo de reflexão sobre a realidade. Mas quando pergunto se ele acha que eles seriam mesmo expulsos do evento, ele fica em dúvida e após algum tempo diz que “*caraca, é meio difícil de falar [...] acho que sim, cara*” e diz que as pessoas de lá devem se achar separadas do Santa Rosa, enquanto ele, quando alguém fala do Jequitibá, corrige dizendo “*Jequitibá não, é Santa Rosa*”.

Por muito tempo, quase todo o da pesquisa, remoemos qual seria a cientificidade de um conto, de um romance e por isso não mostramos os contos para outros participantes da pesquisa. Pensei que eu não fazia ciência. Que, se queria provar que a literatura é eficaz na disseminação de discursos contra-hegemônicos, teria que entrevistar muitas pessoas, apresentar um texto científico sobre o Reserva Jequitibá junto com o conto, pensei que teriam que ter vários grupos, para alguns apresentaríamos só o texto, para outros só o conto, e pensando tudo isso eu acabava meio revoltado e meio triste, um pouco como o Rogério quando percebeu que era só mais um. Sentia que era tudo uma bosta, o meu trabalho inútil e eu uma farsa.

Foi com o tempo e as conversas com minha orientadora que percebemos que o principal da literatura em nossa pesquisa não eram os contos ou o romance, mas meu processo de escrita. Não importa muito se os textos literários ficaram bons ou se ficaram uma porcaria, se a leitura deles é mais crítica que a de um texto científico, se leva a processos de problematização da hegemonia ou não.

Fazendo conversar seres que não conversam no dia a dia, experimentando outros mundos, deixando as vidas dos entrevistados e das pessoas que caminhavam pelo Parque Jequitibá, do porteiro que me atendeu no Alphaville e das canas de açúcar que olhei com desprezo ao lado

da Hyundai, deixando essas vidas me atravessarem, eu também estou construindo conhecimentos.

Cientificamente, importa que a escrita literária é um método para interiorizarmos nossa pesquisa, para descobrir fatos novos, fazer outros tipos de associação entre conhecimentos e vidas.

Foi escrevendo que percebi como cansa andar pela avenida que entra no Reserva Jequitibá (poderia ter andado nela para perceber) e como a cidade muda quando você entra ali. Senti solidariedade pelos trabalhadores que constroem a cidade e morrem esquecidos como só mais um trabalhador, pessoas que tinham sonhos e ambições como eu.

Percebi como as árvores são apropriadas pelos interesses imobiliários, como elas valorizam um empreendimento e como isso pode mudar e pode não mudar nada na vida das dezenas de pássaros que moram nela. Como ninguém pergunta pros pássaros se pode cortar aquela árvore, ninguém tenta convencê-los que no final é melhor, estão fazendo um serviço digno arrancando a mangueira e plantando uma árvore nativa no lugar, tudo bem que essa mangueira é sua casa e fonte de alimentos, mas ela não pertence àquele bioma.

Foi escrevendo que percebi a precarização da classe jornalística e senti algo sobre como é ter seu companheiro fotógrafo substituído por um celular. Percebi o poder da transgressão. A potência de contra-hegemonia na metecção de loco da molecada. A dificuldade que é a incerteza, que é ver a humanidade naquelas pessoas tão pouco humanas.

Os resultados dessa pesquisa, dos processos que construímos e nos atravessaram com as escritas científicas e literárias, não estão nos contos, mas em toda esta dissertação.

#### 4.4.7 Terceiro texto literário do autor

### JUSSARA

#### 1

Moemambá é um município do interior de São Paulo, um Estado muito sofrido.

Em Moemambá vivem 306 mil pessoas. A maioria gosta de viver ali e se diz feliz, apesar dos dias tristes, que não parece mas todos têm, alguns menos, outros mais e outros mais ainda. Menos de seis mil delas moram no campo e o resto na cidade.

Moemambá nasceu das ordens do governador da Capitania de São Paulo para um branco português fundar uma base militar em uma das curvas do Rio Piracema, ponto estratégico na guerra que eles levavam aos povos dali.

O branco português fundou a base em uma vila de pescadores, aproveitou para colocar cerca em um punhado grande de terra para falar que era seu e gostou do lugar. Morreu anos depois, flechado no pescoço por quem morava ali antes dele, mas não era dono do lugar. Ninguém é dono de nada, dizia aquela flecha, ninguém é dono das palavras que fala ou deixa de falar, dos sentimentos que batem no peito, da terra que este peito molha de sangue, ninguém é dono de nada.

Moemambá nasceu no solo fértil da mata atlântica, onde viviam muitos seres. Nasceu na morte e para a morte deles. Árvores, pessoas, onças. Montanhas foram despedaçadas e rios foram calados.

Moemambá nasceu de muitas violências, mas ela é maior do que isso.

Ao entardecer, velhas e velhos colocam cadeiras nas calçadas e ficam lá, trocando palavras e vendo a rua movimentar.

Nas noites de quarta e sexta os seresteiros cantam para o rio e bebem cerveja.

Quando volta o Sol, Moemambá solta cheiros de flor, terra, pão e café.

Existem explicações diversas para seu nome.

Que “moema” é “mentira” ou “falsidade” e “bá” é “árvore” ou “fruto”, significando um alerta para o forasteiro não colocar na boca tudo que parece comestível, explicação contada por alguns acadêmicos.

Que “moema” é “mentira” ou “falsidade” e “mbá” é “todos”, significado que o povo moemambense é um povo falso e mentiroso, uma das explicações mais populares na cidade.

Que “moema” é “mentira” ou “falsidade” e “bá” é “eu”, significando que o fundador, ou o real criador do município, mentia, sobre o que ninguém sabe, explicação contada por algumas velhas e alguns velhos.

Que “moema” é “mentira” ou “falsidade”, “mbá” é “coisa” e “abá” é “homem”, sobre as mentiras que contava o fundador aos habitantes que aqui já estavam, sobre a falsidade do fundador e dos objetos de sua cultura, explicação muito comum nas peças de teatro e intervenções artísticas locais.

Que “Moema” era uma mulher tupi que se apaixonou pelo cunhado português, que quando ele foi embora levando sua irmã, Moema correu e nadou atrás do navio até se afogar no mar, contam que o mar e o rio, comovidos pela dor da mulher, correram ao contrário para trazer o corpo da moça de volta à sua terra, que um tempo depois o corpo deitou e foi descansar no fundo do rio, o ponto é Moemambá, “bá” significa “parar”, o “m” é só pela fonética, uma explicação mais recente, contada por alguns jovens.

Moemambá nasceu quando seu país era colônia de outro.

Como tantas, nasceu em terra regada a sangue dos que aqui estavam e à chegada dos outros, que se disseram daqui donos, resistiram. Foi ocupada e trabalhada à custa do suor, do sangue e da vida de ainda outros tantos que aqui nada queriam e nada tinham a ver com essa história de invadir terras para lá do mar e declarar posse com papéis comidos e cagados por grilos e palavras difíceis, mas foram mesmo assim aqui trazidos, à força, e à força feitos trabalhar. Seus corpos jazem em baixo de uma praça, em cemitério esquecido pela cidade.

E são muitos os corpos que jazem em baixo dessas ruas e prédios, pois a estes se somam aqueles e somam os muitos que ainda vão, não só pelo destino natural que espera os corpos mas também para alimentar a cidade que aqui em cima cresce e insiste em crescer, na fé que um dia vai se tornar cidade grande e moderna.

Moemambá entrou no século XX dominada por três famílias brancas e ricas, donas de quase todas as terras da região. Três famílias que enriqueceram forçando

homens e mulheres negras a trabalharem suas terras para fazer crescer a planta cana de açúcar e a planta café aos montes e até a morte.

Três famílias que enriqueceram por terem a propriedade de uma terra roubada e trabalhada por homens e mulheres roubados de suas terras, que colhiam as plantas e os frutos e as beneficiavam e ensacavam e faziam tudo menos a parte de trocar os sacos de tanto trabalho por dinheiro e embolsar o dinheiro.

Três famílias que com a proibição da escravidão expulsaram os homens e as mulheres sobreviventes das terras que trabalharam, dizendo estarem livres, e mandaram trazer homens e mulheres brancos da Europa para trabalharem suas terras em liberdade. Os negros e as negras que fizeram toda riqueza ficaram assassinados ou jogados na cidade de Moemambá sem nada dela, os brancos e as brancas que continuaram a fazer ficaram em casas próprias dentro das terras roubadas, plantando parte para o patrão, parte para eles próprios, vivendo na dignidade do que os patrões chamavam de lar cristão sagrado e dizendo serem eles a família da tradição daquelas terras roubadas. Eram chamados colonos.

Alguns colonos bajulavam os patrões latifundiários, dizendo que eram exemplos de homens, generosos e bondosos, inteligentes e bonitos. Além de bajular, eram servis e faziam tudo que mandavam. Chamamos a relação deles de subserviência. Ambas as partes se colocavam em tamanhos diferentes. O colono pequeno, o patrão grande. Por ser relação, isso não se dava só quando eles se cumprimentavam, ou quando as famílias se encontravam por acaso na ponte, indo em direções contrárias, e a dos colonos recuava para deixar passar a outra, não, era o tempo todo, era a relação deles.

Uma dessas famílias, por nenhum motivo lógico, mas subjetivo, agradava mais a um dos patrões e ele deixava que plantassem para ele uma área menor que as outras famílias. Dizia, generoso, que não alardeassem o caso, para as outras não reclamarem da injustiça.

A família tinha nada demais. Um casal heterossexual italiano, dois filhos e quatro filhas. Trabalhavam todas na roça, manhã e tarde. Com uma área maior, começaram a vender parte da produção na cidade.

O patrão desejava o homem do casal.

O homem guardava o dinheiro das vendas com a mão fechada. Gastavam apenas em emergências. Tudo que consumiam, plantavam. Com oito anos de economia na mão fechada, ele levou ao patrão um discurso que há oito anos ensaiava.

Tirou o chapéu, tocou a campainha e esperou. Uma mulher abriu a porta. Ele pediu que ela chamasse o patrão. Ela chamou o patrão e o patrão estuprou o homem na despensa, com o chapéu ainda na mão. Os dois tentaram abafar os sons do ato, depois o patrão foi embora, sem dizer nada. Quando o homem do casal saía, como um defunto, o chapéu ainda na mão fechada, a empregada veio ao seu encontro e disse que o patrão venderia as terras pelos oito anos que ele segurava mais firme que o chapéu. Ele anuiu, em silêncio, voltou para casa em silêncio e quando anoiteceu espancou o filho mais velho e tentou fazer sexo com a esposa. Chorou, mas continuou em silêncio.

Essa família de colonos que em breve seriam proprietários tinha o sobrenome Rubino.

Moemambá entrou no século XX dominada pelas três famílias de ladrões, estupradores e assassinos. Eles andavam pela cidade muito seguros que a cidade

era deles e assim eram tratados nos salões, igrejas e lugares de respeito. As três famílias construíram casas na cidade e eram as casas maiores e mais bonitas.

Para comemorar a entrada do novo século, um dos latifundiários chamou engenheiros franceses e mandou que construíssem para ele o maior dos engenhos, na beira do Rio Moemambá, com tijolos vermelhos.

O Engenho, como ficaria conhecido pelas décadas seguintes, marcou o começo da industrialização de Moemambá. Alguns anos depois ele seria comprado por uma empresa francesa e noventa anos depois tombado pelo município como patrimônio histórico, já há anos desativado. Hoje, ele é ponto de festas, shows e sexos escondidos. Mas isso é depois.

Estamos na entrada do século das ditaduras e as três famílias pressionam o poder público a fazer de Moemambá uma cidade realmente europeia.

A prefeitura pavimenta as ruas, ilumina as ruas, limpa as ruas de mendigos, pobres, bêbados, vândalos, jogos e orgias. Manda trazer uma fonte de algum canto da Europa para completar a praça central, feita ao estilo parisiense. Derruba um cortiço no centro da cidade, dizendo que era questão de higiene pública, depois expulsa seus moradores das ruas e da praça central os chamando de mendigos e bêbados e putas. Sem casa e sem rua, eles correm para longe, e a prefeitura constrói um teatro onde era o cortiço. O teatro é aberto ao público, mas só se estiver em trajes finos.

Moemambá cresce. Vêm homens e mulheres de todo Brasil a procura de emprego, se juntam aos negros e negras, aos expulsos do centro e dos bairros próximos ao centro e dos outros e assim por diante e continuamente — uma população quase nômade que constrói os bairros, eles são valorizados, a burguesia bota os olhos, a prefeitura chega com tratores, eles saem.

Moemambá cresce e uma burguesia urbana vai se juntando à rural, mas não sem conflitos. Um homem enriquece, pois tinha um mercado e depois a única loja de correios da cidade e depois outras lojas; outro homem enriquece fazendo peças e equipamentos para os engenhos dos três latifúndios, depois fazendo para latifúndios Brasil afora; um terceiro com uma fábrica de tecidos.

Eventualmente, os fazendeiros descobrem que não conseguiriam interromper a ascensão da burguesia da cidade e deixam que se juntem a eles. Celebram a união no Theatro de Moemambá, em evento noticiado nas capas dos dois jornais da cidade, criando a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Moemambá. Era 9 de julho de 1933.

Juntos, eles eram mais fortes.

## 2

Jussara se vê no fim da história.

Em suas mãos, papel e lápis, mas Jussara não consegue desenhar, está tudo desenhado, cabe à ela apenas ver. No fim, Jussara vê a história e vê o mundo filho da história, mas em nenhum ela pode desenhar. Então o que faço com essa porra de lápis, se pergunta.

Lápis foram feitos para papéis e Jussara foi feita para o futuro, Ele que nunca chega, suspira, cansada de esperar, e em um papel traça a cidade com um lápis bem apontado.

Jussara gostava de dizer que não aguentava mais viver sempre no presente.

Jussara trabalha pensando e falando como Moemambá deve crescer. É um trabalho perfeito para ela, traçando e anunciando o futuro, vivendo na Moemambá pobre e fodida do presente.

Jussara trabalha no Instituto de Planejamento Urbano de Moemambá, empregada pela Prefeitura Municipal como Urbanista. Trabalha de segunda a sexta das oito às dezesseis, um regime de trabalho que diziam ser um privilégio. Jussara mora vinte minutos a pé do Instituto, mas vai e volta todos os dias de bicicleta.

As ruas que ela e a bicicleta percorrem são tranquilas, com poucos carros. Se tivessem muitos carros e fossem perigosas, ela própria compraria um e se juntaria ao fluxo deprimente da cidade, pois tinha medo de morrer atropelada.

E em casa, sempre, Bombom, impacientemente esperando. É um cachorrinho pequeno de alma grande, diz sua melhor amiga, porque seus olhos são grandes e os olhos são as portas da alma.

Sua melhor amiga era a pessoa mais rica que conhecia e a que mais dizia estar sem dinheiro. Meus pais são ricos, não eu, ela respondia ofendida. Chamava Sophia. Era alta e bonita.

Atrás, a história. Na frente, a prancheta.

Jussara sempre desenhava na prancheta, mesmo sentada em sua sala, de frente para a mesa. Em uma de suas salas, é onde Jussara estaria se não estivesse no fim da história, à frente a prancheta e uma folha em branco, esperando.

Toca a campainha.

Ju e Sara eram seus apelidos, faziam dela duas pessoas, era o que costumava sentir. Atrás da porta estava Sophia, atrás de Sara estava a história. Sophia era a única que a chamava de Ju, de Sara e de Jussara.

— Oi Jujuba, diz entrando, oi meu afilhado, oi, oi, diz quando Bombom pula em suas pernas.

— E aí, qual vai ser meu amor?

— Não sei, tô meio quebrada.

Jussara aparece saindo da cozinha, com dois copos de cerveja.

— Quando não né amiga, pede pros velhos abrirem a carteira e a mão enrugada fechada deles, é bom pra exercitar, e vamos curtir com uma cerveja que presta.

— Eu não, não tenho mais idade pra isso.

— Tá na idade de cerveja barata, é?

— Já nasci na idade de cerveja gostosa como eu, nasci burguesa, pra pedir mesada pra papai é que não tenho.

Para Jussara, a noite de sexta, o sextou, eram carros em uma avenida luminosa, a vista embriagada, o céu sem nuvens, um cheiro indefinido de sexta-feira a noite e o medo de envelhecer.

— Tudo bem amiga, vem com a mãe que eu recebi ontem, tô rica.

Sophia se ajeita na cadeira.

— Ai bixa então vamo de ipa que eu nasci pra isso.

As duas riem, Bombom pula em Sophia pedindo atenção e o álcool sobe, embalando a noite delas até o Sol trazer seus cheiros.

O poeta vizinho escreve que ninguém mais aguenta a vida sem drogas, embalado pela tristeza e melancolia que forçou o álcool a trazer e, como Jussara, se achando no fim da história, vivendo o que ninguém viveu. A possibilidade de que nunca aguentamos a vida sem drogas não passa por sua poesia, ou de que são fases, ou que é só ele que não aguenta, e talvez sua vizinha, nossa heroína. Depois

ele escreve que não aguenta mais nem a vida nem as drogas, nem as pessoas, mas pelas verdades escondidas ou perdidas na história ele continua ali, se drogando para escrever, nem passa por sua poesia que talvez sejam a vida, as drogas e as pessoas que não aguentam mais ele, enfim, por sorte é ele nem nosso nem herói, então voltamos à sua vizinha, para ver a porta fechando e Bombom chorando.

Foi tão rápido, talvez pense o cachorrinho, mais uma vez sozinho.

Lá fora está silêncio. O elevador sobe, as duas teclam o celular, Bombom arranha a porta, Melhor amigo o caralho, talvez pense, ainda sozinho. Não sabemos, pois somos nós que botamos os pensamentos nas cabeças dos outros.

Sai o vizinho poeta, vê as duas tarde demais porque elas também o veem, não pode mais voltar pro apartamento se esconder, precisa ficar envergonhado e esperar o elevador junto. Apesar disso, de quando em quando se esforça para levantar a cabeça e olhar Jussara, esperando que flertem um com a outra, como nos filmes que ele não diz que vê.

Se acontecesse, o vizinho, que já apareceu mais do que deveria em nossa história, não saberia o que fazer e envergonhado voltaria a abaixar a cabeça, não a levantando mais.

Se soubesse que era isso que precisava para o vizinho parar de buscar seus olhos, fazê-lo encontra-los, Jussara faria, mas não sabe e por isso ignora, olhando o celular, o marcador do elevador e a amiga.

Jussara termina a noite arrastando um cara gostoso e chato para fora do elevador e dentro do apartamento, cumprimentando o vizinho que saía comprar pão com um sorriso safado, ele envergonhado e triste, e sendo recebida com festa por Bombom, que já esqueceu todas as mágoas e é novamente o animal mais feliz daquele prédio.

### 3

Jussara acorda ainda de ressaca do final de semana.

Estou ficando velha, pensa abrindo a janela. Pessoas chatas como seu vizinho responderiam que estamos todos ficando velhos e que isso é óbvio, é a condição nossa todo dia e toda noite desde que nascemos nós e nossa concepção linear do tempo, desde que nasceu o medo do dia que o tempo chegar ao fim. Seu vizinho diz que começou a envelhecer quando o esperma do seu pai encontrou o óvulo da sua mãe. Mas as ressacas dez anos antes não batiam tão forte em Jussara.

Ela chega no Instituto de óculos escuro e cumprimenta os colegas com o entusiasmo de segunda. Eram quase todos velhos. Deixa a bolsa na mesa e vai pegar café.

Ela amava o café do Instituto e dizia isso com frequência ao secretário. Mas nunca o agradecia, pois era sua função fazer o café.

Sara não agradecia as pessoas por fazerem o que deveriam fazer.

Fazer café não era uma das obrigações de Alex, o secretário, ele fazia porque era um cara legal, mas nada disso Sara sabia, pois desde o primeiro dia de trabalho assumiu que aquela era função de Alex com a certeza do que é natural, do que é.

Muitas coisas para Jussara eram, e assim ela levava sua vida sem acumular mais pensamentos e sentimentos que aqueles que doíam na própria pele.

— Viu o projeto novo que chegou?

Sara levanta os olhos da tela do computador para ver Giovaldo, um homem de cabelos grisalhos, gordo e gentil. Está sorrindo e de camisa azul escura.

— Oi, Gi. Bom dia.

— Bom dia, Ju.

— Vi não. É trabalho?

É, responde Gi com sorriso maroto e cabeça balançando.

Jussara abre o email empolgada. Recebiam tudo por email. Era uma das poucas partes do trabalho que ela odiava, achava arcaico e amador. Mas lá estava: Vivendas de Moemambá.

Ela moraria nesse nome. Antes de ler, empolgada, vai pegar mais café.

Viver é uma arte, e só se vive uma vez. Se você quer uma vida pequena, se está acomodado, confortável como espectador ou crítico de arte, as Vivendas não são para você. Mas se você é o artista de sua própria vida, seu lugar é aqui. Te apresentamos as Vivendas de Moemambá. Com áreas de lazer, quadras poliesportivas, sala de meditação, parques e áreas verdes e sustentáveis, oferecemos um lar para os que gostam de viver, para os corajosos, para os que ousam, os que enfrentam os desafios de peito aberto e nariz para cima. Um lar para as famílias, os solteiros e os amigos, para quem está pronto para o futuro. Único e exclusivo, como você. A vida que você quer acontece aqui.

Depois a parte técnica, de zoneamento, área institucional, quoficientes, aquelas coisas engraçadas que para muitos parece chata, muito chata, enquanto para Sara é legal, muito legal, e os muitos provavelmente ficariam surpresos que existe alguém que não acha chato, diriam Então que ela trabalhe com isso, é perfeita para tal, e estariam certos, e por felicidade de Sara e dos muitos aqui é esse o caso, então talvez os muitos se perguntem Por que lá e lá e cá e em todo lugar não pode ser esse também o caso, que todos trabalhem com o que gostam, com o que os faz feliz, e se algum trabalho necessário ninguém gostar e ser feliz fazendo todos dividem, vai ser muito pouco chato para cada um, temos certeza, afinal olhem a quantidade de pessoas querendo trabalhar e a quantidade de trabalhos querendo pessoas, como os hospitais, faltam médicos enquanto a fila de pessoas querendo fazer medicina é gigante, disputam centenas por uma vaga, a solução é óbvia, por que não dar a todos vaga se faltam médicos, o que Sara, contrária a essas ideias, responderia com uma pergunta retórica, E como vamos pagar essas centenas de médicos, com sorriso cínico, e os muitos não respondem, pensam, e então respondem, que O salário é uma convenção, pode deixar de existir, por trás dele estão as exigências básicas do corpo e as que vem depois, ou deveriam vir, como um lugar para morar, sorvete, cerveja, uma viagem bacana, bom, mas as cidades têm mais casa desocupada que pessoas sem casa, é mais que suficiente para todo mundo, sobre comida e bebida tem uma multidão de pessoas lutando por um pedaço de terra para plantar comida boa e sem veneno, olha que luta digna e respeitável, você deixaria sua vida na cidade para viver no campo plantando, perguntam a Sara, com sorrisos cínicos, e completam antes que ela respondesse E tudo bem, não precisa, tem muita gente querendo ir ao campo plantar para você poder comer, que eles tenham terra, pois sobra terra nas mãos e nas gavetas cheias de grilos de poucos, terra já desmatada que dá pra plantar para caralho, desculpe, caramba, sem precisar desmatar mais, tem técnica pra isso, um deles explica, E sobre a viagem, bom, olha o quanto de gente desempregada, eu mesmo tenho um amigo que o sonho desde que era criança era ser motorista de ônibus, fez engenharia a contragosto, tem uma tatuagem de um modelo bacana de ônibus no antebraço e o sonho na cabeça, outra diz, E aí está. Depois eles conversam sobre as muitas pessoas com trabalhos inúteis, como vender lugares, cuidar de catracas, falam sobre os bancos e as polícias, mas aqui e já há um tempo, e é isso que nos importa, nossa heroína deixou de ouvir e voltou aos seus



relatórios e pareceres e essas coisas chatas que para ela eram legais, dizendo sozinha mas mais alto que o necessário para se ouvir, afinal seus ouvidos eram os ouvidos mais próximos de sua boca, que eram os muitos comunistas, safados e vagabundos.

A heroína, que era safada mas não vagabunda, fica trabalhando até tarde para dar uma lição aos vagabundos comunistas, e no dia seguinte e no outro também, mas não tanto, e no quarto dia já chega atrasada.

No quarto dia ela acaba de ler todas aqueles páginas e conclui que, com alguns ajustes técnicos, as Vivendas de Moemambá seriam perfeitas para Moemambá.

## 4

Bombom não era especial. Latia agudo demais, comia de tudo, estava sempre com fome, dormia durante o dia e durante a noite, tinha pleno controle das dinâmicas excretoras e respeitava a regra de não dar liberdade a elas dentro de casa, oferecia a barriga para carinho e escondia alguma veste de Jussara quando ela demorava a voltar, geralmente o chinelo.

Bombom era um vira-lata preto e pequeno. Qual a raça dos vira-latas? Miscigenado? E como todo vira-lata, era mais inteligente que qualquer cachorro de outra raça, qualquer cachorro não tão miscigenado.

Vivendo seu cotidiano medíocre, não sabemos e é essa a verdade, não sabemos o que Bombom pensa e como pensa. Está sentado no sofá que não pode sentar, já há algum tempo, quando desce em um salto e corre até a porta latir, chorar e arranhar. Segundos depois, Jussara mete a chave na fechadura e gira, gira a maçaneta e entra. Bombom faz a festa que era esperada dele, como todos os dias úteis e todos os inúteis, a mulher sempre saía de casa e sempre voltava, e ele sempre fazia festa por isso.

Mas hoje ela está diferente. Como a sujeita humana da relação, podia ter essas extravagâncias, fazia parte do que era esperado ou tolerado para ela, como dar liberdade às excreções dentro de casa e sentar em todos os sofás, coisas que por serem exclusivas dela e desejadas por ele se tornavam privilégios. Jussara entra em casa só de corpo, acaricia o cachorro em silêncio, vai para o quarto e não dá pela falta do chinelo esquerdo.

A cabeça da companheira de Bombom está nas palavras da engenheira Camila, no vento seco e no rio.

Jussara almoçou um prato feito no restaurante em frente ao Instituto.

Fez a digestão olhando e teclando seu telefone inteligente e com ele pediu um motorista e um carro para leva-la às obras das Vivendas, os dois juntos e de uma só vez, de nada a serviria que viesse um e não outro.

Dá Boa tarde, senta no banco de trás da máquina e se deixa ser levada, sem tirar os olhos do telefone.

A máquina para, ela desce, o homem motorista grita que ainda não chegaram, ela tira os olhos da tela, vê um sinal vermelho, volta para o carro e diz que não tinha visto. O homem ri. Pergunta o que não viu e comenta algo que ela não entende, pois não se importa e já voltou ao celular.

O terreno de obras do condomínio era um trator expondo o solo vermelho a quem quisesse ver, murado por placas de papelão que em alguns pontos anunciavam um incrível empreendimento, mais uma realização da Inova.

Jussara contempla a destruição inevitável ao caminho impávido e colosso do progresso, atrás a história, e como a Grande Líder do Progresso ela acena brevemente com a mão, chamando um liderado.

Vem um homem barrigudo de braços como jiboias digerindo carneiros perguntar se ela estava perdida, afirmar que aquelas terras sendo machucadas eram privadas e comentar para si mesmo, mas contraditoriamente alto como Jussara fazia, que estava calor. Jussara responde, ríspida, que ele chamasse o engenheiro responsável. O barrigudo não responde, brincando, que não conhece um engenheiro que seja responsável, nem problematiza a naturalidade do substantivo engenheiro ser masculino, só pergunta quem é ela.

— Sou do IPLUMO.

— O que é IPLUMO?

— Google it.

O homem encara nossa heroína, suspira cansado e vai embora. Passa algum tempo, muito mais do que levaria para o homem encontrar o engenheiro, falar que a responsável do IPLUMO está aqui, senhor, e o senhor engenheiro andar com uma prancheta ao seu encontro, mas Jussara continua ali, no mesmo lugar, e não chama mais ninguém, do contrário admitiria a possibilidade do trabalhador desrespeitar suas ordens. Passa um bom tempo até caminhar ao seu encontro uma mulher com uma prancheta.

— Bom dia, cumprimenta ela, oferecendo a mão.

— Bom dia, responde Jussara, apertando a mão.

— Em que posso te ajudar?

— É você a engenheira responsável pelo Vivendas de Moemambá?

— Sim, me chamo Camila, quem é você?

— Muito prazer, Camila, me chamo Jussara, sou funcionária do Instituto de Planejamento Urbano de Moemambá. Vim conhecer o nascimento deste belo condomínio, e verificar se está tudo certo.

— O prazer é nosso, Ju. Posso te chamar de Ju?

— Prefiro Jussara, para mantermos a profissionalidade da relação.

— Sim, é claro, compreendo. Bom, o nascimento você já presenciou, foi em seu escritório (risos), ou melhor, o parto (mais risos), mas será um prazer te mostrar o crescimento do nosso filho.

Alegres, as duas andam pelo vermelho. Camila conta como está sendo a terraplanagem, que toparam com uma água que não apareceu na sondagem mas que já canalizaram, aponta onde vão ser as casas, o clube com piscina adulta e infantil e área de lazer e área fitness, o playground pras children brincar, as street pros car andar, a little house do watchman que é o porteiro em inglês, as quadras de tênis, aponta umas marcas no chão e explica que são das capivaras que invadem a noite pra ir no rio, que isso é segredo pra não afastar os futuros moradores que ainda são futuros compradores, mas que vão colocar uns muros bem seguros e protegidos que nem capivara nem bandido nem pessoa estranha vai conseguir passar.

Um pouco mais à vontade, Camila conta que a Inova é uma incorporadora da Usicana, Jussara comenta que aquela era a terra mais barata da cidade porque ninguém queria morar ali e Camila responde que todo mundo saía ganhando.

— Aqui era tudo plantação de cana, sabe.

— Sei, sou daqui. Foi a primeira coisa que me chamou atenção no projeto, a revitalização dessa área. Eu e acho que todos no IPLUM considerávamos uma área morta, nem olhávamos para cá.

— É, Jussara, isso eu te digo: a Inova tem faro para empreender. Às vezes eles chegam no meu escritório com uns projetos que eu falo “vocês estão loucos”, mas eles me fazem morder a língua. É incrível. Bom, e aqui vão ficar as piscinas do condomínio, uma olímpica e uma infantil. Claro que as pessoas que vão morar aqui vão querer ter piscina na casa, mas quando eles se cansarem de nadar sozinhos, quiserem encontrar outras pessoas, socializar com outros condôminos...

Camila continua falando enquanto Jussara anda na direção das futuras piscinas e para de prestar atenção na engenheira. Também não presta atenção nas piscinas, que ainda eram terra como todo o resto.

Seus olhos estão mais na frente, onde deveria estar o rio de Moemambá.

Jussara se aproxima para encontra-lo, mas só encontra quando chega na beira do empreendimento: ali, um pequeno morro com uma ou outra cana de açúcar sobreviventes, um ou outro arbusto, desce em um ou dois metros até o rio. Mas o rio não está ali caudaloso e barulhento.

O rio é apenas um filete, serpenteando entre as pedras do vale que era ele.

E é só agora que Jussara percebe o vento seco que passava desde que ela desceu do uber.

Como não percebeu o rio secar?

Ela trabalhava tão perto dele. Seu apartamento tinha vista para ele. O que aconteceria com Moemambá? Ela sabia que seu rio secou? Mudaria de nome e bandeira? O símbolo se tornaria o shopping? Ela gostava do shopping, mas aquele era o rio.

O rio de Moemambá.

## 5

Com a cabeça no rio, Jussara começou a se sentir fina e fraca. Tentou fugir do vale de pedras saindo beber com Sophia e conversar futilidades com estranhos, mas as palavras saíam dela como dinheiro da mão dos pais de Sophia, miseravelmente e sua voz parecia um filete, serpenteando pela sensibilidade cheia de pedras.

Jussara se sentia seca, e o vento seco não saía de sua pele. Ela andava com uma garrafa grande de plástico com água na mão, bebia de minuto em minuto, mas não urinava até ir ao banheiro forçar a urina a sair, adivinhem, em um filete breve. E quando dormia ficava um Sol grande e forte em cima dela, sozinho no céu, na terra o vento seco e ela, na casa da infância, na escola, no Instituto, com garrafas de plástico vazias e todo bebedor não saía água e as torneiras nem pingavam. Passava os sonhos procurando um gole de vida, acordava quente de febre e tomava toda água que tinha no copo na cabeceira, no dia seguinte era uma garrafa de plástico grande na cabeceira, que ela também tomava de uma só vez, buscava mais e voltava a dormir, quatro, cinco vezes na madrugada.

Tudo isso durou incríveis cinco dias até Ju decidir fazer algo sobre, sabendo no íntimo desde o primeiro dia o que tinha que ser.

Abriu a conversa com Pedro, em silêncio há três anos após uma breve troca de ois e Só te mandei mensagem para você ter meu número salvo, Legal, está salvo, Legal, Vamos marcar de sair um dia, Vamos.

Jussara escreve Oi, larga o celular e vai beber água.

## 6

Foi nessa época que Jussara se identificou como animal.

Ela passava sabonete nas pernas, tomando banho, quando viu pêlos nascendo, ficou ereta, se olhou dos pés aos peitos e após trinta e dois anos vivendo ela enfim se percebeu no mundo, uma parte ínfima da fauna do ecossistema planetário, mas tamanho não era documento, ela era parte de algo, não, ela era algo.

Por melhor que a gente descreva a epifania de Jussara, palavras nunca darão realmente o que aconteceu com ela.

Jussara sempre soube que era uma humana, que sua mãe e seu pai e as pessoas que conversa e vê na televisão e de que falam as piadas são também humanos, e que os humanos são um animal com parentesco nos chimpanzés como primos, porque os irmãos hominídeos foram todos curiosamente extintos. Jussara sabe até, muito mais recentemente, que mais da metade de seu corpo não é humana, são bactérias e fungos e vírus, o que não a fez deixar de se considerar uma mulher humana.

E é por isso que não conseguimos colocar em palavras a epifania de Jussara. Ela sempre soube que os humanos são animais, até que, agachada no banheiro esfregando uma pedra branca nas pernas, sua animalidade a toma por inteiro e é como se ela nunca soubesse, realmente, que era uma animal humana.

O que tomou Jussara, em outras palavras, foi um repentino sentimento de pertencimento, que nunca irá passar.

Em 1967, Michel Tournier escrevia seu Robinson Crusó descobrindo “que a inteligência e a estupidez podem habitar na mesma cabeça sem de modo algum se influenciarem, como a água e o azeite se sobrepõem sem se misturar”, respondendo, com algumas décadas de adiantamento, a indagação de brasileiros incrédulos “ele eu entendo, mas ELE??!! Um professor universitário votando nesse cara escroto, nesse coiso?”.

Não estenderei a discussão pelo que está implícito na surpresa, que professores universitários não podem votar em um idiota corrupto e nocivo pois são professores universitários. Também não estenderei pelos motivos dos professores, pelos preconceitos dos brasileiros ou pelo crime que é um idiota corrupto e nocivo e bárbaro, entre outros adjetivos que já se confundem com seu nome, viver. Estenderei apenas para concluir que o acúmulo de um conhecimento formal extremamente especializado significa pouco ou nada em relação a todo resto, ou melhor, ao todo. Ou, de forma concreta, que ser professor universitário não te previne de ser um idiota.

Após uma súbita conscientização crítica de sua parte no mundo, ou melhor, de não ser (a)parte do mundo, Jussara não tomou automaticamente uma consciência crítica sobre tudo que a envolve, os objetos e as ideias, as pessoas e as relações. Ainda no banho, de volta aos pêlos, a depilação tornou-se para Jussa a rebeldia manhosa de uma criança insistindo que o mundo dobre ao seu prazer. Assim, totalmente despida de qualquer encanto e naturalidade, ela se depilou, criticamente consciente do ato, para não ser uma feminista comunista.

## 7

Desde criança, Jussara ama Moemambá. Ela percebeu isso um dia, quando tinha oito anos de idade, estava na escola e era recreio.

A pequena Ju arfava após correr pelo pátio pegando e sendo pega por Tiago, seu amigo, único menino legal da escola. Suas brincadeiras não costumavam ter regras e objetivos claros, não tinham o pragmatismo de um esconde-esconde ou “rolinho”, onde todos ali sabem que quando a tampinha passar entre as pernas de alguém é pra bater nesse alguém e esse alguém pode ser você, o que torna a brincadeira eletrizante e geralmente um estopim para brigas e choros, sempre tem alguém que gosta de bater, com um sorriso sádico, sem bom senso nem empatia com aqueles socos inclinando a mão para bater só os ossos sem a parte fofa dos dedos, chutando a barriga quando todos sabem da regra implícita de que os chutes devem ser na bunda, é mais engraçado e não dói tanto, mas todos, até o menino que ensaiava o choro após um soco pontudo no braço para pegar maliciosamente nos nervos, riem de Ju e Ti não sabendo brincar, correndo todo bobos. Ju e Ti também riem, essa costuma ser a regra e o objetivo de suas brincadeiras.

Nossa pequena heroína está arfando, se juntou ao círculo de amigas, Tiago não vemos. As meninas olham a heroína com desaprovação e perguntam se ela gosta de Tiago, afinal por que outro motivo correria com ele nos recreios.

— Gosta tipo gosta?, pergunta respondendo.

— Sim, gosta tipo quer ele como amante, responde uma de tranças com xuxinhas rosas.

— Vai se casar com ele e ter vários filhinhos, completa a de vestido.

— Ama ele pra todo sempre, até aparecer o Ricardo, seu novo amante, conclui a mais pequenina.

Jussara ri das bobagens das amigas.

— Claro que não, suas bobas, eu não amo ele.

As amigas ficam irritadas.

— Então o quê? Quem você ama?, pergunta uma.

Ela não tinha pensado nisso. Além do pai e da mãe e da avó? Olha o chão por um tempo, pensativa.

— Acho que além deles, só a cidade.

E foi isso. Até o fim, Jussara vai conseguir se lembrar deste momento e muitas vezes o fará, e muitas contará para amigos e estranhos como uma história divertida. O que nos importa é só que desde então ela soube que amava Moemambá.

E, amando, passou a se importar. A forma de se importar de Jussara, herdada da mãe, era resolver tudo que achasse ser um problema, e problemas não faltavam em Moemambá. Eventualmente, teve que decidir por um recorte deles, para não sucumbir, e escolheu os que podia fazer algo, as brigas que conseguiria lutar e ganhar. Foi fazer arquitetura e urbanismo.

Jussara ama Moemambá e ama o que faz. Ela realmente acredita que consegue resolver boa parte dos problemas da cidade com técnicas científicas e desde que entrou no IPLUM sabe que para isso seu Instituto deve estar por trás de toda ação da prefeitura, de toda secretaria e discussão. O IPLUM deve ser o cérebro da cidade.

E o coração? Podem deixá-lo com os artistas, ela costuma dizer, uma exposição permanente com objetos fálcos coloridos e legendas desconstruídas, “Coração, cor-ação, co-ração, corra-cão”, permanente para só gastar dinheiro uma vez, aí deixem-no lá, pulsando em sofás de pirocas, sangrando em bucatas flechadas por futuros inconceptíveis, tanto faz, sendo sincera.

Jussara não gostava da arte de hoje, do fim dos tempos. Experimental, estranha, sem sentido, era como ela caracterizava. Não era nem toda arte

concebida em sua época nem toda arte que não gostava era de sua época. E ela sabia, mas definia o que não gostava como A arte de hoje, do fim dos tempos, uma arte que não tinha beleza.

## 8

Pedro olhava um pinico quando o bolso iluminou e vibrou. Ela vai se atrasar, pensou e pegou o celular. Não costumava levar o celular passear, tratando-o mais como um telefone fixo, que raramente saía do quarto. Mas cá estão, em um museu, se encarando.

Sara não se atrasará um punhado de tempo, ou talvez atrase, não sabe, a mensagem não foi dela. Teve que abrir a foto e forçar um pouco a memória para lembrar de Jussara, uma moça de cabelos pretos encaracolados, camisa branca e shortinho azul, sozinha e completamente à vontade na festa, intimidadora. Releu a mensagem, agora contextualizada: Oi, preciso da sua ajuda. Você trabalha com natureza né?

Um beijo na nuca trouxe Pedro de volta ao museu para encontrar Sara, sua Sara, sorrindo.

Silêncio. Ninguém percebeu as luzes apagando, deixando os quatro cantos do museu para iluminar apenas Sara, e ainda não percebem, pois os olhos todos ainda estão com as luzes, em Sara. As coisas paravam de acontecer para ver Sara passar. Barulhos prendiam a respiração. O tempo se suspendia. E isso pouco importava pois, para Pedro, quando Sara chegava só existia Sara.

- Vai ficar me olhando com essa cara de bobo ou quer me mostrar a exposição?

- Vou ficar te olhando.

Pedro respondeu a mensagem no dia seguinte, tomando café enquanto Sara dava vazão aos trabalhos matinais do corpo. Não por constrangimento ou segredo, mas por se lembrar só então. Responde que Oi, tudo bem, bom dia, trabalho sim, mais ou menos, faço Biologia.

Legal, algumas perguntas, a mata das beiradas dos rios que dizem serem seus cílios elas protegem né mas também impedem que eles enfraqueçam e acabem?, o que fazer quando um rio está fraco e acabando?, dá pra trocar a mata por um muro e algumas lixeiras?

Outra pessoa consideraria estar Jussara zombando dela, mas Pedro responde que As matas ciliares protegem o rio, sim, impedem que as águas levem terras, fazendo o que é tecnicamente conhecido como assoreamento, seguram sedimentos e fainas que poluiriam o rio, são corredores ecológicos, fazem as chuvas penetrarem no solo e abastecer o rio durante muito tempo invés de bater e deslizar levando tudo junto casas carros pessoas fainas direto pro rio. Tem muitas funções na compreensão científica. Mas a ciência não compreende tudo. Elas só têm importância porque tem funções? Elas deveriam existir independente dos usos que compreendemos nelas. Enfim. Outros papos. As matas ciliares são importantes para o rio, mas não são tudo. Tudo está ligado. As florestas do Brasil todo importam para esse rio. As mudanças não podem ser só localizadas. E não, elas não são substituíveis por muros e lixeiras, nem por árvores de plástico.

A primeira vez que se reencontraram foi desinteressada de segundas intenções por ambas as partes, o único interesse de discutir meio ambiente. Foi durante a conversa no bar vazio de segunda a noite que Jussara identificou suas angústias, indignações, esperanças, revoltas e sonhos com a causa ambiental. Logo se perguntou, em silêncio enquanto Pedro explicava a eutrofização, se isso fazia dela uma militante, palavra que amarrava a boca antes de sair.

A resposta veio de imediato, de algum canto daquela silenciosa e imperscrutável sombra que sempre estava ali, vendo e ouvindo e sentindo por baixo de tudo, escondida da polícia do pensamento, que não, ela seria uma ambientalista séria, que resolve com seriedade e inteligência e profissionalismo os problemas, que salva o planeta com prancheta e caneta. Não tinha risco de acabar na rua fodendo o trânsito com cartazes e flores, pois ela nunca deixaria de ser ela.

— Somos nós em apuros, precisando ser salvos, e somos nós que podemos salvar. Seremos como aquele amigo chato que pergunta como você está e senta em silêncio para ouvir, e seremos o bêbado autodestrutivo afogando os sofrimentos em drogas, que interrompe o turbilhão de desgraça para contar ao amigo das dores e dos problemas, que vai fazer terapia para aprender a se ouvir. Silêncio. Precisamos de silêncio.

Sim, era seu futuro que ela estava salvando, do apocalipse ambiental, pensou Jussara. Esse cara é meio chato, também pensou Jussara.

— E como salvamos o rio?

Pedro se pergunta que tipo de pessoa era Jussara. Ela ouviu só partes do que ele falou ou nada? Ou ouvia e ignorava? Ou era dessas pessoas que vivem um outro mundo, onde as conversas são pessoas falando coisas aparentemente desconexas uma das outras, o Jorge fala que brasileiro é foda, não tem jeito, tenta passar a perna e tirar proveito de tudo né, o Eduardo responde Sabe como estava meu cocô hoje? Picadinho e duro, como porção de bar, e alguém talvez pensasse que Eduardo não prestava atenção em Jorge, que só se importava em falar, nunca em ouvir, que o tempo que a outra pessoa falava era só um tempo de espera para ele falar mais, mas na verdade Eduardo e Jorge vêm de um mundo em que a resposta de um não tem qualquer relação com a pergunta do outro, as conversas são feitas de falas aleatórias que em momentos raros, por probabilidade e não sorte, são sobre o que nós, desse mundo, julgamos como o mesmo assunto. Fascinado, Pedro responde:

— Da taça em que você bebeu, bebi eu, e o vinho escorreu — as primeiras palavras aleatórias que vieram, parte de uma música de Chico César.

Jussara ficou esperando a relação do vinho com o rio, Pedro ficou esperando a antítese aleatória de Jussara, e os dois ficaram se olhando, em silêncio, Jussara com expressão crescentemente confusa, Pedro com os olhos brilhando de fascínio.

Enfim nossa heroína percebeu que a frase estava acabada, não tinha um gancho ou conclusão. Ela poderia ficar irritada, ou continuar confusa, ou pedir para que repetisse, prestar atenção em cada palavra, mas não. Sua expressão suavizou, mudando para um sorriso e olhos de flerte. Como em uma roleta, a resposta da sombra de Jussara ao perceber que a frase era aquela foi gostar, foi achar Pedro sedutor e começar a desejar-lo. Se existiram motivos para isso não sabemos, estão escondidos na sombra que a polícia não tem mãos para descobrir.

— Vamos para minha casa?

Pedro era diferente mas não era bobo.

— Eu namoro, respondeu como se pedisse desculpas.

Jussara se inclinou para Pedro, apoiando os cotovelos na mesa.

— Tudo bem, eu não tenho ciúmes.

Como não acontecia há muito tempo, Pedro corou, por um breve momento. Logo sorriu, e disse que se não namorasse beijaria a heroína. Mas namora, e a casa que vai é a que veio.

O que Pedro finge que não fez, e Jussara não tem certeza se viu, é um delicado flerte em seu sorriso. Nós, mais conscientes de suas vidas que eles próprios, percebemos, e temos nele a indicação que o encontro dos dois não termina daqui a pouco, com o abraço e as despedidas. Vemos a continuidade entre essa conversa e as mensagens que trocarão sobre a urgência de mudanças estruturais e culturais, aparentemente formais e desinteressadas, como se o momento cheio de possibilidades e tesão na mesa do bar tivesse sido, por ambas as partes, esquecido.

## 10

Era mais um dia no IPLUM, como sempre eram e passavam os dias no IPLUM. Jussara aproveitou a calma para pedir à chefe autorização para fiscalizar uma obra.

— Fiscalizar não é atribuição sua, foi a resposta da chefe.

A heroína insistiu que era só um detalhe, importante para a autorização da obra, a chefe questionou se já não estava autorizada, respondeu que sim, mas ainda podiam embargá-la, a chefe lembrou alguma coisa sobre compreensão e ouvir os subordinados.

Na semana anterior, a chefe participou de um curso de liderança e administração com um mestre coach de rabo de cavalo. O coach recebeu a chefe e outros chefes e chefas e diretores na entrada do anfiteatro da prefeitura, em silêncio, encarando um por uma com um sorriso confiante. As pessoas sentaram, ele desapareceu, as portas fecharam e quando estavam todas começando a ficar impacientes as luzes apagaram e o rabo de cavalo reapareceu no palco, falando por um microfone de ouvido, que ele chamava de headset. Contou que após o lançamento do iMac, Steve Wozniack, co-fundador da Apple, encontrou Steve Jobs triste em seu escritório. Ele perguntou, Steve por que você está triste, o imac é um sucesso, estamos vivendo o sonho. Steve levantou a cabeça, olhou Steve nos olhos, e disse Acabo de passar pela sala de descanso, Steve, e meus funcionários estão usando Microsoft para descansar. Não viveremos o sonho enquanto todos meus funcionários não usarem o computador que eles criaram.

A chefe duvidou da veracidade da história, mas sorriu como todo mundo. Aquele era um grande homem, pensou.

A chefe sorri, coloca a mão no ombro de Jussara e diz Tudo bem, minha menina, se julga importante, vá.

É um ótimo dia, pensa Jussara saindo do IPLUM. Os tempos são outros, e por alguns momentos o pessimismo e desespero dos últimos dias pareciam sonhos febris. Afinal, era o século XXI! Era o fim da história, a globalização, a liberdade, o futuro em cada esquina. Chefes são agora chefas, o autoritarismo ficou no passado cinza, qualquer organização que quisesse prosperar precisava se atualizar constantemente, renovar, colocar em prática os estudos da administração, das ciências dos negócios. E também do ambiente! O mundo era outro, onde só velhos



e brutos ainda jogavam lixo na rua, qualquer organização que quisesse prosperar precisava ser consciente, sustentável, preocupada com o futuro para lá do futuro, afinal estamos no fim da história, somos os protagonistas da humanidade, tudo de bom está aqui, o que de melhor já foi feito, muito do pior também, mas estão estes fadados à obsolescência!

Jussara decidiu ir na onze, que significa que foi andando. Sorri sem perceber. Atravessa a ponte se forçando a não olhar o rio, o momento não é para isso, pensa, os sentimentos a roubarem da racionalidade é um perigo. Olha para frente, cabeça erguida. Chega nos muros de papelão.

Acena para um homem, o mesmo da última vez apesar de não reconhecer, ele reconhece e caminha até a mulher a contragosto, balançando a cabeça, forçado pela própria bondade. Diz Bom dia e recebe Chame sua chefe, Camila, diga que quero vê-la. Uma luta é travada na entrada da garganta do homem, de um lado a bondade e as reflexões de um livro que leu, do outro a vontade e as palavras Vá à merda. A luta trava a entrada da garganta e com as palavras indignadas no peito, o homem vai embora.

Por nada mais que coincidência, o homem volta ao canto que estava para continuar seus fazeres, e Camila sai do mesmo canto para fumar um cigarro. Vê Jussara ao longe e percebe que ela também a vê, suspira e caminha ao seu encontro, enquanto tira o cigarro da boca e guarda.

— Oi, bom dia!

— Bom dia, Camila! Vim conversar com você.

— Qual o seu nome mesmo?

Jussara fica ofendida, mas tenta não transparecer.

— Jussara, sou do IPLUM.

— Sim, sim, lembro de você. Só não lembrava o nome. Vamos até minha sala?

## 11

Camila entrelaça as mãos no colo, o corpo ereto e se inclina suavemente para Jussara.

— Primeiro de tudo, eu te entendo. Suas preocupações são muito justas, Ju, eu mesmo não aguento ver cachorro na rua, passando fome, abandonado. Também me importo muito com o meio ambiente. Só compro orgânicos, separo meu lixo, meu marido quer trocar de carro mas já disse que só se for por um elétrico — ela ri, profissionalmente. — Agora, deixa eu te contar uma coisa. Essas terras são todas da Usicana. Eu trabalho para a Inova, que é o ramo imobiliário da Usicana, mas eles todos têm a mesma visão: sustentabilidade. Sempre, quando vamos começar um projeto, eles deixam isso bem claro. Tem que ser sustentável. Por isso, Ju, vamos plantar nas Vivendas mais de cem árvores nativas. Estamos transformando uma área ao lado, que é da prefeitura e está abandonada há anos, em um parque verde. As Vivendas vão ser o primeiro condomínio sustentável de Moemambá, vão fazer compostagem, reciclagem, as piscinas vão ser aquecidas por placas solares. Eu mesma fico surpresa com quanto eles se importam com o meio ambiente, e olha que eu me importo muito — mais uma breve risada profissional.

Jussara ouve em silêncio, acenando com a cabeça, esperando pelo “mas”.

— Mas não tem como a gente ampliar a área de mata ciliar, deixando ela só como mata ciliar. Veja bem, ali já tem cana de açúcar há anos, está consolidada.

Nem precisávamos fazer mata ciliar, mas vamos fazer mesmo assim, uma área de 5 metros. Porque sabemos da importância ambiental. Mas mais do que isso inviabilizaria o empreendimento. — Ela percebe a careta de Jussara e complementa — Mas se for ver bem, de certa forma é como se a gente transformasse tudo ali em mata ciliar, porque o condomínio vai ser super arborizado.

— Vão deixar as capivaras entrar tomar água no rio?

A engenheira fica desorientada com a pergunta, mas logo a interpreta como uma piada.

— Se elas se identificarem na portaria, claro! — e a risada profissional.

## 12

Uma dor de barriga mostrava algo se desintegrando em conflitos no interior de Jussara.

Pensamentos discutiam involuntariamente em sua cabeça.

Um dizia que a empresa só fazia o que era obrigada a fazer, a empresa é fria e calculista, tudo que ela se preocupa é lucro, lucro acima de tudo, lucro acima de todos, preocupação ambiental é uma tinta verde que ela só compra e passa para trazer mais lucro.

Outro que era só uma empresa, que ela não representava a nobre classe dos produtores capitalistas.

Um terceiro que era óbvio que ela buscava o lucro, todos e todas e todes buscavam o lucro, o ser humano é um animal egoísta e competitivo, mas era o mercado quem tinha a mão poderosa suficiente para manter a sociedade unida e funcional, o lucro era como um imperativo moral que guiava todos e todas e todes a relações saudáveis, mesmo que involuntariamente.

Sua barriga gritava basta, que queimassem todos e todas e todes, seus lucros e suas empresas, o que importava era o rio e as capivaras.

Os funcionários e a diretora-presidenta do IPLUM não notaram que algo importante acontecia nas entranhas da colega, pois não notavam realmente uns aos outros. Jussara voltou e permaneceu calada até o fim do expediente, pedalou até um mercadinho que era também padaria e boteco, comprou duas latas de cerveja e foi sentar ao lado do rio.

Se sentia bem, dividindo a tristeza com ele. Ele continuava fino, mas continuava. Tomou as duas latas e antes que o céu começasse o pôr do Sol, buscou mais duas e voltou. Estava em um píer, sentada no parapeito que o separava do rio, obra recente da prefeitura para “dar segurança e valorizar esse que é nosso maior patrimônio”. Era coisa de cidade grande, comentavam uns moemambenses, para separar rio e cidade, mostrar nosso ato criador, não confundir a natureza do senhor com a criada por suas criaturas, ao mesmo que mostrar como dominamos a ambas, uma obra profundamente cristã, concluíam. Na metade da terceira cerveja, Jussara pegou o celular e mandou duas mensagens para Pedro.

Terminava a última latinha, resignando que o garoto não viria e pensando como sextaria, quando o celular vibrou com a resposta Estou indo. Um vento passou por seu peito. Falou para trazer mais cerveja, desligou o celular e jogou na mochila.

Pedro chegou depois da noite, quando Jussara enfrentava o dilema de ir buscar mais cerveja ou garantir que estaria ali quando ele chegasse. Cumprimentou o jovem com um entusiástico “Uhuuul!”, ele sorriu. Se abraçaram

demorados demais para dois amigos. Quando desvencilharam, Pedro fugiu de seu olhar.

— Como você não respondeu se bebe de tudo, trouxe estas, que já tinha em casa — abriu a bolsa cooler que carregava no ombro e só agora Ju notara. Tinha uma meia dúzia de latões coloridos.

— Nossa, patrão. E eu aqui bebendo cerveja aguada de milho — pega uma e abre. Está com os olhos nos de Pedro e um sorriso divertido.

Pedro retribui o sorriso, desviando mais uma vez os olhos para o cooler. Pega uma, abre e volta aos olhos dela, seguindo uma tradição.

— Ao rio.

Brindam, bebem e sentam virados para o rio.

— Como está a nova ambientalista de Moemambá? Começando a revolução? Jussara sorri meio constrangida.

— Não duvido que daqui uns dias eu esteja fechando as ruas com um cartaz e dançando ciranda. Estou me tornando alguém que não conheço.

— Por que?

Ju bebe, olha o garoto e volta a olhar o rio.

— Hoje fui conversar com a engenheira daquele condomínio que te falei. Expliquei como o recuo que estão deixando para o rio é insuficiente, falei que a mata são os cílios das águas, que somos parte da natureza, que aquela terra também é da capivara. Ela riu. Achou que eu brincava e disse que eles fazem tudo que está na lei. Fiquei muda. Senti o mundo cair.

— Por ela ter rido?

Jussara amassou a lata, deixou de lado e abriu outra.

— Não sei como te explicar. Você vê o mundo de um jeito, Pedro. Muito bonito, sim, mas nada real. As empresas talvez não sejam nossas amigas, não sei, mas elas existem e são o melhor que a gente conseguiu. O ser humano não é perfeito, é muito falho na verdade, muito egoísta e ganancioso. As empresas pelo menos obedecem certas leis, certas regras, que impedem tudo de desabar em um grande caos.

— Você é egoísta e gananciosa?

— Sou, mas não é esse o ponto! Ou talvez seja, não sei. O ponto é que eu percebi nosso fim inevitável. E que vamos levar muitos e muitas junto.

— Engraçado, não te tomava por uma fatalista. Nem te acho egoísta e gananciosa.

— Você não me conhece.

— Não, mas conheço um pouco. E conheço um pouco as pessoas. Carros, prédios, comprar o celular da última geração, roupas da moda, dezenas de sapatos. As pessoas têm isso. Bom, no Brasil só algumas delas, a maioria tem só o desejo. Mas isso é só uma parte, e não inevitável, algo de nossa condição humana. O egoísmo e a ganância servem muito bem os objetivos das empresas, do dinheiro, dos donos do mundo. E por isso eles alimentam com propagandas e sabedorias esses sentimentos. Cada um por si, não colocar a mão no fogo por ninguém, só pela sua mãe, se você se esforçar consegue tudo que quiser, só você, sozinho. Se for inocente vão te passar para trás e será um grande bobo. Eu não acredito nisso, não mesmo. Ju, você saiu do seu trabalho para ir até o outro lado do rio tentar convencer a engenheira de um condomínio a pensar nos outros animais além dos que são únicos e exclusivos como o condomínio. Cadê o egoísmo, a ganância e o fatalismo inerentes a este animal falho e imperfeito?

— Poderia estar pensando em minha própria pele, minha sobrevivência, meu gosto pelo rio. Ou na superioridade moral em convencer alguém de minhas ideias.

— Talvez. Estava?

— Não.

Os dois bebem.

— Suas palavras são bonitas, Pedro, mas inocentes. O mundo não é assim. Prova disso é que fui uma grande tola ao ir conversar com a Camila achando que ela mudaria...

— Camila é a engenheira do condomínio?

— Sim. Fui conversar com ela achando que mudaria todo empreendimento pelo rio e pelas capivaras. Ela riu e eu riria se estivesse no lugar dela. Se eles derem espaço para a mata ciliar vão ganhar menos e perder espaço no mercado para outras incorporadoras. E todas as pessoas que dependem da empresa, os faxineiros, secretários, porteiros? Vão pro olho da rua. É como as coisas são. Um dia tu é caçador, se bobear no outro será caça.

Pedro só agora termina sua cerveja, amassa, junta às de Sara e pega outra. Fica em silêncio. Ela também.

— É isso? Cansou de tentar me convencer?

Ele sorri.

— Posso te contar uma história?

— Não, aí você foi longe demais. Tudo tem limite, gato — Pedro fica surpreso e Jussara ri — é claro que pode.

Ele finge respirar aliviado.

— Tudo bem. É sobre um mundo que me contaram. Lá existem pessoas, animais, crises, instituições, leis, injustiças e morte.

Lá os pés caminham entre realidade e sonhos. Quando alguém dorme, são os pés que levam a realidade aos sonhos, e quando acorda são eles que trazem os sonhos à realidade.

Enquanto os povos eram nômades, os pés eram os principais educadores. Os sonhos traziam outras percepções sobre a realidade, a realidade dava lucidez aos sonhos. Muitos povos tinham a tradição de todas, das crianças às guerreiras aos coletores aos idosos, todas se reunirem ao amanhecer em círculo e compartilhar os sonhos uma com o outro.

Com o sedentarismo, os pés pisaram a mesma terra. Os sonhos que pareciam infinitos bateram no teto. Inventaram leis e sistemas de medições geométricas. Traçaram linhas na terra e disseram que quem ultrapassasse levaria pedra. Se entediaram. As horas que sobravam do dia passavam em sexo, a população aumentou. Continuando entediados e com os sexos cansados, inventaram histórias que não foram sonhadas.

Mas, fechados em suas terras rabiscadas, perceberam a solidão.

Antes que se esquecessem o som das palavras e o poder na comunhão, eles apagaram aquelas linhas na terra.

Nas noites, sentavam todas e todos ao redor da fogueira, alguns deitavam, e contavam histórias. A escuridão era o horário das histórias e ali entre a chama que queria o céu e a noite que envolvia o mundo, eles sonhavam acordados.

O tempo passou. Nasceu uma doutrina maniqueísta e se espalhou pelo mundo, tomando as pessoas de desesperança. Parecia que todo bem tinha vida curta e o mal era imortal. Seus pés pisavam menos, suas terras novamente aprisionadas. Para os maniqueístas, sonhar virou pecado, então aprisionaram

também os pés, órgãos pecadores, em sapatos, para cortar suas relações com a terra.

Os protestos aumentaram, para se manter a doutrina mudaram os costumes. Não era mais pecado que andassem com os pés nus em relação com a terra, mas deviam lavá-los antes de dormir e após acordar. Não podiam poluir a realidade com o mundo dos sonhos. O pecado, mesmo, era sonhar, porém isso não podiam deixar de fazer, eram criaturas imperfeitas nascidas na maldade, mas com humildade e disciplina lavariam seus pecados todos os dias e todas as noites.

Com a imposição da doutrina maniqueísta a diferentes povos, ela enfrentou diferentes resistências. Em sua essência, pés e fatalismo religioso estavam ligados. As resistências, portanto, foram contra ambos. Surgiram sincretismos e interpretações heterodoxas da doutrina. Se tornou comum que só lavassem os pés antes de dormir, ou que só lavassem ao acordar e diziam muito de uma pessoa a depender de quando ela lavava.

Com a flexibilização, surgiram outros costumes e maneiras. Em alguns lugares, quando duas ou mais pessoas se uniam para continuar a vida juntas, elas lavavam os pés uma da outra ou umas das outras. Quando terminava algo importante ou parecia começar algo importante, lavava os pés com areia. Se sofria por algo que passou, lavava o pé direito três vezes por dia, se adoecia dos sonhos, o esquerdo.

E algumas pessoas não lavavam os pés, seguindo as tradições antigas. Era um ato de resistência. Você talvez pense o quanto isso era significativo, eram os pés de uns poucos, o que importariam para os muitos? Cada um decide o que fazer com o próprio pé, afinal é o seu pé, mas os muitos se importavam com os pés dos poucos, diziam se sentir agredidos, que os pés eram sujos. Essa é uma discussão longa, mas o que realmente interessa é que uma dessas pessoas que não lavava os pés andava pisando forte.

Sua vida fora agitada por fortes emoções e seus sonhos se tornaram, nas últimas semanas, dolorosos. Acordava com os pés doendo. A realidade também estava dolorosa e ela não a aceitava mais. Pisava forte, pois os sonhos pesavam nela, e ela pesava mais que os sonhos, pesava também a realidade, e pesando tanto pisava forte, abrindo fendas que não percebia, fendas de sonhos no chão, que logo fechavam. Então ela pisou realmente forte, abriu uma fenda realmente grande, e caiu nela.

Pedro fica em silêncio e Jussara entende que acabou a história.

— E o que isso tudo quer dizer?

Ele sorri sem jeito.

— É, não sei ao certo, foi só uma história que me veio.

— Tudo bem, gostei da parte sobre os sonhos, e da parte sobre os pecados. Desde criança procuro um sentido lógico nas coisas do mundo. Mas já não sei. Não que eu ache que o mundo não faz sentido, pode fazer vários sentidos, depende de quem procura. Mas eu estou cansada. O rio estaria cansado se fosse gente, mas ele é rio, e continua sendo rio. Não existem palavras bonitas que digam o que é ser um rio, porque o rio é um rio, não palavras. E eu só quero ver o rio, tomar minha cerveja e te beijar. Mas o rio está afinando, a cerveja acabando e você namorando. Então vou ter que fazer algo sobre isso tudo.

Porque não posso simplesmente me esquecer do rio, da cerveja e de você.

#### 4.4.8 Análise e comentários do terceiro texto literário do autor

Pelo bem da brincadeira e da experimentação que é a ciência, vamos fazer uma breve análise de alguns aspectos do terceiro texto literário, “Jussara”, mas não de todos, para não tirar a graça das interpretações.

Começamos com Moemambá, uma cidade do interior paulista, como tantas outras. Essa parte do texto é um exercício de compreensão do mundo em totalidade, sem a fragmentação das áreas de conhecimento científico, sem a dissociação entre ser e objeto, humano e natureza.

Aprendemos na escola, nos jornais e livros, que o Estado de São Paulo tem pouquíssimo de seu bioma ainda em pé. Em minha cabeça, era algo como 5%. Recentemente, novas tecnologias e metodologias de análise falam em 22.9% (SOS MATA ATLÂNTICA, 2016). O imaginário é de pouca floresta. Floresta como algo longe e separado das cidades e de nós humanos.

Se nos compreendermos como natureza e nossas obras como transformações na natureza, compreendemos a natureza como algo que está aqui, não lá. E olhando pela janela vemos que o Estado de São Paulo está muito maltratado e sofrido, designações que não costumam ser usadas nas escolas, nos jornais e livros. São Paulo é um estado rico, com 22,9% do bioma mata atlântica ainda em pé. Parece ter uma relação entre o estado ser rico e não ter floresta. Trocou a floresta por riqueza? Foi a população paulista que cortou floresta para plantar café e cana de açúcar e enriquecer? Ou foram meia dúzia de pessoas, como a família Ometto em Piracicaba?

São Paulo é um Estado onde um punhado de pessoas assassinou e explorou milhares de seres para enriquecer.

A história de Moemambá foi inspirada pelo livro “Incidente em Antares”, de Érico Veríssimo, e na história de Piracicaba.

No segundo capítulo, conhecemos nossa heroína, Jussara.

Jussara é uma funcionária concursada da prefeitura de Moemambá. Alguém que acredita fielmente no poder da técnica científica, na capacidade de resolver todos os problemas da cidade através do planejamento urbano organizador, que acaba com qualquer princípio caótico na vida urbana.

Aqui vemos um exemplo de como opera a hegemonia. Jussara verdadeiramente se preocupa com sua cidade. Sente suas dores e dedica sua vida a resolvê-las. Formada na ideologia hegemônica, pela família, escola, jornais, universidade, ela percebe os problemas da cidade como consequências do desenvolvimento desordenado dela, desenvolvimento feito pelo povo, essa massa amorfa e grande que não costuma estar associada com a classe média e

a burguesa. A culpa é do povo, que sem a orientação e a luz da ciência e da técnica, constrói seus loteamentos desordenadamente. A solução está no planejamento urbano, nas técnicas científicas que colocam ordem na cidade.

A vida de Jussara é resolver os problemas que colocarão ordem na cidade. A questão não é que Jussara é uma agente do capitalismo. É que ela compreende o mundo pelas ideias e decodificações da classe dominante, que aparecem para ela como algo natural, como a realidade. Ela trabalha dentro desse mundo, dessa ideologia. Suas boas intenções operam aí também.

Jussara concebe o mundo através da ideologia hegemônica. Assim ela interpreta, inconscientemente, os fatos de seu cotidiano, grandes ou pequenos. Respeita a hierarquia dentro do Instituto de Planejamento Urbano de Moemambá (IPLUM), sabendo da função de cada um e tendo uma sociabilidade diferenciada para cada um em acordo à sua função, ao seu lugar na hierarquia. Sorri para os colegas, admira sua chefe, trata com poucas palavras ou ignora por completo os que trabalham na recepção ou na limpeza.

A primeira crise na concepção de mundo de Jussara, uma crise ambientalista provocada pela seca do rio de Moemambá, é superada, aparentemente, sem abalar sua concepção de mundo hegemônica. O capitalismo, seja como estrutura (relações de produção), seja como superestrutura (forma de conceber o mundo), se apropria das crises que poderiam desestabilizá-lo. Ela acredita que a empresa que constrói o empreendimento se importa com o rio, pois a questão ambiental está nos discursos da empresa.

O capítulo 6 é outro exercício de quebra da disjunção sujeito-objeto/humano-natureza, quando Jussara se percebe uma animal, na esteira dos abalos em sua concepção de mundo.

E, logo em seguida, vem a segunda crise de Jussara, muito maior, pois abala sua concepção de mundo hegemônica. É quando Jussara percebe que as empresas só são verdes enquanto é lucrativo para elas. É quando Jussara percebe, ainda não conscientemente, que a cooptação da causa ambiental pela ideologia capitalista é apenas estratégia. Nada parecido com seus recentes e apaixonados princípios.

A revolta causada em Jussara ao sentir essa contradição profunda na ideologia hegemônica ainda não é uma revolta contra-hegemônica, pois não é organizada, direcionada, não compõe uma concepção de mundo coerente. Mas tem o potencial de ser.

A ideia de Deleuze (2011) de que o específico tem muito mais força que o geral, um ou uma do que o ou a, me acompanhou na escrita dos textos literários e da dissertação. As vezes em que estava para escrever uma generalidade dessas, ou quando revisava algum dos escritos, como “Ju termina a noite arrastando o cara gostoso e chato para fora do elevador e dentro do

apartamento”, lembrava da ideia e experimentava o específico, “Ju termina a noite arrastando *um* cara gostoso e chato para fora do elevador e dentro do apartamento”.

Alguns trechos do texto trazem reflexões das leituras que fiz. Como quando Pedro diz para Sara “Carros, prédios, comprar o celular da última geração, roupas da moda, dezenas de sapatos. As pessoas têm isso. Bom, no Brasil só algumas delas, a maioria tem só o desejo”, trazemos as reflexões de Santos (1997) sobre o consumismo no terceiro mundo, quando ele diz

Está-se a criar assim uma ideologia global consumista que se propaga com relativa independência em relação às práticas concretas de consumo de que continuam arredadas as grandes massas populacionais da periferia. Estas são duplamente vitimizadas por este dispositivo ideológico: pela privação do consumo efectivo e pelo aprisionamento no desejo de o ter. Pior que reduzir o desejo ao consumo é reduzir o consumo ao desejo do consumo (SANTOS, 1997, p. 312).

O texto de Jussara seria uma introdução ao nosso romance, que não consegui acabar de escrever, e por isso algumas possibilidades e personagens são apenas apresentadas nele, como Sara, namorada de Pedro.

Ao final, vemos uma compreensão de mundo contra-hegemônica começando a tomar forma em Jussara, compreensão que está junto, e não é contraditória, com uma apreensão sensível do mundo. É a contemplação do mundo de que fala Santos (1987), ao não querer mais colocar palavras e sentidos lógicos em tudo e poder só se encantar com o rio, enquanto assume a responsabilidade de fazer algo para mudar sua realidade.





## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fizemos um estudo de caso sobre o empreendimento imobiliário Reserva Jequitibá no bairro Santa Rosa, na cidade de Piracicaba.

Para construir uma narrativa contra-hegemônica sobre o empreendimento, abordamos o caso por três formas: pela pesquisa histórica do bairro e do empreendimento, por uma análise crítica deles e por escritas literárias.

O Reserva Jequitibá é um caso que tem muito do Brasil e do mundo. Ele faz parte da história do nosso país, faz parte de fenômenos urbanos e sociais, da luta e das relações entre as classes e o Estado, o público e o privado, o bem coletivo e a propriedade individual.

Faz parte da hegemonia burguesa, mas é também palco de potenciais contra-hegemonias.

Com nossa pesquisa histórica, deduzimos que as fazendas Santa Rosa e São José, prováveis origens do bairro Santa Rosa, foram trabalhadas por homens e mulheres negras escravizadas por algumas décadas, até a escravidão ser abolida e seus corpos substituídos por corpos brancos de imigrantes europeus, como parte do projeto racista das elites brasileiras para embranquecer a população.

Enquanto centenas ou milhares de mãos calejadas passaram por essas terras, elas passaram por apenas cinco ou seis pares de mãos lisas da burguesia paulista. A Fazenda Santa Rosa passou do par de mãos de um Moraes Barros para as de uns franceses e das deles para a de um sobrinho neto daquele Moraes Barros, um Silva Gordo, que as transformou em um loteamento para a classe trabalhadora, o Loteamento Santa Rosa. As terras ao lado do loteamento, não sabemos se parte também da Fazenda Santa Rosa ou todas da Fazenda São José, continuaram plantadas com cana de açúcar por décadas, mas provavelmente já tinham passado para as mãos de uma daquelas famílias brancas europeias que veio substituir as famílias negras escravizadas, uma família que prosperou no setor de açúcar e álcool e acumulou terras e capitais, os Ometto.

Por décadas, o bairro Santa Rosa foi o loteamento feito pelo Silva Gordo, as terras plantadas com cana de açúcar dos Ometto e uma Lagoa no meio dessas terras, prometida pelo Silva Gordo aos compradores do loteamento. Por décadas esses compradores, seus descendentes, piracicabanas e piracicabanos frequentaram a Lagoa para nadar, pescar e curtir a vida.

No ano de 2005, a imobiliária dos Silva Gordo fez um conluio com um novo membro da burguesia piracicabana e vendeu para ele o imóvel da Lagoa por um preço irrisório, imóvel que era dos moradores do Santa Rosa e não da imobiliária. Esse novo burguês piracicabano, Edgar, nome fictício, era Secretário de Indústria e Comércio de Piracicaba e foi um dos

responsáveis pelas negociações para trazer uma fábrica da multinacional Hyundai Motor Company para Piracicaba. Três anos depois, na mesma época que anunciaram a vinda da Hyundai, ele cercou a Lagoa.

A Hyundai foi construída a umas centenas de metros de distância da Lagoa, em parte daquelas terras plantadas com cana, a dois quilômetros de distância do loteamento do Santa Rosa, na fronteira com o bairro vizinho, Água Santa. A vinda da multinacional foi resultado da sujeição do poder público municipal e estadual ao capital internacional, sujeição escancarada na necessidade de autorização da multinacional que uma funcionária pública precisava para nos contar a história da compra e doação de um terreno feito pela prefeitura para a Hyundai.

Junto com a multinacional vieram investimentos públicos milionários na região, e todas aquelas terras valorizaram. Então, representantes da Cosan, empresa dos Ometto, procuraram a prefeitura para negociar empreendimentos em suas terras no Santa Rosa. A Cosan criou uma empresa voltada ao ramo imobiliário, nomeada Aguassanta D.I., provavelmente em homenagem àquele bairro, que além de sediar a multinacional cuja vinda fez nascer o ramo imobiliário da empresa, foi também o bairro que quando ainda era fazenda, no século passado, foi o primeiro pedaço de terra que a família Ometto comprou.

A Aguassanta D.I. fez três condomínios fechados nas terras com cana no Santa Rosa, a prefeitura fez uma Fatec, um Instituto Federal, um Parque Tecnológico e elas juntas transformaram uma área da prefeitura em um parque, o Parque Jequitibá. A Cosan chamou tudo isso, os empreendimentos públicos e os seus, de Reserva Jequitibá. Seu grande empreendimento imobiliário.

Suas terras, que por décadas ficaram plantadas com cana, valorizaram 2500% (OTERO, 2017).

E, no coração do Reserva Jequitibá, entre os três condomínios fechados, ficou a Lagoa do Santa Rosa.

Os agentes públicos responsáveis pelos empreendimentos públicos do Santa Rosa não protestaram por eles terem sido incorporados falsamente a um empreendimento privado que se autodenominou bairro. Pelo contrário, eles repetiram essa mentira, assim como o poder público, que passou a indicar em placas, separadamente, o Santa Rosa e o Reserva Jequitibá, desvinculando o empreendimento de luxo do bairro de classe trabalhadora.

Em nossa análise crítica sobre empreendimento e bairro, percebemos o fenômeno urbano da gentrificação que a valorização no Santa Rosa causou, com a mudança do “perfil” das

pessoas que moravam ali. Percebemos as especulações imobiliárias praticadas pela Cosan com suas terras no Santa Rosa, mas feitas (quase todas) dentro dos limites da lei.

Percebemos como o poder público favorece os interesses da classe dominante na produção do espaço na cidade, causando problemas urbanos que a narrativa hegemônica mascara, ocultando suas causas. Como ao falar que o problema do transporte na cidade é pela falta de planejamento, quando em verdade é o planejamento capitalista para favorecer os empreendimentos da burguesia que alonga a cidade e causa os problemas de transporte. Foi a construção da Fatec e do Instituto Federal no meio de um canal para viabilizar um empreendimento de burguês — em que todos teriam automóveis individuais para se locomover — que sujeitou milhares de estudantes a gastarem horas para chegar e ir embora das escolas nas poucas linhas de um transporte público precário.

Na análise crítica, percebemos o poder da Cosan. Além de submeter o poder público aos seus interesses, fazendo a prefeitura arcar com os riscos de investir milhões em equipamentos públicos no meio de seu canal para viabilizar seus empreendimentos, ela cooptou esses equipamentos como se fossem todos parte de seu empreendimento privado Reserva Jequitibá, com a anuência do poder público, o que fundamentou outra mentira para valorizar seu empreendimento, de que ele seria um bairro planejado de uso misto e não condomínios fechados de luxo em um bairro de classe trabalhadora, mentira que o poder público também endossou.

No Parque Tecnológico, um dos empreendimentos públicos cooptados pelo Reserva, a Cosan construiu a sede da Raízen, sua joint-venture com a Shell, recebendo diversos benefícios fiscais para isso. Construiu também outros empreendimentos privados dentro do perímetro desse mesmo Parque, como um dos colégios mais caros de Piracicaba, conseguindo benefícios fiscais também para eles e maximizando seus lucros. O Parque Tecnológico, inclusive, é voltado para a produção de tecnologia para o agronegócio no setor sucroenergético, o setor de atuação histórica da Cosan e dos Ometto, com milhões de investimentos públicos na produção de ciência e tecnologia — seja por startups e empresas privadas com incentivos públicos, seja por pesquisas públicas como as desenvolvidas por grupos da ESALQ, que é das principais universidades de agronomia do mundo — investimentos que direta ou indiretamente a favorecem. A própria gestão do Parque Tecnológico é feita pelo Arranjo Produtivo Local do Alcool, APLA, um aglomerado de empresas do setor cuja Cosan, ou Raízen, é das mais poderosas.

O Reserva Jequitibá só não é uma alegoria das relações entre as classes e o Estado, e das irregularidades cometidas pela classe dominante para enriquecer, porque ele é real.

Todo empreendimento só foi viabilizado por causa da vinda da Hyundai e de investimentos públicos milionários na região. Um dos principais, alguns dizem que o principal, responsável por trazer a Hyundai, o Edgar, um membro da burguesia piracicabana e amigo dos donos da Cosan, é proprietário de terras que valorizaram horrores com isso tudo, terras que ele tomou dos moradores do bairro Santa Rosa em uma compra muito suspeita. Edgar pagou 85 mil no imóvel que hoje está penhorado por 60 milhões, e que ele declarou ao TSE, quando disputou as eleições de 2020, como valendo 280 mil.

Nossas entrevistas mostraram como pessoas com relações diferentes com o Reserva Jequitibá e o Santa Rosa interpretam o empreendimento, e o poder da hegemonia nisso, ao repetirem palavras como valorização, crescimento e revitalização. Mas também mostraram o potencial contra-hegemônico em suas interpretações, ao contarem sobre suas relações com o meio ambiente, seus sonhos, suas histórias de vida e suas revoltas.

São potenciais contra-hegemônicos e não contra-hegemonias, pois não estão conscientemente direcionados para a ruptura com essa hegemonia e construção de outra. Quando falam das questões ambientais e sobre desigualdades, suas críticas e revoltas podem ser cooptadas pela hegemonia do capital para “soluções” sem ruptura, como a diminuição das desigualdades e não o fim delas, o mercado de carbono e não o fim do mercado. Quando reclamam de problemas urbanos, a hegemonia pode ocultar a causa desses problemas dizendo que são consequências de um crescimento desordenado, não relacionando a precariedade da infraestrutura do Santa Rosa com os milhões gastos pela prefeitura no Reserva Jequitibá.

Percebemos também a diferença entre encontrar pessoas que estão próximas de nossos círculos sociais e pessoas que estão longe, mas principalmente a dificuldade que é conseguir penetrar nos círculos sociais da “elite” piracicabana, aquele estrato rico da classe média que não é burguesa mas pensa que é, representada pela dificuldade que tivemos para entrar nos condomínios fechados do Reserva Jequitibá e na impossibilidade de encontrar alguém que morasse lá e aceitasse participar da pesquisa. Os condomínios fechados são a comunhão entre os iguais e exclusão dos diferentes, controlando com rigor ostensivo a entrada e saída de pessoas estranhas. Eles são a negação da cidade, da possibilidade de encontros entre pessoas diversas. Representam as inseguranças existenciais e materiais de nossa sociedade.

Com a escrita literária brincamos com isso tudo, fizemos encontros entre pessoas que não se encontram, prestamos atenção nos seres silenciados e ignorados nessa história e apreendemos a realidade de forma sensível. A escrita literária não é um produto de nossa pesquisa, mas um processo de interiorização dela, de trabalho reflexivo e sensível com as entrevistas, as leituras, as observações de campo. Ela não construiu a narrativa contra-

hegemônica sobre o Reserva Jequitibá em um romance, como planejamos no início da pesquisa. Ela ajudou a construir a narrativa desta dissertação.

Nossos três esforços para construir uma narrativa contra-hegemônica sobre o Reserva Jequitibá — a pesquisa histórica, a análise crítica e a escrita literária — não foram esforços separados e isolados. Um esforço está no outro, pois nós, seres humanos, não somos robôs, não somos caixas feitas de planejamentos racionais.

Somos mundos de interpretações, sentimentos, histórias e sonhos, com cabeças coladas aos corpos pensando por junções, hibridações e brincadeiras entre o simbólico e o empírico, a magia e a lógica, a sensibilidade e a racionalidade.

Com a pesquisa histórica, a análise crítica e a escrita literária, juntas, contamos nesta dissertação uma história que pretendemos que seja contra-hegemônica, sobre um empreendimento imobiliário no interior paulista. Uma história sobre como o trabalho de muitos constrói as riquezas de poucos e como esses poucos usam e dependem do Estado para roubar e enriquecer. Contamos uma história de especulação e valorização, de um empreendimento de luxo, feito pela burguesia em um bairro de trabalhador e, no coração do empreendimento, uma Lagoa que um milionário tomou dos moradores e dos visitantes (humanos e não humanos) desse bairro.

Esta dissertação é uma composição de saberes, interpretações de mundo, histórias de vida e vidas, um diálogo entre elas para compreender melhor a realidade e assim, com este caso do mundo escancarado diante de nós, assumir a responsabilidade que temos de mudá-lo, lutando por um fazer político profundamente democrático.

Lutando por um mundo em que a terra seja de todos os seres que por aqui passeiam.



## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **Desigualdade ambiental, economia e política**. Astrolabio, n. 11, 2013.
- ALMEIDA, M. C. X. A dupla face de um mesmo intelectual. In: ALMEIDA, M. C. X. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.
- ALVES, José Diego Gobbo. Dispersão urbana e a atuação do mercado imobiliário em cidades médias: reflexões a partir da cidade de Piracicaba/sp. **GEOFRONTER**, v. 2, n. 5, 2019.
- ALVES, José Diego Gobbo; BRAGA, Roberto. Avaliação dos vazios urbanos na cidade de Piracicaba–São Paulo–Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudantes de Geografía**, v. 5, n. 1, p. 65-74, 2017.
- ALVES-MAZZOTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- ANGOTTI, Tom. América Latina Urbana: violência, enclaves e luta pela terra. In: **Revista Margem Esquerda**, nº 24, junho de 2015. São Paulo: Boitempo.
- ANTÔNIO, Severino. **Uma nova escuta poética da educação e do conhecimento: diálogos com Prigogine, Morin e outras vozes**. São Paulo: Paulus, 2009.
- BAHULE, Dionísio. Prefácio. In: CHIZIANE, Paulina. **Balada de amor ao vento**. Maputo: MATIKO & ARTE, LDA, 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BELLUZO, Luiz Gonzaga. Capital financeiro e desigualdade. In: BAVA, Silvio Caccia, Org. **Thomas Piketty e o segredo dos ricos**. São Paulo: Veneta; Le Monde Diplomatique Brasil, 2014.
- BETO SILVA (Piracicaba). Jornal de Piracicaba. **Eleitor diferenciou quem discutiu ideias de quem se preocupou com fake news**. 2020. Disponível em: <https://www.jornaldepiracicaba.com.br/eleitor-diferenciou-quem-discutiu-ideias-de-quem-se-preocupou-com-as-fake-news/>. Acesso em: 22 abr. 2022
- BILAC, Maria Beatriz Bianchini; TERCI, Eliana Tadeu. **Piracicaba: de centro policultor a centro canavieiro (1930-1950)**. São Paulo: MB Editora, 2001.
- BOLOGNA, Sabrina Rodrigues. **A imprensa local e a função social da cidade - análise de notícias sobre as alterações no Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba (SP)**.



2013. 662 f. Monografia (Especialização) - Curso de Comunicação Jornalística, Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão - Cogea, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 17 de novembro de 2022.

BRASIL. Instituto Federal de São Paulo. Ministério da Educação. **O Câmpus IFSP - Piracicaba**. 2016. Disponível em: <https://prc.ifsp.edu.br/index.php/o-campus>. Acesso em: 19 de maio de 2022.

BUSCH, Reynaldo Kuntz. Antônio José da Silva Gordo, esboço biográfico. **Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, Volume LXVII, p. 131-142, 1970.

CACHIONI, Marcelo. A paisagem cultural do Engenho Central de Piracicaba na dinâmica fabril da construção e reconstrução. In: **Arquitetura e urbanismo: competência e sintonia para os novos paradigmas do mercado**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

CALINDRO, Ana Regina Vaz. **A colocação dos pronomes clíticos em O Patrocínio: periódico da imprensa negra de Piracicaba**. 2009. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.8.2009.tde-24112009-141924. Acesso em: 2023-05-15.

CARVALHO, Alex et al. O que é metodologia científica? In: CARVALHO, Alex et al. **Aprendendo Metodologia Científica**. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COSAN. **Portfólio de Negócios**. 2022. Disponível em: <https://www.cosan.com.br/sobre-a-cosan/portfolio-de-negocios/>. Acesso em: 06 maio 2022.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 2011.

EAGLETON, Terry. O que é literatura? In: EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

FABIANO PEREIRA (São Paulo). Coordenador do Projeto "O Espírito do Lugar" (org.). **Engenho Central de Piracicaba**. 2011. Disponível em: <http://oespiritodolugar.blogspot.com/p/engenho-central.html>. Acesso em: 27 mar. 2023.

FAORO, Raymundo. A viagem redonda: do patrimonialismo ao estamento. In: FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FERREIRA, J. S. W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, 2005, Bauru. **Anais...** Bauru: UNESP, 2005. não p.

FERREIRA, J. S. W. Globalização, Ideologia e Planejamento Urbano. In: FERREIRA, J. S. W. **O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FERREIRA, João Sette Whitaker. “Notas sobre a visão marxista da produção do espaço urbano e a questão da renda da terra”. In: **Sistematização crítica da produção acadêmica. 196 p. Tese (Livre-Docência)** – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

G1 PIRACICABA E REGIÃO (Piracicaba). G1 (ed.). **PM faz reintegração de área ocupada no bairro Monte Líbano em Piracicaba**: famílias que vivem na comunidade taquaral foram retiradas da área e cadastradas em programas de habitação; ação começou pacífica, mais houve confusão com uso de bombas de fumaça e rojões.. Famílias que vivem na comunidade Taquaral foram retiradas da área e cadastradas em programas de habitação; ação começou pacífica, mais houve confusão com uso de bombas de fumaça e rojões.. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2020/05/07/pm-faz-reintegracao-de-area-ocupada-no-bairro-monte-libano-em-piracicaba.ghtml>. Acesso em: 27 abr. 2022.

GARAUDY, Roger. **Apelo aos vivos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

GERMANO, Marcelo Gomes; KULESZA, Wojciech Andrzej. Popularização da ciência: uma revisão conceitual. **Caderno Brasileiro de ensino de Física**, v. 24, n. 1, p. 7-25, 2007.

GIESBRECHT, Ralph M.. **Santa Rosa**. 2003. Blog. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/lugaresesquecidos/santarosa.htm#:~:text=A%20fazenda%20Santa%20Rosa%20ficava,o%20Engenho%20Central%20de%20Piracicaba..> Acesso em: 21 abr. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GORDINHO, Margarida Cintra. **João Ometto: uma trajetória de vida**. São Paulo: Marca D'Água, 2001.

GORDO, Jose - Adolpho Silva. **Família Silva Gordo**. 2008. Blog. Disponível em: <http://familiasilvagordo.blogspot.com/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

GOULART, Jefferson O.; TERCI, Emilia T.; OTERO, Estevam V. Desenvolvimento urbano contemporâneo em cidades médias do interior paulista sob o estatuto da cidade: uma análise comparada de Piracicaba, Bauru e Rio Claro. In: **V Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013 a.** Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2013. p. 649-662.

GOULART, Jefferson O.; TERCI, Eliana T.; OTERO, Estevam V. A dinâmica urbana de cidades médias do interior paulista sob o Estatuto da Cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 1, p. 183, 2013 b.

GOULART, Jefferson O.; TERCI, Eliana T.; OTERO, Estevam Vanale. Segregação socioespacial e política urbana em cidades médias no Brasil contemporâneo (2001-2011). **Caderno CRH**, v. 29, p. 553-570, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1: Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GROSGOUEL, R.. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. Soc. estado., 2016 31(1), p. 25–49, jan. 2016.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUERRINI, Leandro. **História de Piracicaba em Quadrinhos – 2º Volume.** Piracicaba, SP: Equilíbrio: Instituto Histórico e Geográfico – IHGP, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Piauí**, Rio de Janeiro, nº 82, jul 2013. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 17 maio 2023.

HONDA, Iraci V.. Loteamento Santa Rosa. **Jornal de Piracicaba.** Piracicaba, p. 3-3. 12 mar. 2009.

JEQUITIBÁ, Reserva. **Página inicial do site do Reserva Jequitibá.** 2022. Disponível em: <https://www.reservajequitiba.com.br/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

JOÃO CHIARINI (São Paulo). Semanário Impresso A Província. **O primeiro Engenho Central.** 1987. Disponível em: <https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/almanaque/o-primeiro-engenho-central-24675/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

JORNAL DE PIRACICABA (Piracicaba). Editorial (ed.). **Vetor de crescimento. Jornal de Piracicaba.** Piracicaba, p. 2-2. 23 abr. 2010.

JUNIOR, Armando Wilson Tafner; DA SILVA, Fábio Carlos. Expansão da Fronteira Agropecuária do Oeste Paulista para a Amazônia: a trajetória dos negócios da família Ometto e seus desdobramentos no Mato Grosso. **Revista de Estudos Sociais**, v. 16, n. 31, p. 97-115, 2014.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRISHNAMURTI, Jiddu. **A Primeira e Última Liberdade**. São Paulo: Editôra Cultrix, 1968.

KUNDERA, Milan. **A Insustentável leveza do ser**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

KUNDERA, Milan. **A arte do romance**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

LAGE, Selena DL; MAIA, Amanda C.; LEONELLI, Gisela CV. A legislação urbanística como indutora dos enclaves habitacionais nas cidades médias: Coincidências e divergências nos processos de expansão urbana e condominização nas cidades de Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. In: **Anais do Fórum Habitar**. Anais... Belo Horizonte (MG) UFMG, 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/habitar/72730-A-LEGISLACAO-URBANISTICA-COMO-INDUTORA-DOS-ENCLAVES-HABITACIONAIS-NAS-CIDADES-MEDIAS--COINCIDENCIAS-E-DIVERGENCIAS>>. Acesso em: 11/04/2022 17:47

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, 34 (3): 17-24. set/dez. 2009

LEMINSKI, Paulo. **Toda poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEONIDIO, Adalmir. Uma “democracia de gravata lavada”. In: LEONIDIO, A.; ALMEIDA JR., A. R. (Orgs). **2016 golpe e democracia no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2020

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926–1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LINKEDIN. **Luciano Almeida**. 2022. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/almeidaluciano>. Acesso em: 19 maio 2022

LINTON, R. O indivíduo, a cultura e a sociedade. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Homem e modernidade**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1970.

MACHADO, I. J. R.; et. Al. **Sociologia hoje: Volume único: ensino médio**. São Paulo: Ática, 2013.

MAIA, Amanda C. **Direito à cidade: Plano de ação para o desenvolvimento urbano de Piracicaba**. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2015.

MARCONDES, Neide. **Na trilha do passado paulista: Piracicaba século XX**. Piracicaba, SP: Degaspari, 2008.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, Ana Amélia Lage; MARTELETO, Regina Maria. Cultura, ideologia e hegemonia: Antonio Gramsci e o campo de estudos da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 10, n. 1, p. 5-24, 2019.

MICHAELIS, Dicionários. **Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MIGUEL, Yaisa Domingas de Carvalho. **O consumo do espaço residencial: um estudo da presença/ausência da população negra nos condomínios horizontais fechados em Piracicaba - SP**. 2008. 140 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/95580>>.

MILANEZ, Artur Yabe; SOUZA, Jose Antonio P.; MANCUSO, Rafael. Sucoenergético. In: BRASIL. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Panoramas Setoriais 2030: desafios e oportunidades para o Brasil**. Rio de Janeiro: Bndes, 2017. p. 107-122. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14245/2/Panoramas%20Setoriais%202030%20-%20Sucoenerg%C3%A9tico\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14245/2/Panoramas%20Setoriais%202030%20-%20Sucoenerg%C3%A9tico_P_BD.pdf). Acesso em: 06 maio 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000a.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000b.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MUNICÍPIO DE PIRACICABA (Município). Lei nº 282, de 07 de dezembro de 2011. Introduz alterações e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 223/08 que “institui o Programa Parque Tecnológico de Piracicaba, de acordo com o disposto no Decreto Estadual nº 50.504/06 que cria o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, estabelece o perímetro e os usos permitidos para o referido Parque e dá outras providências”. **Lei Complementar Nº 282**. Piracicaba, SP, 07 dez. 2011. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Piracicaba-SP/LeisComplementares/282-2011>. Acesso em: 13 maio 2022.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

NETTO, Cecílio Elias. **Piracicaba que amamos tanto**. São Paulo: IHGP Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2015.

OLIVEIRA, Renato Salgado de Melo. **Histórias do mar: divagação científica, biotecnologias e RPG**. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Exterioridade e ideologia. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 30, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

OTERO, Estevam Vanale. **Reestruturação urbana em cidades médias paulistas: a cidade como negócio**. 2016. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OTERO, Estevam Vanale. POLÍTICA HABITACIONAL E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS EM PIRACICABA: INTERESSES PÚBLICOS E PRIVADOS. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 15, n. 2, p. 192-208, 2017.

PIRACICABA. Lei Complementar nº 186, de 10 de outubro de 2006. Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Piracicaba, cria o Conselho da Cidade, revoga a Lei Complementar nº 46/95 e suas alterações e dá outras providências. **Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Piracicaba**. Piracicaba, SP, 10 de outubro de 2006 a. p. 01-72. Disponível em: <http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/Lei-Complementar-186-Lei-Complementar-186-06-PLANO-DIRETOR-atualizado.pdf>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

PIRACICABA. Flávia Paschoal. Prefeitura do Município de Piracicaba. **Parque atende a sonho de comunidade**. 2012. Disponível em: <http://www.piracicaba.sp.gov.br/imprimir/parque+atende+a+sonho+de+comunidade.aspx>. Acesso em: 23 abr. 2022.

PIRACICABA. Decreto nº 16435, de 29 de outubro de 2015. Regulamenta os artigos 123 e 161 da Lei Complementar nº 224/08, que tratam da comprovação da exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial para efeito de não incidência do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e revoga o Decreto nº 15.439/13 e o art. 2º do Decreto nº 15.977/14. **Decreto Nº 16.435, de 29 de Outubro de 2015**. Piracicaba, SP, 29 out. 2015.

PIRACICABA (município). 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba. Processo Nº 42.080/2014. **Diário Oficial [do] Município de Piracicaba**. Ano 49, n. 11.738, p. 8, 10 de março de 2016 a.

PIRACICABA, Shop Mix. **Programa Quem é Você? com Luciano Almeida**. 2016 b. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PrFvgvebLmE>. Acesso em: 19 maio 2022.

PIRACICABA. Mar (Mtb. 17063). Prefeitura do Município de Piracicaba. **Moradores pedem desapropriação de área da Lagoa do Santa Rosa**. 2018 a. Disponível em: <http://www.piracicaba.sp.gov.br/imprimir/moradores+pedem+desapropriacao+de+area+da+lagoa+do+santa+rosa.aspx>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PIRACICABA. Parque Tecnológico Piracicaba. Prefeitura do Município de Piracicaba. **Relatório Cumprimento de Objeto**. 2018 b. Disponível em: <http://parquetecnologico.piracicaba.sp.gov.br/transparencia/relatorio-cumprimento-de-objeto/>. Acesso em: 06 maio 2022.

PIRACICABA. Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP). Prefeitura de Piracicaba. **Mapa de Evolução do Perímetro Urbano - 2018**. 2018 c. Disponível em: <http://www.ipplap.com.br/docs/MAPA%20DA%20EVOLUCAO%20DO%20PERIMETRO%20URBANO%20-%202018.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

PIRACICABA. Lei Complementar nº 405, de 18 de dezembro de 2019. Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba, revoga as Leis Complementares nº 186/06, nº 201/07, nº 213/07, nº 220/08, nº 222/08, nº 247/09, nº 249/09, nº 255/10, nº 257/10, nº 261/10, nº 287/11, nº 293/12, nº 295/12, nº 323/14, nº 346/15, nº 354/15, nº 367/16 e nº 394/18 e dá outras providências.. **Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba**. Piracicaba, SP, 18 dez. 2019 a. p. 01-61. Disponível em: [http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/Lei-Complementar-405\\_2019-Plano-Diretor-de-Desenvolvimento-de-Piracicaba.pdf](http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/Lei-Complementar-405_2019-Plano-Diretor-de-Desenvolvimento-de-Piracicaba.pdf). Acesso em: 17 nov. 2022.

PIRACICABA. Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. Prefeitura do Município de Piracicaba (org.). **Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba**: leitura técnica. Piracicaba: Prefeitura de Piracicaba, 2019 b. 60 p. Disponível em: <http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Leitura-Tecnica-Revis%C3%A3o-do-Plano-Diretor.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

PIRACICABA (município). 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba. Processo Nº 66.591/2018. **Diário Oficial [do] Município de Piracicaba**. Ano 52, n. 12.612, p. 14, 19 de setembro de 2019 c.

PIRACICABA (município). 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba. Processo Nº 71.771/2016 e Processo Nº 71.773/2016. **Diário Oficial [do] Município de Piracicaba**. Ano 53, n. 12.889, p. 8, 30 de outubro de 2020 a.

PIRACICABA (município). 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba. Processo Nº 71.775/2016. **Diário Oficial [do] Município de Piracicaba**. Ano 53, n. 12.917, p. 44, 14 de dezembro de 2020 b.

PIRACICABA. Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. Prefeitura do Município de Piracicaba. **Legislação**. 2020 c. Disponível em: <http://planodiretor.piracicaba.sp.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

PIRACICABA. Parque Tecnológico Piracicaba. Prefeitura do Município de Piracicaba. **Quem Somos**. 2022 a. Disponível em: <http://parquetecnologico.piracicaba.sp.gov.br/quem-somos/>. Acesso em: 06 maio 2022.

PIRACICABA, Fatec. **Sobre a FATEC Piracicaba**. 2022 b. Disponível em: [http://fatecpiracicaba.edu.br/novo\\_cs/?Sobre\\_a\\_FATEC\\_Piracicaba](http://fatecpiracicaba.edu.br/novo_cs/?Sobre_a_FATEC_Piracicaba). Acesso em: 12 maio 2022.

PIRACICABA. Prefeitura do Município de Piracicaba. Prefeitura de Piracicaba. **Geoprocessamento Corporativo**. 2022 c. Disponível em: <https://geo.piracicaba.sp.gov.br/app/geopixelcidades-piracicaba/map.html>. Acesso em: 10 nov. 2022.

PIRACICABA (município). 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba. Processo Nº 71.954/2019. **Diário Oficial [do] Município de Piracicaba**. Ano 55, n. 13.251, p. 12, 20 de abril de 2022 d.

PIRACICABA. Semac. Prefeitura de Piracicaba. **História do Engenho Central**. 2023a. Disponível em: <http://semac.piracicaba.sp.gov.br/engenho-central/historia-do-engenho-central/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

PIRACICABA (SP). Primeiro Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentose Civil de Pessoa Jurídica. **Matrícula atualizada N. 75.807**. Registro em: 28 jul. 2005.

PIRACICABA. CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA. (ed.). **Paulo de Moraes Barros**. Disponível em: [https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/395-paulo\\_de\\_moraes\\_barros](https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/395-paulo_de_moraes_barros). Acesso em: 28 mar. 2023b.

PIRACICABANA, A Tribuna. **Construtora Pagano estreia em Piracicaba com apresentação a corretores**. 2021. Disponível em: <https://www.tribunapiracicabana.com.br/2021/08/03/construtora-pagano-estrela-em-piracicaba-com-apresentacao-a-corretores/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

POSTMAN, Neil. **Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia**. São Paulo: Nobel, 1994.

RAMOS, Pedro. **Em estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canvieira no Estado de São Paulo (1930-1982)**. Tese (mestrado). EAESP - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1983.

REINALDO AZEVEDO (Brasil). Veja. **Leitor, você pode pôr o vagabundo pra correr**. 2008. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/leitor-voce-pode-por-o-vagabundo-pra-correr/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

RIBEIRO, Paola. Parque Jequitibá será 13º parque ambiental e de lazer de Piracicaba. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba, p. 10-10. 07 out. 2011.

RILKE, Rainer Maria. **Cartas a um jovem poeta, A canção de amor e de morte do porta-estandarte Cristóvão Rilke**. Porto Alegre: Editora Globo, 1980.

RODRIGUES, Felipe. Um novo conceito: bairro planejado de uso misto está associado à ideia de sustentabilidade. **Gazeta de Piracicaba**. Piracicaba, p. 13-13. 11 nov. 2011.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção primeiros passos; 203).



SAMPAIO JUNIOR, P. A. A natureza da burguesia brasileira em Florestan Fernandes. **Dossiê Brasil**. [S. I.], 2001.

SAMPAIO JUNIOR, P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 672-688, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Esquerda do futuro: uma sociologia das emergências**. Carta Maior, 2016. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Esquerda-do-futuro-uma-sociologia-das-emergencias-/4/35257>>. Acesso em 28 de Março de 2019.

SANTOS, Iraci dos; GAUTHIER, Jacques. **A Sócio-Poética: fundamentos teóricos, técnicas diferenciadas de pesquisa, vivência**. Rio de Janeiro: UERJ, DEPEXT, NAPE, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SÃO PAULO. DO PORTAL DO GOVERNO. (ed.). **Anúncio da construção da Hyundai em Piracicaba**. 2008. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/discursos/anuncio-da-construcao-da-hyundai-em-piracicaba/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

SÃO PAULO. Mariana Garbin/ Cleber Mata. Estado de São Paulo. **Piracicaba terá Parque Tecnológico de biocombustíveis**. 2008. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/piracicaba-tera-parque-tecnologico-de-biocombustiveis-1/>. Acesso em: 12 maio 2022.

SÃO PAULO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Estado de São Paulo. **InvestSP**. 2022a. Disponível em: <https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/programas/investe-sp/>. Acesso em: 11 maio 2022.

SÃO PAULO. Investsp. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Serviços prestados**. 2022b. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/sobre-a-investe-sp/nossos-servicos/>. Acesso em: 11 maio 2022.

SÃO PAULO. Investsp. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Histórico**. 2022c. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/sobre-a-investe-sp/historico/>. Acesso em: 19 maio 2022.

SARAMAGO, José. **História do cerco de Lisboa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O livre arbítrio.** Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Patrimonialismo. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor As Batatas.** São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SELINGARDI-SAMPAIO, Silvia. **Indústria e território em São Paulo: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista: 1950-2005.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

SOARES, Marilda Aparecida. **Excertos da massa documental dos Engenhos de Piracicaba.** Piracicaba: SEMAC; IHGP; COPLACANA, 2021.

SORRENTINO, Fabio Portugal. **A construção do espaço no interior paulista, suas consequências socioambientais e econômicas: o caso da área urbana de Piracicaba.** Trabalho de Conclusão de Curso para o título de Bacharel em Gestão Ambiental na ESALQ-USP. Piracicaba: ESALQ, 2019.

SOS MATA ATLÂNTICA. **FUNDAÇÃO E INPE DIVULGAM DADOS INÉDITOS SOBRE A MATA ATLÂNTICA PAULISTA.** 2016. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/noticias/mapeamento-inedito-mostra-situacao-da-mata-atlantica-estado-de-sao-paulo/>. Acesso em: 18 out. 2021.

SOUZA, Herbert Glauco de. **Contra-hegemonia: um conceito de Gramsci?** Dissertação - (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2014.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; Góes, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

STIPP NETTO, José. Indústrias Anexas. In: **Revista IHGP.** Nº 16. Piracicaba: IHGP, 2009.

STORT, Eliana V. R. A construção do sentido – cultura e vida ética. In: STORT, Eliana V. R. **Cultura, imaginação e conhecimento: a educação e a formalização da experiência.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

TAKAMI, Saulo Teruo; MENDES, Auro. A importância das vantagens locacionais e dos serviços produtivos nas indústrias automotivas asiáticas no estado de São Paulo: o caso de Piracicaba, Indaiatuba e Sumaré. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 29, n. 2, p. 229-242, 2017.

TAKAMI, Saulo Teruo. **A importância dos linkages e dos serviços para as indústrias automotivas no corredor asiático no Estado de São Paulo.** 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.

TERCI et al. **Desconcentração industrial: impactos socioeconômicos e urbanos no interior paulista (1970-1990)**. São Paulo: MB Editora, 2005.

TERCI, Eliana Tadeu. Processos urbanos e gestão local: os casos de Ribeirão Preto e Piracicaba entre o empresariamento urbano e o Estatuto da Cidade. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 16, n. 3, p. 456-468, 2018.

TERCI, Eliana T.; GOULART, Jefferson O.; OTERO, Estevam V. Dinâmica econômica e empresariamento urbano em cidades médias sob o impacto da reestruturação produtiva. **Nova Economia**, v. 27, n. 1, 2017.

THE Square. Direção de Ruben Östlund. Produção de Erik Hemmendorff e Philippe Bober. Roteiro: Ruben Östlund. Suécia: Plattform Produktion, 2017. Son., color. Legendado.

THIAGO PERES (Piracicaba). **Vale do Piracicaba é lançado oficialmente**. 2016. Site da ESALQ. Disponível em: [https://www.esalq.usp.br/banco-de-noticias/vale-do-piracicaba-%C3%A9-lan%C3%A7ado-oficialmente#:~:text=Na%20tarde%20da%20%C3%BAltima%20quinta,Comercial%20e%20Industrial%20de%20Piracicaba\)..](https://www.esalq.usp.br/banco-de-noticias/vale-do-piracicaba-%C3%A9-lan%C3%A7ado-oficialmente#:~:text=Na%20tarde%20da%20%C3%BAltima%20quinta,Comercial%20e%20Industrial%20de%20Piracicaba)..) Acesso em: 24 maio 2022.

THOMAZ FERNANDES (Piracicaba). **Terrenos no Santa Rosa valorizam até 70%**: anúncio de empreendimentos na região do bairro mudou o perfil e o número de interessados nos imóveis disponíveis. **Jornal de Piracicaba**. Piracicaba, p. 5-5. 23 abr. 2010.

VÁZQUEZ, A. S. A ética contemporânea. In: VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VERISSIMO, Erico. **Incidente em Antares**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

VILLAÇA, Flávio. O território e a dominação social. In: **Revista Margem Esquerda**, n.º 24, junho de 2015. São Paulo: Boitempo.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, n. 44, 2016.

WALLERSTEIN, I. Diferenciação e reconstrução nas ciências sociais. In: WALLERSTEIN, I. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZIZEK, Slavoy. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014. Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4138227/mod\\_resource/content/1/Violencia%20-%20Slavoj%20Zizek.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4138227/mod_resource/content/1/Violencia%20-%20Slavoj%20Zizek.pdf)>. Acesso em 17 de maio de 2019.





## ANEXOS

### Anexo A – Roteiro das entrevistas

#### ENTREVISTA COM LUCAS (morador do Santa Rosa)

##### **Relação com o Bairro - antigamente**

- Qual é sua história com o Santa Rosa?
- Quando você se mudou para o bairro?
- Como era sua vida?
- Por que?
- Como foi?
- Como era o bairro naquela época?
- Como era sua relação com ele (amizades, lazer esportivo e lazer social, participava de alguma associação ou clube etc.)?

##### **Relação com o Bairro - atualmente**

- Como é a sua relação com o bairro hoje? Você anda muito por aqui, tem amigos, entretenimentos, frequenta a praça, participa de reuniões de associações do bairro
- Como está o bairro hoje? Você acha que ele é bem cuidado? Quais são as necessidades do bairro? Você acha que o poder público atende?
- Você se sente satisfeito com o bairro? pensa em se mudar? Porque?

##### **Bairro - sonhos - realidade x idealidade**

- Como é o lugar que você gostaria de morar?
- Por que seu bairro não é como você gostaria?
- O que ele precisa para ser?

##### **Reserva Jequitibá**

- Você conhece o Reserva Jequitibá? O que acha dele?
- Como foi quando eles vieram para cá, mudou alguma coisa?
- Ele se diferencia do resto do Santa Rosa?
- Sua vida foi e/ou é, de alguma forma, impactada pela construção e funcionamento do Reserva Jequitibá?
- Os moradores dele frequentam o bairro Santa Rosa? Vocês frequentam ele?

**Poder público/Empreendimento/bairro**

- Esse empreendimento teve ajuda da Prefeitura ? Houve uso de dinheiro público? Que tipo de ajuda [pavimentação, o sistema de água e esgoto, energia elétrica]? Você concorda?
- Se ele fosse construído todo com dinheiro privado, ele poderia ser construído como quisesse?
- Qual é e qual deveria ser o papel da prefeitura em relação aos bairros?

**Cidade**

- Qual a função da cidade?
- Como é a cidade do seu sonho?
- É possível uma cidade assim? Como chegaríamos nela?

**Piracicaba**

- Para você, o que Piracicaba precisa?
- Isso ajudaria ela a se tornar mais parecida com a cidade de seu sonho?
- Quem você acha que mais tem influência nos rumos da cidade?

ENTREVISTA COM PAULA (jornalista)

**HISTÓRIA DE VIDA:****Relação com o Bairro e a Cidade**

- Onde mora?
- Gosta de onde mora?
- Como é o dia a dia?
- O que gosta de fazer?
- O que gostaria de fazer?

**INTERPRETAÇÕES:****Reserva Jequitibá**

- Lembra do Reserva Jequitibá? O quê?
- Como foi quando o Reserva foi anunciado? O que achou?
- O Reserva se anuncia como Bairro planejado, o que acha disso?
- Conhecia o Santa Rosa antes do Reserva? Mudou algo quando foi construído?

- O que acha do Reserva?
- De onde surgiram as matérias cobertas no Reserva? Quem sugere ou pede por elas?
- O jornal interferiu de algum jeito nela?

#### **Cidade**

- Como é a cidade do seu sonho?
- É possível Piracicaba ser (se tornar) ela? Como?
- O que Piracicaba precisa?
- Quem têm mais influência nos rumos de Piracicaba?

### **ENTREVISTA COM MAURO (ex-presidente do IPPLAP)**

#### **HISTÓRIA DE VIDA**

- Conte um pouco sobre você.
- Qual sua história com Piracicaba?
- Onde você mora? Gosta de onde mora?
- Qual sua relação com os vizinhos e o bairro?
- Como é seu dia a dia?
- O que você gosta de fazer?
- O que você gostaria de fazer?

#### **INTERPRETAÇÕES**

- Como é a cidade de seus sonhos? (sua cidade utópica)
- É possível Piracicaba se tornar ela? Como?
- Para você, quem tem mais influência nos rumos da cidade?
- Você conhece o empreendimento Reserva Jequitibá?
- Qual sua relação com ele?
- O que você acha dele?
- Como foi quando ele foi anunciado? O que você achou?
- O que você lembra do processo de construção dele?
- O que você acha dele se anunciar como um bairro planejado?
- Você conhecia o Santa Rosa antes do Reserva Jequitibá? Mudou algo no Santa Rosa quando o Reserva foi construído?



## ENTREVISTA COM GERALDO (ex-Prefeito do PSDB)

### HISTÓRIA DE VIDA

- Conte um pouco sobre você.
- Qual sua história com Piracicaba?
- Onde você mora? Gosta de onde mora?
- Qual sua relação com os vizinhos e o bairro?
- Como é seu dia a dia?
- O que você gosta de fazer?
- O que você gostaria de fazer?

### INTERPRETAÇÕES

- Como é a Piracicaba de seus sonhos? (sua cidade utópica)
- Como chegamos nela? É possível?
- Como foi o processo para trazer a Hyundai para Piracicaba?
- Como foi decidido onde seria sua fábrica em Piracicaba? De quem era aquele terreno?
- Você conhece o empreendimento Reserva Jequitibá? O que acha dela?
- Como foi quando ele foi anunciado? O que você achou?
- O que você lembra do processo de construção dele? — processo de vinda da Hyundai x possibilidade de construir o Reserva; - Uso do Reserva nem sempre ser residencial, pela lei; - relação do Reserva com o IFSP, Fatec e Parque Tecnológico; Como foi decidido onde seria o IFSP e a FATEC, e quando?
- O que o poder público fez pela Reserva?

## ENTREVISTA COM FRANCISCO (ex-presidente do IPPLAP e ex-vice-prefeito de Geraldo)

### HISTÓRIA DE VIDA

- Conte um pouco sobre você.
- Qual sua história com Piracicaba?
- Onde você mora? Gosta de onde mora?
- Qual sua relação com os vizinhos e o bairro?
- Como é seu dia a dia?
- O que você gosta de fazer?

- O que você gostaria de fazer?

### **INTERPRETAÇÕES**

- Como é a cidade de seus sonhos? (sua cidade utópica)
- É possível Piracicaba se tornar ela? Como?
- Para você, quem tem mais influência nos rumos da cidade?
- Você conhece o empreendimento Reserva Jequitibá?
- (Qual sua relação com ele?)
- O que você acha dele, como empreendimento grande e novo na franja de Piracicaba?
- Como foi quando ele foi anunciado? O que você achou?
- O que você lembra do processo de construção dele? — processo de vinda da Hyundai x possibilidade de construir o Reserva; - Uso do Reserva nem sempre ser residencial, pela lei; - relação do Reserva com o IFSP, Fatec e Parque Tecnológico;
- O que você acha dele se anunciar como um bairro planejado?
- Você conhecia o Santa Rosa antes do Reserva Jequitibá? Mudou algo no Santa Rosa quando o Reserva foi construído?

### **ENTREVISTA COM REGINA (pedagoga do IFSP)**

### **HISTÓRIA DE VIDA**

- Conte um pouco sobre você.
- Qual sua história com Piracicaba?
- Onde você mora? Gosta de onde mora?
- Qual sua relação com o bairro?
- Como é seu dia a dia?
- O que você gosta de fazer?
- O que gostaria de fazer?

### **INTERPRETAÇÕES**

- Como é a cidade de seus sonhos? (sua cidade utópica)
- É possível Piracicaba se tornar ela? Como?
- Para você, quem tem mais influência nos rumos da cidade?
- O que você acha da Reserva Jequitibá?

- Você acha que é um empreendimento que ajuda Piracicaba a se tornar a cidade de seus sonhos?
- Você moraria na Reserva Jequitibá?
- Como é trabalhar lá? Quais foram suas primeiras impressões e o que costuma pensar sobre o Reserva, quando anda por lá.
- O Instituto Federal e a FATEC existiam ali desde antes do Reserva? Se sim, mudaram de nome após a Reserva?
- Como foi decidido onde seria o IFSP?
- Sabe como foi o processo de construção da Reserva Jequitibá e do Parque Tecnológico?
- Sabe de quem eram aquelas terras?
- O que você acha da Reserva se anunciar como um bairro planejado?

#### ENTREVISTA COM LUIZ CARLOS (ex-Prefeito do PT)

#### HISTÓRIA DE VIDA

- Conte um pouco sobre você.
- Qual sua história com Piracicaba?
- Qual sua relação com os vizinhos, Tupi e Piracicaba?
- Gosta de morar aqui?
- Como é seu dia a dia?
- O que você gosta de fazer?
- O que você gostaria de fazer?

#### INTERPRETAÇÕES

- Como é a cidade de seus sonhos? (sua cidade utópica)
- É possível Piracicaba se tornar ela? Como?
- Por que você decidiu pela vida política?
- Como foi ser prefeito de Piracicaba?
- Para você, quem tem mais influência nos rumos da cidade?
- Como é a relação entre poder público e elites? Qual o poder da ACIPI, da COSAN em Piracicaba?
- Você conhece o Reserva Jequitibá? O que acha dele?

- O que acha dele se anunciar como um bairro planejado?
- O que acha do processo de construção dele? (Hyundai, cana de açúcar — explicar caso não conheça)
- Por que Pira elegeu o senhor, do PT, e hoje 70% vota em Bolsonaro? Há futuro pela política e vias tradicionais?

## ENTREVISTA COM EX-FUNCIONÁRIO DA AGUASSANTA D.I.

### HISTÓRIA DE VIDA

- Conte um pouco sobre você.
- Qual sua história com Piracicaba?
- Onde você mora? Gosta de onde mora?
- Qual sua relação com os vizinhos e o bairro?
- Como é seu dia a dia?
- O que você gosta de fazer?
- O que é importante para você?

### INTERPRETAÇÕES

- Como é a Piracicaba de seus sonhos? (cidade utópica)
- Como chegamos nela? É possível?
- O que você acha da Reserva Jequitibá? (interpretações)
- Por que decidiram fazer a Reserva onde até então era plantação de cana de açúcar?
- Qual a relação da Reserva Jequitibá com a vinda da Hyundai para Piracicaba?
- O que você lembra do processo de construção da Reserva? (Negociações com a municipalidade sobre área institucional, FATEC, IFSP, Parque Tecnológico, CLQ,)
- A Raízen, o CLQ e os condomínios pediram isenções de impostos por estarem no Parque Tecnológico? Porque a Raízen e o CLQ não pediram?
- A área do Parque Tecnológico, IF e FATEC era da prefeitura ou da Cosan?
- O que o poder público fez pela Reserva?
- Qual a relação da Reserva Jequitibá com o Santa Rosa? A Reserva ainda faz parte do Santa Rosa?
- Terras do prefeito.

- FATEC e Instituto Federal foram feitos ali para os moradores do Reserva matriculem os filhos lá? Elas ajudam a valorizar a Reserva?
- Os condomínios da Reserva ainda têm muitos lotes vazios. Acha que vão ser ocupados? Que Piracicaba tem pessoas de classe média e alta suficientes para morar lá?
- Piracicaba tem mais de 54% de vazios urbanos. Como você acha que a Reserva contribui para Piracicaba?

Anexo B – Laços familiares da família Silva Gordo

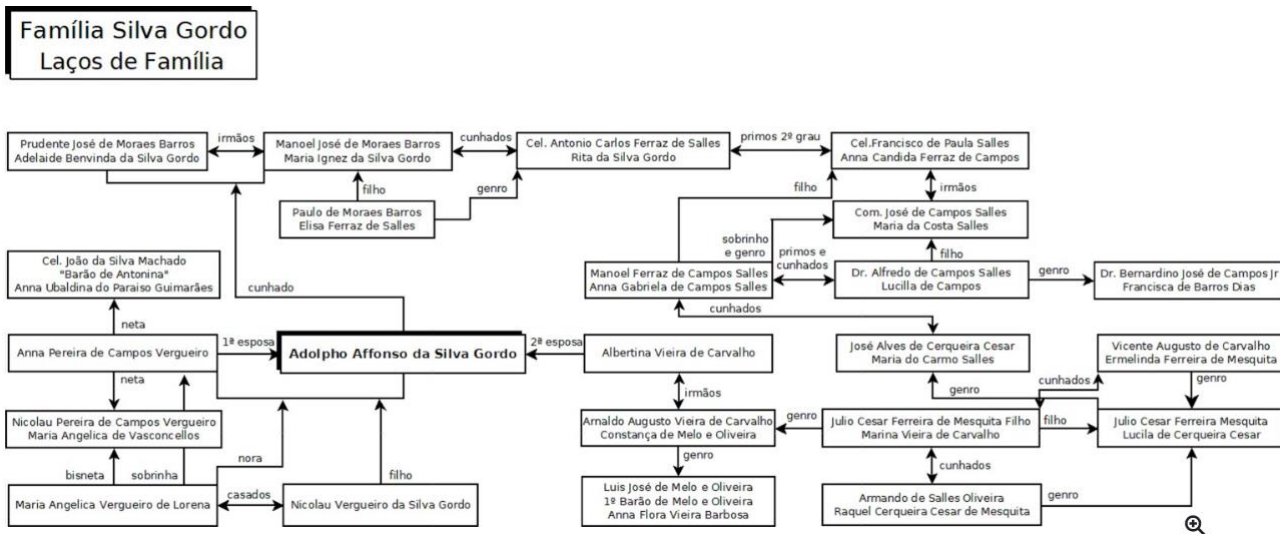


Figura 35 - Laços da burguesia paulista no início do século XX.

Fonte: Maria A. A. C. Penteadó.

Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/la%C3%A7os-de-fam%C3%ADlia-maria-aparecida-alvim-de-camargo-pentead%C3%B3/cgGUnjeqNwloYg?hl=pt-BR>. Acesso em 28/03/2023

## Anexo C – Matéria de jornal sobre a Lagoa do Santa Rosa

**APP da lagoa do Santa Rosa pode ser parque municipal**

A Associação Amigos da Lagoa do Bairro Santa Rosa está coletando assinaturas para a elaboração de Decreto de Utilidade Pública. A intenção, explica Dilma Spigolon Ferreira, presidente da Associação, é transformar a Área de Preservação Permanente (APP) do entorno da lagoa em parque municipal. "O objetivo é recuperar a área que vem sendo devastada e torná-la acessível a todos", ressalta.

Segundo Dilma, a coleta das assinaturas começou há 20 dias e a meta é conseguir oito mil adesões. O abaixo-assinado será entregue ao prefeito Barjas Negri, em 5 de junho, data em que se comemora o Dia do Meio Ambiente. Somente o espelho d'água da lagoa tem 3,3 alqueires, cerca de 80 mil metros quadrados.

Mas a luta pela recuperação da APP do bairro Santa Rosa virou caso de Justiça. Além da questão ambiental, em outubro de 2006, a 6ª Vara Cível julgou procedente a ação - movida pela Associação dos Moradores do Bairro Santa Rita - de anulação de venda de gleba no entorno da lagoa.

A Associação Amigos da Lagoa, destaca o advogado Paulo Brugioni, foi constituída em 2000 diante do desmatamento da APP provocado pela agropecuária Furlan, que cortou árvores do local para o cultivo da cana-de-açúcar. Em 2001, a Associação fez uma representação junto à Promotoria do Meio Ambiente e no ano seguinte, conseguiu o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que determinava a recuperação de 50 metros - cerca de 27 mil metros quadrados - em faixa linear no entorno da APP da lagoa do Santa Rosa.

O TAC, aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público, enfatiza Brugioni, determinava o plantio de espécies nativas da região, num total de 1.700 mudas a cada 10 mil metros quadrados. O plantio no entorno da lagoa deveria começar em outubro de 2004 e encerrar-se em março de 2005. Nada foi feito.

Na ocasião, conta o advogado, Antonio Celso Facco, supervisor do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN), vistoriou a área e declarou que agropecuária Furlan não podia reforestá-la, por não ser a proprietária.

Essa área, lembra Brugioni, pertence aos compradores dos loteamentos Santa Rosa/Santa Rosa Ipês, Santa Rita e Terras do Engenho, conforme cláusula de venda da imobiliária Monte Alegre (leia nesta matéria). "E o supervisor ofereceu área ao lado do CDP (Centro de Detenção Provisória), para que a agropecuária a reforestasse", continua.

Com o DEPRN, ressalta Brugioni, a agropecuária comprometeu-se a recuperar 17 mil metros quadrados no entorno do CDP e 10 mil próximo onde hoje é a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Casa, ex-Febem). "Isso não tem sentido. A área devastada foi a do entorno da lagoa. E em abril de 2005, após requerimento da Associação, o Ministério Público (MP) informou que o proprietário da área era Luciano Santos Tavares de Almeida (na época, secretário municipal de Indústria e Comércio)", diz.

**IMOBILIÁRIA** - Em 1977, a imobiliária Monte Alegre iniciou as vendas dos loteamentos Santa Rosa/Santa Rosa Ipês, Terras do Engenho e Santa Rita. Em uma das cláusulas do contrato a imobiliária garantia que os compradores dos loteamentos teriam direito a um clube de campo - que seria construído no entorno da lagoa do bairro Santa Rosa - para uso comum dos moradores dos quatro bairros.

A área destinada ao tal clube tem uma extensão de 351 mil metros quadrados. Há ainda, outra gleba com extensão de 114.244 metros quadrados. Do total, cerca de 130 mil metros quadrados são Área de Preservação Permanente (APP). O clube seria






Mais de advogado com ação Prefeitura essas obra Em 200 com ação Segundo o os sobrinho omitindo q quatro lote mil metros Esse valo quadrado área, deta possui Tal cartório". d De Brugioni, d do entorno seqüência início de 1 advogado, mais de 2 outubro d após a procedente anulação área, o co "Apesar conseguid venda, o Justiça, al das áreas obras de i bairro S agosto de Uma lin fim do cor julgamento próximos i que leva c Para o do municí região do Algodual, Interessad para: 343 (amigosd

<http://www.aprovincia.com/texto.aspx?idContent=58590>

<http://www>

Figura 36 - Reportagem sobre a Lagoa do Santa Rosa.  
Fonte: Jornal A Província, sem data

A Província - Destaque - APP da lagoa do Santa Rosa pode ser parque municipal

construído somente quando o último lote fosse vendido.

Mais de 30 anos depois, ainda há lotes para serem vendidos. Em 2003, enfatiza o advogado Paulo Brugioni, a Associação dos Moradores do Bairro Santa Rita, ingressou com ação contra a Prefeitura pela falta de obras de infra-estrutura no loteamento. "A Prefeitura havia se comprometido, em acordo com a imobiliária Monte Alegre, a fazer essas obras", conta.

Em 2005, os moradores do Santa Rita teriam outro problema: "compradores" entraram com ação de desconstituição de vínculo da área do entorno da lagoa do Santa Rosa. Segundo o advogado, Ludovico Trevisan (falecido) – sogro da irmã de Luciano Almeida – e os sobrinhos dele, Matheus e Vanessa entraram com a ação de desconstituição de vínculo, omitindo que a área era reservada para a construção do clube e que os moradores dos quatro loteamentos tinham direito sobre ela. "O juiz aceitou e a imobiliária vendeu os 351 mil metros quadrados por R\$ 85 mil", revela.

Esse valor é considerado ínfimo pelo advogado. Ele afirma que na época, o metro quadrado da área valia R\$ 20, o que supera os R\$ 4 milhões. A escritura da venda da área, detalha Brugioni, foi lavrada em Ribeirão Bonito, onde Matheus Trevisan Carriel possui Tabelião de Notas e Protestos. "O Ludovico Trevisan era o antigo titular desse cartório", diz.

De acordo com Brugioni, o desmatamento do entorno da lagoa teve seqüência. Somente no início de 2006, garante o advogado, foram cortadas mais de 200 árvores. Em outubro do mesmo ano, após a Justiça julgar procedente a ação de anulação de venda da área, o corte foi suspenso. "Apesar de termos conseguido a ineficácia da venda, declarada pela Justiça, além do bloqueio das áreas para garantir as obras de infra-estrutura do bairro Santa Rita, em agosto de 2007 o MP liberou o corte de árvores, contrariando a decisão judicial", lamenta.

Uma liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo pediu, em outubro do ano passado, o fim do corte de árvores. Segundo Brugioni, a medida cautelar está em trânsito e aguarda julgamento. A decisão é da Câmara de Meio Ambiente do Tribunal e deve sair nos próximos 30 dias. "Deve ser confirmada a proibição até a definição da causa de anulação, que leva cinco anos", acredita.

Para o advogado, se a Prefeitura tiver interesse na desapropriação, a área passa a ser do município e poderá ser um parque municipal, para suprir a carência de área verde da região do Santa Rosa, que contempla os bairros Areão, Jardim Primavera, Mário Dedini, Algodal, Nhô-Quim, Vila Industrial.

Interessados em aderir ao abaixo-assinado pelo Decreto de Utilidade Pública podem ligar para: 3434- 3296 (falar com Dilma Ferreira) ou solicitar informações por e-mail (amigosdalagoa@terra.com.br).




Figura 37 - Reportagem sobre a Lagoa do Santa Rosa.  
Fonte: Jornal A Província, sem data